BTCU
Boletim do Tribunal de Contas da União.
Brasília, 29 dezembro de 2006 - Boletim Semanal - Ano XXXIX - Nº 49

# Sumário

**ATO DO PODER EXECUTIVO** **PÁGINA**
Decreto ..... 1

**ATOS DO TRIBUNAL**
Resoluções ..... 1

**PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL**
Portarias ..... 3
Despacho ..... 4

**UNIDADES DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS AUTORIDADES**
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA
Despacho ..... 4

**UNIDADES DE APOIO ESTRATÉGICO**
INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA
Portaria ..... 5

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**
Portarias ..... 5
Ordens de Serviço ..... 6
Despachos ..... 13
Retificação ..... 27

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
Portarias ..... 27
Apostila ..... 39
Despachos ..... 39
Retificação ..... 48
Diretoria Técnica de Benefícios Sociais ..... 48
Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal ..... 49

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
Portaria ..... 50

**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**
Despachos ..... 51

SECRETARIAS DE CONTROLE EXTERNO
2ª SECEX, 5ª SECEX, SECEX-AC, SECEX-BA, SECEX-CE, SECEX-MG ..... 51
SECEX-MS, SECEX-MT, SECEX-PA, SECEX-PE, SECEX-PI, SECEX-PR ..... 65
SECEX-RJ, SECEX-RR, SECEX-RS, SECEX-SC, SECEX-SP ..... 71

ANEXOS ..... 78

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**Secretaria de Recursos Humanos**

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
Boletim do Tribunal de Contas da União

http://www.tcu.gov.br COMUNICA_SEREC@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo II sala 426/428 CEP:70042-900 Brasília - DF
Fones: 3167650/3167079/3167870/3167869

**Presidente**
GUILHERME PALMEIRA

**Vice-Presidente**
WALTON ALENCAR RODRIGUES

**Ministros**
MARCOS VINICIOS RODRIGUES VILAÇA
ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
UBIRATAN DINIZ DE AGUIAR
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

**Auditores**
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA

**Ministério Público junto ao TCU**
**Procurador-Geral**

LUCAS ROCHA FURTADO
**Subprocuradores-Gerais**
PAULO SOARES BUGARIN
MARIA ALZIRA FERREIRA

**Procuradores**
MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**Secretário-Geral**
Sérgio Freitas de Almeida
Segedam@tcu.gov.br

**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**
**Secretário**
Fernando Luiz Souza da Eira
COMUNICA_SEREC@tcu.gov.br

## Equipe do Boletim do Tribunal de Contas da União

Ariane Pereira Alves
Maria Ivanira Galeno
Raquel Moreira de Sousa
Nádia Rodrigues de Oliveira
Otília Ribeiro Pontes Ferreira
Rita de Cássia Ibarra Pelanda

Boletim do Tribunal de Contas da União – v. 25, n. 37 (1992- ) –
Brasília: TCU, 1992-

Semanal
Do v. 1, n. 1, 1968 até o v. 25, n. 36, 1992 foi publicado como Boletim Interno do Tribunal de Contas da União.

1. TCU – Ato administrativo - Periódicos. I. Brasil. Tribunal de Contas da União.

**Impressão**: Serviço de Produção Gráfica do TCU
Tiragem 41 exemplares

# ATO DO PODER EXECUTIVO

## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

## DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, de acordo com os arts. 84, inciso XV, e 73, § 2º, inciso II, da Constituição, resolve

**N O M E A R**

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Adylson Martins Motta.

Brasília, 28 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto*

(Publicado no DOU de 29/12/2006, Seção 2, pág. 1)

# ATOS DO TRIBUNAL

RESOLUÇÃO-TCU Nº 197, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera a Resolução-TCU nº 188, de 12 de abril de 2006, que disciplina a cessão de servidor do Tribunal de Contas da União para auxiliar em Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito do Congresso Nacional ou de suas Casas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 29 do Regimento Interno, tendo em vista os estudos e pareceres constantes do processo nº TC-008.020/2006-9, resolve **ad referendum** do Tribunal Pleno:

Art. 1º Os artigos 6º e 7º da Resolução-TCU nº 188, de 12 de abril de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A avaliação individual de desempenho de servidor cedido para Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) será disciplinada por ato do Presidente.

Art. 7º Aplica-se ao servidor cedido a CPI o limite máximo de duas horas por jornada diária de trabalho, na realização de serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, em observância ao disposto no art. 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º O serviço extraordinário será computado pela Secretaria de Recursos Humanos mediante comprovação formal de sua realização pelo Presidente da CPI.

§ 2° As horas extraordinárias que, excepcionalmente, excederem ao estipulado no **caput** deste artigo podem ser consideradas, mediante autorização do Presidente do Tribunal e em consonância com os normativos que regem a jornada de trabalho na Casa, para compensação em banco de horas em período após o término da cessão do servidor para a CPI."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Publicada no DOU de 21/12/2006, Seção 1, pág. 124)

## RESOLUÇÃO-TCU Nº 198, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera a Resolução-TCU nº 165, de 29 de outubro de 2003, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 29 do Regimento Interno, tendo em vista os estudos e pareceres constantes do processo nº TC-028.208/2006-2, resolve **ad referendum** do Tribunal Pleno:

Art. 1º O artigo 34 da Resolução-TCU nº 165, de 29 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34 A licença-capacitação não será concedida simultaneamente a mais de 7% da força de trabalho de cada unidade organizacional.

Parágrafo único. Para fins do cálculo referido no **caput** deste artigo, as frações serão arredondadas para o número inteiro imediatamente superior."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME PALMEIRA

(Publicada no DOU de 21/12/2006, Seção 1, pág. 124)

## RESOLUÇÃO-TCU Nº 199, DE 28 DEZEMBRO DE 2006

Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Vice-Presidente no exercício da Presidência

(Publicada no DOU de 29/12/2006, Seção 1, pág. 699)

(Ver inteiro teor no Anexo I)

# PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL

## PORTARIA-TCU Nº 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 75 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005.

(Ver inteiro teor no Anexo II)

(Publicada no DOU de 18/12/2006, Seção 1, pág. 101)

WALTON ALENCAR RODRIGUES

## PORTARIA-TCU Nº 327, DE 18 DEZEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 28, inciso XXXIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução–TCU nº 155, de 4 de dezembro de 2002, resolve:

DECLARAR VAGO**,** com fundamento no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 29.09.2006, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, o cargo de Analista de Controle Externo, Área de Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, ocupado por MARCO ANTONIO SEVIDANES DA MATTA, matrícula 2846-0. (Processo TC nº 022.971/2006-7).

(Publicada no DOU de 20/12/2006, Seção 2, pág. 39)

## PORTARIA-TCU Nº 328, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Promove a elevação de limite de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), combinado com o art. 76 da Lei nº 11.178, de 20 setembro de 2005 e dá outras providências.

(Publicada no DOU de 22/12/2006, Seção 1, pág. 192)

(Ver inteiro teor no Anexo III)

## PORTARIA-TCU Nº 329, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Aprova a realização do Projeto Padronizar II e designa seu gestor.

(Ver inteiro teor no Anexo IV)

PORTARIA-TCU Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Prorroga o prazo de realização do Projeto Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competências – Atena.

(Ver inteiro teor no Anexo V)

## DESPACHO

**PENSÃO**
**- Concessão -**

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" da Lei 8.112/1990, e art. 40 § 7º, inciso I e 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC nº 41 publicada em 31/12/2003.

**Em 18 de dezembro de 2006**

CONCEDENDO o pedido de pensão vitalícia à NAZIRA MANSUR AGUIAR, cônjuge do Ministro WILSON DE SOUZA AGUIAR, a partir de 23/11/2006, na forma proposta.
(TC 027.602/2006-6)

GUILHERME PALMEIRA
Presidente

# UNIDADES DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS AUTORIDADES

# SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

## DESPACHO

**RECESSO**
**- Fracionamento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 2º, § 2º da Portaria-TCU nº 295/2006.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, o fracionamento do recesso.

**Em 15 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | TC |
|---|---|
| ALEXANDRE PIMENTA BORGES – ACE, 3586-6 | 028.714/2006-7 |

ALDEN MANGUEIRA DE OLIVEIRA
Secretário

# UNIDADES DE APOIO ESTRATÉGICO

## INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA

PORTARIA-ISC Nº 23 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Designa servidora para acompanhamento e fiscalização da execução do TC 016.052/2006-7, contratação direta com a UnB/CeaD, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA – ISC, no uso das atribuições conferidas pela Portaria-Segedam nº 41, de 8 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DIONE MARY DE CERQUEIRA BARBOSA, matrícula nº 3306-8, com fundamento no art. 67 da Lei nº 8.666/93, como representante da Administração do Instituto Serzedello Corrêa para acompanhar e fiscalizar a execução do TC 016.052/2006-7, contratação direta com a UnB/CeaD, para o serviço de hospedagem do curso "Introdução à Auditoria de Natureza Operacional – ANOp-online.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE VALENTE XAVIER
Diretor-Geral

# SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA-SEGEDAM Nº 57, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XLV do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º São designados os servidores a seguir relacionados para realizarem Tomada de Contas do Responsável pelo Serviço de Almoxarifado deste Tribunal, nesta Sede, relativa ao exercício de 2006, devendo a Comissão apresentar as conclusões do trabalho até o dia 4 de janeiro de 2007:

Presidente:

Nazareno Caetano Vasconcelos Matrícula 257-7

Membros:

Conceição de Maria Ferreira Serra Matrícula 86-8

Sarah Mezêncio Cruz e Souza Matrícula 6278-2

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

## PORTARIA-SEGEDAM Nº 59, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GRAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVIII do art. 1° da Portaria n° 231, de 8 de setembro de 2006, do Presidente deste Tribunal, resolve:

Designar ALDEN MANGUEIRA DE OLIVEIRA, matricula nº 3515-7, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para exercer, interinamente, no Gabinete do Corregedor, a função de confiança de Chefe de Gabinete, Código FC-5, a partir de 2 de janeiro de 2007 até a investidura de novo titular.

## ORDEM DE SERVIÇO-SEGEDAM Nº 293, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, resolve:

ALTERAR a lotação do Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) DANIEL DIAS PEREIRA, Matrícula 3195-0, da Secretaria Adjunta de Fiscalização/SEGECEX, para a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação/SEGECEX, a contar de 13 de dezembro corrente.

## ORDENS DE SERVIÇO-SEGEDAM DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, resolve:

**Nº 294** ALTERAR a lotação do Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) RAFAEL CAVALCANTE PATUSCO, Matrícula 5695-2, da 6ª Secretaria de Controle Externo/SEGECEX, para a Secretaria de Recursos Humanos/SEGEDAM, a contar de 17 de janeiro de 2007.

SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-005.114/2006-3, resolve:

**Nº 295** Art. 1º É removido, no interesse da Administração, por ter participado de concurso de remoção extraordinário, nos termos dos arts. 3º e 4º da Portaria-TCU nº 251, de 28 de novembro de 2003, c/c as disposições da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) CLÁUDIO FERNANDES DE ALMEIDA, Matrícula 2812-6, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre/SEGECEX, para a Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba/SEGECEX, arbitrando-se-lhe, na forma prevista nos artigos 53 e 54 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a ajuda de custo correspondente a 2 (dois) meses de remuneração, transporte de bagagem e bens pessoais e passagens aéreas.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-014.355/2006-6, resolve:

**Nº 296** Art. 1º É removido, a pedido, nos termos do art. 36, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c o art. 2º, inciso II, § 5º, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) LUCIANO CONZATTI, Matrícula 6243-0, da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União/SEGECEX, para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul/SEGECEX, sem ônus para este Tribunal.

Art. 2º O servidor deverá se apresentar na unidade de destino em 17 de janeiro de 2007.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a contar de 17 de janeiro de 2007.

## ORDENS DE SERVIÇO-SEGEDAM DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do processo nº TC-020.262/2006-0, resolve:

**Nº 297** Art. 1º É lotada, em caráter provisório, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) ANA CRISTINA MELO DE PONTES, Matrícula 3489-4, na Secretaria-Geral de Controle Externo.

Art. 2º A servidora permanecerá lotada naquela Secretaria enquanto perdurar a causa determinante deste ato, obrigando-a a comunicar à Administração qualquer fato que a faça cessar.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 17 de janeiro de 2007.

SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, resolve:

**Nº 298** ALTERAR a lotação da Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo) MARCIA CRISTINA MONTEIRO RIBEIRO, Matrícula 2319-1, do Serviço de Pagamento de Ativos da Diretoria Técnica de Pagamento de Pessoal-SEREC/SEGEDAM, para a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SEGEDAM, a contar de 1º de fevereiro de 2007.

## ORDENS DE SERVIÇO-SEGEDAM 21 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 299** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA, Matrícula 6463-7, da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 300** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) ALESSANDRO HENRIQUE PEREIRA DE MEDEIROS, Matrícula 6557-9, da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 301** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) ANDRÉ FELIPE ALBUQUERQUE CUNHA, Matrícula 6537-4, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 302** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) CARLOS ROBERTO CAIXETA, Matrícula 3095-3, da Secretaria de Recursos Humanos/SEGEDAM, para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná/SEGECEX, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 303** Art. 1º É removida, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) CLÁUDIA DE OLIVEIRA PADILHA, Matrícula 6494-7, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos à servidora 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 304** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS, Matrícula 3064-3, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 305** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) JOÃO ANTÔNIO LOVATO FILHO, Matrícula 3472-0, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará/SEGECEX, para a Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais/SEGECEX, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 306** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) MARCELO MEIRELES DE SOUSA, Matrícula 5858-0, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 307** Art. 1º É removida, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) MARIA CÉLIA SILVA VIANA, Matrícula 6508-0, da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos à servidora 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 308** Art. 1º É removida, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) MONICA COTRIM CHAVES, Matrícula 6467-0, da Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos à servidora 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 309** Art. 1º É removida, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) REGINA YUCO ITO KANEMOTO, Matrícula 4604-3, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos à servidora 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 310** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) VANDER DE OLIVEIRA ALVES, Matrícula 6527-7, da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 311** Art. 1º É removido, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, o Técnico de Controle Externo (Área Controle Externo) JOAO PEREIRA DE OLIVEIRA, Matrícula 1817-1, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo/SEGECEX, para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul/SEGECEX, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos ao servidor 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 312** Art. 1º É removida, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) OLGA PEREIRA NEVES SOUTO, Matrícula 6588-9, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos à servidora 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 18/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXVIII do artigo 1º da Portaria-TCU nº 231, de 8 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº TC-024.723/2006-8, resolve:

**Nº 313** Art. 1º É removida, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso III, da Resolução-TCU nº 182, de 30 de novembro de 2005, c/c as disposições da Portaria-TCU nº 32, de 10 de fevereiro de 2006, a Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) CLARISSA LUZ BITTENCOURT, Matrícula 843-5, da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, para a Sede deste Tribunal, sem ônus para a Administração.

Art. 2º São concedidos à servidora 10 (dez) dias de trânsito, a contar do dia 17/1/2007, para fins do disposto no art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, os quais deverão ser atestados pela unidade de origem.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

# DESPACHOS

## BANCO DE HORAS
**- Ajuste -**

**Em 14 de dezembro de 2006**

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor EURICO MUSSOI NENEVE – ACE, 2422-8, o ajuste do banco de horas, em caráter excepcional, na forma proposta pela Secretaria de Recursos Humanos.

(TC 011.809/1999-0)

## CONCURSO DE REMOÇÃO
**- Recurso -**

**Em 15 de dezembro de 2006**

PROFERINDO, no processo de interesse do servidor FÁBIO WILLIAMS PELAES DE AVIS, TCE, 3430-4, o seguinte despacho:

"Tratam os autos de Recurso interposto pelo TCE Fábio Williams Pelaes de Avis, em face do Edital n.º 19/2006 – Serec, de 23/11/2006, que divulgou o resultado da classificação dos candidatos no Segundo Curso de Formação de 2006, por entender que a apuração de sua pontuação está errada.

2. A Serec reconheceu a tempestividade do recurso, entendendo que deva ser conhecido.

3. O recorrente, quanto à matéria do Recurso, alega, na forma sumariada pela referida Secretaria, "a ocorrência de erro na apuração da sua pontuação, posto que classificado em segundo lugar e com grande diferença em relação ao primeiro colocado, enquanto que ambos tomaram posse em datas próximas de 1996, e sempre estiveram lotados em Secretarias classificadas no Grupo C do Anexo I da Resolução-TCU n.º 67, de 3/6/1996 (...)".

4. A Serec nega a existência de erro na apuração da pontuação do servidor. Demonstra que a diferença entre o que foi atribuído ao requerente e a Eduardo Carneiro Ferreira reside no fato de a lotação atual deste TCE na Secex-TO exceder a 10% da lotação autorizada. Com isso, em cumprimento ao item 3.1.1.1 do Edital n.º 15/2006 – Serec, de 30/11/2006, o tempo de serviço na localidade (TSL) foi multiplicado por 2, garantindo-lhe maior pontuação. Por outro lado, na Secex-RR, lotação do recorrente, a lotação aprovada é de 5 TCEs, enquanto a efetiva atual é de apenas 3 servidores.

5. Acrescente-se, no dizer da Serec, que o recurso "(...) não tem qualquer efeito prático, haja vista a existência de 5 vagas de TCE na Sede e a classificação de apenas 2 servidores, dentre eles o recorrente (...)".

6. Ao final, A Serec propõe a esta Secretaria-Geral conhecimento do recurso, "(...) porque tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento (...)".

7. Conforme analisado pela Serec, não há erro na apuração da pontuação do requerente e que a diferença em relação ao servidor Eduardo Carneiro Pereira decorre da multiplicação do TSL, conforme item 3.1.1.1 do Edital n.º 15/2006. Diante disso, conheço o recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos expostos pela Serec."

(TC 024.723/2006-8)

## DIÁRIAS E PASSAGENS AÉREAS
### - Concessão -

FUNDAMENTO LEGAL: art. 22 da Lei nº 8.460/1992, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997; art. 1º, incisos XX e XXIV da Portaria-TCU nº 231/2006; Portaria-TCU nº 625/1996;
ATO DE DESIGNAÇÃO: Autorização do Exmº Sr. Ministro-Presidente;
ATIVIDADE/SERVIÇO: Reunião de trabalho na Serec;
LOCAL/PERÍODO: Brasília/DF, de 25 a 28/12/2006;
PROCESSO: TC 029.376/2006-2.

**Em 20 de dezembro de 2006**

| NOME / MATRÍCULA | CARGO/ FUNÇÃO | DIÁRIAS | DIAS ÚTEIS | VALOR UNITÁRIO | DESCONTO AUX.-ALIM. | TOTAL DIÁRIAS | ADICIONAL EMB./DES. | TOTAL GERAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FERNANDO SILVEIRA CAMARGO / 5717-7 | ACE | 3,5 | 2,5 | 214,00 | 55,90 | 693,10 | 252,00 | 945,10 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 22 da Lei nº 8.460/1992, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997; art. 1º, incisos XX e XXIV da Portaria-TCU nº 231/2006; Portaria-TCU nº 625/1996;
ATO DE DESIGNAÇÃO: Portarias de Fiscalização-Adfis nºs 1613 e 1614, de 19/12/2006;
ATIVIDADE/SERVIÇO: Auditoria Conformidade no Governo do Estado de Tocantins (Registro Fiscalis nº 1005/2006);
LOCAL/PERÍODO: Palmas/TO, de 19/12/2006 a 17/1/2007;
PROCESSO: TC 029.099/2006-0.

**Em 21 de dezembro de 2006**

| NOME / MATRÍCULA | CARGO/ FUNÇÃO | DATA PAGAMENTO | DIÁRIAS | DIAS ÚTEIS | VALOR UNIT. | DESC. AUX.-ALIM. | TOTAL DIÁRIAS | ADIC. EMB./DES. | TOTAL GERAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| WASHINGTON REIS CARDOSO SOUSA / 2686-1 | ACE | Imediatamente | 15 | 7 | 214,00 | 156,52 | 3.053,48 | 126,00 | 3.179,48 |
| | | 3/1/2007 | 14,5 | 10,5 | 214,00 | 234,78 | 2.868,22 | 126,00 | 2.994,22 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 22 da Lei nº 8.460/1992, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997; art. 1º, incisos XX e XXIV da Portaria-TCU nº 231/2006; Portaria-TCU nº 625/1996;
ATO DE DESIGNAÇÃO: Autorização do Exmº Sr. Ministro-Presidente;
ATIVIDADE/SERVIÇO: Posse na função de Secretário;
LOCAL/PERÍODO: Brasília/DF, dia 2/1/2007;
PROCESSO: TC 029.426/2006-6.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME / MATRÍCULA | CARGO / FUNÇÃO | DATA DE SAÍDA | DATA DE RETORNO | DIÁRIAS | DIAS ÚTEIS | VALOR UNIT. | DESC. AUX.-ALIM. | TOTAL DIÁRIAS | ADIC. DE DESLOC. | TOTAL GERAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FERNANDO SILVEIRA CAMARGO / 5717-7 | ACE | 1º/1/2007 | - | 1 | - | 214,00 | - | 214,00 | 252,00 | 466,00 |
| ROBERTO JOSE FERREIRA DE CASTRO / 733-1 | ACE | 2/1/2007 | 2/1/2007 | 1/2 | 1/2 | 280,00 | 11,18 | 128,82 | 252,00 | 380,82 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 22 da Lei nº 8.460/1992, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997; art. 1º, incisos XX e XXIV da Portaria- TCU nº 231/2006; Portaria- TCU nº 625/1996; Determinação da Presidência de 29/1/1997 (**in** TC-023/244/1994-1);
ATO DE DESIGNAÇÃO: Despacho do Exmº Sr. Ministro-Presidente de 15/12/2006 (fl. 1);
ATIVIDADE/SERVIÇO: Representar o TCU na Reunião do Subcomitê de Normas de Controle Interno;
LOCAL/PERÍODO: Mascate/Omã, de 12 a 19/1/2007;
PROCESSO: TC 028.681/2006-4.

**Em 27 de dezembro de 2006**

| NOME / MATRÍCULA | CARGO/ FUNÇÃO | DIÁRIAS | VALOR UNITÁRIO (US$) | TOTAL (US$) |
|---|---|---|---|---|
| CRISTIANO RONDON PRADO DE ALBUQUERQUE / 2374-7 | ACE/FC-5 | 8 | 300.00 | 2,400.00 |

## LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES
## - Prorrogação -

PROFERINDO, no processo de interesse do servidor FÁBIO DINIZ DE SOUZA - ACE, 3518-1, que trata de prorrogação de licença para trato de assuntos particulares, o seguinte despacho:

**Em 20 de dezembro de 2006**

"Trata-se de pedido do interessado para que seja prorrogada novamente a licença para trato de assuntos particulares, pelo período de **três meses**, com base no art. 91, **caput**, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4/9/2001, que lhe fora concedida inicialmente em 1/3/2000, com duração para três anos, tendo sido renovada mais uma vez em 1/3/2003, pelo mesmo período inicial. Posteriormente, fora prolongada em dois períodos, entre 1/3 e 29/5/2006 e 30/5 a 31/12/2006.

2. No requerimento formulado a esta Secretaria-Geral, o servidor demonstra interesse de retornar ao Brasil com a família e exercer suas atribuições no cargo de ACE. Porém, esse regresso depende de alguns trâmites, entre os quais o mais importante é a "Reunião Familiar ante a Embaixada do Brasil" em Lima.

3. Para isso, a "Embaixada requer um certificado de antecedentes policiais" de sua esposa, que, devido ocupar o cargo de Chefia da Alfândega Peruana, equivalente a Seperintendente da Receita Federal no Brasil, foi acusada por uma empresa, alvo de fiscalização, de "abuso de autoridade", "de forma injusta e sem nenhuma razão de ser", porque os funcionários da sua Unidade da Alfândega apreendeu um lote de mercadoria contrabandeada. "Por esse motivo, minha esposa está tendo dificuldades para solicitar a emissão do mencionado certificado de antecedentes policiais, já que estamos justamente envolvidos no processo de levantar a referida denúncia policial através de nossos advogados.", relata o servidor.

4. Passo a examinar o pedido.

5. O interessado sustenta que tem interesse em voltar ao Brasil e exercer as funções de ACE, solicitando a prorrogação do prazo de sua licença por mais três meses. Diante do quadro desenhado, entendo que o pleito pode ser atendido, haja vista a excepcionalidade da situação, o curto período da licença (três meses) e a garantia do art. 226 da Magna Carta, a qual estabelece que "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado".

6. O art. 91 da Lei n.º 8.112/1990, com redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, de 4/9/2001, estabelece que "A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração."

7. Dessa forma, esta Segedam entende que, considerando as informações prestadas pelo interessado, sua licença para trato de assuntos particulares pode ser elastecida, com fundamento no art. 91, **caput**, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, por um período de três meses a partir de **1/1/2007**, devendo reassumir o cargo de ACE em **1/4/2007**, sob pena de configurar abandono de cargo, nos termos do art. 138 daquele diploma legal.

8. Encaminhem-se os autos à Serec, para que dê ciência ao interessado do inteiro teor deste Despacho, mediante **carta registrada – mão-própria** ou instrumento similar. Além do interessado, cabe também o envio de cópia à Segecex.

(TC 001.885/2006-5)

## REGISTRO DE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIAS
## (Art. 24 da Portaria-TCU nº 625, de 27 de novembro de 1996)

**Em 18 de dezembro de 2006**

Processo nº: TC 018.344/2006-0;
Servidor: Humberto Durães Versiani;
Matrícula: 3118-6;
Valor da concessão inicial: R$ 1.650,20;
Período: 21 a 26/8/2006;
Valor da devolução: R$ 257,64;
Motivo: saída em 22/8/2006.

Processo nº: TC 018.344/2006-0;
Servidor: Benjamim Lima Júnior;
Matrícula: 5040-7;
Valor da concessão inicial: R$ 1.650,20;
Período: 21 a 26/8/2006;
Valor da devolução: R$ 257,64;
Motivo: saída em 22/8/2006.

Publique-se.

## RELAÇÃO CONSOLIDADA DOS SERVIDORES QUE PERMANECERÃO EM SERVIÇO NOS TERMOS DA PORTARIA-TCU Nº 295/2006

(Ver relação no Anexo VI)

## RESSARCIMENTO DE DESPESAS
## - Autorização -

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 1º, inciso XXII, da Portaria-TCU nº 231/2006.

**Em 13 de dezembro de 2006**

| NOME / CARGO / MATRÍCULA | VALOR A RESSARCIR (R$) | PROCESSO |
|---|---|---|
| MILTON GOMES DA SILVA FILHO / ACE / 3141-0<br>despesas efetuadas com a aquisição de visto para viagem internacional | 306,00 | 004.573/2006-1 |

FUNDAMENTO LEGAL: Portaria-TCU nº 62/2006; art. 1º, inciso XXII, da Portaria-TCU nº 231/2006.

**Em 14 de dezembro de 2006**

| NOME / CARGO / MATRÍCULA | VALOR A RESSARCIR (US$) | PROCESSO |
|---|---|---|
| VIVIANE PERES DE ASSIS / ACE / 1035-9<br>despesas efetuadas com a contratação de seguro saúde internacional | 61.00 | 028.529/2006-9 |

**Em 20 dezembro de 2006**

PROFERINDO, no processo de interesse do servidor LUIZ ANTÔNIO ZENÓBIO DA COSTA-ACE, 4227-7, o seguinte despacho:

"Cuida-se de pedido do interessado, em que requer ressarcimento de despesas com seguro-viagem e taxas de embarque relativas ao direito de embarque internacional e de melhoramento dos serviços aeronáuticos, nos valores, respectivos de R$ 184,90 e $US 19,00 e $US 5,00, ocorridas em 7/12/2006 e 13/12/2006, conforme documentos anexados aos autos, fls. 1/2.

Diante do exposto, autorizo o ressarcimento das despesas realizadas, cujo valor deverá ser creditado na conta corrente do interessado.

Encaminhe-se à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para a adoção das medidas a seu encargo."

(TC 028.641/2006-9)

## SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
**- Alteração de cálculo -**

**Em 24 de novembro de 2006**

PROFERINDO, no processo de interesse do servidor JOÃO BATISTA RODRIGUES FONSECA - ACE, 5669-3, e OUTROS, o seguinte despacho:

"Trata-se de requerimento dos interessados, pelo qual solicita que sejam revistos os cálculos dos valores devidos em razão de serviço extraordinário, reconhecido nos autos dos TCs 014.706/2005-5, 017.944/2005-0, 018.488/2005-2, 018.491/2005-8, 020.202/2005-4, 020.227/2005-3 e 020.228/2005-0, e demais processos em que são interessados.

2. Os interessados alegam que a metodologia utilizada atualmente pela Secretaria de Recursos Humanos - Serec para o cálculo do salário-hora dos servidores da Secretaria deste Tribunal é incorreto, pois utiliza o **divisor 240**, resultado da multiplicação de 8 horas de trabalho por dias do mês.

3. Sustentam que tal divisor é inconstitucional por referir-se ao disposto nos arts. 58 e 64 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que prevêem carga horária semanal de 48 horas, enquanto a Constituição Federal estabelece que duração máxima semanal é de 44 horas, conforme dispõe o art. 7º, inciso XIII, sendo que o divisor máximo admitido pela Lei Maior para fins de cálculo do salário-hora é 220.

4. Dizem que, no âmbito deste Corte de Contas, o divisor deve ser de 175 horas, já que a jornada, para os servidores não comissionados, é de 35 horas, conforme estabelece o art. 28 da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, c/c o art. 3º da Resolução/TCU nº 141, de 23 de maio de 2001.

5. Por fim, os interessados, invocando os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, requerem:

"*a) que sejam revistos os cálculos dos valores devidos (...) relativos ao pagamento de serviço extraordinário (horas extras), utilizando, para tanto, o divisor 175 para fins de determinação do valor do salário-hora (valor da hora normal);*

*b) que a diferença apurada, calculada de acordo com o divisor 175, seja paga corrigida monetariamente*".

6. A Diretoria Técnica de Pagamento de Pessoal - Dipag, ligada à Serec, após examinar o pedido apresentado pelos interessados, propôs o "*atendimento parcial do pedido, no sentido de ser utilizado, a partir da deliberação, o divisor 200 no cálculo do valor do salário-hora dos servidores do Tribunal*", tendo alertado que a "*adoção do divisor 200 implicará modificação no modo de cálculo de minutos descontados em relação aos débitos do banco de horas, na forma da Portaria TCU nº 134/2003*".

7. A Serec acolheu a proposta da Dipag e submeteu os autos a esta Segedam, propondo, ainda, que fosse ouvida a Consultoria Jurídica – Conjur sobre o pedido apresentado.

8. A Conjur, provocada por esta Segedam, manifestou-se da seguinte forma, **verbis**:

"20. *Com a devida vênia ao entendimento da Dipag/Serec, importa esclarecer que o fato de a Lei nº 10. 356/2001 estabelecer que a jornada de trabalho* ***poderá ser de até 40 horas semanais,*** *assim como o faz a Lei nº 8.112/90 (art. 19), não implica vincular a remuneração do servidor à jornada de trabalho de 40 horas como entende a Dipag/Serec. Tanto isso é verdade que, ao fixar a jornada semanal de 35 horas, os servidores desta Corte não tiveram nenhuma redução de vencimentos. Ademais, nas tabelas de remuneração anexadas à Lei nº 10.356/2001, constam valores para 30 horas semanais e para a 'Jornada de Trabalho Normal', e, como demonstrado anteriormente, a jornada normal de trabalho foi fixada em 35 horas semanais para os servidores não comissionados e em 40 horas semanais para os comissionados.*

*21. Portanto, assiste razão aos requerentes quando pleiteiam a alteração da metodologia de cálculo considerando o divisor 175 para os servidores não comissionados e 200 para os comissionados. A jurisprudência acostada aos autos do STF e do TST ampara tal entendimento, inclusive quanto ao cálculo do divisor para quem trabalha 35 horas semanais.*

*22. A ilegalidade da metodologia do cálculo do salário-hora para fins de cálculo da hora-extra, considerando a carga semanal de trabalho de 48 horas, proveio de erro administrativo e resultou em pagamentos de serviço extraordinário a alguns servidores desta Corte em valor inferior ao devido. Destarte, é dever da Administração reconhecer o seu erro, alterar a metodologia de cálculo e pagar as diferenças devidas, corrigidas monetariamente, observada a prescrição qüinqüenal.*

*23. De acordo com os processos administrativos citados na petição (fl. 10/18), os serviços extraordinários foram realizados pelos três interessados na 'CPI dos Correios' durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2005, com direito ao pagamento reconhecido em 10/06/2004, conforme o BTCU nº 01, de 23/01/2006. Já o ACE Fellipe Calvet Silva também prestou serviço extraordinário em junho e julho de 2005, tendo recebido o pagamento em outubro do mesmo ano (TC-014.706/2005-5 – fls.17/19). Destarte, todos os casos estão dentro de prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, haja vista que os pagamentos (atos que originaram o direito) foram realizados em 2005 e 2006.*"

9. Em decorrência dessa manifestação, a proposta da Conjur foi no seguinte sentido, **verbis**:

"*24. Ante o exposto, conclui-se que o divisor 240 utilizado pelo Tribunal não é o correto, pois, para ser calculado, deve ser levada em consideração a jornada de trabalho semanal fixada para o servidor, que não é de 48 horas, nem de 44, e sim de 35 horas para o servidor não comissionado (divisor 175) e de 40 horas para o comissionado (divisor 200).*

*25. Dessa forma, esta Consultoria Jurídica opina pelo* ***deferimento*** *do pleito dos requerentes de forma a se pagar as diferenças a serem apuradas, corrigidas monetariamente.*" (destaque do autor)

10. Assiste razão à Conjur, a jornada de trabalho dos servidores não comissionados é de 35 horas, redundando em um divisor 175, enquanto que para os servidores comissionados é de 40 horas, acarretando em um divisor 200.

11. Isto posto, esta Segedam, acolhendo as razões apresentadas pela Conjur, defere o pedido dos interessados, no sentido de considerar o **divisor 175**, para o cálculo das horas-extras já reconhecidas e pagas, com base no **divisor 240**, pelos serviços extraordinários prestados à "*CPI dos Correios*", devendo o valor, resultante da diferença de um divisor pelo outro, ser corrigido monetariamente, esclarecendo que caso algum dos interessados, à época da prestação do serviço extraordinário, era detentor de função de confiança ou ocupante de cargo em comissão no âmbito deste Tribunal, o cálculo deve ser efetuado com base no **divisor 200**.

12. Em decorrência desse novo entendimento, esta Segedam determina à Serec que levante todos os casos, nos últimos 5 (cinco) anos, de pagamento de horas-extras aos servidores deste Tribunal, calculando as diferenças que fazem jus em razão do novo entendimento esposado, propondo à Segedam o seu pagamento, conforme disponibilidade orçamentária. Ademais, esses novos divisores também devem ser utilizados a partir deste momento para fins do cálculo dos débitos do banco de horas.

Encaminhem-se os autos à Serec, para as providência cabíveis, devendo ser publicado, além deste Despacho no BTCU do Tribunal, o parecer da Conjur exarado às fls. 36/42. Além disso, cabe à Serec divulgar, mediante *InfoSerec*, para todo o Tribunal, a mudança na nova forma cálculo dos débitos do banco de horas, informando que o teor deste Despacho e do parecer da Conjur foram publicados no BTCU, para consulta daqueles que desejarem."

Parecer da Consultoria-Geral:

"**PROCESSO:** TC-001.170/2006-4

**NATUREZA:** Administrativo.

**ORIGEM:** Segedam.

**INTERESSADOS:** Antônio Ricardo Pires dos Santos, Fellipe Calvet Silva e João Batista Rodrigues Fonseca, todos Analistas de Controle Externo deste Tribunal.

**SUMÁRIO:** Solicitação de alteração da metodologia de cálculo do salário-hora dos servidores deste Tribunal para fins de pagamento de serviço extraordinário (hora-extra). Inconstitucionalidade do divisor 240 adotado pela Serec. Erro da Administração. O divisor deve ser calculado com base na jornada semanal de trabalho fixada pelo TCU, observada a legislação em vigor. Parecer no sentido de deferir o pleito dos requerentes, de forma a se pagar as diferenças a serem apuradas, corrigidas monetariamente. Remessa dos autos à Segedam.

## I - INTRODUÇÃO

Trata-se de pedido formulado pelos Analistas de Controle Externo Antônio Ricardo Pires dos Santos, Fellipe Calvet Silva e João Batista Rodrigues Fonseca objetivando a revisão da metodologia de cálculo do salário-hora para fins de pagamento de serviço extraordinário (horas-extras), especialmente dos cálculos constantes dos autos dos processos TC-014.706/2005-5, TC-17.944/2005-0, TC-018.488/2005-2, TC-018.491/2005-8, TC-020.202/2005-4, TC-020.227/2005-3 e TC-020.228/2005-0, nos quais, segundo alegam, deveria ter sido utilizado o divisor de 175 horas, e não de 240, o que lhes ensejaria o pagamento da diferença apurada corrigida monetariamente.

## II - DAS ALEGAÇÕES DOS INTERESSADOS

2. No essencial, argumentam os interessados que:

2.1. Para fins de cálculo do valor da hora de trabalho no TCU, a Serec utiliza o divisor 240, resultado da multiplicação de 8 horas de trabalho por 30 dias no mês. Tal divisor é inconstitucional por referir-se ao disposto nos arts. 58 e 64 da CLT, que prevêem carga horária semanal de 48 horas, enquanto a atual Carta Magna define a duração máxima semanal em 44 horas, conforme dispõe o art. 7º, inciso XIII. Nesse sentido cita jurisprudência pacífica do STF e do TST;

2.2. De acordo com a jurisprudência pátria, o divisor máximo admitido pela Constituição para fins de cálculo do salário-hora é 220. Para se chegar a esse cálculo basta dividir a carga horária máxima semanal por seis (número de dias úteis da semana, incluindo o sábado), obtendo-se a carga horária média diária, e multiplicar o resultado por 30, número de dias do mês legal [(44:6) x 30];

2.3. Para os trabalhadores que têm sua jornada semanal delimitada de segunda a sexta-feira, com carga semanal de 40 horas, o divisor correto é 200, conforme jurisprudência do TST colacionada aos autos [(40:6) x 30];

2.4. A Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, estabelece em seu artigo 28 que "O Tribunal fixará, em ato próprio, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei, respeitada a duração máxima do trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e mínima de 30 (trinta) horas semanais". Ou seja, a lei não fixa expressamente a carga horária dos servidores do TCU, apenas estabelece limites máximo e mínimo para o exercício da discricionariedade dos gestores desta Corte;

2.5. A regulamentação da jornada de trabalho é feita pela Resolução nº 141, de 23 de maio de 2001, art. 3º e art. 1º, c/c o art. 2º, § 1º, respectivamente: *"Art. 3º. O expediente dos servidores dar-se-á das 12 às 19 horas."; " Art. 1º A Secretaria do Tribunal de Contas da União funcionará nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário da 9 às 19 horas."; "Art. 2º, § 1º: Os servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções de direção, chefia e assessoramento estão sujeitos à jornada prevista no art. 1º, com intervalo regulamentar para almoço, podendo ser convocados sempre que presente interesse da Administração ou necessidade do serviço";*

2.6. Além de inconstitucional, o entendimento da Serec de que os servidores estão submetidos a uma jornada de 8h de trabalho diário (48 horas semanais), indistintamente, tenham ou não função comissionada ou cargo de direção, é ilegal, por contrariar o disposto no art. 28 da Lei nº 10.356/2001 e na Resolução nº 141/2001;

2.7. Considerando o disposto nos arts. 1º e 2º da Resolução n. 141/2001, não resta dúvida de que os servidores deste Tribunal, quando ocupantes de função comissionada ou cargo de direção, estão sujeitos a uma carga horária de 40 horas semanais, devendo ser utilizado o divisor de 200 para o cálculo do salário-hora;

2.8. Com fulcro no supracitado artigo 28 da Lei nº 10.356/2001, o Tribunal poderia estabelecer jornada de trabalho de 40 h semanais a todos os seus servidores, mas não o fez. Não há nenhuma referência a suposta jornada de 40h semanais. O que há é uma Resolução anterior ao Plano de Carreira do TCU (Resolução 141/2001, art. 3º) que estabelece a jornada de 7 horas diárias;

2.9. Destarte, quanto aos demais servidores, não ocupantes de funções ou cargos comissionados e não beneficiados com redução de horário, também não há dúvida de que a carga horária diária de trabalho é de 7 horas, totalizando 35 horas semanais, vez que o Tribunal, usando o seu poder discricionário, fixou o expediente dos servidores das 12 às 19 h. O banco de horas inclusive considera a quantidade de 420 minutos (7 horas) para a jornada diária de trabalho;

2.10. Por estarem tais servidores submetidos a jornada de 35 horas semanais, o divisor correto deve ser 175 = [(35:6) x 30];

2.11. A aplicação do divisor incorreto de 240 para fins de cálculo do salário-hora produz efeito perverso sobre os rendimentos do servidor, resultando em uma redução significativa da compensação pecuniária devida em função do serviço extraordinário de cerca de 37,16% por não ter sido utilizado o divisor correto de 175, chegando quase ao ponto de anular o acréscimo de 50% sobre o valor do salário-hora, conforme se verifica na tabela de fl. 09.

## III – DA MANIFESTAÇÃO DA DIPAG/SEREC

3. Reconhece a Dipag/Serec que, diante da restrição constitucional de carga máxima semanal de 44 horas, a carga mensal máxima realmente equivale a 220 horas. Nesse sentido cita a doutrina de Maurício Godinho Delgado (fl. 30). Refuta, todavia, a possibilidade defendida pelos requerentes de utilizar o divisor 175.

4. Sustenta que, embora os servidores do Tribunal cumpram jornada ordinária de 35 horas semanais, não há a redução proporcional da remuneração, ou seja, todos os servidores recebem o valor previsto para a carga horária de 40 horas semanais, com a exceção dos optantes pela jornada especial de 30 horas semanais, com redução proporcional de 25% da remuneração.

5. Por conseguinte, considerando que a jornada máxima dos servidores do TCU é de 40 horas semanais, entende aquela Unidade Técnica que o divisor a ser utilizado pelo Tribunal para o cálculo da hora-extra é 200, e não 220, pois este se refere à duração semanal do trabalho de 44 horas. Cita, inclusive, jurisprudência do TST no sentido de que para a jornada semanal de 40 horas o divisor é 200 (fl. 32).

6. Em remate, observa que a adoção do divisor 200 implicará modificação no modo de cálculo de minutos descontados em relação aos débitos do banco de horas, na forma da Portaria TCU 134/2003, e propõe o atendimento parcial do pedido, no sentido de ser utilizado, a partir da deliberação, o divisor 200 no cálculo do valor do salário-hora dos servidores do Tribunal.

7. Chegando os autos à Segedam, aquela Secretaria solicita, preliminarmente, o pronunciamento desta Consultoria Jurídica, antes de se manifestar sobre a matéria (fl. 34).

## IV – DO EXAME DA MATÉRIA

8. No que diz respeito ao adicional pela prestação de serviço extraordinário, a Constituição Federal confere aos ocupantes de cargo público os mesmos direitos outorgados aos trabalhadores em geral previstos no art. 7º, incisos XIII e XVI, conforme o disposto no art. 39, § 3º, incluído pela EC nº 19/98. Portanto, desde a promulgação da Constituição, que estabelece ser a carga máxima de trabalho semanal de 44 horas, o artigo 58 da CLT foi revogado em parte, haja vista a previsão de duração diária de trabalho de 8 horas e 48 horas semanais. Por conseguinte, o divisor máximo para se calcular o salário-hora passou a ser de 220, e não de 240, como estava sendo aplicado pela Serec/Segedam.

9. Nesse sentido:

> EMENTA: Jornada extraordinária de trabalho: **aplicação do divisor de 220 horas para efeito do cálculo de horas extras de empregado mensalista, que não importou ofensa, mas, ao contrário, deu correta aplicação aos dispositivos constitucionais invocados no RE** (CF, art. 5º, II, 7º, XIII e XV). (RE 325.550/MG, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Julgamento: 6/02/2002 Órgão Julgador: Primeira Turma, Publicação DJ 05-04-2002 PP-00058)

10. Para os servidores públicos civis, o serviço extraordinário encontra-se regulado nos arts. 73 e 74 da Lei nº 8.112/90. No âmbito deste Tribunal, a Portaria/TCU 61/96, que regulamenta os afastamentos de servidores do Tribunal para prestar assessoramento ao Congresso Nacional, na forma dos arts 71, incisos IV e VII, e 72, § 1º, da Constituição Federal, dispõe sobre a execução de serviço extraordinário em seu artigo 4º, *verbis*:

> Art. 4º Aos servidores afastados com a finalidade de que trata esta Portaria poderá ser permitida a prestação de serviço extraordinário, desde que a realização dos trabalhos durante o horário normal de expediente do órgão ou entidade se torne insuficiente e se configure como situação excepcional e temporária.
>
> § 1º A execução do serviço extraordinário será previamente autorizada pela Presidência do Tribunal de Contas da União, após identificada a situação excepcional e temporária de que trata o artigo 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, por quem tenha solicitado a prestação do assessoramento de que cuida esta Portaria.
>
> § 2º A duração do serviço extraordinário a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a duas horas por jornada de trabalho, obedecidos os limites de quarenta e quatro horas mensais e noventa horas anuais, consecutivas ou não.
>
> § 3º O limite anual poderá ser acrescido de quarenta e quatro horas, com autorização prévia da Presidência deste Tribunal, por solicitação fundamentada de quem tenha requerido a prestação de serviço.

11. Por meio da Resolução-TCU nº 188, de 12 de abril de 2006, a jornada extraordinária do servidor desta Corte cedido para auxiliar em Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito do Congresso Nacional ou de suas Casas passou a ser disciplinada da seguinte forma:

> Art. 7° Aplica-se ao servidor cedido à Comissão Parlamentar de Inquérito o limite máximo de duas horas por jornada diária de trabalho, na realização de serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, em observância ao disposto no art. 74 da Lei nº 8.112, de 1990.
>
> § 1° Também se submetem ao limite fixado no caput os dias não úteis trabalhados, devendo ser compensados dentro do período da cessão, em dias úteis a serem estipulados pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ou por quem este houver delegado competência.
>
> § 2º O serviço extraordinário será computado pela Secretaria de Recursos Humanos mediante comprovação formal de sua realização pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.
>
> § 3° As horas extraordinárias que excederem ao estipulado no caput e § 1° deste artigo não serão consideradas pelo Tribunal de Contas da União para nenhum efeito.

12. De outra parte, no âmbito desta Corte de Contas, a Portaria Normativa 89/2001 estabelece que as horas despendidas em trabalho considerado urgente e inadiável fora dos horários regulamentares ou em fins de semana e feriados, autorizados em caráter excepcional pelo titular da Unidade ou Presidente, **serão computadas exclusivamente para efeito de compensação, não caracterizando, desta forma, serviço extraordinário**. **Portanto, apenas a Portaria nº 61/96 prevê a prestação de serviço extraordinário e só no caso de assessoramento ao Congresso Nacional.**

13. De se anotar, ainda, que o serviço extraordinário prestado pelos requerentes sob a égide da Portaria/TCU 61/96 foi limitado ao máximo de 2 horas quando houvesse jornada normal de trabalho, ou em 10 horas de trabalho quando se tratasse de dias em que não houvesse expediente, sem prejuízo do cômputo das horas excedentes no banco de horas do servidor, para fins de compensação futura (cf. despachos do Presidente desta Corte exarados nos processos administrativos mencionados pelos requerentes).

14. Pois bem, no caso concreto, feitos os cálculos e efetuados os pagamentos das horas-extras com base no divisor 240, insurgem-se os requerentes pleiteando a alteração da metodologia para que seja utilizado o divisor 175, com o conseqüente pagamento das diferenças a que fariam jus. A Serec, de seu lado, reconhece que o divisor por ela utilizado é inconstitucional, entretanto entende que o divisor correto a ser utilizado é o de 200, e não o de 175, devendo ser aquele aplicado a partir da deliberação proferida no presente processo, haja vista que as remunerações previstas no plano de carreira dos servidores desta Corte (Lei nº 10.356/2001) dizem respeito à jornada máxima semanal de 40 horas e à mínima de 30 horas.

15. Destarte, o ponto fulcral a ser examinado neste parecer diz respeito ao divisor a ser aplicado no cálculo do salário-hora para fins de incidência dos percentuais de hora-extra tendo em vista a jornada de trabalho dos servidores desta Corte.

16. Como evidenciado na jurisprudência pátria colacionada aos autos (fls. 3, 4, 7, 19/29 e 32), para se calcular o divisor aplicável torna-se indispensável saber qual é a jornada de trabalho semanal do servidor. Nesse sentido, o art. 28 da Lei nº 10.356/2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do TCU, estabelece que "O Tribunal fixará, em ato próprio, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei, respeitada a duração máxima do trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e mínima de 30 (trinta) horas semanais". Ou seja, a lei fixa a jornada máxima e a mínima de trabalho nos mesmos limites estabelecidos no art. 19 da Lei nº 8.112/90, a seguir reproduzido, e estabelece que ato próprio do Tribunal fixará a jornada normal de trabalho:

> Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
>
> § 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.
>
> § 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais.

17. Por outro lado, a Constituição Federal, no retrocitado art. 7º, inciso XIII, aplicável à espécie por força expressa do comando contido no seu art. 39, § 3º, faculta a compensação de horários e a redução da jornada de trabalho. Ambas as faculdades outorgadas pela Constituição foram aplicadas por este Tribunal. Registre-se, ainda, que após o plano de carreira foi baixada, em 05/03/2002, a Portaria

Normativa 83/2002 da Secretaria da Presidência, revogando a Portaria 224, de 12/07/2001[1], e restabelecendo o horário de funcionamento do Tribunal e a jornada de trabalho dos servidores de sua Secretaria, na forma disciplinada pela Portaria nº 189, de 28/05/2001.

18. De acordo com o art. 2º da aludida Portaria, **"A jornada de trabalho dos servidores é cumprida, ordinariamente, das 12 às 19 horas."**, ou seja, **sete horas por dia e 35 horas semanais**. Para efeito do controle de pontualidade e assiduidade a que se refere o inciso X do art. 116 da Lei nº 8.112/90, o cumprimento da carga horária mensal de trabalho a que está sujeito o servidor deste Tribunal é aferido pelo sistema informatizado de que trata o art. 10 da mesma Portaria – o ponto eletrônico, conforme dispõe o respectivo art. 14, **que exige a carga diária média de 420 minutos para os servidores não comissionados, correspondente a sete horas diárias, e de 480 para os comissionados, equivalente a 8 horas diárias.**

19. A Resolução nº 141, de 23/05/2001, citada pelos requerentes, também dispõe sobre o horário de expediente e a jornada de trabalho dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União. Especialmente quanto aos servidores comissionados, infere-se dos arts. 1º e 2º, § 1º, da referida Resolução, c/c o art. 19 da Lei 8.112/90 que a jornada de trabalho é de oito horas diárias e de quarenta semanais.

20. Com a devida vênia ao entendimento da Dipag/Serec, importa esclarecer que o fato de a Lei nº 10. 356/2001 estabelecer que a jornada de trabalho **poderá ser de até 40 horas semanais,** assim como o faz a Lei nº 8.112/90 (art. 19), não implica vincular a remuneração do servidor à jornada de trabalho de 40 horas como entende a Dipag/Serec. Tanto isso é verdade que, ao fixar a jornada semanal de 35 horas, os servidores desta Corte não tiveram nenhuma redução de vencimentos. Ademais, nas tabelas de remuneração anexadas à Lei nº 10.356/2001, constam valores para 30 horas semanais e para a "Jornada de Trabalho Normal", e, como demonstrado anteriormente, a jornada normal de trabalho foi fixada em 35 horas semanais para os servidores não comissionados e em 40 horas semanais para os comissionados.

21. Portanto, assiste razão aos requerentes quando pleiteiam a alteração da metodologia de cálculo considerando o divisor 175 para os servidores não comissionados e 200 para os comissionados. A jurisprudência acostada aos autos do STF e do TST ampara tal entendimento, inclusive quanto ao cálculo do divisor para quem trabalha 35 horas semanais.

22. A ilegalidade da metodologia do cálculo do salário-hora para fins de cálculo da hora-extra, considerando a carga semanal de trabalho de 48 horas, proveio de erro administrativo e resultou em pagamentos de serviço extraordinário a alguns servidores desta Corte em valor inferior ao devido. Destarte, é dever da Administração reconhecer o seu erro, alterar a metodologia de cálculo e pagar as diferenças devidas, corrigidas monetariamente, observada a prescrição qüinqüenal.

23. De acordo com os processos administrativos citados na petição (fl. 10/18), os serviços extraordinários foram realizados pelos três interessados na "CPI dos Correios" durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2005, com direito ao pagamento reconhecido em 10/06/2004, conforme o BTCU nº 01, de 23/01/2006. Já o ACE Fellipe Calvet Silva também prestou serviço extraordinário em junho e julho de 2005, tendo recebido o pagamento em outubro do mesmo ano (TC-014.706/2005-5 – fls.17/19). Destarte, todos os casos estão dentro de prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, haja vista que os pagamentos (atos que originaram o direito) foram realizados em 2005 e 2006.

[1] Portaria nº 224/2201 – Dispõe sobre o horário de funcionamento do Tribunal durante o período de vigência das medidas de enfrentamento da crise de energia.

## V – CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

24. Ante o exposto, conclui-se que o divisor 240 utilizado pelo Tribunal não é o correto, pois, para ser calculado, deve ser levada em consideração a jornada de trabalho semanal fixada para o servidor, que não é de 48 horas, nem de 44, e sim de 35 horas para o servidor não comissionado (divisor 175) e de 40 horas para o comissionado (divisor 200).

25. Dessa forma, esta Consultoria Jurídica opina pelo **deferimento** do pleito dos requerentes de forma a se pagar as diferenças a serem apuradas, corrigidas monetariamente.

Restituam-se os autos à Segedam.

TCU/Conjur, em 13 de novembro de 2006.

ELIANE MEIRA BARROS DE OLIVEIRA
Mat. 425-1
OAB-DF 17.793

PEDRO RICARDO A. DE OLIVEIRA
Assessor

ODILON CAVALLARI DE OLIVEIRA
Consultor Jurídico"

(TC 001.170/2006-4)

(Republicado por ter saído com omissões no BTCU nº 48, de 18/12/2006, pág. 45)

## SUPRIMENTO DE FUNDOS
**- Concessão -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 1º, inciso XXIV, da Portaria-TCU nº 231/2006; Portaria-TCU nº 206/2003;

ELEMENTO: 33.90.30 – Material de Consumo, da Atividade 01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais,

TIPO DA DESPESA: pequeno vulto e pronto pagamento em espécie.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| SERVIDOR/CARGO/MATRÍCULA/VALOR | PRAZO/ APLICAÇÃO | PRAZO/ COMPROVAÇÃO | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| VIRGINA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA / TCE / 2179-2 / R$ 500,00 (quinhentos reais) | 29/12/2006 | 29/12/2006 | TC 028.703/2006-3 |

## VANTAGEM PESSOAL
**- Pedido de reconsideração –**

**Em 15 de dezembro de 2006**

PROFERINDO, no processo de interesse do servidor CLÁUDIO MACHADO CARVALHO - ACE, 3100-3, o seguinte despacho:

"Examina-se nestes autos pedido de reconsideração do servidor Cláudio Machado Carvalho, do despacho desta Secretaria-Geral de Administração, proferido à folha 98, no sentido de ver reformada a decisão que indeferiu a incorporação da vantagem pessoal nominalmente identificada denominada "quintos" à sua remuneração, relativa ao lapso de tempo compreendido entre 11/09/1970 e 30/11/1975, pelo exercício de funções de chefia na Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA.

2. Esta Segedam indeferiu o pleito do interessado com base no percuciente parecer da Conjur (fls. 89 a 97), por falta de amparo legal nas normas que disciplinam a matéria.

3. Inconformado, o recorrente interpôs pedido de reconsideração (fls.104/113), onde apresenta o histórico dos fatos e fundamenta sua pretensão invocando a mesma legislação citada na petição inicial, as quais foram examinadas e contestadas pela unidade técnica da Secretaria de Recursos Humanos (fls. 84/85) e pela Consultoria Jurídica (fls. 89/97), opinando, ambas as Unidades pelo indeferimento do pleito, por falta de amparo legal.

4. O presente pedido de reconsideração preenche os requisitos de admissibilidade podendo, portanto, ser conhecido.

5. Dois novos argumentos são apresentados agora pelo recorrente, o primeiro: o RE 195.767/SP-Fls. 100/101, onde o Supremo Tribunal Federal, deliberou sobre a concessão da gratificação adicional aos servidores integrantes da Administração indireta; e o segundo: ADI-MC 1.400/SP, que, também, versa sobre entendimento firmado pela Suprema Corte no sentido de que o tempo de serviço de atividades essencialmente privadas não é computável para fins de gratificação adiconal, salvo quando intregrantes da administração pública indireta – empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo poder público, entretanto, essa jurisprudência está sendo empregada de forma equivocada, considerando se tratar o caso do recorrente de incorporação de quintos e não de gratificação adicional por tempo de serviço.

6. Em abono a sua pretensão o recorrente, sem acrescentar nenhum elemento novo capaz de ensejar a reformulação da decisão recorrida, contesta o entendimento prolatado pela Consultoria Jurídica, vazada nos nos seguintes termos:

a) afirma que este Tribunal no "*...Acórdão nº 1.871/2003-TCU-Plenário, ampliou o conceito de tempo de serviço público, estendendo aos servidores públicos as vantagens anteriormente concedidas aos Magistrados e membros do Ministério Público.*", ignorando que aquela decisão tratou tão-somente, conforme manifestação da Conjur, "*...do tema "tempo de serviço público", basicamente sob a ótica da legislação que regia a concessão de anuênios aos servidores públicos e da jurisprudência do STF sobre a concessão de gratificação adicional aos magistrados*.";

b) assevera que o Acórdão supramencionado autorizou a "*...contagem do tempo não apenas a concessão do adicional por tempo de serviço, mas, também, a concessão de licença-prêmio por assiduidade, referente aos períodos trabalhados em sociedades de economia mista e empresas públicas, e que a Conjur admitiu que o deferimento foi no sentido de contar, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado à empresa pública(extensivo às sociedades de economia mista*).", esquivando-se, mais uma vez, aceitar que naquela assentada esta Corte de Contas não examinou a matéria sob a ótica da incorporação de quintos;

c) discorda do entendimento de que "*a restrição temporal não se aplica ao requerente, que ingressou no Tribunal em 15/12/1995, dentro, portanto, do período estabelecido no Acórdão n.º 1.871/2003-P, que foi de 12/12/1990 a 10/12/1997.*", esquecendo que o pleito do recorrente se refere a incorporação de quintos relativa ao período de 11/09/1970 a 30/11/1975, prestado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na ACESITA, sociedade de economia mista, onde os empregos permanecem regidos pela CLT, que não foram amparados pelo art. 243 da Lei 8.112/1990, que transformou os empregos públicos (CLT) em cargos regidos pela lei, força da redação do art. 39, da CF, que instituiu o Regime Jurídico Único, considerando, ainda, que houve a quebra do vínculo jurídico com o ente estatal União ao transferir seu vínculo para outro Poder; e

d) argumenta que "*..a restrição temporal não se aplica ao requerente, que ingressou no Tribunal em 15/12/1995, dentro portanto, do período estabelecido no Acórdão nº 1.871/2003-TCU-Plenário, que foi de 12/12/1990 a 10/12/1997...*", uma vez que que não assiste razão ao recorrente por ter ingressado no serviço público em data posterior a ab-rogação da Lei 8.911/94, instituidora dos quintos.

7. A jurisprudência deste Tribunal é pacífica no sentido de que a incorporação de quintos aplica-se apenas a *"... servidores celetistas que passaram a ser submetidos ao novo Regime Jurídico Único puderam computar o tempo de serviço prestado sob aquele regime para os fins de concessão de quintos. No entanto, este não é o caso do requente, haja vista que os empregados das sociedades de economia mista, como é o seu caso, e de empresas públicas continuaram a ser regidos pela CLT, não sendo abrangidos, portanto, pelo novo regime jurídico estabelecido pela Lei 8.112/1990."*, em conformidade com o contido item 14 da instrução de folha 92, da douta Conjur.

Ante o exposto, conheço do pedido de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos do despacho desta Secretaria-Geral de Administração, proferido à fl. 98, considerando que o recorrente não acostou aos autos elementos novos que justifiquem a reformulação despacho atacado."

(TC 002.787/2004-2)

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário-Geral

## R E T I F I C A Ç Ã O

**Em 27 de dezembro de 2006**

No Extrato da Concessão de Diárias relativo ao processo nº TC 027.036/2006-1, de 21 de novembro de 2006, publicado no BTCU nº 45, de 27 de novembro de 2006, página 12,

**onde se lê:**

LOCAL/PERÍODO: Recife/PE, de 22 a 25/11/2006;

| NOME / MATRÍCULA | CARGO/ FUNÇÃO | DIÁRIAS | DIAS ÚTEIS | VALOR UNITÁRIO | DESCONTO AUX.-ALIM. | TOTAL DIÁRIAS | ADIC. DE EMB./DES. | TOTAL GERAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SERGIO FREITAS DE ALMEIDA / 2685-9 | ACE/FC-6 | 3,5 | 3 | 300,00 | 67,08 | 982,92 | 252,00 | 1.234,92 |

**leia-se:**

LOCAL/PERÍODO: Recife/PE, de 22 a 24/11/2006;

| NOME / MATRÍCULA | CARGO/ FUNÇÃO | DIÁRIAS | DIAS ÚTEIS | VALOR UNITÁRIO | DESCONTO AUX.-ALIM. | TOTAL DIÁRIAS | ADIC. DE EMB./DES. | TOTAL GERAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SERGIO FREITAS DE ALMEIDA / 2685-9 | ACE/FC-6 | 2,5 | 2,5 | 300,00 | 55,90 | 694,10 | 252,00 | 946,10 |

# SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS-SEREC DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIV do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2107** Designar TICIANA GOMES COÊLHO DE ALBUQUERQUE, Matrícula 806-0, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará/SEGECEX, o Secretário, Código FC-5, PAULO NOGUEIRA DE MEDEIROS, Matrícula 274-7, no período de 18 a 31/12/2006, em virtude dos afastamentos legais do titular e do substituto eventual.

**Nº 2108** Designar ANDRÉA CARIBÉ DE CARVALHO, Matrícula 2351-5, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Gabinete do Senhor Ministro Antônio Valmir Campelo Bezerra, o Oficial de Gabinete, Código FC-3, LAFAIETE LUIZ DO NASCIMENTO, Matrícula 2958-0, no período de 6 a 9/12/2006, em virtude do afastamento deste por motivo de licença para tratamento de saúde.

**Nº 2109** Designar CELI FERREIRA DE FREITAS, Matrícula 2662-0, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás/SEGECEX, a Chefe de Serviço, Código FC-3, SILVANIR PEREIRA DOS SANTOS BATISTA, Matrícula 2136-9, no período de 17 a 19/1/2007, em virtude dos afastamentos legais da titular e do substituto eventual.

**Nº 2110** Designar NIVALDO DA SILVA PINO, Matrícula 2042-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Arquivo da DICOM/SEMAT/SEGEDAM, a Chefe de Serviço, Código FC-3, ANA LÚCIA BARBOSA CUNHA, Matrícula 1559-8, no período de 1/12 a 7/12/2006, em virtude do afastamento legal desta.

**Nº 2111** Designar JÚLIO CÉSAR FERNANDES DE SOUZA, Matrícula 1880-5, Técnico de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Gabinete do Senhor Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, o Assistente Técnico, Código FC-2, WELLINGTON DE FRANÇA FÉLIX, Matrícula 3030-9, no período de 18 a 31/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2112** Designar FABRÍCIO NARCIZO LEAL COSTA, Matrícula 5179-9, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Diretoria Técnica de Programação e Execução da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SEGEDAM, o Diretor, Código FC-4, PEDRO MARTINS DE SOUSA, Matrícula 278-0, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2113** Designar CECÍLIA TORRES VITOR, Matrícula 6011-9, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Liquidação e Pagamento da Diretoria Técnica de Programação e Execução-SECOF/SEGEDAM, o Chefe de Serviço, Código FC-3, ANTONIO LUIZ MENESES AZEVEDO, Matrícula 2365-5, nos períodos de 11 a 15/12/2006 e de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude dos afastamentos legais deste.

**Nº 2114** Designar TEREZINHA DA LUZ SILVA DE REZENDE, Matrícula 2523-2, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SEGEDAM, o Assessor, Código FC-3, CYRO DE CASTILHO RIBEIRO, Matrícula 2979-3, no período 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2115** Designar VAGNER AURÉLIO CARNEIRO, Matrícula 6259-6, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SEGEDAM, o Assessor, Código FC-3, CYRO DE CASTILHO RIBEIRO, Matrícula 2979-3, no período 17 a 31/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2116** Designar FABRÍCIO NARCIZO LEAL COSTA, Matrícula 5179-9, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Programação Orçamentária e Financeira da Diretoria Técnica de Programação e Execução-SECOF/SEGEDAM, o Chefe de Serviço, Código FC-3, PEDRO LOPES DE OLIVEIRA, Matrícula 2642-5, no período 17/1 a 9/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2117** Designar DARLENE RODRIGUES DA COSTA PIRES, Matrícula 2370-1, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SEGEDAM, o Chefe de Serviço, Código FC-3, MANOEL CELESTINO DE OLIVEIRA, Matrícula 1929-1, no período 17/1 a 16/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2118** Designar PEDRO MARTINS DE SOUSA, Matrícula 278-0, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SEGEDAM, o Secretário, Código FC-5, ARY FERNANDO BEIRÃO, Matrícula 2675-1, no dia 29/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2119** Designar AFONSO FRANKLIN MEIRELES DE ARAÚJO, Matrícula 3861-0, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 5ª Secretaria de Controle Externo/SEGECEX, o Assessor, Código FC-3, FRANCISCO SEIXAS SANTOS, Matrícula 2403-1, nos períodos de 18/12/2006 a 16/1/2007 e de 17 a 26/1/2007, em virtude dos afastamentos legais deste.

**Nº 2120** Designar SOLANGE MARIA RANGEL, Matrícula 3616-1, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na 5ª Secretaria de Controle Externo/SEGECEX, a Assistente Administrativa, Código FC-1, MARYZELY CRISTINA QUEIROZ MARIANO, Matrícula 2893-2, no período de 12 a 15/12/2006, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2121** Designar BRUNA MARA COUTO FAVILLA, Matrícula 4244-7, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Gabinete do Senhor Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, o Chefe de Gabinete, Código FC-5, WAGNER BARBOSA DA SILVA, Matrícula 2993-9, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2122** Designar DOMERINA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS, Matrícula 2521-6, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Atividades de Apoio da Diretoria Técnica de Conservação e Apoio-SESEG/SEGEDAM, a Chefe de Serviço, Código FC-3, DORA FÁTIMA DIAS CARDOSO CARVALHO, Matrícula 1680-2, no período de 17 a 19/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2123** Designar ESTEVÃO DOS SANTOS CUNHA, Matrícula 5648-0, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Gabinete do Senhor Auditor Marcos Bemquerer Costa, o Assessor de Auditor, Código FC-5, JOSÉ JARDIM ROCHA JÚNIOR, Matrícula 2720-0, no período de 22/1 a 16/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2124** Designar ADRIANO CÉSAR FERREIRA AMORIM, Matrícula 5628-6, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União/SEGECEX, o Chefe de Serviço, Código FC-3, MARCELO DE ANDRADE FERNANDES PEREIRA, Matrícula 2659-0, nos períodos de 18/12/2006 a 16/1/2007 e de 17 a 19/1/2007, em virtude dos afastamentos legais deste.

**Nº 2125** Designar JOSÉ ROCHA DE CARVALHO FILHO, Matrícula 6063-1, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Diretoria Técnica de Manutenção Predial da Secretaria de Serviços Gerais/SEGEDAM, o Diretor, Código FC-4, GLAUCO CASTRO MACHADO, Matrícula 3365-0, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2126** Designar LILIANE GALVÃO COLARES, Matrícula 5878-5, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 3ª Diretoria Técnica da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ, Matrícula 2807-0, no período de 11 a 16/12/2006, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2127** Designar MARIA APARECIDA DE ASSUNÇÃO BALTAR, Matrícula 1952-6, Técnica de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria da Presidência deste Tribunal, o Assistente Técnico, Código FC-2, JOSÉ NILDO LAU PEREIRA, Matrícula 1861-9, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2128** Designar GONÇALO DE FREITAS, Matrícula 3014-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria da Presidência deste Tribunal, o Assistente Técnico, Código FC-2, JUSCELINO PEREIRA DE CASTRO, Matrícula 1882-1, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2129** Designar CÍCERO CARDOSO DE SOUSA, Matrícula 2204-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria da Presidência deste Tribunal, o Assistente Técnico, Código FC-2, NILTON BARROS DA CÂMARA, Matrícula 2353-1, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2130** Designar ELIZEU GROSSKOPF SCHLOTTFELDT JÚNIOR, Matrícula 4545-4, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Gabinete do Senhor Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, o Assessor de Ministro, Código FC-5, MARCELO MARTINS PIMENTEL, Matrícula 3128-3, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2131** Designar ELLEN MARY TRAEBERT CAVALINI, Matrícula 5644-8, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 1ª Diretoria Técnica da 3ª Secretaria de Controle Externo/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, RAIMUNDO NONATO GOMES, Matrícula 2567-4, no período de 17/1 a 9/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

## PORTARIAS-SEREC DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIII do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2132** Art. 1º Dispensar, a pedido, VALÉRIA PINHEIRO DA SILVA, Matrícula 2772-3, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), da função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 140, de 13 de dezembro de 2000, c/ a redação dada pela Resolução-TCU nº 193, de 9 de agosto de 2006, exercida no Serviço de Administração da Diretoria Técnica de Administração do Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Publicada no DOU de 14/12/2006, Seção 2, pág. 38)

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIII do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2133** Art. 1º É designado RENÊ FORTALEZA ROCHA, Matrícula 3542-4, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para exercer, no Serviço de Administração da Diretoria Técnica de Administração do Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal, a função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 140, de 13 de dezembro de 2000, c/ a redação dada pela Resolução-TCU nº 193, de 9 de agosto de 2006, ficando, em conseqüência, dispensado da função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, exercida no Serviço de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria Técnica de Administração do Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Publicada no DOU de 14/12/2006, Seção 2, pág. 38)

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIV do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2134** Designar MARIA EMÍLIA DE FÁTIMA REIS E SILVA, Matrícula 3578-5, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Diretoria Técnica de Administração do Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal, o Chefe de Serviço, Código FC-3, nos impedimentos eventuais deste, a contar de 14 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIII do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2135** Art. 1º É designado GILMAR GOMES DE LIRA, Matrícula 873-7, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para exercer, no Serviço de Seleção e Integração do Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal, a função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 140, de 13 de dezembro de 2000, c/ a redação dada pela Resolução-TCU nº 193, de 9 de agosto de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Publicada no DOU de 14/12/2006, Seção 2, pág. 38)

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIV do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2136** Designar VALÉRIA PINHEIRO DA SILVA, Matrícula 2772-3, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal, o Assessor, Código FC-3, MARCELO MORAES RODRIGUES, Matrícula 4577-2, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2137** Designar IVONER MONTEIRO DA SILVA, Matrícula 2300-0, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Diretoria Técnica de Benefícios Sociais da Secretaria de Recursos Humanos/SEGEDAM, o Diretor, Código FC-4, SÉRGIO DE BRITO LIMA, Matrícula 2971-8, no período de 18/12/2006 a 17/1/2007, em virtude do afastamento legal deste.

**Nº 2138** Designar JUSSARA MIRANDA GONÇALVES SANTOS, Matrícula 2653-0, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 1ª Diretoria Técnica da Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, JOSÉ DOMINGOS COELHO, Matrícula 912-1, no período de 13 a 15/12/2006, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2139** Designar JAIME VALENTE GODINHO FILHO, Matrícula 1795-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco/SEGECEX, a Assistente Administrativa, Código FC-1, VERA LÚCIA PAULINO DE SOUZA, Matrícula 2170-9, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2140** Designar VERA LÚCIA PAULINO DE SOUZA, Matrícula 2170-9, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco/SEGECEX, o Chefe de Serviço, Código FC-3, CELTON MENOR VASCONCELOS, Matrícula 4074-6, no período de 17/1 a 2/2/2007 e nos dias 8 e 9/2/2007, em virtude dos afastamentos deste por motivo de férias.

**Nº 2141** Designar JOÃO LEOPOLDINO FERREIRA NETO, Matrícula 1812-0, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí/SEGECEX, a Assistente Administrativa, Código FC-1, MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA SOUZA, Matrícula 1093-6, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2142** Designar FÁTIMA REGINA MOREIRA DA SILVA, Matrícula 449-9, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 4ª Diretoria Técnica da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, MÁRCIO EMMANUEL PACHECO, Matrícula 3037-6, no período de 17 a 26/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2143** Designar WALTER FRANCISCO GOULART, Matrícula 2630-1, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 4ª Diretoria Técnica da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, MÁRCIO EMMANUEL PACHECO, Matrícula 3037-6, no período de 29/1 a 23/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2144** Designar COSME HENRIQUE GALIAÇO REIS, Matrícula 2752-9, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, a Assessora, Código FC-3, ÂNGELA MARIA MOURA NONATO VIEIRA, Matrícula 328-0, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2145** Designar JOSÉ ANTONIO DESIMONE, Matrícula 537-1, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, o Assistente Administrativo, Código FC-1, OSWALDO CARLOS COUTO, Matrícula 2058-3, no período de 17/1 a 1º/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2146** Designar CARLOS BORGES TEIXEIRA, Matrícula 3500-9, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 2ª Diretoria Técnica da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, VIRGILIUS DE ALBUQUERQUE, Matrícula 3189-5, no dia 17/1/2007 e nos períodos de 22/1 a 16/2/2007, 26 a 28/2/2007, 1º a 30/3/2007 e de 2/4 a 29/6/2007, em virtude dos afastamentos legais deste.

**Nº 2147** Designar SANDRA ELISABETE ALVES DOS SANTOS, Matrícula 747-1, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 3ª Diretoria Técnica da Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, JOSÉ CLÁUDIO SANTOS LIRA, Matrícula 4551-9, nos períodos de 17 a 26/1/2007 e de 29/1 a 7/2/2007, em virtude dos afastamentos deste por motivo de férias.

**Nº 2148** Designar MARGARIDA BEZERRA FERREIRA, Matrícula 2520-8, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas/SEGECEX, a Assistente Administrativa, Código FC-1, MARIA LÚCIA DOS SANTOS SILVA, Matrícula 1991-7, no período de 22/1 a 9/2/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2149** Designar JANETE SARAIVA DE AZEVEDO, Matrícula 891-5, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas/SEGECEX, a Assessora, Código FC-3, LÚCIA DE FÁTIMA RIBEIRO MAGALHÃES, Matrícula 2852-5, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2150** Designar ANDRÉ NOGUEIRA SIQUEIRA, Matrícula 5718-5, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Admissibilidade de Recursos da Secretaria de Recursos/SEGECEX, o Chefe de Serviço, Código FC-3, MAYCON RONALD HENNEBERG, Matrícula 5077-6, no período de 18/12/2006 a 19/1/2007, em virtude do afastamento legal deste.

**Nº 2151** Designar GENUÍNA ELIANA PEREIRA, Matrícula 3386-3, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Recursos/SEGECEX, a Assistente Administrativa, Código FC-1, LÂNDIA MARIA VELOSO DA SILVA, Matrícula 1886-4, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2152** Designar FERNANDO ANTONIO DA SILVA FALCÃO, Matrícula 5656-1, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 4ª Diretoria Técnica da Secretaria de Recursos/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, EDÍSIO BIANCHI LOUREIRO, Matrícula 5066-0, no período de 17/1 a 2/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2153** Designar ARIDES LEITE DOS SANTOS, Matrícula 3089-9, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 4ª Diretoria Técnica da Secretaria de Recursos/SEGECEX, o Diretor, Código FC-4, EDÍSIO BIANCHI LOUREIRO, Matrícula 5066-0, no período de 5 a 16/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2154** Designar CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DA ANUNCIAÇÃO, Matrícula 4081-9, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Assessoria de Comunicação Social da Presidência deste Tribunal, a Assessora, Código FC-3, CLÁUDIA DE ABREU MARTINS, Matrícula 1650-0, no período de 17 a 19/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2155** Designar TÉRCIO RIBAS TORRES, Matrícula 5864-5, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Assessoria de Comunicação Social da Presidência deste Tribunal, a Assessora, Código FC-3, SILVIA MARY PINHEIRO OLIVEIRA, Matrícula 2771-5, no período de 17 a 26/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2156** Designar RENATA MIRANDA PASSOS CAMARGO, Matrícula 6517-0, Analista de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Qualidade de Processos de Tecnologia da Informação da Secretaria de Tecnologia da Informação da Presidência deste Tribunal, a Chefe de Serviço, Código FC-3, MARISA RODRIGUES ALHO BATISTA, Matrícula 2418-0, no período de 17/1 a 2/2/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2157** Designar FABIANA RUAS VIEIRA ARAÚJO, Matrícula 6279-0, Analista de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Diretoria de Sistemas de Conhecimento da Secretaria de Tecnologia da Informação da Presidência deste Tribunal, o Diretor, Código FC-4, PAULO ANDRÉ MATTOS DE CARVALHO, Matrícula 2439-2, no período de 17/1 a 2/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

PORTARIAS-SEREC DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIV do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2158** Designar NILVA LÚCIA DE FREITAS SANTOS, Matrícula 264-0, Técnica de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa/SEGEDAM, o Assessor, Código FC-3, ADRIANO DE SOUSA MALTAROLLO, Matrícula 3391-0, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2159** Designar SARAH MEZÊNCIO CRUZ E SOUSA, Matrícula 6278-2, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Diretoria Técnica de Contratos Administrativos da Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa/SEGEDAM, o Diretor, Código FC-4, ANTÔNIO EUSTÁQUIO DE SOUZA, Matrícula 3451-7, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude dos afastamentos legais do titular e do substituto eventual.

**Nº 2160** Designar RICARDO PARADA TOSCANO, Matrícula 6020-8, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa/SEGEDAM, a Assistente Administrativa, Código FC-1, MARIA SUZANA SOARES, Matrícula 3634-0, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2161** Designar ROSÂNGELA DE SOUZA MAGALHÃES, Matrícula 4070-3, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre/SEGECEX, o Assistente Administrativo, Código FC-1, JOSÉ MAURO DINIZ LIMA, Matrícula 3423-1, no período de 27/11 a 15/12/2006, em virtude do afastamento deste por motivo de licença para tratamento de saúde.

**Nº 2162** Designar MARCOS RENATO DE ABREU CORRÊA, Matrícula 2767-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Almoxarifado da Diretoria Técnica de Recursos Materiais-SEMAT/SEGEDAM, o Chefe de Serviço, Código FC-3, WALKER ANTÔNIO XAVIER SANTOS, Matrícula 2187-3, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de recesso.

**Nº 2163** Designar ANSELMO ORNELAS DE ARAÚJO, Matrícula 4075-4, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa/SEGEDAM, a Chefe de Serviço, Código FC-3, DALCILENE SOUZA DOS SANTOS, Matrícula 2888-6, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2164** Designar MICHEL AMARAL, Matrícula 47086-4, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa/SEGEDAM, a Assistente administrativa, Código FC-1, RÚBIA QUEIROZ DE OLIVEIRA REGES, Matrícula 2644-1, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2165** Designar GELSON CELISTRE, Matrícula 3424-0, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul/SEGECEX, o Assistente Administrativo, Código FC-1, MARIOVALDO BARCELLOS FERREIRA, Matrícula 3576-9, nos períodos de 8 a 15/12/2006 e de 18/12/2006 a 15/1/2007, em virtude dos afastamentos legais deste.

**Nº 2166** Designar MARIA CÉLIA RIBEIRO CÉSAR, Matrícula 199-6, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Arquivo da Diretoria Técnica de Comunicação Administrativa-SEMAT/SEGEDAM, a Chefe de Serviço, Código FC-3, ANA LÚCIA BARBOSA CUNHA, Matrícula 1559-8, no período de 18/12/2006 a 1º/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2167** Designar JOSÉ PAULA FUERTES, Matrícula 160-0, Técnico de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Arquivo da Diretoria Técnica de Comunicação Administrativa-SEMAT/SEGEDAM, a Chefe de Serviço, Código FC-3, ANA LÚCIA BARBOSA CUNHA, Matrícula 1559-8, no período de 2 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2168** Designar JARBAS EISUKE WATANABE, Matrícula 3631-5, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria-Geral de Administração, o Assistente Administrativo, Código FC-1, JOÃO ANTÔNIO VIEIRA, Matrícula 3032-5, no período de 2 a 29/1/2007, em virtude do afastamento legal deste.

**Nº 2169** Designar MARCELO ASSIS DA SILVA, Matrícula 5856-4, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria-Geral de Administração, a Assistente Administrativa, Código FC-1, SANDRA MARA ABADE MÁXIMO, Matrícula 2526-7, nos períodos de 11 a 15/12/2006 e de 18/12/2006 a 1º/1/2007, em virtude dos afastamentos legais desta.

**Nº 2170** Designar GERALDINO MARQUES DA ROCHA, Matrícula 1330-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria-Geral de Administração, a Assistente Administrativa, Código FC-1, SANDRA MARA ABADE MÁXIMO, Matrícula 2526-7, no período de 2 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2171** Designar JARBAS EISUKE WATANABE, Matrícula 3631-5, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria-Geral de Administração, a Assessora, Código FC-3, KÁTIA MARIA NOLÊTO LÔBO, Matrícula 3017-1, no período de 18/12/2006 a 1º/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2172** Designar VALMIRA MOREIRA DOS SANTOS, Matrícula 2164-4, Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Secretaria-Geral de Administração, a Assessora, Código FC-3, KÁTIA MARIA NOLÊTO LÔBO, Matrícula 3017-1, no período de 2 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2173** Designar ANGERICO ALVES BARROSO FILHO, Matrícula 2884-3, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria-Geral de Administração, a Assessora de Secretário-Geral, Código FC-4, FRANCISMARY SOUZA PIMENTA, Matrícula 3674-9, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2174** Designar ANESTOR FERREIRA DA CUNHA, Matrícula 1568-7, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria-Geral das Sessões, a Chefe de Serviço, Código FC-3, FLÁVIA CAMARGO ROSAL ALMEIDA, Matrícula 3022-8, no período de 11 a 15/12/2006, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

**Nº 2175** Designar HAROLDO VALADARES REIS, Matrícula 6024-0, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Serviço de Administração da Secretaria-Geral das Sessões, a Chefe de Serviço, Código FC-3, FLÁVIA CAMARGO ROSAL ALMEIDA, Matrícula 3022-8, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2176** Designar MARCELO DE OLIVEIRA VIANNA, Matrícula 2985-8, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, na Diretoria Técnica de Normas e Jurisprudência da Secretaria-Geral das Sessões, a Diretora, Código FC-4, LUCIANA MIRANDA SARMET PANIAGO, Matrícula 1089-8, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de recesso.

**Nº 2177** Designar MARCELLO FREITAS DE ABREU, Matrícula 1090-1, Técnico de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Diretoria Técnica de Pautas e Atas da Secretaria-Geral das Sessões, o Diretor, Código FC-4, OSMAR MARQUES DE OLIVEIRA, Matrícula 2055-9, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude dos afastamentos legais do titular e do substituto eventual.

**Nº 2178** Designar PAULO TORRES MELO, Matrícula 2869-0, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Pautas e Atas da Diretoria Técnica de Pautas e Atas/SGS, o Chefe de Serviço, Código FC-3, LUIZ SANTOS DE OLIVEIRA, Matrícula 1924-0, no período de 18/12/2006 a 16/1/2007, em virtude dos afastamentos legais do titular e do substituto eventual.

**Nº 2179** Designar ANDRÉ KRESCH, Matrícula 2802-9, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina/SEGECEX, o Assessor, Código FC-3, CARLOS ALBERTO LELLIS, Matrícula 3092-9, no período de 22/1 a 2/2/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2180** Designar VERA LÚCIA DE PINHO VIEIRA, Matrícula 2171-7, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Gabinete do Senhor Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico, o Assessor de Procurador-Geral, Código FC-5, LÚCIO CÉSAR SILVA DE MENEZES, Matrícula 181-3, no período de 18 a 26/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2181** Designar WANTUIL LINHARES WERNECK JÚNIOR, Matrícula 3006-6, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Gabinete do Senhor Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, o Assistente Técnico, Código FC-2, LAURO SANTANA DE MOURA, Matrícula 3009-0, no período de 17 a 26/1/2007, em virtude do afastamento deste por motivo de férias.

**Nº 2182** Designar JOÃO BATISTA FERREIRA, Matrícula 2599-2, Analista de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, na 3ª Diretoria Técnica da Secretaria de Fiscalização de Pessoal/SEGECEX, a Diretora, Código FC-4, SIMARA GORETE GONÇALVES LARA, Matrícula 767-6, no período de 17 a 26/1/2007, em virtude do afastamento desta por motivo de férias.

PORTARIA-SEREC Nº 2183, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIV do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

Designar HÉLIO PEREIRA DE NOVAIS, Matrícula 1772-8, Técnico de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo), para substituir, no Gabinete do Senhor Ministro Benjamin Zymler, o Assistente Técnico, Código FC-2, ALBINO MARTINS DA PAZ JÚNIOR, Matrícula 3541-6, no período de 18/12/2006 a 17/1/2007, em virtude do afastamento legal deste.

PORTARIAS-SEREC DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIII do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2184** Tornar sem efeito as Portarias-Serec nº 2132, 2133 e 2135, de 13 de dezembro de 2006, publicada no DOU-Seção 2, de 14 de dezembro de 2006, página 38.

(Publicada no DOU de 19/12/2006, Seção 2, pág. 27)

**Nº 2185** Tornar sem efeito as Portarias-Serec nº 2134 e 2136, de 13 de dezembro de 2006, publicadas no BTCU Normal nº 49, de 29 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXIV do art. 1° da Portaria n° 37, de 8 de setembro de 2006, do Secretário-Geral de Administração deste Tribunal, resolve:

**Nº 2186** Designar MARIA DO SOCORRO CRUZ DE CARVALHO, Matrícula 221-6, Técnico de Controle Externo (Área Controle Externo), para substituir, no Serviço de Arquivo da DICOM/SEMAT/SEGEDAM, a Chefe de Serviço, Código FC-3, ANA LÚCIA BARBOSA CUNHA, Matrícula 1559-8, no período de 8/12 a 15/12/2006, em virtude do afastamento legal desta.

APOSTILA-SEREC Nº 39, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 1º, inciso XVI, da Portaria - Segedam nº 37, de 8 de setembro de 2006, resolve:

APOSTILAR o ato que aposentou ANTÔNIO COSTA FERREIRA, matrícula nº 1579-2, com fundamento no artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, por estar, conforme Parecer Pericial da Junta Médica Oficial deste Tribunal, de 8 de dezembro de 2006, acometido de doença prevista no art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ficando, assim, isento do recolhimento de imposto de renda, a partir de 26 de setembro de 2006, nos termos do inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, regulamentada pelo art. 39, inciso XXXIII, §§ 4º e 5º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, bem como tendo alterada a base de cálculo de sua contribuição social, com fundamento no § 21 do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005 (Processo TC – 023.835/2006-0).

# DESPACHOS

## ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
**- Recurso -**

**Em 8 de dezembro de 2006**

PROFERINDO, no processo de interesse do servidor CARLOS ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO JÚNIOR, ACE – 5620-0, o seguinte despacho:

"Trata-se de Recurso (fls. 12/11), previsto no art. 107, inciso I, da Lei n.º 8.112/90, interposto pelo interessado contra indeferimento de Pedido de Reconsideração por parte da Secretaria de Recursos Humanos (Serec), desta Secretaria-Geral, que fora apresentado em face do não atendimento do pleito do servidor, no sentido da averbação do tempo de serviço prestado à União Federal (Ministério do Exército – 21/7/1986 e 14/8/1997) para todos os efeitos, inclusive, para fins de percepção de adicional por tempo de serviço.

2. Ressalte-se que o servidor entre 21/7/1986 e 14/8/1997 esteve vinculado ao Ministério do Exército. Em 4/9/1997, ingressou no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, de onde foi exonerado, a pedido, em 8/9/2004, momento em que ingressa no TCU.

3. As alegações do interessado, apresentadas no Pedido de Reconsideração, constam na fl. 71, dos autos. O Secretário da Serec manifestou-se nos seguintes termos quanto ao recurso:

> Isto posto, mantidos os argumentos da instrução de fls. 67/69, conheço do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, por ausência de amparo legal à pretensão.

4. O interessado, em nova peça, com argumentos semelhantes aos do Pedido de Reconsideração, questiona o posicionamento da Serec, porque apresentaria alguns equívocos.

5. O primeiro deles diz respeito a não levar em conta a jurisprudência da própria Casa (Acórdão n.º 25/2003 – Plenário), em que se averbou, para todos os efeitos, tempo de serviço de ex-militar que interrompera por 14 anos o seu vínculo com a Administração Pública Federal.

6. Considera desarrazoado procedimento da Serec de pedir orientação à Conjur, pois não lhe atribui deferência.

7. Ressalta, novamente, que o período aquisitivo do adicional está compreendido entre 1986 e 1997, anterior à revogação do art. 67 da Lei n.° 8.112/1990. Estaria, dessa forma, configurado o direito adquirido, nos termos defendidos pela Conjur, abalizada no conceito do Professor Luís Roberto Barroso (in Temas de Direito Constitucional, Renovar, edição de 2001) e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (RMS 8.321, Rel. Ministro Flaquer Scartezzini).
8. Por outro lado, afirma que a jurisprudência do STF e STJ, mencionada pela Serec, não se aplica ao caso em apreciação, no sentido de que não estaria configurado o direito adquirido, já que não há comando específico de que a interrupção de vínculo com a Administração impede a fruição de direitos para os quais já se tenham cumpridos os devidos pressupostos legais.
9. Acrescenta que não requereu direito adquirido a regime jurídico. Além disso, a Medida Provisória n.° 1.815/1999, que extinguiu o adicional, teve o cuidado de incluir, expressamente, no seu texto, o resguardo às situações constituídas até a data de sua edição, no que a posição da Serec afrontaria.

10. Afirma, ainda, que a restrição ao cômputo do tempo de serviço, defendida pela Serec, não encontra respaldo na legislação pertinente. Não há, na referida norma, previsão de que só poderia incorporar o adicional caso o servidor estivesse no serviço público federal na data da MP.

11. Por fim, o interessado pugna pela "revisão da referida decisão, para que outra seja prolatada, com o acatamento do pedido de concessão de adicional por tempo de serviço, referente ao tempo de serviço junto à Administração Pública Federal".
12. Posto isso, passo a examinar o recurso apresentado.
13. Primeiramente, conheço do recurso, vez que estão preenchidos os requisitos legais de admissibilidade.

14. No tocante ao mérito, percebe-se que a intenção do recorrente é que seja reformada a decisão do Secretário de Recursos Humanos deste Tribunal, sendo concedido o adicional por tempo de serviço, referente ao período em que esteve vinculado ao Ministério do Exército, entre 21/7/1986 e 14/8/1997.

15. Os argumentos trazidos aos autos pelos requerente, Conjur e Serec situam-se basicamente na discussão se o tempo de serviço prestado ao Exército Brasileiro, averbado para fins de aposentadoria e disponibilidade na esfera estadual, configuraria direito adquirido à concessão de adicional por tempo de serviço ao servidor, mesmo diante da transposição para outro cargo público pertencente a outra unidade da federação.
16. A Conjur manifestou-se favorável ao pleito requerido. O entendimento exposto é de que "(...) as vantagens pessoais adquiridas em um cargo público consistem em direito adquirido, ainda que transpostas para outro cargo público pertencente a outra unidade da federação." (nos termos relatados pela Serec). Nesse sentido, o adicional, incorporado como vantagem pessoal na esfera estadual, por constituir-se em direito adquirido, deveria manter-se após a posse no Tribunal de Contas da União.
17. Para melhor qualificar a discussão, cita a doutrina de Luís Roberto Barroso, que define com precisão o instituto do direito adquirido. Sustenta a tese ainda nos termos do Acórdão n.º 25/2003 – Plenário, em que é reconhecido direito ao requerente de averbar para todos os efeitos legais tempo de serviço prestado ao Exército, entre 1974 e 1978. Acrescenta jurisprudência (STJ), corroborando com a tese de direito adquirido.
18. A justificativa inicial da Serec para o indeferimento do pedido de incorporação do adicional reside no fato de não existir mais o direito pleiteado quando o servidor ingressou no serviço público federal. Afirma que o período trabalhado no Ministério do Exército foi averbado na esfera estadual somente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
19. A Serec sustenta, ainda, com base em farta jurisprudência, que não há direito adquirido a regime jurídico. Além disso, se não tivesse ocorrido a interrupção na prestação do serviço público federal poder-se-ia dar continuidade à percepção da vantagem pelo servidor.
20. Diante das questões levantadas, sou pelo indeferimento do pleito, acompanhando os argumentos da Serec, nos termos a seguir apresentados.

21. O Parecer AGU n.° GM – 013, citado pela Conjur, fl. 58, vp, deixa claro que "(...) a investidura de titular de cargo de Estado-membro, do Distrito Federal ou de Município em cargo federal inacumulável não restabelece direitos que tenham sido adquiridos em decorrência de cargo anteriormente exercido na União e extintos com a desvinculação. (...)"

22. Nesse sentido, mesmo o direito adquirido fica sujeito à extinção, diante da desvinculação. Assim também, e com menor gravidade, se, atendidos pressupostos para a aquisição do direito, o vínculo tenha sido perdido, já que o ingresso do servidor no TCU ocorre sob novo regime jurídico, prevalecendo o princípio do tempo rege o ato. Diante disso, se o tempo de serviço prestado à União, entre 1986 e 1997, não garantiu à época incorporação do direito ao patrimônio do servidor, ou em momento oportuno posterior, não pode agora, depois de revogada a lei, ser-lhe ressuscitado o que não existe mais, a despeito das normas em vigor.

23. Assim a jurisprudência do STF e STJ, carreada aos autos pela Serec, tem plena aplicação ao caso em análise, quando afirma que não há direito adquirido a regime jurídico, ainda que não faça referência específica à interrupção de vínculo com a Administração, aliás seria desnecessário.

24. Ressalte-se que o requerente, em 5/3/1999, data da edição da Medida Provisória n.° 1.815, não estava vinculado ao regime de pessoal da União, mas ao do Estado de Santa Catarina. Além disso, ao contrário do que percebeu a Conjur, o referido tempo de serviço não foi incorporado ao patrimônio do servidor como vantagem pessoal, conceito a partir do qual desenvolve a tese de direito adquirido, caindo por terra, portanto; mas averbado, fl. 2, vp, apenas para os fins de aposentadoria e disponibilidade.

25. Merece ressaltar ainda o parecer da Douta Conjur, em outro momento(TC – 003.128/2005-1), em que avalia pedido de pagamento de incorporação aos vencimentos do interessado das vantagens pecuniárias "Adicional Militar" e "Adicional de Habitação":

> (...) De fato há jurisprudência do STJ no sentido de que as vantagens de ordem pessoal, uma vez incorporadas ao patrimônio do servidor, tornam-se insuscetíveis de extinção. Contudo, evidente que tal entendimento tem aplicação apenas quando o servidor permanece vinculado ao regime jurídico em que se deu a incorporação do benefício ou, ainda, quando houver previsão legal de que tal vantagem possa ser reconhecida em regime jurídico diverso.

26. Outro aspecto a considerar diz respeito a um dos pilares de argumentação tanto do requerente quanto da Conjur no sentido possibilidade jurídica do pedido. Trata-se do Acórdão n.º 25/2003 – Plenário, que autorizou a averbação de tempo de serviço para todos os efeitos, ainda que o beneficiário tenha interrompido o vínculo com a Administração Pública.

27. Ao analisar a deliberação referida, verifico que o caso não se assemelha ao que está em apreciação. O beneficiário daquele ingressou neste Tribunal em 7/7/1992, isto é, quando ainda em vigor o art. 67 da Lei n.° 8.112/1990, que, combinado com os termos do art.100 da mesma Lei e a Súmula de Jurisprudência n.° 108 desta Casa, garantiu-lhe o atendimento do pleito.

28. Por outro lado, o requerente só voltou ao serviço público federal em 2004. Nesse sentido, ganha relevo a interrupção do vínculo com o ente federal, já que, quando retorna, não encontra amparo legal para o direito pleiteado. Acerta a Serec ao afirmar que o servidor poderia carrear para o seu patrimônio o direito se não tivesse interrompido o vínculo. Na verdade, quer dizer que se ele, até o momento da edição dos novos paradigmas legais, estivesse vinculado ao regime jurídico alterado, poderia continuar a perceber o que de fato se constituiria direito adquirido.

29. Quanto ao argumento do requerente de que o seu direito merece guarida, pois a Medida Provisória n.° 1.815/1999 resguardou as situações constituídas até a data de sua edição; a Serec foi clara nos itens 9 e 10 do parecer, fls. 74/75, vp, com o que concordo. Na verdade, o servidor não fazia jus ao pagamento dos anuênios, já que não manteve o vínculo com o regime jurídico da União, sendo que no momento em que o restabelece, o direito não existe mais.

30. No que toca à inexistência de previsão na norma de que só poderia incorporar o adicional se o servidor estivesse no serviço público federal na data da Medida Provisória n.° 1.815/1999, acompanho o posiciomento da Serec, por duas razões: a de que o tempo rege o ato, princípio basilar do direito, e a lei não dispor de modo diferente.

31. Outro aspecto questionado pelo requerente é o disposto no art. 9.º da MP n.° 1.815/1999, que ao revogar o art. 67 da Lei n.º 8.112/1999, preservou as situações constituídas até 8/3/1999, por isso teria direito ao adicional. A Serec enfrenta com precisão a questão ao afirmar essa garantia não significou a transformação dos qüinqüênios e anuênios em vantagem pessoal.
32. Dessa forma, não se incorporaram ao patrimônio do servidor, tanto é que no âmbito estadual não o fazia jus, e quando ingressa novamente no serviço público federal, em 8/9/1994, o direito fora revogado. Sendo assim não se aplica a jurisprudência do STJ de que "(...) as vantagens pessoais adquiridas em determinado cargo público e transpostas para outro cargo também público, mesmo que afeto a outra unidade da federação, consistem em direito adquirido do servidor."
33. Para finalizar, vale frisar que, embora sustente o pleito na teoria do direito adquirido levantada pela Conjur, o requerente afirma não está pleiteando direito adquirido a regime jurídico. Entendo que, para o caso, não há que fazer distinção entre as teses sustentadas. O fato é que o servidor quer ver incorporado direito que não mais existe em nosso ordenamento jurídico, com base em pressuposto de que teria atendido os requisitos legais, do que discordo, pois, enquanto vigente o art. 67 da Lei n.º 8.112/1990, não incorporou o adicional ao seu patrimônio, bem assim porque não mantinha vínculo com a Administração Federal.
34. Ante o exposto, conheço do recurso interposto pelo interessado, com base nos arts. 107, inciso I, 108, da Lei n.º 8.112/1990, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Encaminhem-se os autos à Serec."

(TC 015.851/2004-2)

## FÉRIAS
### - Reconhecimento do direito -

FUNDAMENTO LEGAL: § 1º do art. 77 da Lei nº 8.112/1990, art. 1º §§ 1º e 2º da Portaria nº 16/98.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, o reconhecimento de 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2006, dispensando o cumprimento do período aquisitivo, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 14 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | PROCESSO |
|---|---|
| LUCIANE DE LUCENA OLIVEIRA / ACE – 6479-3 | TC 028.582/2006-6 |

## HORÁRIO ESPECIAL PARA AMAMENTAÇÃO
### - Concessão -

FUNDAMENTO LEGAL: art. 209 da Lei nº 8.112/1990.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a **concessão** do horário especial para amamentação, de 5/12/2006 a 11/1/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| ANA MARIA ALVES FERREIRA – TCE – 5710-0 | TC – 028.184/2006-9 |

## INSCRIÇÃO NA ASSISTÊNCIA MÉDICA
**- Indeferimento -**

INDEFERINDO, no processo de interesse do servidor aposentado abaixo relacionado, a inscrição de filha maior e casada, por falta de amparo legal, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Benefícios Sociais.

**Em 19 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| EDIRSON MARIANO DE OLIVEIRA / TCE – 1686-1 - Aposentado | TC 024.241/2006-9 |

## ISENÇÃO DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO DE RENDA
**- Indeferimento -**

INDEFERINDO, no processo de interesse da servidora aposentada abaixo relacionada, o pedido de isenção de recolhimento de imposto de renda, por falta de amparo legal, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| MARIA LUCIA DE OLIVEIRA / ACE – 970-9 - Aposentada | TC 016.359/2005-6 |

## LICENÇA-CAPACITAÇÃO
**- Concessão -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 27/3/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| PAULO AVELINO BARBOSA SILVA – ACE – 711-0 | TC 017.220/2006-9 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a concessão da licença-capacitação, para o período de 31/1 a 30/4/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| LYGIA MARIA ALMEIDA B. DE MELLO I. PARENTE – ACE – 185-6 | TC 021.906/2006-9 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, **in** BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a **concessão** da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 17/3/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 19 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| ELIAS MALAQUIAS NUNES – TCE – 2469-4 | TC 017.315/2006-4 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 17/3/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| ANDERSON LISBOA NEVES – ACE – 3192-5 | TC 021.069/2006-5 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 16/2/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| EDÍSIO BIANCHI LOUREIRO – ACE – 5066-0 | TC 020.984/2006-6 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença-capacitação, para o período de 22/1 a 20/2/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS– ACE – 3064-3 | TC 015.286/2006-1 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a concessão da licença-capacitação, para o período de 22/1 a 21/4/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| ISMÊNIA ROSE FERREIRA DE LIMA – TCE – 4068-1 | TC 025.889/2006-0 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 16/4/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| LUCIANO EUSTÁQUIO BUENO RINALDI – ACE – 3469-0 | TC 023.997/2006-8 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença-capacitação, para o período de 22/1 a 21/4/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA – ACE – 5675-8 | TC 024.035/2006-0 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a concessão da licença-capacitação, para o período de 22/1 a 21/4/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| REGINA LUCI MACÊDO PESSOA – ACE – 4588-8 | TC 024.764/2006-0 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a concessão da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 9/3/2007 e de 31/3 a 29/4/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| TÂNIA MAIA FERREIRA – ACE – 786-2 | TC 026.610/2006-3 |

FUNDAMENTO LEGAL: art. 87 da Lei nº 8.112/1990 com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997 c/c os arts. 34 e 36, § 3º da Resolução nº 165/2003, in BTCU nº 15/2003.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a concessão da licença-capacitação, para o período de 17/1 a 28/2/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| TEREZA CRISTINA P. R. PINHEIRO – TCE – 3390-1 | TC 015.230/2006-6 |

## LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE
**- Reformulação –**

FUNDAMENTO LEGAL: Resolução nº 35, de 2/9/1999-Senado Federal, publicado no DOU de 3/9/1999.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a REFORMULAÇÃO do despacho exarado em 7/11/1996, que concedeu o 1º qüinqüênio, de licença prêmio no período de 12/12/1990 a 10/12/1995, para que se considere o 1º qüinqüênio no período de 29/1/1990 a 27/1/1995, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 19 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| ELIAS MALAQUIAS NUNES / TCE – 2469-4 | TC 015.805/1996-4 |

FUNDAMENTO LEGAL: Acórdão nº 2.036/2004-TCU-Plenário.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a REFORMULAÇÃO do despacho exarado em 3/6/1992, que concedeu o 1º qüinqüênio, de licença prêmio no período de 3/4/1987 a 1/5/1992, para que se considere no período de 24/11/1986 a 22/11/1991, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| TÂNIA MAIA FERREIRA / ACE – 786-2 | TC 013.101/1992-7 |

**- Reformulação e concessão –**

FUNDAMENTO LEGAL: Decisão nº 41/1993, publicado no BTCU nº 1/1994; Portaria MP-TCU nº 171/1994: e art. 87 da Lei nº 8.112/1990;.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a REFORMULAÇÃO do despacho de 1/7/1992, que concedeu o 1º qüinqüênio, de licença prêmio no período de 28/11/1984 a 5/12/1989, para que se considere o 1º qüinqüênio no período de 28/11/1984 a 28/11/1989; AUTORIZANDO ainda, a CONCESSÃO do 2º qüinqüênio de licença-prêmio, no período de 29/11/1989 a 27/11/1994, para gozo em época oportuna ou cômputo em dobro para aposentadoria, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| LYGIA MARIA ALMEIDA BANDEIRA / ACE – 185-6 | TC 013.608/1992-4 |

## PENSÃO
**-Deferimento –**

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 215 e 217, inciso II, alínea "a" da Lei 8.112/1990, e art. 40 § 7º, inciso I e 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC nº 41 publicada em 31/12/2003.

**Em 20 de dezembro de 2006**

DEFERINDO, o pedido de pensão temporária a KÁTIA MACHADO RODRIGUES, filha do ex-servidor MANOEL MACHADO PORTELA, a partir de 1/7/2006, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

(TC 028.635/2006-1)

## REGIME ESPECIAL DE JORNADA DE TRABALHO
**- Concessão -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 29, § 5º, da Resolução nº 165/2003, **in** BTCU nº 15/2003.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a CONCESSÃO do regime especial de cumprimento de jornada de trabalho, para o período de 21/10/2006 a 31/7/2007, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Acompanhamento Funcional e Cadastro.

**Em 18 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATRÍCULA | PROCESSO |
|---|---|
| ORLANDO DE ARAUJO / ACE – 3184-4 | TC 012.481/2006-6 |

## VANTAGEM PESSOAL
**- Aplicação de percentual -**

FUNDAMENTO LEGAL: Decisão 130/2002-2ª Câmara e Decisão nº 937/2000-TCU-Plenário.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a atualização do valor da parcela de VPNI incorporada na Justiça Federal, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 19 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | PROCESSO |
|---|---|
| MARIO ROBERTO MONNERAT VIANNA / ACE - 3446-0 | TC 014.622/1996-3 |

**- Atualização -**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 5º da Lei nº 9.624/1998 c/c a Decisão nº 709/2000-Plenário.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a atualização progressiva, substituindo 1/10 de Auxiliar Especializado – FC-02 por 1/10 da função de Assistente, FC-04 (extinta), ficando transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal.

**Em 15 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | PARCELAS | PROCESSO |
|---|---|---|
| ANTÔNIO PEDRO DA ROCHA/ ACE – 64-7 | A partir de 19/11/2002: 3/10 de Auxiliar Especializado, FC-02 7/10 de Assistente, FC-04 (extinta) | TC 013.830/1994-5 |

(TC 011.809/1999-0)

**- Atualização progressiva -**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 5º da Lei nº 9.624/1998 e com a redação original do art. 3º da Lei nº 8.911/94 e Decisão nº 925/1999.

AUTORIZANDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a concessão de 1/10 (um décimo) da função de Assessor de Secex, FC-07, a partir de 8/5/1998, na forma proposta pela Diretoria Técnica de Legislação de Pessoal, ficando a vantagem pessoal constituída da seguinte forma:

**Em 19 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | PARCELAS | PROCESSO |
|---|---|---|
| ANA CÉLIA VANCONCELOS CHAVES / ACE – 3478-9 | A partir de 8/5/1998, 2/10 da função de Assistente de Chefia (FC-04), exercida no TRE, 2/10 da função de Coordenador, código TRE-DAS-101.4 (FC-08), exercida no TRE, 1/10 da função de Assessor de Secex, FC-07 | TC 725.166/1997-5 |

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA
Secretário

**R E T I F I C A Ç Ã O**

**Em 12 de dezembro de 2006**

Na Portaria nº 1980, de 1º de dezembro de 2006, publicada no BTCU Normal nº 47, de 11 de dezembro de 2006, página 14, **onde se lê:** "... 23/11 a 8/12/2006 ...", **leia-se:** "... 23/11 a 6/12/2006, ...".

# DIRETORIA TÉCNICA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS

# DESPACHOS

**INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE PARA FINS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**
**- Autorização -**

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 7º e 8º da Resolução-TCU nº 127/1999, **in** BTCU nº 78/1999.

AUTORIZANDO, nos processos de interesse dos servidores abaixo relacionados, o pedido de inscrição dos dependentes indicados, para fins de assistência à saúde, na forma proposta pelo Serviço de Controle de Assistência Médica:

**Em 26 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | DEPENDENTE/PARENTESCO | PROCESSO Nº |
|---|---|---|
| CRISTINE LEITE CARNEIRO – TCE – 5848-3 | LAÍS CARNEIRO OLIVEIRA – filha menor | TC 029.137/2006-3 |

IVONER MONTEIRO DA SILVA
Em substituição

**LICENÇAS POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**
**- Deferimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 81, inciso I, e 83, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.112/1990.

DEFERINDO, nos processos de interesse dos servidores relacionados, o pedido de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, na forma proposta pela Junta Médica Oficial.

(Ver relação no Anexo VII)

SÉRGIO DE BRITO LIMA
Diretor

# DIRETORIA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

## DESPACHOS

**ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR**
**- Concessão -**

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 1º e 2º da Portaria-TCU nº 642/1996 e art. 3º, inciso VI, da Portaria-SEREC nº 3/2003.

CONCEDENDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, a assistência pré-escolar, pelo dependente indicado, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2007:

**Em 13 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | DEPENDENTE | DATA DA CONCESSÃO | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| BERNADETH AMÉLIA DE PAULA RODRIGUES - ACE, 5041-5 | RAFAEL RODRIGUES BERNARDINO DOS SANTOS | 08/12/2006 | TC 028.251/2006-3 |

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 1º e 2º da Portaria-TCU nº 642/1996 e art. 3º, inciso VI, da Portaria-SEREC nº 3/2003.

CONCEDENDO, no processo de interesse dos servidores abaixo relacionados, a assistência pré-escolar, pelos dependentes indicados, com efeitos financeiros a partir de dezembro de 2006:

**Em 27 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | DEPENDENTE | DATA DA CONCESSÃO | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| ADELINO ALVES DA SILVA – ACE; 3427-4 | ALANA CAROLINE CÂNDIDO DA SILVA | 29/11/2006 | TC 027.570/2006-0 |
| ALESSANDRA ROMERO MERÇON - TCE, 3355-3 | LUCA ROMERO MERÇON<br>NINA ROMERO MERÇON | 14/11/2006 | TC 026.334/2006-9 |

VANDIRA DA CONCEIÇÃO ARAUJO LIMA
Substituta

**AUXÍLIO-NATALIDADE**
**- Concessão -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 196, da Lei nº 8.112/1990 e art. 3º, inciso IV, da Portaria-SEREC nº 3/2003.

CONCEDENDO, no processo de interesse da servidora abaixo relacionada, o auxílio-natalidade, pelo dependente indicado:

**Em 13 de dezembro 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | DEPENDENTE | PROCESSO |
|---|---|---|
| BERNADETH AMÉLIA DE PAULA RODRIGUES - ACE, 5041-5 | RAFAEL RODRIGUES BERNARDINO DOS SANTOS | TC 028.251/2006-3 |

SEBASTIÃO ARANTES JUNIOR
Diretor

# SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PORTARIA-SECOF Nº 1, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006

Designa o responsável pelo registro da conformidade diária da UG 030001 – Tribunal de Contas da União.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições regulamentares e, em atendimento ao §1º do Art. 2º da Portaria-SEGEDAM nº 51, de 26/12/2006, RESOLVE:

Art. 1º É designado o titular do Serviço de Análise de Contas da Diretoria-Técnica de Contabilidade e, nos impedimentos legais deste, o respectivo substituto, para registrar a conformidade diária da Unidade Gestora 030001 – Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

ARY FERNANDO BEIRÃO
Secretário

# SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

## DESPACHOS

### RECESSO
### - Fracionamento -

FUNDAMENTO LEGAL: art. 2º, § 2º da Portaria-TCU nº 295/2006.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, o fracionamento do recesso.

**Em 13 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | TC |
|---|---|
| CARLOS SEBASTIÃO DA COSTA – ACE, 4552-4 | 028.495/2006-9 |

**Em 20 de dezembro de 2006**

| NOME/CARGO/MATR. | TC |
|---|---|
| ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - ACE, 3453-3 | 029.327/2006-8 |
| MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY - ACE, 3433-9 | |
| MARCELO BARROS GOMES – ACE, 3126-7 | |

ROSENDO SEVERO DOS ANJOS NETO
Secretário-Geral

# SECRETARIAS DE CONTROLE EXTERNO

## 2ª SECEX

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASE PLANEJAMENTO-2ª SECEX Nº 1596, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DA 2ª SECEX, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria - Conformidade, Registro Fiscalis nº 628/2006, nos seguintes órgãos: Banco Central do Brasil - MF,Secretaria do Tesouro Nacional - MF, no período de 11/12/2006 a 15/12/2006, com o objetivo de examinar os processos de concessões de avais a Estados quando da contratação de dívidas, avaliando as metodologias utilizadas para cálculo das capacidades de endividamento e pagamento, em confronto com as Resoluções do Senado Federal acerca do assunto e com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A Auditoria é decorrente do Acórdão nº 216/2006 - Plenário (TC1220/2004-1).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 5069-5 | LUIZ HUMBERTO DA SILVA | ACE | SECEX-2 | 11/12/2006 a 15/12/2006 |
| 6464-5 | ARBY ILGO RECH FILHO | ACE | SECEX-2 | 11/12/2006 a 15/12/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Rodrigo Caldas Gonçalves, Diretor , 1ª Diretoria Técnica - Secex-2, e deverá observar o seguinte cronograma:

| Fase do Trabalho | Período | Duração |
|---|---|---|
| Planejamento | 11/12/2006 a 15/12/2006 | 5 dias úteis |

JORGE PEREIRA DE MACEDO

## 5ª SECEX

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-5ª SECEX Nº 1606, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA 5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1482/2006, Registro Fiscalis nº 963/2006, passando a vigorar nos seguintes termos

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 2555-0 | ANTONIO DE MOURA LIMA | ACE | SECEX-5 | 13/11/2006 a 27/11/2006, 28/11/2006 a 15/12/2006 e 05/02/2007 a 16/02/2007 |
| 6471-8 | EULER KLEBER NUNES DOS REIS | ACE | SECEX-5 | 13/11/2006 a 27/11/2006, 28/11/2006 a 15/12/2006 e 05/02/2007 a 16/02/2007 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pela ACE ANA PAULA SILVA DA SILVA, Diretora da 1ª Diretoria Técnica da 5ª Secretaria de Controle Externo, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASES DO TRABALHO | PERÍODOS | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 13/11/2006 a 27/11/2006 | 10 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 28/11/2006 a 15/12/2006 e 05/02/2007 a 16/02/2007 | 24 dias úteis |

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-5ª SECEX Nº 1612, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA 5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1574/2006, Registro Fiscalis nº 140/2006, passando a vigorar nos seguintes termos

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 5036-9 | ANA CRISTINA BESSA COUTINHO | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 01/12/2006, 04/12/2006 a 15/12/2006 e 22/01/2007 a 02/02/2007 |
| 5610-3 | ADERBAL AMARO DE SOUZA | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 24/11/2006 e 22/01/2007 a 02/02/2007 |
| 5684-7 | MÁRCIA LIMA DE AQUINO | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 01/12/2006, 04/12/2006 a 15/12/2006 e 29/01/2007 a 02/02/2007 |
| 6478-5 | LUCIANA CARINA SOARES COSTA | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 24/11/2006, 04/12/2006 a 15/12/2006 e 22/01/2007 a 02/02/2007 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pela ACE ANA PAULA SILVA DA SILVA, Diretora

da 1ª Diretoria Técnica da 5ª Secretaria de Controle Externo, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 09/11/2006 a 01/12/2006 | 16 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 04/12/2006 a 15/12/2006 e 22/01/2007 a 02/02/2007 | 20 dias úteis |

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO-5ª SECEX Nº 1574, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA 5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1493/2006, Registro Fiscalis nº 140/2006, passando a vigorar nos seguintes termos

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 5036-9 | ANA CRISTINA BESSA COUTINHO | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 01/12/2006 e 04/12/2006 a 15/12/2006 |
| 5610-3 | ADERBAL AMARO DE SOUZA | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 24/11/2006 e |
| 5684-7 | LUCIANA CARINA SOARES | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 01/12/2006 e 04/12/2006 a 15/12/2006 |
| 6478-5 | MÁRCIA LIMA DE AQUINO | ACE | SECEX-5 | 09/11/2006 a 01/12/2006 e 04/12/2006 a 15/12/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pela ACE ANA PAULA SILVA DA SILVA, Diretora da 1ª Diretoria Técnica da 5ª Secretária de Controle Externo, e deverá observar o seguintes cronograma:

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 09/11/2006 a 01/12/2006 | 16 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 04/12/2006 a 15/12/2006 | 10 dias úteis |

JOSÉ MOACIR CARDOSO DA COSTA

## SECEX-AC

PORTARIA-SECEX-AC Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições regulamentares e nos termos do que dispõe a Portaria-SEGEDAM n.º 51/2006, resolve:

Art. 1º designar os servidores JEFF CHANDLE DA SILVA TAVEIRA, TCE, matrícula 3417-7 e ROSÂNGELA DE SOUZA MAGALHÃES, TCE, matr. 4070-3, como responsáveis pela Conformidade Diária e Conformidade de Suporte Documental, respectivamente.

Art. 2º Designar os servidores JOSÉ MAURO DINIZ LIMA, TCE, matrícula n.º 3423-1 e LEOMAR LUSTOSA DE OLIVEIRA, AUX. TEC., matrícula 3415-0, como substitutos dos servidores arrolados no artigo anterior.

JORGE LUIZ DE MORAES FONSECA

# SECEX-BA

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO- SECEX-BA Nº 1607, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1422/2006 (Registro Fiscalis nº 857/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade na SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionadas, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS VINICIOS VILAÇA (TC 22540/2006-9), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Material Permanente de Saúde na SESAB/BA, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 16/10/2006 a 03/11/2006 | 14 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 20/11/2006 a 01/12/2006 | 10 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| NOME | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|
| MARCELO VENTOLA DA SILVA, ACE, MATR. TCU Nº 2827-4 | SECEX-BA | 16/10/2006 a 03/11/2006 e 20/11/2006 a 01/12/2006 |
| GERMANA RODRIGUES MARTINS, ACE, MATR. TCU Nº 482-0 | SECEX-BA | 16/10/2006 a 03/11/2006 e 20/11/2006 a 01/12/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| NOME | LOTAÇÃO |
|---|---|
| MARCELO VENTOLA DA SILVA, ACE, MATR. TCU 2827-4 | SEC-BA/DT2 |

SUPERVISORA DA FISCALIZAÇÃO

| NOME | LOTAÇÃO |
|---|---|
| MIRIAM PINHEIRO MENEZES, ACE, MATR. 3495-9 | SEC-BA/DT1 |

## ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO- SECEX-BA Nº 1607, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006
## CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 057/Segedam/GS-Circular, de 29/3/2001)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MARCELO VENTOLA DA SILVA | ACE -Controle Externo | 22/10/2006 | 28/10/2006 | 6,5 | 214,00 | 252,00 | 111,80 | 1.531,20 |
| GERMANA RODRIGUES MARTINS | ACE -Controle Externo | 22/10/2006 | 28/10/2006 | 6,5 | 214,00 | 252,00 | 111,80 | 1.531,20 |

## CONCESSÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM TRANSPORTE POR KM RODADO (EM EQUIPE) - inciso II do art. 28 c/c art. 30 da Portaria TCU nº 625-GP/96

| NOME | TRAJETO | DISTÂNCIA KM (IDA/VOLTA) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| MARCELO VENTOLA DA SILVA, ACE, MATR. TCU Nº 2827-4 | SSA/Barreiras/Seabra/Feira de Santana/SSA | 1744 | 1.081,28 |

OBSERVAÇÕES:
Adicional de Embarque/Desembarque e Ressarcimento de Despesa com Transporte por km rodado concedido ao servidor Marcelo Ventola da Silva em razão da utilização de veículo próprio do servidor. A servidora Germana Rodrigues Martins deslocar-se-á por meio de ônibus intermunicipal, sendo lhe concedido o Adicional de Embarque/Desembarque. Para fins de ressarcimento das passagens rodoviárias, os bilhetes deverão ser apresentados ao Serviço de Administração.

EDMUR BAIDA

## SECEX-CE

PORTARIA-SECEX-CE Nº 28, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

O SECRETÁRIO, SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 67, da Lei n° 8.666/93, resolve:

Art. 1º - Designar o TCE EDUARDO AMORIM STUDART GURGEL, Matrícula 1695-0, como fiscalizador do Contrato n° 11/2003, com a empresa SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA - SEGNORD, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância da Sede da SECEX/CE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA

PORTARIA-SECEX-CE Nº 31, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Excluir a Analista de Controle Externo, Matrícula TCU nº 3522-0, Shirley Gildene Brito Cavalcante, da Portaria nº 19, de 21/07/2006, e incluir a Analista de Controle Externo, Matrícula TCU nº 514-2, Ítala Ramalho de Queiroz, para presidir a realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 1/2006, objetivando a contratação de serviços de manutenção predial desta Secretaria.

Dê-se ciência às interessadas.

PAULO NOGUEIRA DE MEDEIROS

PORTARIA-SECEX-CE Nº 33, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

CONCEDER, com fulcro no inciso XIII do artigo 1º da Portaria nº 4-SEGEDAM, de 2 de janeiro de 2001 e nas disposições contidas na Portaria nº 206-GP, de 18 de setembro de 2003, um

suprimento de fundos, no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo R$ 500,00 (quinhentos reais), à conta do Elemento 33.90.30 – Material de Consumo, na Atividade 01.032.0550.4018.0001- Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos e R$ 600,00 (seiscentos reais), à conta do Elemento 33.90.39 – Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, na Atividade 01.032.0550.4018.0001- Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no PTRES 000078, em favor do TCE JOSÉ ALBERTO DE ANDRADE, Matrícula 905-9, para atender despesas de pequeno vulto no âmbito desta Secretaria.

Ficam estabelecidos os prazos de 30 (trinta) dias para a aplicação, a partir da data de emissão da Nota de Empenho, e de l0 (dez) dias para a comprovação dos gastos, nos termos da legislação em vigor.

## PORTARIA-SECEX-CE Nº 34, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Excluir a Técnica de Controle Externo, Matrícula TCU nº 3784-2, Andréa Ribeiro Simões, da Portaria nº 19, de 21/07/2006, e incluir o Técnico de Controle Externo, Matrícula TCU nº 905-9, José Alberto de Andrade, para compor a equipe de apoio do PREGÃO ELETRÔNICO nº 1/2006, objetivando a contratação de serviços de manutenção predial desta Secretaria.

Dê-se ciência aos interessados.

ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA

## PORTARIAS DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-CE DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

**Nº 1529** Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1331/2006 (Registro Fiscalis nº 863/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS VINICIOS VILAÇA (TC 22540/2006-9), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Material Permanente de Saúde nas ONGs Assoc Benef Cearense de Reabilitação ABCR e Assoc Comunitária Benef Educacional e Cultural CE de Fortaleza/CE, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 16/10/2006 a 27/10/2006 | 10 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 16/11/2006 | 12 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 2932-7 | VAL CASSIO COSTA QUIRINO | ACE | SECEX-CE | 16/10/2006 a 27/10/2006, 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 16/11/2006 |
| 467-7 | FRANCISCO MARCELO PINHEIRO | ACE | SECEX-CE | 16/10/2006 a 27/10/2006, 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 16/11/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 467-7 | FRANCISCO MARCELO PINHEIRO | ACE | SEC-CE/DT2 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 732-3 | ROBERTO FERREIRA CORREIA | ACE | SEC-CE/DT2 |

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

**Nº 1531** Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1253/2006 (Registro Fiscalis nº 815/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Prefeitura Municipal de Tauá - CE, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS BEMQUERER (TC 22541/2006-6), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Inclusão Digital, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 16/10/2006 a 27/10/2006 | 10 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 | 13 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 1043-0 | WALDY SOMBRA LOPES JUNIOR | ACE | SECEX-CE | 16/10/2006 a 27/10/2006, 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 |
| 541-0 | JOSE DE BARROS PEREIRA NETO | ACE | SECEX-CE | 16/10/2006 a 27/10/2006, 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 1043-0 | WALDY SOMBRA LOPES JUNIOR | ACE | SEC-CE/DT2 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 732-3 | ROBERTO FERREIRA CORREIA | ACE | SEC-CE/DT2 |

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

**Nº 1532** Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1330/2006 (Registro Fiscalis nº 861/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Prefeitura Municipal de Caucaia - CE, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS VINICIOS VILAÇA (TC 22540/2006-9), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Material Permanente de Saúde nas ONGs Assoc de Proteção à Saúde Maternidade A Inf de Caucáia e Fundação São Judas Tadeu do Munic de Caucáia/CE, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 13/10/2006 a 27/10/2006 | 11 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 | 13 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 480-4 | GERARDA FARIAS ROSA | ACE | SECEX-CE | 13/10/2006 a 27/10/2006, 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 |
| 514-2 | ITALA RAMALHO DE QUEIROZ | ACE | SECEX-CE | 13/10/2006 a 27/10/2006, 30/10/2006 a 13/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 |

COORDENADORA DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 514-2 | ITALA RAMALHO DE QUEIROZ | ACE | SEC-CE/DT2 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 732-3 | ROBERTO FERREIRA CORREIA | ACE | SEC-CE/DT2 |

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

**Nº 1533** Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1245/2006 (Registro Fiscalis nº 817/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Prefeitura Municipal de Caucaia - CE, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS BEMQUERER (TC 22541/2006-6), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Inclusão Digital, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 11/10/2006 a 25/10/2006 | 10 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 26/10/2006 a 09/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 | 13 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 1077-4 | FLAVIA EBE ARAUJO MOURA PINTO | ACE | SECEX-CE | 11/10/2006 a 25/10/2006, 26/10/2006 a 09/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 |
| 711-0 | PAULO AVELINO BARBOSA SILVA | ACE | SECEX-CE | 11/10/2006 a 25/10/2006, 26/10/2006 a 09/11/2006 e 14/11/2006 a 17/11/2006 |

COORDENADORA DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 1077-4 | FLAVIA EBE ARAUJO MOURA PINTO | ACE | SEC-CE/DT1 |

SUPERVISORA DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 806-0 | TICIANA GOMES COÊLHO DE ALBUQUERQUE | ACE | SEC-CE/DT1 |

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-CE Nº 1551, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado para realizar Inspeção, Registro Fiscalis nº 986/2006, no seguinte órgão: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI, no período de

22/11/2006 a 06/12/2006, com o objetivo de obter os elementos subsidiários referentes à aquisição, pelo DNOCS, de um terreno localizado em Jaguaretama/CE. A Inspeção é decorrente de deliberação constante em Despacho de 11/09/2006 do Min. BENJAMIN ZYMLER (TC 17916/2006-4).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 896-6 | JOÃO EDISIO CORDEIRO STUDART GURGEL | ACE | SECEX-CE | 22/11/2006 a 24/11/2006, 27/11/2006 a 29/11/2006 e 30/11/2006 a 06/12/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Roberto Ferreira Correia, Diretor , 2ª Diretoria Técnica - Secex-CE, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 22/11/2006 a 24/11/2006 | 3 dias úteis |
| Execução | 27/11/2006 a 29/11/2006 | 3 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 30/11/2006 a 06/12/2006 | 5 dias úteis |

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-CE Nº 1577, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1281/2006 (Registro Fiscalis nº 771/2006), que disciplinou a realização de Inspeção no órgão Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - MT, decorrente de deliberação constante em Despacho de 11/09/2006 do Secretário da Secretaria de Controle Externo - CE (TC 20194/2006-9), com o objetivo de acompanhar a execução da BR-116, Fortaleza/Pacajus, de acordo com o cornograma de execução enviado pelo DNIT-CE, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 11/09/2006 a 11/09/2006 | 1 dia útil |
| Execução | 12/09/2006 a 14/09/2006, 20/09/2006 a 22/09/2006, 05/10/2006 a 05/10/2006, 10/10/2006 a 10/10/2006 e 11/10/2006 a 11/10/2006 | 9 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 11/10/2006 a 11/10/2006 e 29/11/2006 a 06/12/2006 | 7 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 2743-0 | JOSE DACIO LEITE FILHO | ACE | SECEX-CE | 11/09/2006 a 11/09/2006, 12/09/2006 a 14/09/2006, 20/09/2006 a 22/09/2006, 05/10/2006 a 05/10/2006, 05/10/2006 a 05/10/2006, 11/10/2006 a 11/10/2006 e 29/11/2006 a 06/12/2006 |
| 541-0 | JOSE DE BARROS PEREIRA NETO | ACE | SECEX-CE | 11/09/2006 a 11/09/2006, 12/09/2006 a 14/09/2006, 20/09/2006 a 22/09/2006, 05/10/2006 a 05/10/2006, 05/10/2006 a 05/10/2006 e 10/10/2006 a 10/10/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 2743-0 | JOSE DACIO LEITE FILHO | ACE | SEC-CE/DT1 |

SUPERVISORA DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 806-0 | TICIANA GOMES COÊLHO DE ALBUQUERQUE | ACE | SEC-CE/DT1 |

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-CE Nº 1579, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1098/2006 (Registro Fiscalis nº 144/2006), que disciplinou a realização de Inspeção/Conformidade no órgão Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - MI, decorrente do Acórdão nº 2308/2005 - Plenário (TC16374/2005-2), com o objetivo de subsidiar as contas do FNE/BNB do exercício de 2003, Processo TC-014.648/2004-1, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 29/06/2006 a 30/06/2006 e 28/08/2006 a 01/09/2006 | 7 dias úteis |
| Execução | 12/09/2006 a 02/10/2006 | 15 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 24/11/2006 a 30/11/2006 e 05/02/2007 a 09/02/2007 | 10 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 3522-0 | SHIRLEY GILDENE BRITO CAVALCANTE | ACE | SECEX-CE | 28/08/2006 a 01/09/2006, 12/09/2006 a 02/10/2006, 24/11/2006 a 30/11/2006 e 05/02/2007 a 09/02/2007 |
| 365-4 | CARLOS AMILCAR TELES TAVORA | ACE | SECEX-CE | 28/08/2006 a 01/09/2006, 12/09/2006 a 02/10/2006, 24/11/2006 a 30/11/2006 e 05/02/2007 a 09/02/2007 |
| 5098-9 | CRISTINA FIGUEIRA CHOAIRY | ACE | SECEX-CE | 28/08/2006 a 01/09/2006, 12/09/2006 a 02/10/2006, 24/11/2006 a 30/11/2006 e 05/02/2007 a 09/02/2007 |
| 784-6 | SYLVIA LUCIA DE AMORIM CARDOSO | ACE | SECEX-CE | 29/06/2006 a 30/06/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 365-4 | CARLOS AMILCAR TELES TAVORA | ACE | SEC-CE/DT1 |

SUPERVISORA DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 806-0 | TICIANA GOMES COÊLHO DE ALBUQUERQUE | ACE | SEC-CE/DT1 |

## ORDEM DE SERVIÇO-SECEX-CE Nº 2 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2006

SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Prorrogar a Ordem de Serviço nº 1, de 30/10/2006, por um período de 10 dias, a fim de concluir o inventário físico dos processos abertos, suspensos e encerrados nesta Unidade Básica, promovendo, em relação estes últimos, a atualização do campo localização no Sistema Processus.

Dê-se ciência aos interessados.

ORDEM DE SERVIÇO-SECEX-CE Nº 3 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Prorrogar a Ordem de Serviço nº 02, de 09/11/2006, por um período de 10 dias, a fim de concluir o inventário físico dos processos abertos, suspensos e encerrados nesta Unidade Básica, promovendo, em relação estes últimos, a atualização do campo localização no Sistema Processus.

Dê-se ciência aos interessados.

PAULO NOGUEIRA DE MEDEIROS

## SECEX-MG

PORTARIA-SECEX-MG N° 57, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

Subdelegar competência aos Diretores Técnicos e à Chefe de Serviço desta Secretaria e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando as medidas a serem implementadas no âmbito da Secretaria, com o propósito de assegurar a tempestividade das ações do TCU, nos termos do subitem 8.1.5 da Decisão nº 525/2002 – TCU – Plenário, resolve:

I - Subdelegar competência aos Diretores Técnicos e à Chefe de Serviço desta Secretaria e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos, para, nos processos de Tomada de Contas Especial, Tomada de Contas e Prestação de Contas:

a) autorizar a autuação dos processos que tenham cumprido todas as exigências regulamentares;

b) encaminhar, diretamente ao Serviço de Administração, para, sob a responsabilidade daquela unidade, serem adotadas as providências cabíveis quanto aos processos enviados à Secretaria em desconformidade com as normas que disciplinam a matéria;

c) promover o encaminhamento de processos encerrados ao Arquivo Geral do Tribunal, com observância dos procedimentos estabelecidos na Portaria 108-GP/05.

II – Revogar a Portaria SECEX-MG nº 30, de 16 de julho de 2002.

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-MG Nº 708, DE 1º DE JUNHO DE 2006

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, realizarem Levantamento - Conformidade, Registro Fiscalis nº 452/2006, no seguinte órgão:

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - MI, no período de 05/06/2006 a 05/07/2006, com o objetivo de prestar informações ao Congresso Nacional de modo a subsidiar os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Levantamento é decorrente do Acórdão nº 2308/2005 - Plenário (TC-016.374/2005-2).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO(S) |
|---|---|---|---|---|
| 3198-4 | RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE | SECEX-MG | 05/06/2006 a 09/06/2006, 19/06/2006 a 21/06/2006 e 03/07/2006 a 05/07/2006 |
| 677-7 | MOISES VIANA | TCE | SECEX-MG | 05/06/2006 a 09/06/2006, 19/06/2006 a 21/06/2006 e 03/07/2006 a 05/07/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pelo ACE JOSE REINALDO DA MOTTA, Diretor da 3ª Diretoria Técnica - SECEX-MG, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE(S) DO TRABALHO | PERÍODO(S) | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 05/06/2006 a 09/06/2006 | 5 dias úteis |
| Execução | 19/06/2006 a 21/06/2006 | 3 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 03/07/2006 a 05/07/2006 | 3 dias úteis |

Art 3° Para viabilizar a execução dos trabalhos, serão autorizadas as despesas nas formas constantes do anexo a esta Portaria.

ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-MG Nº 708, DE 1º DE JUNHO DE 2006
CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 160/Segedam/GS-Circular, de 6/6/2003)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOISES VIANA | TCE - Controle Externo-NM | 18/06/06 | 30/06/06 | 12,5 | 171,00 | 252,00 | 212,48 | 2.177,02 |
| RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE - Controle Externo | 18/06/06 | 30/06/06 | 12,5 | 171,00 | 252,00 | 212,48 | 2.177,02 |

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE PASSAGEM

| NOME | ROTEIRO | TIPO | RESERVA | DATA DA PARTIDA | DATA DO RETORNO |
|---|---|---|---|---|---|
| MOISES VIANA | Belo Horizonte – Fortaleza-Belo Horizonte | Aérea | | 18/06/2006 | 24/06/2006 |
| RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | Belo Horizonte – Fortaleza-Belo Horizonte | Aérea | | 18/06/2006 | 24/06/2006 |

OBSERVAÇÕES:
Para cobrir despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.
Para cobrir despesas com passagens aéreas no percurso Belo Horizonte-Fortaleza-Belo Horizonte.
No retorno os servidores deverão apresentar ao Serviço de Administração os Cartões de embarque.
Para cobrir despesas com deslocamento do lugar de embarque ou desembarque ao local de trabalho ou hospedagem.

(Republicada por ter saído com incorreções no BTCU nº 24, pág. 48/49)

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-MG Nº 720, DE 2 DE JUNHO DE 2006

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, realizarem Levantamento - Conformidade, Registro Fiscalis nº 453/2006, no seguinte órgão: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS/DNOCS - MI, no período de 12/06/2006 a 12/07/2006, com o objetivo de prestar informações ao Congresso Nacional de modo a subsidiar os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Levantamento é decorrente do Acórdão nº 2308/2005 - Plenário (TC-016.374/2005-2).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO(S) |
|---|---|---|---|---|
| 3198-4 | RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE | SECEX-MG | 12/06/2006 a 16/06/2006, 22/06/2006 a 30/06/2006 e 06/07/2006 a 12/07/2006 |
| 677-7 | MOISES VIANA | TCE | SECEX-MG | 12/06/2006 a 16/06/2006, 22/06/2006 a 30/06/2006 e 06/07/2006 a 12/07/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pelo ACE JOSE REINALDO DA MOTTA, Diretor da 3ª Diretoria Técnica - SECEX-MG, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE(S) DO TRABALHO | PERÍODO(S) | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 12/06/2006 a 16/06/2006 | 4 dias úteis |
| Execução | 22/06/2006 a 30/06/2006 | 7 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 06/07/2006 a 12/07/2006 | 5 dias úteis |

Art 3° Para viabilizar a execução dos trabalhos, serão autorizadas as despesas nas formas constantes do anexo a esta Portaria.

## ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-MG Nº 720, DE 2 DE JUNHO DE 2006
## CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 160/Segedam/GS-Circular, de 6/6/2003)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOISES VIANA | TCE - Controle Externo-NM | 18/06/06 | 30/06/06 | 12,5 | 171,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE - Controle Externo | 18/06/06 | 30/06/06 | 12,5 | 171,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

## CONCESSÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM TRANSPORTE POR KM RODADO (EM EQUIPE) - inciso II do art. 28 c/c art. 30 da Portaria TCU nº 625-GP/96

| NOME | MATR. Nº | TRAJETO | DISTÂNCIA KM (IDA/VOLTA) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|
| MOISES VIANA | 677-7 | Belo Horizonte-Montes Claros-Belo Horizonte | 833,4 | 250,02 |

OBSERVAÇÕES:

As diárias foram concedidas na Portaria de Fiscalização SECEX/MG nº 708/2006.
Para cobrir despesas com transporte, no valor de R$ 250,02, referente a 833,4 km calculado com base no trajeto Belo Horizonte-Montes Claros-Belo Horizonte.

(Republicada por ter saído com incorreções no BTCU nº 24, pág. 49/50)

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASE PLANEJAMENTO-SECEX-MG Nº 20, DE 30 DE JANEIRO DE 2006

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, realizarem Auditoria - Conformidade - Levantamento, Registro Fiscalis nº 230/2006, no seguinte órgão: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, no período de 30/01/2006 a 30/01/2006. Esta fiscalização faz parte da operação desencadeada pelo TCU para fiscalizar o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE - no trecho BR-120 - ENTR MG-262 (PONTE NOVA) - ENTR MG-447 (VISCONDE DO RIO BRANCO) - km 572,9 a 656,7. A Auditoria é decorrente do Acórdão nº 2308/2005 - Plenário (TC-106.374/2005-2).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO(S) |
|---|---|---|---|---|
| 3198-4 | RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE | SECEX-MG | 30/01/2006 a 30/01/2006 |
| 3488-6 | FABIO COUTINHO CLEMENTE | ACE | SECEX-MG | 30/01/2006 a 30/01/2006 |
| 3497-5 | PAULO CESAR CINTRA | ACE | SECEX-MG | 30/01/2006 a 30/01/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pelo ACE JOSE REINALDO DA MOTTA, Diretor da 3ª Diretoria Técnica - SECEX-MG, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE(S) DO TRABALHO | PERÍODO(S) | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 30/01/2006 a 30/01/2006 | 1 dia útil |

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO-SECEX-MG Nº 29, DE 31 DE JANEIRO DE 2006

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, realizarem Levantamento Conformidade - Levantamento, Registro Fiscalis nº 230/2006, no seguinte órgão: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, no período de 31/01/2006 a 03/02/2006. Esta fiscalização faz parte da operação desencadeada pelo TCU para fiscalizar o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE - no trecho BR-120 - ENTR MG-262 (PONTE NOVA) - ENTR MG-447 (VISCONDE DO RIO BRANCO) - km 572,9 a 656,7. O Levantamento é decorrente do Acórdão nº 2308/2005 - Plenário (TC-016.374/2005-2).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO(S) |
|---|---|---|---|---|
| 3198-4 | RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE | SECEX-MG | 31/01/2006 a 02/02/2006 e 03/02/2006 a 03/02/2006 |
| 3488-6 | FABIO COUTINHO CLEMENTE | ACE | SECEX-MG | 31/01/2006 a 02/02/2006 e 03/02/2006 a 03/02/2006 |
| 3497-5 | PAULO CESAR CINTRA | ACE | SECEX-MG | 31/01/2006 a 02/02/2006 e 03/02/2006 a 03/02/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pelo ACE JOSE REINALDO DA MOTTA, Diretor

da 3ª Diretoria Técnica - SECEX-MG, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE(S) DO TRABALHO | PERÍODO(S) | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 31/01/2006 a 02/02/2006 | 3 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 03/02/2006 a 03/02/2006 | 1 dia útil |

Art. 3° Para viabilizar a execução dos trabalhos, serão autorizadas as despesas nas formas constantes do anexo a esta Portaria.

ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO-SECEX-MG Nº 29, DE 31 DE JANEIRO DE 2006
CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 160/Segedam/GS-Circular, de 6/6/2003)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | ACE - Controle Externo | 01/02/06 | 02/02/06 | 1,5 | 171,00 | 252,00 | 33,54 | 474,96 |
| FABIO COUTINHO CLEMENTE | ACE - Controle Externo | 01/02/06 | 02/02/06 | 1,5 | 171,00 | 0,00 | 33,54 | 223,16 |
| PAULO CESAR CINTRA | ACE - Controle Externo | 01/02/06 | 02/02/06 | 1,5 | 171,00 | 0,00 | 33,54 | 223,16 |

CONCESSÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM TRANSPORTE POR KM RODADO
(EM EQUIPE) - inciso II do art. 28 c/c art. 30 da Portaria TCU nº 625-GP/96

| NOME | MATR. Nº | TRAJETO | DISTÂNCIA KM (IDA/VOLTA) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|
| RODRIGO DE OLIVEIRA BUENO QUEIROZ FONTES | 3198-4 | Belo Horizonte-Ponte Nova-RioCasca-Ponte Nova-Viçosa-Visconde do Rio Branco-Viçosa-Ponte Nova-Belo Horizonte | 638 | 191,40 |

OBSERVAÇÕES
Para cobrir despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana
Para cobrir despesas com deslocamento do lugar de embarque ou desembarque ao local de trabalho ou hospedagem.
Para cobrir despesas com transporte, no valor de R$ 191,40, referente a 638 km, calculado com base no trajeto Belo Horizonte-Ponte Nova-Rio Casca-Ponte Nova-Viçosa-Visconde do Rio Branco-Viçosa-Ponte Nova-Belo Horizonte.

NEUSA COUTINHO AFFONSO

## SECEX-MS

PORTARIA–SECEX-MS Nº 51, DE 15 DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando o disposto na Portaria-Segedam nº 51, de 26 de outubro de 2006, em conformidade com o Acórdão n° 1.800/2003-TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º Designar o Técnico de Controle Externo Francimar de Araújo Medeiros, Matrícula TCU nº 1724-8, para exercer a função de responsável pela conformidade diária e o Analista de Controle Externo Josué Romero, Matrícula TCU nº 5882-3, como seu substituto.

Art. 2º Designar a Técnica de Controle Externo Neide Palácio, Matrícula TCU nº 2607-7, para exercer a função de responsável pela conformidade de suporte documental e o Analista de Controle Externo Abenathar Lopes de Araújo Júnior, Matrícula TCU nº 3063-5, como seu substituto.

MÁRIO JÚNIOR BERTUOL

## SECEX-MT

PORTARIA-SECEX-MT Nº 31, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1° - Conceder, com fulcro no inciso XVI do Artigo 1° da Portaria SEGEDAM n° 08, de 2 de janeiro de 2003, e nas disposições contidas no inciso II do Artigo 3º, artigos 4º e 5º da Portaria-TCU nº 206, de 18 de setembro de 2003, em favor do TCE – NELSON BENEDITO DE ALMEIDA, Matr. 2036-2, suprimento de fundos, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), à conta do Elemento 339039-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, da Atividade 01.032.0550.4018.0001, PTRES 000078, para atender despesas de pequeno vulto, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação e as que exijam pronto pagamento em espécie.

Art. 2° - Fixar o prazo até 15.12.2006 para aplicação e 10 (dez) dias para comprovação do quantitativo, a partir da data de emissão da Nota de Empenho.

PORTARIA-SECEX-MT Nº 32, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições e em observância à Portaria-SEGEDAM nº 52/2006, resolve:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, comporem a Comissão de Inventário de Processos, inclusive os encerrados, na carga desta Secretaria, em conformidade com a Ordem de Serviço-SEGECEX nº 01/2005.

GETUMIL DOS SANTOS LISBOA FILHO, TCE, Matrícula TCU nº 1754-0,
FROILAN CASTRO ALPIRI FILHO, TCE, Matrícula TCU nº 2213-6, e
ROBERTO EIJI SAKAGUTI, ACE-CE, Matrícula TCU nº 2928-9.

PORTARIA-SECEX-MT Nº 33, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1° - Conceder, com fulcro no inciso XV do Artigo 1°da Portaria SEGEDAM n° 40, de 8 de setembro de 2006, e nas disposições contidas no inciso II do Artigo 3º, artigos 4º e 5º da Portaria-TCU nº 206, de 18 de setembro de 2003, em favor do TCE – NELSON BENEDITO DE ALMEIDA, Matr. 2036-2, suprimento de fundos, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), à conta do Elemento 339030-Material de Consumo, da Atividade 01.032.0550.4018.0001, PTRES 000078, para atender despesas de pequeno vulto, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação e as que exijam pronto pagamento em espécie.

Art. 2° - Fixar os prazos de 30 (trinta) dias para aplicação, a partir da data de emissão da Nota de Empenho, e 10 (dez) dias para comprovação dos gastos.

JOÃO BATISTA DINIZ CAPANEMA

## SECEX-PA

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO-SECEX-PA Nº 1725, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2005

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO PARÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Designar os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para, sob a coordenação do(a) primeiro(a), realizarem Auditoria - Conformidade, Registro Fiscalis nº 1125/2005, no(s) seguinte(s) órgão(s): Prefeitura Municipal de Marabá - PA, no período de 14/11/2005 a 09/12/2005, com o objetivo de Verificar a regularidade na aplicação de recursos federais repassados nos últimos quatro anos ao município de Marabá e destinados à saúde. A Auditoria é decorrente do Acórdão nº 1423/2005 - Plenário (TC14010/2005-0).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO(S) |
|---|---|---|---|---|
| 3075-9 | DANIEL LEVI DE FIGUEIREDO RODRIGUES | ACE | SECEX-PA | 14/11/2005 a 25/11/2005 e 28/11/2005 a 09/12/2005 |
| 3471-1 | GLAUCE TADAIESKY MARQUES | ACE | SECEX-PA | 14/11/2005 a 25/11/2005 e 28/11/2005 a 09/12/2005 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado pelo(a) ACE PAULO VINHAS LIMA JUNIOR, Diretor , 2ª Diretoria Técnica - SECEX-PA, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE(S) DO TRABALHO | PERÍODO(S) | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 14/11/2005 a 25/11/2005 | 9 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 28/11/2005 a 09/12/2005 | 9 dias úteis |

Art 3° Para viabilizar a execução dos trabalhos, serão autorizadas as despesas nas formas constantes do anexo a esta Portaria.

ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/
FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO SECEX-PA Nº 1725, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2005
CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 057/Segedam/GS-Circular, de 29/3/2001)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DANIEL LEVI DE FIGUEIREDO RODRIGUES | ACE - Controle Externo | 21/11/2005 | 26/11/2005 | 5,5 | 171,00 | 252,00 | 111,80 | 1.069,52 |
| GLAUCE TADAIESKY MARQUES | ACE - Controle Externo | 21/11/2005 | 26/11/2005 | 5,5 | 171,00 | 252,00 | 111,80 | 1.069,52 |

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE PASSAGEM

| NOME | ROTEIRO | DATA DA PARTIDA | DATA DO RETORNO |
|---|---|---|---|
| DANIEL LEVI DE FIGUEIREDO RODRIGUES | BELÉM-MARABÁ-BELÉM | 21/11/2005 | 26/11/2005 |
| GLAUCE TADAIESKY MARQUES | BELÉM-MARABÁ-BELÉM | 21/11/2005 | 26/11/2005 |

OCTAVIO JOSE PESSOA FERREIRA

## SECEX-PE

PORTARIA-SECEX-PE Nº 27, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO DE PERNAMBUCO**,** no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Conceder Suprimento de Fundos, em nome do Técnico de Controle Externo MARCOS CAMPOS DA SILVA, Matrícula nº 1945-3, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), sendo R$ 500,00 (quinhentos reais), à conta do elemento 339030 – Material de Consumo e R$ 500,00 (quinhentos reais), à conta do elemento 339039 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica, ambos do PTRES 000.078, para atender às despesas de pequeno vulto, em conformidade com o inciso II, do art. 3º, da Portaria nº 206/TCU, de 18 de setembro de 2003.

Fica estabelecido o prazo para aplicação e comprovação, até o dia 29 de dezembro de 2006.

PORTARIAS DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-PE DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

**Nº 1563** Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1537/2006 (Registro Fiscalis nº 830/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Prefeitura Municipal de Exu - PE, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS BEMQUERER (TC 22541/2006-6), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Inclusão Digital, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 17/10/2006 a 20/10/2006 | 4 dias úteis |
| Execução | 23/10/2006 a 06/11/2006 | 10 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 07/11/2006 a 01/12/2006 | 18 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 1067-7 | ZILDO MARIO DE FARIAS | ACE | SECEX-PE | 17/10 a 01/12/2006 |
| 5708-8 | DIEGO FREIRE DE ANDRADE | ACE | SECEX-PE | 17/10 a 01/12/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 1067-7 | ZILDO MARIO DE FARIAS | ACE | SEC-PE/DT2 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 3503-3 | LUIZ GERALDO SANTOS WOLMER | ACE | SEC-PE/DT2 |

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

**Nº 1564** Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização n.º 1487/2006 (Registro Fiscalis n.º 828/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Prefeitura Municipal de São Benedito do Sul – PE e Serviço Social para Desenvolvimento - Sercap, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS BEMQUERER (TC n.º 022.541/2006-6), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Inclusão Digital no Serviço da Sociedade Civil para o Desenvolvimento, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASES DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 09/10/2006 a 13/10/2006 | 4 dias úteis |
| Execução | 16/10/2006 a 27/10/2006 | 10 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 30/10/2006 a 06/12/2006 | 26 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 5093-8 | LINCOL LEMOS MACIEL | ACE | SECEX-PE | 09/10/2006 a 06/12/2006 |
| 5679-0 | MARCOS JOSÉ CAVALCANTI DE ARAÚJO | ACE | SECEX-PE | 09/10/2006 a 10/11/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 5093-8 | LINCOL LEMOS MACIEL | ACE | SEC-PE/DT1 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 3505-0 | FABIANO DE OLIVEIRA LUNA | ACE | SEC-PE/DT1 |

EVALDO JOSÉ DA SILVA ARAUJO

## SECEX-PI

PORTARIA-SECEX-PI Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir relacionados para realizar as conformidade diárias e de suporte documental de que trata a Portaria nº 51/2006-SEGEDAM, de 26/10/2006, sem prejuízo de suas

funções habituais:

| CONFORMIDADE DIÁRIA | CARGO/FUNÇÃO | MATRÍCULA |
|---|---|---|
| Titular: JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO FILHO | TCE/Chefe de Serviço | 3018-0 |
| Substituto: JOÃO LEOPOLDINO FERREIRA NETO | TCE | 1812-0 |

| CONFORMIDADE DE SUPORTE DOCUMENTAL | CARGO | MATRÍCULA |
|---|---|---|
| Titular: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA SOUZA | TCE/Assistente | 1093-6 |
| Substituto: CONCEIÇÃO DE MARIA LAGES G. BESSA | ACE/Assessor | 382-4 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

PORTARIA-SECEX-PI N° 11, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Alterar a Comissão de que trata a Portaria Secex-PI nº 9, de 10/11/2006, para excluir o TCE Teobaldo Torres C. Sobrinho, Matrícula 2148-2, e incluir o TCE João Leopoldino Ferreira Neto, Matrícula 1812-0.

JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS

## SECEX-PR

PORTARIA-SECEX-PR Nº 30, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Conceder, com fulcro no inciso XXIV do artigo 1º da Portaria nº 13, de 03 de janeiro de 2005, e nas disposições contidas na Portaria nº 625-GP/1996, aos servidores abaixo identificados, que irão acompanhar o Senhor Ministro Augusto Nardes, as diárias a seguir discriminadas – descontados os valores correspondentes ao auxílio-alimentação, nos termos do § 8º do art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, em virtude de viagem para a Divisa entre Curitiba/Paranaguá/Curitiba, no dia 15/12/2006 (saída de Curitiba em 15/12/2006 e retorno mesmo dia), com o objetivo de tratar assuntos inerentes ao acórdão 2059/2006-Plenário.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR DESTA SECEX
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 057/Segedam/GS-Circular, de 29/3/2001)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL | Secretário de | 15/12/2006 | 15/12/2006 | 0,5 | 297,00 | - | 11,18 | 137,32 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BLANCO MUNIZ | Controle Externo | | | | | | | |
| LUIZ GUSTAVO GOMES ANDRIOLI | ACE –Controle Externo | 15/12/2006 | 15/12/2006 | 0,5 | 297,00 | - | 11,18 | 137,32 |
| IVAN DA SILVA THEODORO | TCE – Controle Externo | 15/12/2006 | 15/12/2006 | 0,5 | 297,00 | - | 11,18 | 137,32 |

SANDRA ROSANE CLAUSEN SIGWALT

## SECEX-RJ

PORTARIA SECEX-RJ N° 47, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2006

A SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar o ACE ADILSON SOUZA GAMBATI, Mat. nº 3050-3, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, para exercer a função de fiscal do contrato celebrado entre o Tribunal de Contas da União e a empresa Imperial Serviços Ltda., cujo objeto é a realização de serviços de reforma e readequação de salas, copa e banheiros (TC 014.736/2004-6).

Art. 2º Designar o TCE COSME HENRIQUE GALIAÇO REIS, Mat. nº 2752-9, gestor financeiro, durante o período em que o servidor designado no art. 1º exercer a função de fiscal.

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-RJ Nº 1590, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006

A SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Inspeção Conformidade, Registro Fiscalis nº 1001/2006, no seguinte órgão: Ministério do Esporte , no período de 04/12/2006 a 15/12/2006, com o objetivo de Acompanhar as ações a cargo do Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal/RJ e do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos 2007- CO-RIO PT - 27.811.1246.3950.0033. A Inspeção é decorrente do Acórdão nº 1442/2006 - Plenário (TC3923/2006-7).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 4590-0 | MÁRCIO STERN DA FONSECA | ACE | SECEX-RJ | 04/12/2006 a 04/12/2006, 05/12/2006 a 08/12/2006 e 11/12/2006 a 15/12/2006 |
| 6238-3 | GABRIELA DA COSTA SILVA | ACE | SECOB | 04/12/2006 a 04/12/2006, 05/12/2006 a 08/12/2006 e 11/12/2006 a 15/12/2006 |
| 2625-5 | JUCIARA BATISTA DE AZEVEDO | ACE | SECEX-RJ | 04/12/2006 a 04/12/2006, 05/12/2006 a 08/12/2006 e 11/12/2006 a 15/12/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Luiz David Cerqueira Rocha, Diretor em Substituição , 3ª Diretoria Técnica - Secex-RJ, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 04/12/2006 a 04/12/2006 | 1 dia útil |
| Execução | 05/12/2006 a 08/12/2006 | 4 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 11/12/2006 a 15/12/2006 | 5 dias úteis |

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-RJ Nº 1595, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2006

A SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1474/2006 (Registro Fiscalis nº 836/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Financiadora de Estudos e Projetos - MCT, decorrente de deliberação constante em Despacho de 04/10/2006 do Min. MARCOS BEMQUERER (TC 22541/2006-6), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Inclusão Digital no Instituto Amor Pela Vida, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 09/11/2006 a 09/11/2006 | 1 dia útil |
| Execução | 22/11/2006 a 24/11/2006 | 3 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 30/11/2006 a 05/12/2006 | 4 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 5074-1 | MARCOS CESAR BARBOSA DE SOUZA | ACE | SECEX-RJ | 09/11/2006 a 09/11/2006, 22/11/2006 a 24/11/2006 e 30/11/2006 a 05/12/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 5074-1 | MARCOS CESAR BARBOSA DE SOUZA | ACE | SEC-RJ/DT3 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 3125-9 | LUIZ DAVID CERQUEIRA ROCHA | ACE | SEC-RJ/DT3 |

ÂNGELA MARIA MOURA NONATO VIEIRA

## SECEX-RR

PORTARIA-SECEX-RR Nº 9, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º. Designar os servidores MARCONE SILVA BEZERRA, TCE, Matrícula TCU nº 3562-9, e ROMUALDO CEZAR FERREIRA, AUX, Matrícula TCU nº 3422-3, como responsáveis pela Conformidade Diária e Conformidade de Suporte Documental, respectivamente.

Art. 2º. Designar os servidores THADEU FELISMINO TAIRA, ACE, Matrícula TCU Nº 6607-9 e CLÁUDIO PIRES DOS SANTOS, ACE, Matrícula TCU nº 6536-6, como substitutos dos servidores arrolados no artigo anterior.

RICARDO FAHR PESSOA

# SECEX-RS

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/ FASE PLANEJAMENTO-SECEX-RS Nº 1608, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria - Conformidade, Registro Fiscalis nº 919/2006, no seguinte órgão: Caixa Econômica Federal - MF, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, no período de 18/12/2006 a 19/12/2006, com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Patrulha Mecanizada - GI de Porto Alegre e RF de Caxias do Sul / RS. A Auditoria é decorrente de deliberação constante em Despacho de 11/10/2006 do Min. BENJAMIN ZYMLER (TC 022.542/2006-3).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 621-1 | MARIA DE LOURDES PORTELLA DEROZA | ACE | SECEX-RS | 18/12/2006 a 19/12/2006 |
| 3608-0 | FERNANDO SIMÕES DOS REIS | ACE | SECEX-RS | 18/12/2006 a 19/12/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Claudio Augusto Prates Thomas, Diretor da 2ª Diretoria Técnica da Secex-RS, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 18/12/2006 a 19/12/2006 | 2 dias úteis |

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/ FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO-SECEX-RS Nº 1609, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL , no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria - Conformidade, Registro Fiscalis nº 919/2006, no seguinte órgão: Caixa Econômica Federal - MF, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, no período de 20/12/2006 a 16/01/2007, com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Patrulha Mecanizada - GI de Porto Alegre e RF de Caxias do Sul / RS. A Auditoria é decorrente de deliberação constante em Despacho de 11/10/2006 do Min. BENJAMIN ZYMLER (TC 022.542/2006-3).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 621-1 | MARIA DE LOURDES PORTELLA DEROZA | ACE | SECEX-RS | 20/12/2006 a 05/01/2007 e 08/01/2007 a 16/01/2007 |
| 3608-0 | FERNANDO SIMÕES DOS REIS | ACE | SECEX-RS | 20/12/2006 a 05/01/2007 e 08/01/2007 a 16/01/2007 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Claudio Augusto Prates Thomas, Diretor da 2ª Diretoria Técnica da Secex-RS, e deverá observar o seguinte cronograma:

| Fase do Trabalho | Período | Duração |
|---|---|---|

| Fase do Trabalho | Período | Duração |
|---|---|---|
| Execução | 20/12/2006 a 05/01/2007 | 12 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 08/01/2007 a 16/01/2007 | 7 dias úteis |

ORDEM DE SERVIÇO-SECEX-RS Nº 6, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições regulamentares e com base na delegação de competência concedida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator UBIRATAN AGUIAR através da Portaria nº 02-GM-UA, de 08/05/2003, resolve:

Art. 1º. Designar o Técnico de Controle Externo GELSON CELISTRE, matrícula TCU nº 3424-0, para colher ciência do Sr. JOSÉ ARNO APPOLO DO AMARAL, CPF 043.514.100-78, no Ofício nº 726/2006/TCU/SECEX-RS, de 19/12/2006, de notificação do Acórdão nº 1107/2006-TCU-2ª Câmara, de 9/5/2006, que julgou irregulares as contas do TC 017.923/2003-4, em face do insucesso das tentativas anteriores.

CARLOS FERNANDO DE SOUZA FAGUNDES

## SECEX-SC

PORTARIA SECEX-SC Nº 43, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Designar o Analista de Controle Externo, CARLOS ALBERTO LELLIS, matrícula TCU nº 3092-9 e a Técnica de Controle Externo, LÍNIA LINÉIA LOUREIRO DE VARGAS, matrícula TCU nº 1897-0, para, no período de 18/12/2006 a 31/01/2007, realizar o inventário dos processos com carga na Secretaria, inclusive encerrados, em atendimento ao disposto na Ordem de Serviço-Segecex 1/2005, atentando à necessidade de, ao final, serem adotadas as providências descritas no art. 2º da Ordem de Serviço-Segecex 14/2006.

JOÃO MANOEL DA SILVA DIONÍSIO

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-SC Nº 1572, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1410/2006 (Registro Fiscalis nº 924/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Caixa Econômica Federal - MF, decorrente de deliberação constante em Despacho de 11/10/2006 do Min. BENJAMIN ZYMLER (TC 22.542/2006-3), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Patrulha Mecanizada - RF de Chapecó e GI de Florianópolis/SC, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução | 06/11/2006 a 17/11/2006 | 9 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 20/11/2006 a 15/12/2006 | 20 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 2943-2 | MARCIO MACEDO MUSSI | ACE | SECEX-SC | 06/11/2006 a 17/11/2006 e 20/11/2006 a 15/12/2006 |
| 4659-0 | GILBERTO CASAGRANDE SANT'ANNA | ACE | SECEX-SC | 06/11/2006 a 17/11/2006 e 20/11/2006 a 15/12/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 2943-2 | MARCIO MACEDO MUSSI | ACE | SECEX-SC/DT1 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 2866-5 | LUIZ AUGUSTO IAMASSAKI FIORENTINI | ACE | SECEX-SC/DT1 |

## ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-SC Nº 1572, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006

CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memº. nº 057/Segedam/GS-Circular, de 29/3/2001)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GILBERTO CASAGRANDE SANT'ANNA | ACE -Controle Externo | 05/11/2006 | 11/11/2006 | 6,5 | 214,00 | 252,00 | 111,80 | 1.531,20 |
| MARCIO MACEDO MUSSI | ACE -Controle Externo | 05/11/2006 | 11/11/2006 | 6,5 | 214,00 | 252,00 | 111,80 | 1.531,20 |

CONCESSÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM TRANSPORTE POR KM RODADO
(EM EQUIPE) - inciso II do art. 28 c/c art. 30 da Portaria TCU nº 625-GP/96

| NOME | MATR. Nº | TRAJETO | DISTÂNCIA KM (IDA/VOLTA) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|
| MARCIO MACEDO MUSSI | 2943-2 | Florianópolis – Chapecó - Florianópolis | 1.122 | 695,64 |
| GILBERTO CASAGRANDE SANT'ANNA | 4659-0 | Florianópolis – Chapecó - Florianópolis | 1.122 | 695,64 |

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-SC Nº 1575, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria de Fiscalização nº 1415/2006 (Registro Fiscalis nº 934/2006), que disciplinou a realização de Auditoria - Conformidade no órgão Caixa Econômica Federal - MF, decorrente de deliberação constante em Despacho de 11/10/2006 do Min. BENJAMIN ZYMLER (TC 22542/2006-3), com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais em transferências voluntárias no objeto Patrulha Mecanizada - RF de Criciúma, Blumenau e Joinville / SC, passando a vigorar nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DA FISCALIZAÇÃO

| Fase do Trabalho | Período | Duração |
|---|---|---|
| Execução | 06/11/2006 a 17/11/2006 | 9 dias úteis |
| Elaboração do Relatório | 20/11/2006 a 15/12/2006 | 20 dias úteis |

CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 157-0 | JOSÉ MAURO BITARELLI MARTINS | ACE | SECEX-SC | 06/11/2006 a 17/11/2006 e 20/11/2006 a 15/12/2006 |
| 2862-2 | LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA RUIZ | ACE | SECEX-SC | 06/11/2006 a 17/11/2006 e 20/11/2006 a 15/12/2006 |

COORDENADOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 157-0 | JOSÉ MAURO BITARELLI MARTINS | ACE | SECEX-SC/DT2 |

SUPERVISOR DA FISCALIZAÇÃO

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 2867-3 | OSMAR JACOBSEN FILHO | ACE | SECEX-SC/DT2 |

ANEXO À PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-SC Nº 1575, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006
CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADICIONAL DE EMBARQUE E DESEMBARQUE
(Art.14 e 14-A, da Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memo. nº 057/Segedam/GS-Circular, de 29/3/2001)

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA SAÍDA | DATA RETORNO | QTDE. DIÁRIAS | VALOR UNIT. (R$) | ADIC. EMB/ DES (R$) | DESC. AUX. ALIM. (R$) | TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| LUIS HENRIQUE TEIXEIRA RUIZ | ACE - Controle Externo | 06/11/2006 | 14/11/2006 | 6,5 | 214,00 | 252,00 | 145,34 | 1.497,66 |
| JOSE MAURO BITARELLI MARTINS | ACE - Controle Externo | 06/11/2006 | 14/11/2006 | 6,5 | 214,00 | 252,00 | 145,34 | 1.497,66 |

CONCESSÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM TRANSPORTE POR KM RODADO
(EM EQUIPE) - inciso II do art. 28 c/c art. 30 da Portaria TCU nº 625-GP/96

| NOME | MATR. Nº | TRAJETO | DISTÂNCIA KM (IDA/VOLTA) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|
| JOSE MAURO BITARELLI MARTINS | 157-0 | Florianópolis-Criciúma-Florianópolis | 384 | 238,08 |
| | | Florianópolis-Blumenau-Florianópolis | 286 | 177,32 |
| TOTAL | | | 670 | 415,40 |
| LUIS HENRIQUE TEIXEIRA RUIZ | 2862-2 | Florianópolis-Criciúma-Florianópolis | 362 | 224,44 |
| | | Florianópolis-Blumenau-Florianópolis | 286 | 177,32 |
| TOTAL | | | 648 | 405,76 |

LUIZ AUGUSTO IAMASAKI FIORENTINI

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SECEX-SC Nº 1600, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado para realizar Inspeção Conformidade, Registro Fiscalis nº 1002/2006, no seguinte órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região/SC - JT, no período de 07/12/2006 a 12/12/2006, com o objetivo de verificar possíveis irregularidades em convite realizado pelo TRT-SC. A Inspeção é decorrente de deliberação constante em Despacho de 07/12/2006 do Secretário Substituto da Secretaria de Controle Externo - SC (TC 28.121/2006-9).

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|
| 2861-4 | RUI ISOPPO | ACE | SECEX-SC | 07/12/2006 a 07/12/2006, 11/12/2006 a 11/12/2006 e 12/12/2006 a 12/12/2006 |

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Márcio Macedo Mussi, Diretor Substituto , 1ª Diretoria Técnica - Secex-SC, e deverá observar o seguinte cronograma:

| FASE DO TRABALHO | PERÍODO | DURAÇÃO |
|---|---|---|
| Planejamento | 07/12/2006 a 07/12/2006 | 1 dia útil |
| Execução | 11/12/2006 a 11/12/2006 | 1 dia útil |
| Elaboração do Relatório | 12/12/2006 a 12/12/2006 | 1 dia útil |

CARLOS ALBERTO LELLIS

## SECEX-SP

PORTARIA-SECEX-SP Nº 20, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM SUBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições regulamentares resolve:

Art. 1º - Arbitrar e conceder ao Secretário Luiz Akutsu, ACE, Matrícula nº 2859/2, a meia diária a seguir discriminada, descontando-se o valor correspondente ao auxílio-alimentação, nos termos do § 8º art. 22 da Lei nº 8.460/92, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.527/97, c/c as disposições contidas na Portaria nº 625-GP/96, em face do deslocamento do servidor para participar da abertura do Evento "Programa Olho Vivo no Dinheiro Público – Fomento ao Controle Social e à Capacitação de Agentes Públicos Municipais" em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, promovido pela Controladoria Geral da União/CGU no dia 11 de dezembro de 2006, no Auditório do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Taubaté, em Taubaté/SP.

| NOME | CARGO/ FUNÇÃO | DATA DE SAÍDA | DATA DE RETORNO | N° DE DIÁRIA | VALOR DIÁRIA | DESC. AUX. ALIM. | EMBARQUE/ DESEMB. | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luiz Akutsu | ACE | 11/12/06 | 11/12/06 | 1/2 | 140,00 | 11,18 | 252,00 | 380,82 |

JOSÉ CLÁUDIO SANTOS LIRA
Secretário em substituição

(Republicada por ter saído com incorreção no BTCU nº 48, de 18/12/2006, pág. 96)

## A N E X O S

**ANEXO I** - Resolução nº 199, de 28 dezembro de 2006 - Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União. (pág. 79)

**ANEXO II** - Portaria-TCU nº 326, de 15 de dezembro de 2006 - Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 75 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005. (pág. 116)

**ANEXO III** - Portaria-TCU nº 328, de 19 de dezembro de 2006 - Promove a elevação de limite de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), combinado com o art. 76 da Lei nº 11.178, de 20 setembro de 2005 e dá outras providências. (pág. 119)

**ANEXO IV** - Portaria-TCU nº 329, de 20 de dezembro de 2006 - Aprova a realização do Projeto Padronizar II e designa seu gestor. (pág. 121)

**ANEXO V** - Portaria-TCU nº 330, de 20 de dezembro de 2006 - Prorroga o prazo de realização do Projeto Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competências – Atena. (pág. 126)

**ANEXO VI** - Relação consolidada dos servidores que permanecerão em serviço nos termos da Portaria-TCU nº 295/2006. (pág. 131)

**ANEXO VII** - Relação de pedidos de licenças por motivo de doença em pessoa da família deferidos pela Dibes. (pág. 141)

**ANEXO VIII** - Servidor autorizado a conduzir viatura do TCU na Secex-RS. (pág. 146)

**ANEXO IX** - Índice Cronológico dos Atos Publicados nos Boletins do Tribunal de Contas da União, Normais e Especiais, nos meses de janeiro a dezembro de 2006. (pág. 147)

# RESOLUÇÃO-TCU Nº 199, DE 28 DEZEMBRO DE 2006

Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das competências conferidas pelos arts. 73 e 96 da Constituição Federal, pelo art. 1º, inciso XIV, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e pelos arts. 1º, inciso XXXIII, e 29 do Regimento Interno, resolve *ad referendum* do Tribunal Pleno:

## TÍTULO I
## DA FINALIDADE E ESTRUTURA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Art. 1º A estrutura e as competências das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) são as constantes desta Resolução.

Art. 2º A Secretaria do Tribunal compreende o conjunto de unidades que têm por finalidade desempenhar atividades técnicas, administrativas e operacionais necessárias ao pleno exercício das competências do Tribunal de Contas da União.

Art. 3º A Secretaria do Tribunal tem a seguinte estrutura:

I – unidades básicas:

a) Secretaria-Geral da Presidência (Segepres);

b) Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex);

c) Secretaria-Geral de Administração (Segedam).

II – Secretaria de Controle Interno (Secoi);

III – unidades de assessoramento a autoridades:

a) Gabinete do Presidente;

b) Gabinete do Corregedor;

c) Gabinetes de ministro, de auditor e de membro do Ministério Público junto ao Tribunal.

IV – órgãos colegiados da Secretaria do Tribunal:

a) Comissão de Coordenação Geral (CCG);

b) Conselho Editorial da Revista do TCU (CER);

c) Comitê de Gestão de Pessoas do TCU (CGP);

d) Comissão de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Avaliação de Desempenho dos Servidores do Tribunal (Cadad).

Art. 4º Fica aprovada a distribuição das funções de confiança pelas unidades da Secretaria do Tribunal, na forma dos Anexos I a X a esta Resolução.

## TÍTULO II
## DAS UNIDADES BÁSICAS

Art. 5º As unidades básicas vinculam-se à Presidência do Tribunal e têm por finalidade o exercício das funções de apoio técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do Tribunal de Contas da União.

### CAPÍTULO I
### DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Art. 6º A Secretaria-Geral da Presidência (Segepres) tem por finalidade apoiar o funcionamento do Tribunal e das unidades de sua Secretaria em temas afetos a secretariado das sessões, planejamento e gestão, capacitação e desenvolvimento de competências, tecnologia da informação, consultoria jurídica, relacionamento com o Congresso Nacional e outras entidades de fiscalização superior, comunicação social, cerimonial e ouvidoria.

Art. 7º Compete à Secretaria-Geral da Presidência:

I – planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e projetos inerentes às áreas de sua atuação e avaliar os resultados obtidos;

II – aprovar regulamentos relativos ao funcionamento das atividades, dos processos de trabalho e dos projetos afetos à sua área de atuação;

III– orientar o desdobramento de diretrizes e controlar o alcance das metas das unidades subordinadas;

IV – gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação;

V - auxiliar na elaboração e implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo Tribunal de Contas da União com outros órgãos e entidades nacionais e acompanhar a sua execução;

VI – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 8º A Secretaria-Geral da Presidência possui a seguinte estrutura:

I – unidade de apoio aos colegiados:

a) Secretaria das Sessões (SeSes).

II – unidades de apoio estratégico:

a) Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan);

b) Secretaria de Tecnologia da Informação (Setec);

c) Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

III – unidades de assessoramento especializado:

a) Consultoria Jurídica (Conjur);

b) Assessoria de Relações Internacionais (Arint);

c) Assessoria de Comunicação Social (Ascom);

d) Assessoria Parlamentar (Aspar);

e) Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri);

f) Ouvidoria.

IV – Serviço de Administração;

V – Assessoria.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral da Presidência é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV a esta Resolução para organização de suas atividades, bem como com as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

## Seção I
## Da Unidade de Apoio aos Colegiados
### Subseção I
### Da Secretaria das Sessões

Art. 9º A Secretaria das Sessões (SeSes) tem por finalidade apoiar o funcionamento do Plenário, das Câmaras e das Comissões Permanentes de Regimento e de Jurisprudência, bem como gerenciar as bases de informação sobre normas e jurisprudência do Tribunal.

Art. 10. Compete à Secretaria das Sessões:

I – secretariar e prestar apoio operacional às sessões do Plenário e das Câmaras, bem como guardar, publicar e divulgar os registros delas decorrentes;

II – coordenar, com o apoio das unidades de apoio especializado, os procedimentos necessários à eleição e posse do Presidente e do Vice-presidente do Tribunal;

III – assessorar os Presidentes dos respectivos órgãos colegiados, os Ministros, os Auditores e os representantes do Ministério Público junto ao Tribunal durante as sessões;

IV – consolidar, publicar e divulgar atos normativos de competência do Presidente e dos órgãos colegiados;

V – realizar pesquisas e prestar apoio técnico-operacional aos trabalhos de alteração e consolidação do Regimento Interno e da jurisprudência do Tribunal;

VI – gerenciar e adotar medidas para manter atualizadas as bases de informação sobre normas, jurisprudência e deliberações do Tribunal;

VII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria das Sessões é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Seção II
## Das Unidades de Apoio Estratégico

Art. 11. As unidades de apoio estratégico têm por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal na tomada de decisão relativa ao desenvolvimento e modernização organizacional, bem como fomentar e dar suporte tecnológico, metodológico e educacional a todas as

unidades da Secretaria do Tribunal, visando a melhoria da gestão e do desempenho institucional.

**Subseção I**
**Da Secretaria de Planejamento e Gestão**

Art. 12. A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) tem por finalidade fomentar, coordenar e acompanhar o sistema de planejamento e gestão da Secretaria do Tribunal, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua da gestão e do desempenho institucional.

Art. 13. Compete à Secretaria de Planejamento e Gestão:

I - coordenar o processo de planejamento institucional, orientar o desdobramento de diretrizes e controlar o alcance das metas das unidades da Secretaria do Tribunal;

II - promover, planejar, coordenar, acompanhar e orientar a implementação da melhoria contínua da gestão no Tribunal;

III - analisar as proposições relativas a estrutura, competência, organização e funcionamento das unidades da Secretaria do Tribunal;

IV - promover a gestão de projetos no âmbito do Tribunal, em especial quanto ao planejamento, coordenação e acompanhamento dos resultados;

V - elaborar os relatórios institucionais a serem encaminhados ao Congresso Nacional e o relatório de gestão;

VI - participar na elaboração da proposta orçamentária anual, em conjunto com a Secretaria-Geral de Administração, considerando o planejamento estratégico, as diretrizes institucionais e ouvidas as demais unidades da Secretaria do Tribunal;

VII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento e Gestão é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

**Subseção II**
**Da Secretaria de Tecnologia da Informação**

Art. 14. A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setec) tem por finalidade propor e acompanhar políticas e diretrizes na área de tecnologia da informação, coordenar e implementar as atividades e as soluções delas decorrentes no âmbito da Secretaria do Tribunal.

Art. 15. Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação:

I - participar da formulação de diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a utilização dos recursos relacionados à tecnologia da informação, bem como verificar seu cumprimento;

II - promover, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Tribunal, estudo prévio de viabilidade e de exeqüibilidade de desenvolvimento de sistemas informatizados;

III - planejar a aquisição, a contratação ou a locação de recursos de tecnologia da informação de que o Tribunal necessite;

IV - assessorar o Tribunal no estabelecimento de contratos e convênios com órgãos e entidades visando ao intercâmbio de dados disponíveis em sistemas de informação e viabilizar sua implementação;

V - gerenciar a aplicação de políticas de segurança de informação no Tribunal;

VI - gerenciar o acesso de usuários internos e externos aos sistemas, aplicativos e demais serviços relacionados à tecnologia da informação oferecidos pela Secretaria;

VII - disseminar e incentivar o uso de soluções de tecnologia da informação adotadas pelo Tribunal, prestando orientação e suporte aos usuários na instalação, configuração e uso de computadores, sistemas, aplicativos e demais serviços relacionados à tecnologia da informação;

VIII - providenciar assistência técnica e demais procedimentos necessários à continuidade do funcionamento da infra-estrutura de tecnologia da informação;

IX - apoiar a Secretaria-Geral de Controle Externo, participando do planejamento e da execução de fiscalizações que demandem conhecimentos especializados na área de sistemas e de tecnologia da informação;

X - administrar e acompanhar os contratos e os convênios relativos à área de tecnologia da informação firmados pelo Tribunal;

XI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Tecnologia da Informação é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Subseção III
## Do Instituto Serzedello Corrêa

Art. 16. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) tem por finalidade propor e conduzir políticas e ações de educação corporativa, gestão do conhecimento organizacional, bem como promover a cidadania e o controle social.

Art. 17. Compete ao Instituto Serzedello Corrêa:

I - promover o desenvolvimento de competências profissionais e organizacionais e a educação continuada de servidores e colaboradores do Tribunal de Contas da União;

II – participar, sob a coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas, da proposição e definição de políticas de gestão de pessoas;

III – planejar, acompanhar e avaliar o modelo de gestão de pessoas por competências do TCU;

IV - promover a seleção, a formação e a integração de novos servidores;

V - promover ações educativas voltadas ao público externo que contribuam com a efetividade do controle e a promoção da cidadania;

VI - promover e estimular o reconhecimento de servidores e demais colaboradores do TCU pelo desenvolvimento de competências;

VII - fornecer suporte metodológico e logístico à pesquisa, produção, catalogação e disseminação de conhecimentos, visando ao aprimoramento da atuação do Tribunal;

VIII – administrar o Centro de Documentação e a Biblioteca do TCU;

IX - administrar e gerir os recursos orçamentários recebidos mediante descentralização, observadas as normas específicas;

X - propor o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnica com outras instituições públicas ou privadas que tenham por objeto educação, pesquisa, desenvolvimento e comunicação institucional e acompanhar sua execução;

XI - colaborar com a divulgação da Instituição junto à sociedade brasileira;

XII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. O Instituto Serzedello Corrêa é dirigido por diretor-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Seção III
## Das Unidades de Assessoramento Especializado

Art. 18. As unidades de assessoramento especializado têm por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal em questões jurídicas, no relacionamento institucional e internacional, nas comunicações sociais, no relacionamento com o Congresso Nacional e na função de ouvidoria.

### Subseção I
### Da Consultoria Jurídica

Art. 19. A Consultoria Jurídica (Conjur) tem por finalidade orientar sobre assuntos jurídicos e analisar matérias e processos submetidos à sua apreciação.

Art. 20. Compete à Consultoria Jurídica:

I - exarar parecer sobre questão jurídica suscitada em processo submetido à sua análise por relator, órgão colegiado do Tribunal ou pela Presidência;

II - acompanhar e prestar, com eventual apoio de outra unidade da Secretaria do Tribunal, informações necessárias à instrução de ações judiciais de interesse do Tribunal, inclusive mandados de segurança impetrados contra ato ou deliberação do Tribunal;

III - examinar, no âmbito do Tribunal, minuta de ato normativo e de edital, contrato, convênio, acordo, ajuste ou instrumento similar, na forma da legislação específica;

IV - exarar parecer sobre impugnação ou recurso interposto em processo administrativo, inclusive os relativos a procedimento licitatório realizado pelo Tribunal;

V - realizar estudo sobre questão jurídica solicitado por órgão colegiado do Tribunal ou pela Presidência;

VI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Consultoria Jurídica é dirigida por consultor jurídico e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

### Subseção II
### Da Assessoria de Relações Internacionais

Art. 21. A Assessoria de Relações Internacionais (Arint) tem por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal em assuntos internacionais e de representação internacional do Tribunal de Contas da União.

Art. 22. Compete à Assessoria de Relações Internacionais:

I - atuar como unidade de apoio na organização e na realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o Tribunal e entidades fiscalizadoras superiores de outros países, instituições estrangeiras e organizações internacionais, visando ao intercâmbio de informações e experiências;

II - assessorar, no que couber, comissões e comitês do Tribunal instituídos em função de tratados firmados pelo Brasil ou de acordos de cooperação assinados entre o Tribunal de Contas da União e outras instituições estrangeiras congêneres, ou, ainda, que envolvam questões inerentes à área de relações internacionais;

III - desenvolver as ações necessárias à representação do Tribunal em congressos, reuniões, simpósios, seminários, cursos e eventos de caráter internacional, bem como providenciar a divulgação dos resultados decorrentes desses eventos;

IV - organizar visitas de delegações estrangeiras ao Tribunal e acompanhá-las, de forma coordenada com a Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais;

V - providenciar a obtenção de passaportes, vistos, reservas de passagens e de hotéis para autoridades e servidores, quando em viagens oficiais, e adotar outras medidas que se fizerem necessárias;

VI - desempenhar as funções de articulação entre o Tribunal e o Ministério das Relações Exteriores, postos diplomáticos, organizações internacionais, instituições estrangeiras e outras entidades fiscalizadoras superiores, no que concerne à cooperação mútua e ao intercâmbio de informações;

VII - colaborar com comissões, grupos de trabalho ou unidades do Tribunal quando da realização de estudos, pesquisas ou auditorias, no país ou no exterior, que requeiram providências ou conhecimentos específicos inerentes à sua área de atuação;

VIII - auxiliar na elaboração e na implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo Tribunal de Contas da União com organismos internacionais ou entidades estrangeiras, bem como acompanhar sua execução;

IX - providenciar serviços de intérprete e tradução de correspondências, relatórios, publicações, textos técnicos e outros documentos submetidos à unidade;

X - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria de Relações Internacionais é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Subseção III
## Da Assessoria de Comunicação Social

Art. 23. A Assessoria de Comunicação Social (Ascom) tem por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal em assuntos de comunicação social e de relacionamento do Tribunal de Contas da União com a imprensa.

Art. 24. Compete à Assessoria de Comunicação Social:

I - planejar, coordenar e supervisionar atividades e projetos relacionados com a comunicação interna e externa de ações do Tribunal de Contas da União, bem como redigir matérias sobre atividades do Tribunal e distribuí-las à imprensa para divulgação;

II - assessorar o Presidente, os ministros e as demais autoridades do Tribunal em assuntos relativos à comunicação social;

III - acompanhar e analisar matérias divulgadas pelos veículos de comunicação social relacionadas a atividades do Tribunal, a autoridades ou a servidores da Casa, visando à edição e distribuição de informativos diários de divulgação interna;

IV - promover o relacionamento entre o Tribunal de Contas da União e a imprensa;

V - zelar pela boa imagem institucional do Tribunal;

VI - coordenar os trabalhos jornalísticos nas dependências do Tribunal e a cobertura de eventos oficiais realizados pelo Tribunal de Contas da União;

VII - agendar entrevistas, individuais ou coletivas, a serem concedidas a veículos de comunicação e, quando solicitado, assessorar o Presidente, os ministros e as demais autoridades do Tribunal em entrevistas;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria de Comunicação Social é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Subseção IV
## Da Assessoria Parlamentar

Art. 25. A Assessoria Parlamentar (Aspar) tem por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal em assuntos relacionados ao Congresso Nacional.

Art. 26. Compete à Assessoria Parlamentar:

I - planejar, coordenar, acompanhar e executar ações de intercâmbio de informações do Tribunal com o Congresso Nacional relativas a assuntos legislativos;

II – acompanhar, no âmbito do Tribunal, a tramitação de processos e expedientes originários do Congresso Nacional, de suas casas, comissões ou de parlamentares;

III - prestar apoio à Secretaria-Geral de Controle Externo no relacionamento com o Congresso Nacional decorrente de assunto inerente ao controle externo;

IV - acompanhar, no âmbito do Congresso Nacional, as matérias de interesse do Tribunal e propor ao Presidente a elaboração de estudos ou pareceres, quando for o caso;

V - desenvolver trabalhos técnicos, estudos e pesquisas relacionados com assuntos legislativos que forem determinados pela Presidência do Tribunal;

VI - realizar pesquisas acerca das expectativas e das demandas do Congresso Nacional com relação ao controle externo, visando a subsidiar o planejamento estratégico e de diretrizes no âmbito do Tribunal;

VII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria Parlamentar é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Subseção V
## Da Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais

Art. 27. A Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri) tem por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal em assuntos de relações públicas e institucionais.

Art. 28. Compete à Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais:

I - planejar, organizar, coordenar e executar atividades inerentes ao desenvolvimento e ampliação das relações internas e institucionais do Tribunal de Contas da União;

II - assistir ao Presidente, às demais autoridades do Tribunal e às unidades da Secretaria, quando solicitado, quanto ao protocolo a ser observado em cerimônias e eventos oficiais e à organização e realização de eventos institucionais;

III - organizar, manter e divulgar, em conjunto com o Gabinete do Presidente, as agendas do Presidente do TCU e de eventos institucionais;

IV - providenciar reservas de transporte, hospedagem e outros preparativos para viagens oficiais, no âmbito do território nacional, do Presidente, ministros e demais autoridades do Tribunal;

V - acompanhar o Presidente, ministros do Tribunal e autoridades visitantes durante embarque e desembarque de suas viagens oficiais, bem como recepcionar e acompanhar autoridades e dignitários em visita ao Tribunal;

VI - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias ao desempenho de sua competência, especialmente o arquivo histórico-fotográfico do Tribunal e o rol de autoridades e dirigentes do Tribunal e de instituições de seu relacionamento;

VII - planejar e coordenar a distribuição de material institucional do Tribunal;

VIII - supervisionar as atividades realizadas na Sala Ministro Henrique de La Rocque e na Sala dos Advogados;

IX - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

## Subseção VI
## Ouvidoria

Art. 29. A Ouvidoria tem por finalidade contribuir para melhoria da gestão do Tribunal e dos órgãos e entidades a ele jurisdicionados, atuar na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por autoridades, servidores e administradores públicos, bem como dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Art. 30.º Compete à Ouvidoria:

I – receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviço prestado pelo Tribunal;

II – receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de ato de gestão ou ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal;

III – receber e catalogar informações referentes a indícios de irregularidades no uso de recursos públicos, obtidas por meio da Internet ou outro meio apropriado;

IV – manter instalações físicas e meios de comunicação eletrônica, postal e telefônica para recebimento das comunicações mencionadas nos incisos I, II e III;

V – realizar triagem das comunicações mencionadas nos incisos I, II e III e encaminhá-las aos setores competentes do Tribunal, para averiguação e eventuais providências;

VI – controlar, acompanhar e requisitar do setor competente do Tribunal informações sobre

averiguações e providências mencionadas no inciso V;

VII – manter, quando possível, os autores das comunicações mencionadas nos incisos I, II e III informados a respeito de averiguações e providências adotadas pelos setores competentes do Tribunal;

VIII – sugerir eventual medida para aperfeiçoamento do serviço do Tribunal objeto das comunicações mencionadas no inciso I;

IX – divulgar seus serviços junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

X – estimular a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício da cidadania na fiscalização e na avaliação da ação estatal;

XI – encaminhar à Secretaria-Geral da Presidência relatório trimestral de atividades;

§ 1º. Sem prejuízo da atribuição prevista no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, a Ouvidoria deve comunicar ao Secretário-Geral da Presidência quando a informação recebida no exercício de suas atividades contiver indício de irregularidade ou ilegalidade na atuação de autoridade ou de servidor do Tribunal ou de agente público jurisdicionado ao TCU.

§ 2º. A Ouvidoria é dirigida por assessor e conta com a função de confiança constante do Anexo V a esta Resolução.

## CAPÍTULO II
## DA SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Art. 31. A Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando a prestar apoio e assessoramento às deliberações do Tribunal.

Art. 32. Compete à Secretaria-Geral de Controle Externo:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e projetos inerentes ao controle externo e avaliar seus resultados;

II - aprovar regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo;

III - propor normas, políticas e diretrizes relativas ao controle a cargo do Tribunal de Contas da União;

IV - orientar o desdobramento de diretrizes e controlar o alcance das metas das unidades subordinadas;

V - promover a integração do Tribunal com os órgãos do sistema de controle interno dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único. A Segecex, para a realização de trabalhos de complexidade atípica, poderá contar com o apoio de servidores lotados em qualquer unidade do Tribunal ou de especialistas externos, observada a legislação pertinente.

Art. 33. A Secretaria-Geral de Controle Externo possui a seguinte estrutura:

I – Secretaria-Adjunta de Fiscalização (Adfis);

II – Secretaria-Adjunta de Contas (Adcon);

III – sete secretarias de controle externo em Brasília;

IV – vinte e seis secretarias de controle externo, uma em cada estado da Federação;

V – Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip);

VI – Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob);

VII – Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid);

VIII – Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog);

IX - Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti);

X – Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag);

XI – Secretaria de Recursos (Serur);

XII – Serviço de Administração;

XIII – Assessoria.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Controle Externo é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV a esta Resolução para organização de suas atividades, bem como as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

## Seção I
## Da Secretaria-Adjunta de Fiscalização

Art. 34. A Secretaria-Adjunta de Fiscalização (Adfis) tem por finalidade assessorar a Secretaria-Geral de Controle Externo no exercício das competências previstas no art. 32, especialmente as relativas às atividades de fiscalização a cargo do Tribunal.

Art. 35. Compete à Secretaria-Adjunta de Fiscalização:

I – coordenar e orientar o planejamento geral das fiscalizações a serem realizadas pelo Tribunal de Contas da União;

II – acompanhar a execução dos planos de fiscalização e avaliar os resultados alcançados;

III – desenvolver, sistematizar, registrar e disseminar métodos, técnicas e padrões para orientar a atuação das unidades técnicas da Segecex;

IV – disseminar as boas práticas de controle entre as unidades técnicas da Segecex;

V – assessorar o Conselho Editorial da Revista do TCU na seleção de trabalhos de fiscalização realizados pelo Tribunal;

VI – gerenciar e zelar pela atualização das bases de informação relativas à sua área de atuação;

VII – prestar apoio técnico e operacional aos trabalhos de controle realizados pelas unidades técnicas da Segecex;

VIII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria-Adjunta de Fiscalização é dirigida por secretário-adjunto e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

## Seção II
## Da Secretaria-Adjunta de Contas

Art. 36. A Secretaria-Adjunta de Contas (Adcon) tem por finalidade assessorar a Secretaria-Geral de Controle Externo no exercício das competências previstas no art. 32, especialmente as relativas às atividades inerentes ao exame de processos de contas e à apreciação de atos de gestão das unidades jurisdicionadas ao Tribunal.

Art. 37. Compete à Secretaria-Adjunta de Contas:

I – coordenar e orientar o planejamento geral das atividades técnico-executivas que subsidiam atividades inerentes ao exame de processos de contas e à apreciação de atos de gestão das unidades jurisdicionadas ao Tribunal;

II – acompanhar o desempenho das secretarias de controle externo e de Recursos;

III – sistematizar ocorrências e entendimentos freqüentes nos trabalhos de controle executados pelas unidades técnicas da Segecex, para orientar a formulação de propostas de mérito e a adoção de medidas corretivas, preventivas ou educativas;

IV – desenvolver, sistematizar, registrar e disseminar métodos, técnicas e padrões para orientar a atuação das unidades técnicas da Segecex;

V - gerenciar e zelar pela atualização das bases de informação relativas à sua área de atuação, especialmente as relativas às unidades jurisdicionadas, cadastro de contas julgadas irregulares e seus respectivos responsáveis, cobrança executiva e contas arquivadas por economia processual, entre outras necessárias ao bom desempenho de sua área;

VI – elaborar estudos concernentes à distribuição da carga de trabalho entre as secretarias de controle externo e à elaboração das listas de unidades jurisdicionadas;

VII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria-Adjunta de Contas é dirigida por secretário-adjunto, conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

## Seção III
## Das Secretarias de Controle Externo

Art. 38. As secretarias de controle externo têm por finalidade assessorar os relatores em matéria inerente ao controle externo e oferecer subsídio técnico para o julgamento das contas e apreciação dos demais processos relativos às unidades jurisdicionadas ao Tribunal.

Art. 39. Compete às secretarias de controle externo:

I – examinar e instruir processos de controle externo e outros relativos a órgãos ou entidades vinculados à área de atuação da secretaria, exceto em grau de recurso;

II – conceder vista e cópia de autos, bem como sanear os processos sob sua responsabilidade, por meio de inspeção, diligência, citação ou audiência, conforme delegação de competência do relator;

III – fiscalizar a descentralização de recursos públicos federais;

IV – fiscalizar as unidades jurisdicionadas ao Tribunal, bem como outras determinadas por autoridade competente, mediante a realização de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;

V – organizar e autuar, quanto aos processos de competência de cada secretaria, os respectivos autos de cobrança executiva decorrentes de acórdãos condenatórios do Tribunal;

VI – representar ao relator quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade que

possa ocasionar dano ou prejuízo à administração pública;

VII – orientar os órgãos de sua clientela sobre procedimentos processuais, especialmente quanto aos prazos de citação e audiência;

VIII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§ 1º Às secretarias de controle externo nos estados compete, ainda:

I – realizar fiscalizações planejadas ou solicitadas extraordinariamente pela Secretaria-Adjunta de Fiscalização em função de determinações de órgão colegiado do Tribunal, de relator ou de requerimento de secretarias localizadas na sede;

II – administrar e gerir os recursos orçamentários recebidos mediante descentralização, observadas as normas específicas;

III – exercer outras atividades administrativas necessárias ao funcionamento da unidade, de acordo com as normas pertinentes.

§ 2º As secretarias de controle externo são dirigidas por secretário e contam com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

## Seção IV
## Das Secretarias de Fiscalização

Art. 40. As secretarias de fiscalização de que tratam os incisos V a IX do art. 33 desta Resolução têm por finalidade realizar trabalhos de fiscalização e de avaliação de programas de governo dentro de suas áreas específicas de atuação.

Art. 41. Compete às secretarias de fiscalização:

I – realizar fiscalização ou avaliação, por meio de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria;

II – planejar, coordenar e controlar as fiscalizações relativas à sua área de especialização, inclusive orientando e supervisionando as demais equipes envolvidas;

III – instruir, para apreciação do Tribunal, os processos referentes às fiscalizações sob responsabilidade da secretaria;

IV – realizar pesquisas e desenvolver métodos, técnicas e padrões para trabalhos de fiscalização e de avaliação de programas de governo, juntamente com a Secretaria-Adjunta de Fiscalização;

V – representar ao relator quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade que possa ocasionar dano ou prejuízo à administração pública;

VI – organizar, quanto aos processos relativos ao trabalho de cada secretaria, os respectivos autos de cobrança executiva decorrentes de acórdãos condenatórios do Tribunal;

VII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 42. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal tem como área específica de atuação o exame e a fiscalização dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, das declarações de bens e rendas submetidas à apreciação do Tribunal e das despesas com pessoal.

Art. 43. A Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União tem como área específica de atuação a fiscalização das obras custeadas com recursos públicos federais e da gestão do patrimônio da União.

Art. 44. A Secretaria de Fiscalização de Desestatização tem como área específica de atuação a fiscalização e a avaliação da outorga de obras e serviços públicos e de atividades econômicas dos setores de infra-estrutura, da execução dos respectivos contratos, da regulação setorial, da atuação dos entes reguladores e das privatizações de empresas estatais.

Art. 45. A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo tem como área específica de atuação a fiscalização e a avaliação dos resultados de programas de Governo.

Art. 46. A Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação tem como área específica de atuação a fiscalização da gestão e do uso de recursos de tecnologia da informação pela Administração Pública Federal.

Parágrafo único. As secretarias de fiscalização são dirigidas por secretário e contam com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

## Seção V
## Da Secretaria de Macroavaliação Governamental

Art. 47. A Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) tem por finalidade assessorar os relatores das contas do Presidente da República, dos presidentes dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público da União na elaboração dos pareceres prévios a cargo do Tribunal e realizar análises sistêmicas e econômicas de programas de governo, da dívida pública, da arrecadação, da renúncia de receita, das transferências constitucionais e da dívida ativa.

Art. 48. Compete à Secretaria de Macroavaliação Governamental:

I – instruir os processos relativos a procedimentos de fiscalização, representações, denúncias, requerimentos, certidões e contestações referentes a transferências constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios, bem como outros relacionados à sua finalidade;

II – demandar à Secretaria-Adjunta de Fiscalização trabalhos específicos de fiscalização, em consonância com as diretrizes aprovadas para apreciação das contas anuais de que trata o artigo anterior, e participar de tais trabalhos, sempre que necessário;

III – efetuar o cálculo dos coeficientes dos fundos de participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal e fiscalizar a entrega das respectivas cotas e acompanhar, junto aos órgãos competentes, a classificação das receitas que dão origem às transferências constitucionais;

IV – acompanhar a distribuição das cotas referentes à compensação financeira pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural devida a estados, Distrito Federal, municípios, ao Comando da Marinha e aos demais entes;

V – acompanhar a arrecadação e fiscalizar a renúncia de receitas públicas federais mediante realização de inspeções, levantamentos, acompanhamentos ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;

VI – desenvolver, em caráter permanente, estudos e pesquisas sobre a carga tributária brasileira, elaborando relatório anual que será presente no relatório e pareceres prévios sobre as contas de que trata o artigo anterior;

VII – acompanhar, junto aos órgãos ou entidades responsáveis por atividades relacionadas à sua área de atuação, o cumprimento de recomendações e demais medidas retificadoras propostas pelo Tribunal no relatório sobre as contas de que trata o artigo anterior, informando o resultado ao relator;

VIII – acompanhar a elaboração, a aprovação e a execução das leis relativas a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;

IX – propor ao relator, para aprovação do Plenário, as diretrizes para apreciação das contas de

que trata o artigo anterior;

X – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Macroavaliação Governamental é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

**Seção VI**
**Da Secretaria de Recursos**

Art. 49. A Secretaria de Recursos (Serur) tem por finalidade assessorar o relator de recurso interposto contra deliberação proferida pelo Tribunal em processos da área de controle externo.

Art. 50. Compete à Secretaria de Recursos:

I – examinar a admissibilidade e instruir os recursos de reconsideração, de revisão e de pedido de reexame interpostos contra deliberação proferida pelo Tribunal;

II - examinar a admissibilidade e instruir, quando solicitado pelo relator do recurso, os embargos de declaração interpostos contra deliberação proferida pelo Tribunal e os agravos interpostos contra decisão do Presidente do Tribunal, de Presidente de Câmara ou do relator;

III – propor ao relator, quando demonstrada de forma clara e objetiva essa necessidade, a realização de inspeção, a ser executada pela unidade técnico-executiva responsável pela instrução de mérito;

IV – divulgar, anualmente, estudos e relatórios acerca da evolução estatística de falhas processuais e de outras causas de provimento de recurso.

Parágrafo único. A Secretaria de Recursos é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

CAPÍTULO III
DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 51. A Secretaria-Geral de Administração (Segedam) tem por finalidade gerenciar as atividades e recursos administrativos, com vistas a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal.

Art. 52. Compete à Secretaria-Geral de Administração:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e projetos inerentes à gestão de pessoas, de serviços gerais e de recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais e avaliar os resultados alcançados;

II - administrar e gerir recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, de acordo com as leis e as normas aplicáveis;

III - aprovar manuais e regulamentos relativos à padronização de processos de trabalho inerentes à atividade administrativa, para utilização, inclusive, em outras unidades do Tribunal;

IV - encaminhar ao Presidente propostas relativas à política de gestão de pessoas, acompanhar sua implementação em todo o Tribunal e avaliar os resultados;

V - tomar medidas necessárias à proteção e à conservação do patrimônio do Tribunal;

VI - elaborar, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão, e em consonância com os planos estratégicos e de diretrizes do TCU a proposta orçamentária anual do Tribunal;

VII - encaminhar ao Presidente e acompanhar junto aos órgãos competentes a proposta orçamentária anual do Tribunal e verificar a execução do orçamento pelas unidades gestoras;

VIII - submeter à Secretaria de Controle Interno a tomada de contas anual do Tribunal de Contas da União;

IX - organizar, editar e divulgar o Boletim do Tribunal de Contas da União.

Art. 53. A Secretaria-Geral de Administração possui a seguinte estrutura:

I – Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep);

II – Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Secof);

III – Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa (Semat);

IV – Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (Sesap);

V – Serviço de Administração;

VI – Assessoria.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Administração é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV a esta Resolução para organização de suas atividades, bem como as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

## Seção I
## Da Secretaria de Gestão de Pessoas

Art. 54. A Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) tem por finalidade propor e conduzir políticas de gestão de pessoas, além de gerenciar e executar atividades inerentes à gestão de clima organizacional, de serviços de pessoal, de desempenho, de qualidade de vida e de alocação e movimentação de pessoas no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo Único. A gestão de pessoas no TCU é coordenada pela Secretaria de Gestão de Pessoas com a participação do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) e visa à promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano, estimulando a formação de pessoas e equipes competentes, motivadas e comprometidas com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública.

Art. 55. Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas:

I – propor e coordenar, com a participação do ISC e em consonância com o Comitê de Gestão de Pessoas, a definição de políticas de gestão de pessoas;

II – planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas no âmbito do Tribunal de Contas da União;

III – planejar, organizar e operacionalizar as atividades relativas aos concursos de remoção, à movimentação, à alocação e à integração de servidores no Tribunal;

IV – operacionalizar a assistência médica, psicossocial e nutricional no âmbito do Tribunal;

V – planejar, promover, coordenar e acompanhar programas voltados para a promoção de saúde e para melhoria da qualidade de vida dos servidores do Tribunal;

VI – coordenar as ações relativas à valorização do servidor;

VII – promover e estimular o reconhecimento de servidores e demais colaboradores do Tribunal;

VIII – planejar, coordenar, acompanhar e promover a operacionalização do processo de

avaliação de desempenho dos servidores do TCU, bem como a avaliação do estágio de estudantes no âmbito do Tribunal;

IX – opinar sobre questões pertinentes à aplicação da legislação de pessoal no âmbito do Tribunal;

X – operacionalizar os procedimentos relativos a serviços de pessoal do Tribunal;

XI – acompanhar, atualizar e divulgar atos referentes à área de recursos humanos, bem como orientar as unidades da Secretaria do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

XII – coordenar e executar a elaboração da folha de pagamento das autoridades, servidores e pensionistas do Tribunal;

XIII – organizar, editar e divulgar o Boletim do Tribunal de Contas da União;

XIV – gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias à sua área de competência ;

XV – elaborar relatórios periódicos inerentes à gestão de pessoas;

XVI – encaminhar documentos para publicação no Diário Oficial da União;

XVII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão de Pessoas é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

## Seção II
## Da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Art. 56. A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Secof) tem por finalidade gerenciar e executar atividades inerentes à programação e execução orçamentário-financeira e à contabilidade do Tribunal de Contas da União.

Art. 57. Compete à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

I – planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal, nos seus aspectos contábeis, de análise de contas e de informações gerenciais, observadas as normas e os procedimentos pertinentes;

II – assessorar na elaboração da proposta orçamentária anual, plurianual e de suplementação de crédito do Tribunal;

III – elaborar a tomada de contas anual do Tribunal de Contas da União;

IV – acompanhar e atualizar os atos normativos referentes ao sistema federal de planejamento, orçamento e contabilidade, bem como informar e orientar as unidades gestoras do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

V – gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias à sua área de competência, em especial o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e outras necessárias à segurança do empenho, da liquidação e do pagamento de despesas a cargo do Tribunal e ao desempenho da unidade;

VI – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

## Seção III
## Da Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa

Art. 58. A Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa (Semat) tem por finalidade gerenciar e executar atividades inerentes à aquisição e administração de bens patrimoniais e de consumo, à contratação de serviços em geral e à gestão documental.

Art. 59. Compete à Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa:

I – planejar, organizar, dirigir, executar e controlar os processos de aquisição, conservação, guarda e distribuição de bens patrimoniais e de consumo, assim como a contratação de obras e serviços;

II – planejar, organizar, dirigir, executar e controlar os processos de inventário e alienação;

III – planejar, organizar, assessorar e acompanhar, junto às comissões especiais de licitação, a realização de procedimentos licitatórios para contratação de serviços, obras e fornecimento de material;

IV – formalizar, acompanhar e providenciar a publicação e controlar a execução dos contratos administrativos firmados pelo Tribunal;

V – planejar, organizar, dirigir e executar a recepção, a classificação, a autuação, a destinação e o arquivamento de processos e demais expedientes;

VI – manter sob sua guarda e responsabilidade documentos, títulos, processos e escrituras relativos aos bens imóveis de propriedade do Tribunal de Contas da União situados no Distrito Federal;

VII – acompanhar e atualizar os atos normativos referentes às áreas de licitação, patrimônio, almoxarifado, contratação e gestão documental, bem como informar e orientar as demais unidades da Secretaria do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

VIII – gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias ao desempenho da sua competência, em especial as relativas a bens patrimoniais e de consumo, ao acompanhamento e execução de contratos firmados e outras necessárias à segurança da liquidação e do pagamento de despesas;

IX – manter em sua guarda os termos de garantias contratuais;

X – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Material, Patrimônio e Comunicação Administrativa é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

## Seção IV
## Da Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

Art. 60. A Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (Sesap) tem por finalidade gerenciar e executar as atividades inerentes à segurança, obras, engenharia, preservação e conservação do patrimônio do Tribunal e serviços gerais.

Art. 61. Compete à Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio:

I – planejar, organizar, dirigir, controlar, supervisionar e, quando for o caso, realizar os serviços de obras ou de projetos de engenharia, manutenção e reparos, transportes, telecomunicações,

segurança, conservação e limpeza predial, produção gráfica, serviços de copa e outros serviços gerais executados no âmbito do Tribunal;

II – zelar pela conservação e manutenção geral dos imóveis sob a responsabilidade do Tribunal de Contas da União, bem como de suas instalações hidráulicas, elétricas, de infra-estrutura de rede de comunicação de dados, de sistemas de som, ar condicionado e telefonia;

III – acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços prestados por terceiros relativos à sua área de atuação;

IV – acompanhar e atualizar os atos normativos referentes às áreas de engenharia, manutenção e serviços gerais, bem como informar e orientar as unidades da Secretaria do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

V – gerenciar e assegurar a atualização de suas bases de informação necessárias à sua área de competência, em especial as relativas a serviços terceirizados, a despesas que podem ser reduzidas por meio de ações preventivas ou de manutenção e outras relativas ao desempenho da unidade.

VI – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

## TÍTULO III
## DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Art. 62. A Secretaria de Controle Interno (Secoi) tem por finalidade assessorar o Presidente na supervisão da correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do Tribunal de Contas da União, sob os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 63. Compete à Secretaria de Controle Interno:

I – realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional das unidades da Secretaria do Tribunal, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;

II – orientar os gestores da Secretaria do Tribunal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades;

III – certificar, nas contas anuais do Tribunal, a gestão dos responsáveis por bens e dinheiros públicos;

IV – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de trabalho constantes do orçamento geral da União para o Tribunal;

V – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VI – zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno;

VII – elaborar e submeter previamente ao Presidente do Tribunal o plano anual de auditoria interna;

VIII – atestar a compatibilidade, ou não, dos bens e rendimentos declarados por servidores ocupantes de cargo ou função de confiança no âmbito do Tribunal;

IX – emitir parecer quanto à exatidão e legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo Tribunal;

X – manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno de outros órgãos da Administração Pública;

XI – representar ao Presidente do Tribunal de Contas da União em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada;

XII – executar os demais procedimentos correlatos com as funções de auditoria interna;

XIII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§ 1º As atividades de controle interno, sempre que possível, deverão ser exercidas de forma concomitante aos atos controlados.

§ 2º A Secretaria de Controle Interno é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança indicadas no Anexo VIII a esta Resolução.

## TÍTULO IV
## DAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES

Art. 64. As unidades de assessoramento técnico a autoridades têm por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal no desempenho de suas competências constitucionais e de representação institucional e cuidar das atividades administrativas e de apoio ao funcionamento da Presidência e dos gabinetes de autoridades.

Parágrafo único. O Gabinete do Presidente, o Gabinete do Corregedor e os Gabinetes de ministro, de auditor e de membro do Ministério Público junto ao Tribunal contam com as funções de confiança constantes do Anexo IX a esta Resolução.

### CAPÍTULO I
### DO GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 65. O Gabinete do Presidente tem por finalidade prestar apoio e assessoramento ao Presidente no desempenho de suas atribuições legais e regimentais, coordenar e organizar as atividades administrativas e de representação da Presidência, bem como aquelas relacionadas ao registro e à divulgação da memória do TCU, e ao incentivo a arte e a cultura no âmbito do Tribunal.

Art. 66. Compete ao Gabinete do Presidente:

I – coordenar, organizar e executar atividades administrativas inerentes ao cumprimento das atribuições do Presidente e de representação da Presidência;

II – providenciar os termos de convocação de Auditor para substituir Ministro, na forma estabelecida no Regimento Interno;

III – providenciar a expedição de certidões, informações e expedientes a cargo da Presidência;

IV – coordenar a edição e a publicação de portarias, ordens de serviço e demais expedientes a cargo da Presidência;

V – providenciar o atendimento de pedido de informações formulado ao Tribunal em razão de mandado de segurança impetrado contra seus atos;

VI – promover ações relacionadas à documentação, cultura, editoração e registro da memória do Tribunal de Contas da União;

VII – divulgar a memória do Tribunal;

VIII - registrar, guardar e conservar os bens móveis e os documentos que, por natureza ou

procedência, constituem peças de valor histórico e cultural relacionados com a vida da Instituição ou do País;

IX – incentivar a arte e a cultura, no âmbito do Tribunal de Contas da União, com vistas a promover o incremento da criatividade e da humanização da Instituição;

X – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§ 1º. O Gabinete do Presidente é dirigido por chefe de gabinete, conta com as funções de confiança constantes do Anexo IX a esta Resolução, bem como as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

§ 2º. A função comissionada de chefe do Gabinete do Presidente será a mesma de chefe do Gabinete do Ministro eleito para o exercício da Presidência.

## CAPÍTULO II
## DO GABINETE DO CORREGEDOR

Art. 67. O Gabinete do Corregedor tem por finalidade desempenhar as atividades técnicas e administrativas necessárias ao exercício das competências e atribuições do Corregedor do Tribunal de Contas da União.

Art. 68. Compete ao Gabinete do Corregedor:

I – prestar assessoramento técnico ao Corregedor no desempenho de suas atribuições legais e regimentais;

II – realizar estudos para a formulação de diretrizes com vistas ao aperfeiçoamento das ações de correição no Tribunal;

III – organizar e executar as atividades inerentes ao Gabinete;

IV – desempenhar outras atividades afins que lhe forem cometidas pelo Corregedor.

Parágrafo único. O Gabinete do Corregedor conta com Chefe de Gabinete e com as funções indicadas no Anexo IX a esta Resolução.

## CAPÍTULO III
## DOS GABINETES DE MINISTRO, DE AUDITOR E DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Art. 69. Os gabinetes de Ministro, de Auditor e de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal são unidades de apoio e assessoramento e têm por finalidade desempenhar as atividades técnicas e administrativas necessárias ao exercício das competências e atribuições das respectivas autoridades.

Art. 70. O Gabinete de Ministro conta com uma função de chefe de gabinete, nível FC-5; cinco de assessor, nível FC-5; duas funções de oficial de gabinete, nível FC-3; três de assistente técnico, nível FC-2; e duas de auxiliar de gabinete, nível FC-1.

Art. 71. O Gabinete de Auditor conta com uma função de chefe de gabinete, nível FC-5; quatro de assessor, nível FC-5; uma de oficial de gabinete, nível FC-3; três de assistente técnico, nível FC-2; e uma de auxiliar de gabinete, nível FC-1.

Art. 72. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União conta com sete funções de chefe de gabinete, nível FC-5; dezessete de assessor, nível FC-5; uma de oficial de gabinete, nível FC-3; nove de assistente técnico, nível FC-2; e sete de auxiliar de gabinete, nível FC-1.

Parágrafo único. O Procurador-Geral disporá sobre as competências e a organização interna das atividades do Ministério Público junto ao Tribunal.

Art. 73. Os gabinetes de Ministro, de Auditor e do Procurador-Geral contam, ainda, com um cargo em comissão de oficial de gabinete e um de assistente, nos termos do art. 110, inciso IV, da Lei nº 8.443, de julho de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

## TÍTULO V
## DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
### CAPÍTULO I
### DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL

Art. 74. A Comissão de Coordenação Geral é órgão colegiado de natureza consultiva e caráter permanente e tem por finalidade auxiliar o Presidente na alocação de recursos e na formulação de políticas e diretrizes institucionais, bem como em questões que necessitem da integração ou formação de opinião intersetorial.

Art. 75. A Comissão de Coordenação Geral é integrada pelos titulares das unidades básicas.

Parágrafo único. A Comissão de Coordenação Geral, dependendo do assunto a ser tratado, pode convocar para suas reuniões titulares ou servidores de outras unidades da Secretaria do Tribunal.

Art. 76. Compete à Comissão de Coordenação Geral:

I - assessorar o Presidente na formulação de diretrizes anuais, de políticas de gestão de pessoas e de tecnologia da informação e outras matérias que necessitem da cooperação intersetorial das unidades cujos titulares compõem a Comissão;

II - assessorar o Presidente em assuntos que visem a disciplinar, aperfeiçoar, atualizar, padronizar e simplificar as atividades do Tribunal de Contas da União e de sua Secretaria, bem como na autorização para a constituição de proposta de projeto e eventual prorrogação.

Art. 77. A Comissão de Coordenação Geral é presidida pelo titular da Secretaria-Geral da Presidência e secretariada por um de seus assessores.

Parágrafo único. Os regulamentos da Comissão de Coordenação Geral serão instituídos por ato da Comissão.

### CAPÍTULO II
### DO CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA

Art. 78. O Conselho Editorial da Revista é órgão colegiado de natureza técnica e de caráter permanente e tem por finalidade analisar e selecionar trabalhos a serem publicados na Revista do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O Conselho é presidido pelo vice-presidente do Tribunal e integrado pelo auditor mais antigo em exercício, pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, pelos secretários-gerais de Controle Externo e da Presidência e pelo diretor-geral do Instituto Serzedello Corrêa.

§ 2º Os regulamentos do Conselho Editorial e da revista serão instituídos por ato do Conselho.

### CAPÍTULO III
### DO COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 79. O Comitê de Gestão de Pessoas é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente e tem por finalidade propor e assegurar a implementação da política de gestão de pessoas no âmbito do Tribunal, acompanhar o modelo de gestão de pessoas por competências e assessorar a Comissão de Coordenação Geral e a Presidência em matérias correlatas.

§ 1º O Comitê é integrado pelos titulares das unidades básicas, Secretaria de Gestão de Pessoas, Instituto Serzedello Corrêa, Secretaria de Planejamento e Gestão e Chefe do Gabinete do Ministro Corregedor.

§ 2º O Comitê é coordenado por servidor eleito anualmente entre seus membros.

§ 3º O funcionamento do Comitê será regulamentado por ato da Presidência.

## CAPÍTULO IV
## DA COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES

Art. 80. A Comissão de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Avaliação de Desempenho dos Servidores é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente e tem por finalidade definir e acompanhar a política de gestão de desempenho dos servidores do TCU, bem como coordenar, acompanhar e supervisionar o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores do Tribunal de Contas da União (PAD).

§ 1º A Comissão é coordenada pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas e integrada por representantes indicados pela Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria-Geral de Administração, Instituto Serzedello Corrêa, Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Tecnologia da Informação.

§ 2º Os regulamentos da Comissão serão instituídos por ato da Presidência.

## TÍTULO VI
## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81. São competências comuns às unidades da Secretaria do Tribunal:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da unidade e subunidades, bem como provê-las de orientação e de meios necessários ao bom desempenho;

II - organizar, por meio de portaria do titular e em consonância com esta Resolução, as competências, o funcionamento, as atividades e a distribuição de funções comissionadas relativas à sua área, buscando fortalecer o planejamento, a descentralização, o desempenho de equipes e a flexibilidade, autonomia e responsabilidade gerencial, evitando duplicidade de esforços e fragmentação dos processos de trabalho;

III - definir metas para a unidade, em consonância com os planos estratégico e de diretrizes institucionais, acompanhar e avaliar os resultados, promovendo os ajustes necessários, quando for o caso;

IV - negociar as ações de sua competência necessárias ao alcance de metas de outras unidades, assim como as medidas de outras áreas essenciais ao cumprimento de metas das unidades subordinadas;

V - indicar servidor para exercer função de confiança inerente à respectiva área de atuação;

VI - participar, em conjunto com o Instituto Serzedello Corrêa, da definição de cursos,

seminários, encontros de dirigentes, pesquisas e outras atividades relacionadas à área de competência da unidade;

VII - fornecer subsídios para a proposição de programas de intercâmbio de conhecimentos ou de ação conjunta com órgãos e entidades cujas competências se correlacionem com as matérias pertinentes à sua área de atuação;

VIII - observar a legislação, as normas e as instruções pertinentes quando da execução de suas atividades;

IX - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias à sua área de competência;

X - elaborar, relativamente à sua área de atuação, certidões a serem expedidas pelo Tribunal a pedido de interessado ou de denunciante, ou expedi-las se houver delegação;

XI - estabelecer rotinas e procedimentos e propor normas, manuais e ações referentes à sua área de atuação, com vistas à melhoria contínua das atividades, processos de trabalho e resultados da unidade;

XII - assessorar o Presidente, os ministros e os auditores em matéria de sua competência;

XIII - desempenhar outras atividades afins que lhe forem conferidas por autoridade competente.

Art. 82. Toda proposta de ato normativo que verse sobre estrutura, competência ou nomenclatura de unidade deve ser submetida, previamente, à análise da Secretaria de Planejamento e Gestão e da Comissão de Coordenação Geral.

Art. 83. As funções de confiança do Tribunal de Contas da União são as constantes do Anexo I a esta Resolução.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal alterar a denominação e a distribuição das funções de confiança, por meio de portaria, de acordo com as necessidades do serviço.

Art. 84. As funções destinadas a projetos são as constantes do Anexo X a esta Resolução.

§1º A autorização para a constituição de proposta de projeto compete à Comissão de Coordenação Geral e a aprovação e a constituição, ao Presidente do Tribunal.

§2º O gerenciamento das funções de confiança a que se refere este artigo compete à Secretaria de Planejamento e Gestão.

Art. 85. Toda e qualquer alteração nos anexos a esta Resolução, seja por meio de Portaria do Presidente ou por meio de Resolução, ensejará a republicação de todos os seus anexos, alterados ou não.

Art. 86. A dispensa e a designação de servidores para as funções comissionadas relativas aos titulares das unidades, em razão do disposto nesta Resolução, deverão ser realizadas até 28 de fevereiro de 2007.

§ 1º O Presidente do Tribunal fica autorizado a expedir portarias para que não haja solução de continuidade quanto à estrutura e à alocação de funções comissionadas e de pessoal.

§ 2º A operacionalização da estrutura e do remanejamento de funções previstos nesta Resolução será realizada gradativamente quando da publicação dos atos previstos no caput deste artigo.

Art. 87. Os titulares das unidades que foram criadas ou que tenham sofrido ajuste em sua estrutura em razão desta Resolução possuem o prazo de noventa dias a contar da sua publicação para dar cumprimento ao disposto no inciso II do art. 81.

Art. 88. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 89. Ficam revogadas a Resolução – TCU nº 140, de 13 de dezembro de 2000, a Resolução – TCU nº 156, de 2 de janeiro de 2003, a Resolução – TCU nº 169, de 5 de maio de 2004, a Resolução – TCU nº 193, de 9 de agosto de 2006, a Portaria – TCU nº 148, de 15 de junho de 2004, a Portaria – TCU nº 199, de 28 de setembro de 2004, a Portaria – TCU nº 112, de 13 de maio de 2005, a Portaria – TCU nº 162, de 26 de julho de 2005, a Portaria – TCU nº 38, de 14 de fevereiro de 2006.

WALTON ALENCAR RODRIGUES

Vice-Presidente no exercício da Presidência

(Publicada no DOU de 29/12/2006, Seção 1, pág. 699)

# ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 199/2006
# FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

| NÍVEL | QUANTIDADE |
|---|---|
| FC-6 | 3 |
| FC-5 | 151 |
| FC-4 | 123 |
| FC-3 | 223 |
| FC-2 | 57 |
| FC-1 | 107 |
| **TOTAL DE FC** | **664** |

# ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 199/2006
# DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DE NÍVEIS FC-6, FC-5 e FC-4

| UNIDADE | FC-6 | FC-5 | FC-4 |
|---|---|---|---|
| Secretaria-Geral da Presidência – Segepres | 1 | 9 | 19 |
| Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex | 1 | 42 | 86 |
| Secretaria-Geral de Administração – Segedam | 1 | 4 | 16 |
| Funções de Projetos | - | - | 1 |
| Secretaria de Controle Interno – Secoi | - | 1 | 1 |
| Gabinete do Presidente | - | 1 | - |
| Gabinete do Corregedor | - | 1 | - |
| Gabinete de Ministro | - | 54 | - |
| Gabinete de Auditor | - | 15 | - |
| Ministério Público junto ao Tribunal | - | 24 | - |
| Total | **3** | **151** | **123** |

# ANEXO III À RESOLUÇÃO Nº 199/2006
## DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

| NÍVEL | DENOMINAÇÃO | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| **FC-6** | Secretário-Geral | 3 | - | 3 |
| | **Subtotal** | **3** | - | **3** |
| **FC-5** | Secretário-Adjunto | 2 | - | 2 |
| | Secretário | 48 | - | 48 |
| | Diretor-Geral | 1 | - | 1 |
| | Chefe de Assessoria | 4 | - | 4 |
| | Chefe de Gabinete | 20 | - | 20 |
| | Consultor Jurídico | 1 | - | 1 |
| | Assessor do Presidente | - | 1 | 1 |
| | Assessor de Ministro | - | 45 | 45 |
| | Assessor de Auditor | - | 12 | 12 |
| | Assessor de Procurador-Geral | - | 17 | 17 |
| | **Subtotal** | **76** | **75** | **151** |
| **FC-4** | Subsecretário | 3 | - | 3 |
| | Diretor | 112 | - | 112 |
| | Gerente de Projeto | 1 | - | 1 |
| | Assessor de Secretário-Geral | - | 7 | 7 |
| | **Subtotal** | **116** | **7** | **123** |
| **FC-3** | Chefe de Serviço | 110 | - | 110 |
| | Coordenador de Projeto | 20 | - | 20 |
| | Assessor-Ouvidor (Ouvidor) | - | 1 | 1 |
| | Assessor | - | 68 | 68 |
| | Oficial de Gabinete | - | 23 | 23 |
| | **Subtotal** | **130** | **92** | **222** |
| **FC-2** | Assistente Técnico | - | 57 | 57 |
| | **Subtotal** | **-** | **57** | **57** |
| **FC-1** | Assistente Administrativo | - | 68 | 68 |
| | Auxiliar de Gabinete | - | 37 | 37 |
| | **Subtotal** | **-** | **105** | **105** |
| **Total de FC por natureza** | | **325** | **336** | **661** |
| **A prover:** | **FC-3** | | **1** | **1** |
| | **FC-1** | | **2** | **2** |
| **Total geral das Funções de Confiança** | | | | **664** |

# ANEXO IV À RESOLUÇÃO Nº 199/2006

## DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES BÁSICAS

| UNIDADES BÁSICAS | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| **Secretaria-Geral da Presidência** | Secretário-Geral | FC-6 | 1 | - | 1 |
| | Secretário | FC-5 | 3 | - | 3 |
| | Diretor Geral | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Consultor Jurídico | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Chefe de Assessoria | FC-5 | 4 | - | 4 |
| | Assessor de Secretário-Geral | FC-4 | - | 2 | 2 |
| | Subsecretário | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Diretor | FC-4 | 14 | - | 14 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 29 | - | 29 |
| | Assessor-Ouvidor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 15 | 15 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | - | 2 | 2 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 10 | 10 |
| | **Total** | | **56** | **30** | **86** |
| **Secretaria-Geral de Controle Externo** | Secretário-Geral | FC-6 | 1 | - | 1 |
| | Secretário-Adjunto | FC-5 | 2 | - | 2 |
| | Secretário | FC-5 | 40 | - | 40 |
| | Diretor | FC-4 | 84 | - | 84 |
| | Assessor de Secretário-Geral | FC-4 | - | 2 | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 46 | - | 46 |
| | Assessor | FC-3 | - | 43 | 43 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 45 | 45 |
| | **Total** | | **173** | **90** | **263** |
| **Secretaria-Geral de Administração** | Secretário-Geral | FC-6 | 1 | - | 1 |
| | Secretário | FC-5 | 4 | - | 4 |
| | Assessor de Secretário-Geral | FC-4 | - | 3 | 3 |
| | Diretor | FC-4 | 13 | - | 13 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 33 | - | 33 |
| | Assessor | FC-3 | - | 5 | 5 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 12 | 12 |
| | **Total** | | **51** | **20** | **71** |
| **Total** | | | **280** | **140** | **420** |

# ANEXO V À RESOLUÇÃO Nº 199/2006
# DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGEPRES

| SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| **Gabinete** | Secretário-Geral | FC-6 | 1 | - | 1 |
| | Assessor de Secretário-Geral | FC-4 | - | 2 | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | - | 2 | 2 |
| | **Total** | | **2** | **4** | **6** |
| **SeSes** | Secretário | FC-5 | 1 | | 1 |
| | Subsecretário | FC-4 | 3 | | 3 |
| | Diretor | FC-4 | 2 | | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 5 | | 5 |
| | Assessor | FC-3 | | 2 | 2 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | | 2 | 2 |
| | **Total** | | **11** | **4** | **15** |
| **Seplan** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **5** | **2** | **7** |
| **Setec** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 13 | - | 13 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **17** | **2** | **19** |
| **ISC** | Diretor-Geral | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 7 | - | 7 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **11** | **2** | **13** |

| | | | **EXISTENTES** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Conjur** | Consultor Jurídico | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 2 | - | 2 |
| | Assessor | FC-3 | - | 2 | 3 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **6** | **3** | **9** |
| **Arint**<br>**Ascom**<br>**Aspar**<br>**Aceri** | Chefe de Assessoria | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 2 | 2 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **1** | **3** | **4** |
| **Ouvidoria** | Assessor-Ouvidor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | - | **1** | **1** |
| **Total** | | | **56** | **30** | **86** |

# ANEXO VI À RESOLUÇÃO Nº 199/2006
# DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGECEX

| SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO – SEDE | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| **Gabinete** | Secretário-Geral | FC-6 | 1 | - | 1 |
| | Assessor de Secretário-Geral | FC-4 | - | 2 | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 3 | 3 |
| | **Total** | | **2** | **6** | **8** |
| **Adfis**<br>**Adcon** | Secretário-Adjunto | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 2 | - | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **4** | **2** | **6** |
| **1ª Secex**<br>**2ª Secex**<br>**3ª Secex**<br>**5ª Secex**<br>**6ª Secex**<br>**Secob**<br>**Sefid**<br>**Semag** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **5** | **2** | **7** |
| **4ª Secex** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 4 | - | 4 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **6** | **2** | **8** |
| **7ª Secex** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 2 | - | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 2 | - | 2 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **5** | **2** | **7** |

| | | | EXISTENTES | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Sefip Serur** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 4 | - | 4 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 2 | - | 2 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **7** | **2** | **9** |
| **Seprog Sefti** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 2 | - | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **4** | **2** | **6** |
| **Total sede** | | | **83** | **38** | **121** |

# ANEXO VI À RESOLUÇÃO Nº 199/2006 (continuação)

| SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO – ESTADOS | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| **Secex / AC**<br>**Secex / AL**<br>**Secex / AP**<br>**Secex / RO**<br>**Secex / RR**<br>**Secex / TO** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **2** | **2** | **4** |
| **Secex / AM**<br>**Secex / MA**<br>**Secex / MT**<br>**Secex / MS**<br>**Secex / PI**<br>**Secex / RN**<br>**Secex / SE** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 1 | - | 1 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **3** | **2** | **5** |
| **Secex / BA**<br>**Secex / CE**<br>**Secex / ES**<br>**Secex / GO**<br>**Secex / PA**<br>**Secex / PB**<br>**Secex / PR**<br>**Secex / PE**<br>**Secex / SC** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 2 | - | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **4** | **2** | **6** |
| **Secex / MG**<br>**Secex / RS**<br>**Secex / SP** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **5** | **2** | **7** |
| **Secex / RJ** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 4 | - | 4 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **6** | **2** | **8** |
| **Total estados** | | | **90** | **52** | **142** |
| **Total** | | | **173** | **90** | **263** |

# ANEXO VII À RESOLUÇÃO Nº 199/2006

## DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGEDAM

| SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| Gabinete | Secretário-Geral | FC-6 | 1 | - | 1 |
| | Assessor de Secretário-Geral | FC-4 | - | 3 | 3 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 6 | 6 |
| | **Total** | | **2** | **10** | **12** |
| Segep | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 4 | - | 4 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 10 | - | 10 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 2 | 1 |
| | **Total** | | **15** | **3** | **18** |
| Secof | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 2 | - | 2 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 5 | - | 5 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **8** | **2** | **10** |
| Semat | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 4 | - | 4 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 8 | - | 8 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 2 | 2 |
| | **Total** | | **13** | **3** | **16** |
| Sesap | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 3 | - | 3 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 9 | - | 9 |
| | Assessor | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **13** | **2** | **15** |
| **Total** | | | **51** | **20** | **71** |

# ANEXO VIII À RESOLUÇÃO Nº 199/2006

## DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

| UNIDADE DE ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| **Secoi** | Secretário | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Diretor | FC-4 | 1 | - | 1 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 2 | 2 |
| | Assistente Administrativo | FC-1 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **3** | **3** | **6** |

# ANEXO IX À RESOLUÇÃO Nº 199/2006

## DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES

| UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES | | NÍVEL FC | EXISTENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DIREÇÃO | ASSESSORAMENTO | |
| **Gabinete do Presidente** | Chefe de Gabinete[2] | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Assessor do Presidente | FC-5 | - | 1 | 1 |
| | Chefe de Serviço | FC-3 | 1 | - | 1 |
| | Assessor | FC-3 | - | 3 | 3 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | - | 9 | 9 |
| | Auxiliar de Gabinete | FC-1 | - | 9 | 9 |
| | **Total** | | **2** | **22** | **24** |
| **Gabinete do Corregedor** | Chefe de Gabinete | FC-5 | 1 | - | 1 |
| | Oficial de Gabinete | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | - | 1 | 1 |
| | **Total** | | **1** | **2** | **3** |
| **Gabinetes de Ministros** | Chefe de Gabinete | FC-5 | 9 | - | 9 |
| | Assessor de Ministro | FC-5 | - | 45 | 45 |
| | Oficial de Gabinete | FC-3 | - | 18 | 18 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | - | 27 | 27 |
| | Auxiliar de Gabinete | FC-1 | - | 18 | 18 |
| | **Total** | | **9** | **108** | **117** |
| **Gabinetes de Auditores** | Chefe de Gabinete | FC-5 | 3 | - | 3 |
| | Assessor de Auditor | FC-5 | - | 12 | 12 |
| | Oficial de Gabinete | FC-3 | - | 3 | 3 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | - | 9 | 9 |
| | Auxiliar de Gabinete | FC-1 | - | 3 | 3 |
| | **Total** | | **3** | **27** | **30** |
| **Gabinetes de Membros do Ministério Público** | Chefe de Gabinete | FC-5 | 7 | - | 7 |
| | Assessor de Procurador-Geral | FC-5 | - | 17 | 17 |
| | Oficial de Gabinete | FC-3 | - | 1 | 1 |
| | Assistente Técnico | FC-2 | | 9 | 9 |
| | Auxiliar de Gabinete | FC-1 | | 7 | 7 |
| | **Total** | | **7** | **34** | **41** |
| **Total** | | | **21** | **193** | **214** |

[2] A função de Chefe de Gabinete no Gabinete do Presidente é oriunda da função de Chefe de Gabinete do ministro eleito presidente.

# ANEXO X À RESOLUÇÃO Nº 199/2006
# DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE PROJETOS

| FUNÇÕES DE GESTORES DE PROJETOS | NÍVEL FC | TOTAL |
|---|---|---|
| Gerente de projeto | FC-4 | 1 |
| Coordenador de projeto | FC-3 | 20 |
| **Total** | | **21** |

# PORTARIA-TCU Nº 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 75 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no exercício da presidência, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XXXIX, art. 28, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 75, da Lei nº 11.178, de 2005, combinado com o art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), resolve:

Art. 1º Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, os Anexos I e IV da Portaria-TCU nº 100-GP, de 29 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º do mês seguinte, que trata do Cronograma Anual de Desembolso Mensal de 2006.

Art. 2º As alterações objeto do artigo anterior tem por base o contido na Portaria-TCU nº 315-GP, de 8 de dezembro de 2006 e na Portaria-TCU nº 317-GP, de 12 de dezembro de 2006, publicadas no DOU do dia 13 seguinte, bem como a edição do Decreto de 14 de dezembro de 2006, publicado na Edição Extra do DOU do mesmo dia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTON ALENCAR RODRIGUES

(Publicada no DOU de 18/12/2006, Seção 1, pág. 101)

# PORTARIA-TCU Nº 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

## ANEXO I

**03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
**CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL DE 2006**
**OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS**

**Em R$ 1,00**

| Mês | Fonte 0100 | Fonte 0100 - Benefícios | Acumulado |
|---|---|---|---|
| **Janeiro** | 5.877.691,00 | 2.363.347,08 | 8.241.038,08 |
| **Fevereiro** | 5.877.691,00 | 2.363.347,08 | 16.482.076,16 |
| **Março** | 5.877.691,00 | 2.363.347,08 | 24.723.114,24 |
| **Abril** | 5.877.691,00 | 2.363.347,08 | 32.964.152,32 |
| **Maio** | 5.877.691,00 | 2.363.347,08 | 41.205.190,40 |
| **Junho** | 10.838.833,00 | 2.270.920,37 | 54.314.943,77 |
| **Julho** | 10.838.833,00 | 2.270.920,37 | 67.424.697,14 |
| **Agosto** | 9.387.165,00 | 2.270.920,37 | 79.082.782,51 |
| **Setembro** | 0,00 | 2.270.920,37 | 81.353.702,88 |
| **Outubro** | 0,00 | 2.270.920,37 | 83.624.623,25 |
| **Novembro** | 0,00 | 2.270.920,37 | 85.895.543,62 |
| **Dezembro** | 27.644.000,00 | 2.433.920,38 | 115.973.464,00 |
| **Total** | **88.097.286,00** | **27.876.178,00** | **115.973.464,00** |

# PORTARIA-TCU Nº 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

## ANEXO II

**03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
**CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL DE 2006**
**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Em R$ 1,00**

| Mês | Fonte 0100 | Fonte 0156 | Fonte 0169 | Acumulado |
|---|---|---|---|---|
| **Janeiro** | 88.000.000,00 | 5.089.858,42 | 5.757.511,08 | 98.847.369,50 |
| **Fevereiro** | 44.719.909,55 | 5.089.858,42 | 5.757.511,08 | 154.414.648,55 |
| **Março** | 44.719.909,55 | 5.089.858,42 | 5.757.511,08 | 209.981.927,60 |
| **Abril** | 47.719.909,55 | 0,00 | 0,00 | 257.701.837,15 |
| **Maio** | 44.719.909,55 | 5.089.858,42 | 5.757.511,08 | 313.269.116,20 |
| **Junho** | 22.767.753,69 | 28.494.136,90 | 6.580.012,67 | 371.111.019,46 |
| **Julho** | 22.767.753,69 | 28.494.136,90 | 6.580.012,67 | 428.952.922,72 |
| **Agosto** | 22.767.753,69 | 28.494.136,90 | 6.580.012,67 | 486.794.825,98 |
| **Setembro** | 22.767.753,69 | 28.494.136,90 | 6.580.012,67 | 544.636.729,24 |
| **Outubro** | 22.767.753,69 | 28.494.136,90 | 6.580.012,67 | 602.478.632,50 |
| **Novembro** | 22.767.753,69 | 28.494.136,90 | 6.580.012,67 | 660.320.535,76 |
| **Dezembro** | 203.347.731,66 | 28.494.136,92 | 6.580.012,66 | 898.742.417,00 |
| **Total** | **609.833.892,00** | **219.818.392,00** | **69.090.133,00** | **898.742.417,00** |

# PORTARIA-TCU Nº 328, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Promove a elevação de limite de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), combinado com o art. 76 da Lei nº 11.178, de 20 setembro de 2005 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos incisos XXXIV e XXXIX, art. 28 do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), combinado com o art. 76 da Lei nº 11.178, de 2005 (LDO), resolve:

Art. 1º Elevar, na forma do Anexo I e tendo-se por base o Ofício Interministerial nº 6 /SE-MP/SE-MF, 8 de dezembro de 2006, o valor fixado para emissão de empenho e movimentação financeira dentro dos limites consignados ao Tribunal de Contas da União na Lei nº 11.306 (LOA), de 16 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 seguinte.

Art. 2º Em decorrência da alteração a que se refere o artigo anterior, o Cronograma Anual de Desembolso contido na Portaria nº 311- GP, de 28 de novembro de 2006, passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME PALMEIRA

(Publicada no DOU de 22/12/2006, Seção 1, pág. 192)

# PORTARIA-TCU Nº 328, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

## ANEXO I

**03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
**ELEVAÇÃO DE LIMITE DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

R$ 1,00

| Projeto/Atividade | Natureza de Despesa | Fonte | Valor |
|---|---|---|---|
| 01.122.0550.5455.0001<br>Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União | 3.3.90.00 | 2100 | 1.214.821,00 |
| **Total** | | | **1.214.821,00** |

## ANEXO II

**03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
**CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL DE 2006**
**OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS**
**FONTES 2100 – RECURSOS ORDINÁRIOS – CONTRAPARTIDA BID e 0148 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS – EM MOEDA**

**R$ 1,00**

| Mês | Fonte 2100 – Recursos Ordinários Contrapartida BID | Fonte 0148 – Operações de Crédito Externas – em Moeda | Total Acumulado |
|---|---|---|---|
| **Janeiro** | 317.074,00 | 469.156,00 | 786.230,00 |
| **Fevereiro** | 317.074,00 | 469.156,00 | 1.572.460,00 |
| **Março** | 317.074,00 | 469.156,00 | 2.358.690,00 |
| **Abril** | 317.074,00 | 469.156,00 | 3.144.920,00 |
| **Maio** | 317.074,00 | 469.156,00 | 3.931.150,00 |
| **Junho** | 302.653,43 | 34,00 | 4.233.837,43 |
| **Julho** | 302.653,43 | - | 4.536.490,86 |
| **Agosto** | 503.040,43 | 220.000,00 | 5.259.531,29 |
| **Setembro** | 503.040,43 | 220.000,00 | 5.982.571,72 |
| **Outubro** | 386.373,43 | 103.148,00 | 6.472.093,15 |
| **Novembro** | 386.373,43 | 103.148,00 | 6.961.614,58 |
| **Dezembro** | 1.491.480,42 | - | 8.453.095,00 |
| **Total** | **5.460.985,00** | **2.992.110,00** | **8.453.095,00** |

# PORTARIA-TCU Nº 329, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Aprova a realização do Projeto Padronizar II e designa seu gestor.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no exercício de suas atribuições e com base no art. 109 da Resolução nº 140, de 13 de dezembro de 2000, e na Portaria-TCU nº 176, de 28 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a realização do Projeto Padronizar II, nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Fica designado o Técnico de Controle Externo (Área Controle Externo) JOSÉ RONALDO CARVALHO VASCONCELOS, matrícula nº 1868-6, para exercer a função de Líder do Projeto de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. Cabe ao líder do projeto a responsabilidade de exercer as competências previstas no art. 8º da Portaria-TCU nº 176, de 2003, e observar o disposto no Manual de Gestão de Projetos.

Art. 3º Fica autorizado o titular da Secretaria-Geral de Administração a proceder, sempre que necessário, à substituição do líder ou de membro do projeto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME PALMEIRA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **PROPOSTA DE PROJETO**

**Padronizar II** 

## 1. Identificação do gestor do projeto

| Nome | Matrícula | E-mail | Ramal |
|---|---|---|---|
| José Ronaldo Carvalho Vasconcelos | 1868-6 | josecv@tcu.gov.br | 7981 |

| Função do gestor | | | | | | Origem da FC |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Gerente | | Coordenador | x | Líder | |

| Nome do substituto eventual | Matrícula | E-mail | Ramal |
|---|---|---|---|
| Felipe Guimarães da Silva | 6275-8 | felipegs@tcu.gov.br | 7112 |

Local / telefone
Sala 435, Anexo II – 7981/5130

## 2. Identificação do projeto

Nome do projeto
Padronizar II

| Período de realização | Unidade patrocinadora |
|---|---|
| 15/12/06 a 31/07/2007 | SEGEDAM/SECOF |

## 3. Vinculação estratégica

Plano estratégico do TCU (Portaria – TCU nº 02, de 05 de janeiro de 2006).

a) Macroprocesso 8 : logística
b) Objetivo Estratégico 14: aperfeiçoar instrumentos de controle e processos internos.
c) Iniciativa Estratégica 11: mapear e racionalizar os principais processos de trabalho do TCU.

Plano de diretrizes do TCU – biênio 2005-2006

a) Diretriz 5: ampliar a contribuição do TCU para o aperfeiçoamento da administração pública.
b) Medida 5.13: mapear e racionalizar os principais processos de apoio, especialmente os relativos à gestão de contratos e de patrimônio e aos processos de compra, indicando sempre que possível os riscos e controles

## 4. Problema / oportunidade

Descrição do problema ou da oportunidade

a) Assegurar a sustentabilidade do atendimento tempestivo e o desempenho na execução das atividades da Secof com a inclusão de padronização dos últimos quatro processos de trabalho da matriz/Secof.
b) Uniformizar os processos de trabalho da Secof e disseminar para toda equipe o conhecimento das atividades de execução de suas rotinas.

Evolução do quadro (apresentar dados)

a) A experiência obtida e o sucesso nos resultados alcançados com a utilização da padronização eletrônica de sete processos de trabalho da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/Secof reforçou a convicção da necessidade de conclusão deste processo de padronização.

## 5. Escopo do projeto

5.1. Objetivo geral do projeto (em relação à oportunidade ou à solução do problema)
Mapear, modelar e publicar na intranet fluxos de processos de trabalhos e padronizar roteiros de atividades críticos da Secof.

## 5.2 Meta – Indicador – Produto – Cliente

| META | | | Indicador | Produto | Cliente |
|---|---|---|---|---|---|
| Objetivo específico | Quanto | Data de término | | | |
| a) Identificar e mapear processos de trabalho críticos da Secof | 4 | 31/03/2007 | Nº de processos mapeados | Fluxos de processos mapeados | Secof |
| b) Redesenhar processos de trabalho da Secof | 4 | 15/04/2007 | Nº de processos redesenhados | Fluxos de processos redesenhados | Secof |

| | META | | | Indicador | Produto | Cliente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objetivo específico | Quanto | Data de término | | | |
| c) | Elaborar procedimento operacional padrão e modelos de documentos associados para atividades críticas. | 100% | 16/07/2007 | Padronização formalizada | Roteiros de execução das atividades críticas e modelos elaborados. | Secof |
| d) | Publicar na intranet os fluxos dos processos mapeados, procedimentos operacionais padrão e modelos de documentos associados. | 4 | 31/07/2007 | Nº de fluxos publicados | Fluxos, procedimento operacional padrão e modelos de documentos associados publicados na intranet. | Secof |

## 5.3.Benefícios (impacto esperado dos produtos do projeto)

a) Eliminar o excessivo dispêndio de esforços na execução das atividades, encontrando um meio termo para elaboração de um roteiro auto-explicativo.
b) Reduzir a sobrecarga de concentração de responsabilidade na chefia, pois, no modelo atual, além de ensinar e supervisionar atividades, acompanha e controla o atendimento das demandas.
c) Aperfeiçoar a visão sistêmica do fluxo de processos de trabalho na Secof, colaborando, assim, para a melhora do espírito de equipe.
d) Otimizar a satisfação dos clientes internos.

## 5.4.Não escopo (o que o projeto não vai fazer)

a) Implantação de processos de trabalho redesenhados.
b) Informatização de processos de trabalho.
c) Criar índices de medição de produção de trabalho

## 6. Identificação das partes envolvidas no projeto (em relação a que)

| | Nome da parte envolvida patrocinador, cliente, parceiro, fornecedor interno ou externo de serviços e recursos (humanos e físicos) | Item negociado ou a negociar com as partes envolvidas |
|---|---|---|
| a) | Segedam | Patrocinador do projeto. Apoio administrativo para o desenvolvimento do projeto. |
| b) | Secof | Co-patrocinador do projeto. Assessoramento técnico e alocação de pessoal e de recursos materiais para o projeto. |
| c) | Seplan | Assessoramento técnico, em especial nas entrevistas a serem realizadas para mapeamento, redesenho e descrição dos processos de trabalho. |

## 7. Fatores que podem pôr em risco o êxito do projeto

| Risco | Impacto | Probabilidade de ocorrer | Ação para (E) Evitar ocorrência do risco (M) Mitigar ocorrência do risco (R) Reduzir impacto do risco ocorrido | Responsável pela ação |
|---|---|---|---|---|
| Ausência de cooperação dos chefes e dos servidores de cada subunidade. | alto | baixa | (M) Solicitar a cooperação com a equipe do projeto e promover a conscientização da importância do projeto junto aos demais colaboradores; e<br>(M) Identificar focos de resistência e levar ao conhecimento dos superiores sua ocorrência. | Secretário e líder do projeto. |

## 8. Relação com outros projetos

| Projetos predecessores | Projetos conexos | Projetos sucessores |
|---|---|---|
| Padronizar | | |

## 9. Equipe do projeto

| | Nome | Matrícula | Lotação | Período | Dedicação integral/ parcial / por atividade |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | José Ronaldo Carvalho Vasconcelos | 1868-6 | Secof | 15/12/06 a 31/07/2007 | integral |
| 2. | Felipe Guimarães da Silva | 6275-8 | Secof | 15/12/06 a 31/07/2007 | parcial |
| 3. | Maria Aparecida Araújo Vitalino Machado | 2465-1 | Secof | 15/12/06 a 31/07/2007 | parcial |
| 4. | Fabrício Narciso Leal Costa | 5179-9 | Secof | 15/12/06 a 31/07/2007 | parcial |
| 5. | Terezinha da Luz Silva de Rezende | 2523-2 | Secof | 15/12/06 a 31/07/2007 | parcial |
| 6. | Cyro de Castilho Ribeiro | 2979-3 | Secof | 15/12/06 a 31/07/2007 | por atividade |
| 7. | Augusto Orleans Venâncio Ferreira | 357-3 | Seplan | 15/12/06 a 31/07/2007 | por atividade |

## 10. Custos adicionais estimados

| | Recurso | Valor estimado | Data inicial de liberação do recurso |
|---|---|---|---|
| a) | | | |
| b) | | | |
| c) | | | |
| **Total de custos estimados** | | | |

Obs.: (comentar sobre fontes de recursos, base de cálculo e outros esclarecimentos necessários)

## 11. Outros recursos necessários

| | Recurso | Fornecedor |
|---|---|---|
| a) | | |
| b) | | |

## 12. Finalização

| Data | Assinatura do gestor do projeto |
|---|---|

Em 14/12/2006

JOSÉ RONALDO CARVALHO VASCONCELOS
Líder do Projeto

Manifestação do titular da unidade co-patrocinadora

De acordo, conforme ata de reunião de abertura realizada em ___/___/2006.
Encaminhe-se à Seplan, para fins de aprovação.

Secof, em 14/12/2006

ARY FERNANDO BEIRÃO
Secretário de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Manifestação do titular da unidade patrocinadora

De acordo, conforme ata de reunião de abertura realizada em ___/___/2006.
Encaminhe-se à Seplan, para fins de aprovação.

Segedam, em 18/12/2006

SÉRGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário-Geral de Administração

Manifestação da Seplan

Manifesto-me favoravelmente à autorização do projeto.

Seplan, em 19/12/2006

ALESSANDRO GIUBERT LARANJA
Secretário de Planejamento e Gestão

# PORTARIA-TCU Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Prorroga o prazo de realização do Projeto Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competências – Atena.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no exercício de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 109 da Resolução nº 140, de 13 de dezembro de 2000, e na Portaria- TCU nº 176, de 28 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado até 9 de março de 2007, conforme relatório de prorrogação anexo, o prazo para conclusão do projeto Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competências – Atena, aprovado pela Portaria-TCU nº 149, de 1º de julho de 2003, e prorrogado pelas Portarias-TCU nº 243, de 30 de novembro de 2004, nº 50, de 26 de janeiro de 2005, e nº 149, de 14 de julho de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2006.

GUILHERME PALMEIRA

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
**Secretaria de Planejamento e Gestão**

**RELATÓRIO nº __**
**PRORROGAÇÃO DO PROJETO**

**ATENA**



| Período do Projeto | Unidade Patrocinadora | Gestor do Projeto |
|---|---|---|
| 4/6/2003 a 31/12/2006 *(prorrogado)* | ISC | Salvatore Palumbo |

## 1. Objetivo do projeto

Definir modelo de gestão do desenvolvimento de pessoas por competências capaz de estimular o autodesenvolvimento dos servidores e de propiciar o alinhamento das ações de seleção, alocação e integração, desenvolvimento, mobilidade e realocação, gestão do desempenho, reconhecimento e desligamento às estratégias institucionais.

## 2. Situação do projeto (em relação ao previsto na proposta)

| Execução em relação ao total do projeto | | | |
|---|---|---|---|
| ( ) Menos de 10% executado | ( ) 10% a 40% executado | ( ) 41% a 80% executado | ( x ) acima de 80% executado |
| **Controle** | | | |
| ( ) Execução adiantada | ( ) Execução dentro do previsto | ( x ) Execução atrasada | |

## 3. Cumprimento de metas acordadas na proposta

| | Produto | Indicador | Quanto | Data de término | Comentários (comentários relevantes na execução ou no formato do produto, discrepância entre datas, alteração de escopo, inclusão de novos produtos, outros) |
|---|---|---|---|---|---|
| a) | Políticas de Gestão de Pessoas | Documento de políticas aprovado por norma interna | 1 | 31/3/06 | Concluído<br>Aprovada pela Resolução TCU nº 187/06. |
| b) | Metodologia de avaliação de perfis profissionais. | Manual de Avaliação de perfis profissionais elaborados | 1 | 15/7/06 | Concluído<br>Metodologia testada, aprovada e documentada. Produto no escopo do contrato com a PriceWaterhouse Coopers. |
| c) | Especificação técnica para licitação da solução de TI | Especificação validada pelos clientes | 1 | 15/7/06 | Concluído<br>Especificação incluiu requisitos para gestão de processos educacionais e foi elaborada em conjunto com a equipe do Projeto Pégaso. |
| d) | Processos de Gestão de Pessoas por Competências | Processos redesenhados | 3 | 30/11/06 | Em andamento, 75% de execução |
| e) | Competências técnicas descritas | % de processos de trabalho do TCU com competências técnicas descritas | 80% | 16/11/06 | Concluído |
| f) | Dicionário de competências | Dicionário de competências publicado no Portal TCU | 1 | 31/8/06 | Em andamento, 90% de execução. |
| g) | Perfis profissionais avaliados | Servidores avaliados | 1.600 | 15/12/06 | Em andamento, 95% de execução.<br>Previsão de entrega: 15/12/2006 |
| h) | Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais | Programa elaborado | 1 | 1º/8/06 | Concluído. |
| i) | Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais | Programa elaborado | 1 | 28/10/06 | Em andamento, 85% de execução.<br>Previsão de entrega: 31/12/2006 |
| j) | Guia de Desenvolvimento elaborado | Documento publicado no Portal TCU | 1 | 31/8/06 | Em andamento, 90% de execução. |

## 4. Atividade realizada fora do plano (se couber)

| | Descrição | Comentários |
|---|---|---|
| a) | Análise dos perfis dos novos analistas para efeito de alocação e integração utilizando entrevistas, avaliação de competências, questionários de mapeamento de características pessoais (metodologia OPQ) e análise de currículo. | Atividade envolveu uma pessoa da equipe por um tempo equivalente a 80 dias úteis e outra por cerca de 15 dias úteis, o que contribuiu para o atraso verificado no projeto. |
| b) | Concepção e execução do Projeto Tríade, em parceria com a Segedam, para apoiar e desenvolver servidores em situação de inadaptação funcional. | Atividade envolveu uma pessoa da equipe por um tempo equivalente a 50 dias úteis, o que contribuiu para o atraso verificado no projeto. |

## 5. Dificuldade encontrada (se couber)

| | Dificuldade | Ação para Saneamento |
|---|---|---|
| a) | | |
| b) | | |

## 6. Impacto gerado pelos produtos (registrar se impacto já ocorrido)

a) O Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais, denominado Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão Sustentável, realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, formou três turmas de gestores em 2006 – de dirigentes, de diretores e gestores de projeto, e de chefes de serviço. A avaliação de reação ao programa foi bastante positiva. Em decorrência do Programa, a 2ª Secex solicitou ao ISC a realização de um trabalho específico de desenvolvimento de equipes.

b) Diversas ações na área de gestão de pessoas, tais como o Projeto Tríade e a Alocação e Integração de Novos Servidores, foram realizadas amparadas por princípios estabelecidos na Política de Gestão de Pessoas, aprovada pelo Plenário em abril deste ano.

c) 224 gestores que participaram do mapeamento de competências no primeiro semestre deste ano receberam seus relatórios de perfil profissional, o que lhes possibilitou conhecer seus pontos fortes e pontos a desenvolver. Ação de acompanhamento para avaliar o uso dos relatórios pelos participantes será conduzida pelo ISC em 2007.

## 7. Definição do formato da prorrogação

Período da prorrogação

1º/1/2007 a 9/3/2007.

Justificativa da prorrogação

A participação da equipe de projeto em atividades também importantes para o Tribunal (descritas na seção 4) acarretou o atraso no cronograma previsto. Os produtos que faltam ser entregues estão em fase final de conclusão, razão pela qual solicita-se a prorrogação por mais 35 dias úteis.

Alterações no desenvolvimento dos trabalhos (se couber, registrar alterações relevantes a serem adotadas durante o período de prorrogação)

| | META | | | Indicador | Produto | Cliente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objetivo específico | Quanto | Data de Término | | | |
| a) | Comunicar amplamente ao corpo funcional as competências pessoais, gerenciais e técnicas necessárias a cada área do Tribunal. | 1 | 02/02/2007 | Dicionário de competências publicado no Portal TCU | Dicionário de competências | ISC |
| b) | Comunicar amplamente ao corpo funcional os recursos de aprendizagem recomendados para o desenvolvimento das competências pessoais, gerenciais e técnicas. | 1 | 02/02/2007 | Documento publicado no Portal TCU | Guia de Desenvolvimento elaborado | ISC |
| c) | Aumentar a efetividade das práticas de gestão de pessoas no TCU. | 1 | 09/03/2007 | Processos redesenhados | Processos de Gestão de Pessoas por Competências | ISC SEREC |

Não escopo (o que o projeto não vai fazer)

a) O projeto não vai propor critérios de remuneração variável com base em competências.
b) O projeto não vai implementar soluções de TI.

Identificação das partes envolvidas no projeto (em relação a que)

| Nome da Parte Envolvida<br>Patrocinador, cliente, parceiro, fornecedor interno ou externo de serviços e recursos (humanos e físicos) | Item Negociado ou a Negociar com as Partes Envolvidas |
|---|---|
| a) Seplan | Acompanhamento do projeto. |
| b) Unidades básicas e de apoio estratégico do TCU | Auxílio na identificação e validação de competências técnicas e apoio gerencial à implantação do projeto. |
| c) Serec | Cooperação para implantação das interfaces necessárias entre os processos de gestão de pessoas sob responsabilidade da Serec e do ISC. |
| d) Setec | Definição e validação da especificação técnica de solução de TI. |
| e) Unidade de Coordenação do Projeto TCU-BID | Orientação sobre procedimentos de aquisição de serviços, defesa dos interesses do projeto junto ao PNUD e acompanhamento do projeto. |
| f) ISC | Patrocinador e executor do projeto. |

Custos estimados (registrar se houver alteração dos custos previstos na proposta)

| Recurso | Valor Estimado | Data Inicial de Liberação do Recurso |
|---|---|---|
| 1. ------- | ----- | ----- |
| 2. ------- | ----- | ----- |
| Total de custos estimados | ----- | ----- |

Obs.: (comentar sobre fontes de recursos, base de cálculo e outros esclarecimentos necessários)

Equipe do projeto (registrar se houver alteração da equipe prevista na proposta)

| Nome | Matrícula | Lotação | Período | Dedicação Integral/ Parcial / Por Atividade |
|---|---|---|---|---|
| 1. Salvatore Palumbo | 3154-2 | ISC | 01/01/2007 a 09/03/2007 | integral |
| 2. Tereza Cristina Parente R. Pinheiro | 3390-1 | ISC | 01/01/2007 a 09/03/2007 | integral |
| 3. Aline Fabiana Timm Cesario | 5734-7 | ISC | 01/01/2007 a 09/03/2007 | integral |
| 4. Paula Sá de Roure | 6470-0 | ISC | 01/01/2007 a 09/03/2007 | integral |

## 8. Finalização

| Data | Assinatura do Gestor do Projeto |
|---|---|

Em 11/12/2006

SALVATORE PALUMBO
Coordenador do Projeto

Manifestação do Titular da Unidade Patrocinadora

De acordo.
Encaminhe-se o presente relatório à Seplan, visando à aprovação da prorrogação junto à Presidência.

ISC, em 11/12/2005

ALEXANDRE VALENTE XAVIER
Diretor-Geral

| Data | Assinatura do Gestor do Projeto |
|---|---|

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
**Secretaria de Planejamento e Gestão**

**RELATÓRIO nº __**
**PRORROGAÇÃO DO PROJETO**

**ATENA**



| Data | Assinatura do Gestor do Projeto |
|---|---|

Manifestação da Seplan

Manifesto-me favoravelmente à prorrogação do projeto.

Seplan, em ___/___/2006

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
Secretário de Planejamento e Gestão

# RELAÇÃO CONSOLIDADA DOS SERVIDORES QUE PERMANECERÃO EM SERVIÇO NOS TERMOS DA PORTARIA-TCU Nº 295/2006

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| **GAB. MIN. AUGUSTO NARDES** | | |
| JOSÉ ALMEIDA MOURA | 1834-1 | TCE |
| **GAB. MIN. BENJAMIN ZYMLER** | | |
| CRISTIANO RONDON PRADO DE ALBUQUERQUE | 2374-4 | ACE |
| ESMERALDA ALVES DE SOUZA | 2507-0 | TCE |
| EVALDO PEREIRA | 3531-9 | TCE |
| GUILHERME HENRIQUE DE LA ROCQUE ALMEIDA | 3537-8 | ACE |
| **GAB. MIN. GUILHERME PALMEIRA** | | |
| DANILO RODRIGUES ROMERO | 4231-5 | ACE |
| DESIRÊ RAMOS ARAÚJO SILVA | 850-8 | TCE |
| PATRÍCIA VIEIRA SIQUEIRA | 3607-2 | TCE |
| **GAB. MIN. MARCOS VINICIOS RODRIGUES VILAÇA** | | |
| ERIK OLIVEIRA ANDERS | 3555-6 | TCE |
| JORGE FERNANDO CARREIRO DOS SANTOS | 1830-9 | TCE |
| JOSEFA TÂNIA COSTA | 1872-4 | TCE |
| ERI SILVEIRA DE QUEIROZ | 3177-1 | ACE |
| LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA | 2698-0 | ACE |
| WILSON DIAS MALNATI | 3162-3 | ACE |
| **GAB. MIN. UBIRATAN AGUIAR** | | |
| LUIZ TORRES DE ABREU NETO | 5682-0 | ACE |
| RAFAEL LOPES TORRES | 3147-0 | ACE |
| **GAB. MIN. VALMIR CAMPELO** | | |
| FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE CÓRDOVA | 461-8 | ACE |
| JAMES FLÁVIO BARBOSA FRAZÃO | 132-5 | ACE |
| **GAB. MIN. WALTON ALENCAR RODRIGUES** | | |
| SANDRO GRANGEIRO LEITE | 4197-1 | ACE |
| FERNANDO ANTONIO LOPES | 3394-4 | TCE |
| ARY FÁBIO FERREIRA GALDINO | 2902-5 | TCE |
| LUCIANA MATOS SAMPAIO TAVERNARD | 4160-2 | TCE |
| MARIA DE LOURDES BARRETO DE MATOS | 2459-7 | TCE |
| **GAB. MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI** | | |
| BRUNA MARA COUTO FAVILLA | 4244-7 | ACE |
| SÉRGIO TÚLIO TARBES DE CARVALHO | 3157-7 | ACE |
| **GAB. MIN. SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA** | | |
| ESTEVÃO DOS SANTOS CUNHA | 5648-0 | ACE |
| DÉCIO PEREIRA DE SANT'ANNA | 2518-6 | TCE |
| **GAB. PROCURADOR – GERAL LUCAS ROCHA FURTADO** | | |
| ALEXANDRE CARDOSO VELOSO | 2798-7 | ACE |
| **SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA** | | |
| ALDEN MANGUEIRA DE OLIVEIRA | 3515-7 | ACE |
| ALESSANDRA GOMES DE ARAÚJO | 3571-8 | TCE |
| ARNALDO JOSÉ FREITAS LOPES | 1603-9 | TCE |
| CÁSSIA MARIA QUERIDO | 2201-2 | TCE |
| CÍCERO CARDOSO DE SOUSA | 2204-7 | TCE |
| FELICIANO PEREIRA DE SOUSA | 2348-5 | TCE |
| JOSÉ DE JESUS DE AGUIAR | 154-6 | TCE |
| MARIA APARECIDA CORREA DA SILVA | 1092-8 | TCE |
| MARIA APARECIDA DE ASSUNÇÃO BALTAR | 1952-6 | TCE |
| MARIA TERESINHA DE SOUZA PIRES | 2357-4 | TCE |
| OZEAS BALTAR LIMA | 2059-1 | TCE |
| VERA LÚCIA PRIMA MELO | 3533-5 | TCE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| GONÇALO DE FREITAS | 3014-7 | TCE |
| WALDOMIRO FELIX DO NASCIMENTO | 2185-7 | TCE |
| **OUVIDORIA** | | |
| DENISE MENDES DA SILVA MACHADO | 2941-6 | ACE |
| GILBERTO FERNANDO DA SILVA | 115-5 | ACE |
| **CONJUR** | | |
| ALDA CÂNDIDA DE OLIVEIRA MENDES | 2883-5 | TCE |
| ALEMAR BATISTA CARDOSO MOURÃO JÚNIOR | 5611-1 | ACE |
| CARLOS ALBERTO CORRÊA | 5043-1 | ACE |
| CLÁUDIO INOR DE OLIVEIRA | 2751-0 | TCE |
| CRISTINA MAYUMI OKAWACHI | 3027-9 | TCE |
| LETÍCIA SEREJO DE JESUS | 6600-1 | ACE |
| MARY KIYOMI SATO | 2022-2 | TCE |
| LUÍS CARLOS FERANDO P.M.B. FONSECA | 3847-4 | ACE |
| ODILON CAVALLARI DE OLIVEIRA | 2729-4 | ACE |
| ROSANA RONDON ROSSI | 1097-9 | TCE |
| THIAGO MACIEL DE AGUIAR | 6555-2 | ACE |
| **ASPAR** | | |
| CLÁUDIO NOGUEIRA AUCÉLIO | 1073-1 | TCE |
| ERIVAN CARLOS DE CARVALHO | 107-4 | ACE |
| ISRAEL TEIXEIRA DE ASSUNÇÃO | 3385-5 | TCE |
| LEILA FONSECA DOS SANTOS V. FERREIRA | 945-8 | ACE |
| **ASCOM** | | |
| KARLA CRISTINA DE OLIVEIRA FERREIRA | 41209-0 | ACE |
| TÉRCIO RIBAS TORRES | 5864-5 | TCE |
| CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DA ANUNCIAÇÃO | 4081-9 | TCE |
| **ACERI** | | |
| LEONARDO FELICE SOUSA FAQUINELI | 3638-2 | ACE |
| WANDERSON RODRIGUES COSTA | 2900-9 | TCE |
| FLÁVIO DE MELO GUSMÃO | 2905-0 | TCE |
| MANOEL EURICO GLÓRIA | 1930-5 | TCE |
| ALFREDO SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO | 3840-7 | ACE |
| **ARINT** | | |
| OMIR JOSÉ PEREIRA LAVINAS | 3145-3 | ACE |
| **SECOI** | | |
| CLÁUDIO WELLINGTON MACHADO | 1652-7 | TCE |
| EDUARDO DUAILIBE MURICI | 416-2 | ACE |
| LANA RIBEIRO DOS SANTOS | 173-2 | ACE |
| WAGNER MARTINS DE MORAIS | 3828-8 | ACE |
| WILSON MAURÍCIO PAREDES FERREIRA LIMA | 3041-4 | ACE |
| **SGS** | | |
| ALISON A. MARTINS DE SOUZA | 3624-2 | TCE |
| EDUARDO BIZARRO PEREIRA PORTO | 6591-9 | ACE |
| ELENIR TEODORO G. DOS SANTOS | 422-7 | ACE |
| ELISA BRUNO DE ARAÚJO | 2462-7 | TCE |
| HAROLDO VALADARES REIS | 6024-0 | TCE |
| MARCELLO FREITAS DE ABREU | 1090-1 | TCE |
| MARCELO DE OLIVEIRA VIANNA | 2985-8 | TCE |
| MARCIA PAULA SARTORI | 189-9 | ACE |
| ONEILDE PEREIRA NEVES DE MACEDO | 2581-0 | ACE |
| PAULO TORRES – SEATAS | 2869-0 | ACE |
| VANDER PEREIRA RODRIGUES | 5691-0 | ACE |
| **SEPLAN** | | |
| ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA | 3085-6 | ACE |
| LEONARDO FERREIRA LUITGARDS | 6025-9 | TCE |
| MÁRCIO LEMOS SAID | 5662-6 | ACE |
| VALERIA CRISTINA GOMES RIBEIRO | 3067-8 | ACE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| **SETEC** | | |
| ALEXANDRE PEIXOTO FIGUEIRA | 5523-9 | ACE |
| ANDRÉ LUÍS CAVALCANTE DE BARROS | 2398-1 | TCE |
| ANTONIO QUINTINO ROSA | 2421-0 | ACE |
| CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA | 2453-8 | TCE |
| CLAY SOUZA E TELES | 5046-6 | ACE |
| CRISTIANE SCHUNIG | 5474-7 | ACE |
| CLEUDE PEREIRA DE SOUZA AGUIAR | 2463-5 | TCE |
| DALTON HISSA SOUZA | 3361-8 | TCE |
| EDMILSON FARIA RODRIGUES | 6236-7 | ACE |
| ELIERSON MADUREIRA SORAGGI | 2432-5 | ACE |
| FÁBIO MENDONÇA MAGLIANO | 2519-4 | ACE |
| MAURO GIACOBBO | 672-6 | ACE |
| PAULO CÉSAR SILVEIRA CARDOSO | 2434-1 | ACE |
| RAIMUNDO EUSTÁQUIO DO CARMO | 3180-1 | ACE |
| REGINA TSUJIGUCHI | 5860-2 | ACE |
| RENATO VILELA DE MAGALHÃES | 2527-5 | ACE |
| ROBSON DE ALMEIDA PEREIRA | 5532-8 | ACE |
| RODRIGO DE ARAÚJO COUTINHO | 6021-6 | ACE |
| RODRIGO LUIS FIGUEREDO BALDEZ | 6519-6 | ACE |
| TÂNIA MARIA DA SILVA PASSOS | 2466-0 | TCE |
| **ISC** | | |
| ADOLFO GUSTAVO CORRÊA LIMA | 2747-2 | TCE |
| ADRIANA DE PENNAFORT CALDAS | 2835-5 | ACE |
| ALEXANDRE VALENTE XAVIER | 2551-8 | ACE |
| ANTÔNIO KODI SATO | 3549-1 | TCE |
| FLÁVIA LACERDA OLIVEIRA DE MACEDO | 6265-0 | ACE |
| JÚNIA BEATRIZ OLIVEIRA DE SOUZA | 6277-4 | ACE |
| RENÊ FORTALEZA ROCHA | 3542-4 | TCE |
| VALÉRIA PINHEIRO DA SILVA | 2772-3 | TCE |
| **SEGEDAM** | | |
| ARTUR CHAVES LIMA | 5847-5 | TCE |
| GERALDINO MARQUES DA ROCHA | 1330-7 | TCE |
| GERALDO MAGELA TEIXEIRA | 2890-8 | ACE |
| JARBAS EISUKE WATANABE | 3631-5 | TCE |
| MARCELO ASSIS DA SILVA | 5856-4 | TCE |
| PEDRO SANTANA DE SOUSA | 2708-1 | ACE |
| SERGIO FREITAS DE ALMEIDA | 2715-4 | ACE |
| VALMIRA MOREIRA DOS SANTOS | 2164-4 | TCE |
| **SECOF/SEGEDAM** | | |
| ANDRÉ LUIZ DE QUEIROZ DIAS | 60-4 | ACE |
| ALESSANDRA WENTRICK | 5612-0 | ACE |
| ANA CLÁUDIA BESSA COUTINHO | 1555-5 | TCE |
| ARY FERNANDO BEIRÃO | 2675-1 | ACE |
| CECÍLIA TORRES VITOR | 6011-9 | TCE |
| CLÁUDIO ALVES RAMOS | 6027-5 | TCE |
| ELMIRA SILVA MARTINS CARNEIRO | 105-8 | TCE |
| FABRÍCIO NARCÍSIO LEAL COSTA | 5179-9 | ACE |
| FELIPE GUIMARÃES SILVA | 6275-8 | TCE |
| GILMAR GALDINO FERNANDES | 1759-0 | TCE |
| JOSÉ ALVES NETO | 2935-1 | ACE |
| JOSÉ ANTÔNIO NEVES DE MORAES | 3632-3 | TCE |
| JOSÉ ELIOMÁ OLIVEIRA ALBUQUERQUE | 3186-0 | ACE |
| JOSÉ RONALDO CARVALHO VASCONCELOS | 1868-6 | TCE |
| LUCÉLIA SUMIHARA DOS REIS | 6718-0 | TCE |
| LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA | 5709-6 | ACE |
| MANOEL CELESTINO DE OLIVEIRA | 1929-1 | TCE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| MARCILÉIA ALVES DE OLIVEIRA | 6544-7 | ACE |
| MARCINETE MIRANDA DE CASTRO | 2354-0 | TCE |
| MARIA APARECIDA ARAÚJO VITALINO MACHADO | 2465-1 | TCE |
| MARIA DO CARMO DOS SANTOS | 2366-3 | TCE |
| MARISTELA MADALENA FERREIRA DE OLIVEIRA | 2011-7 | TCE |
| MAURÍCIO BERTRAND FURTADO | 2377-9 | ACE |
| PEDRO LOPES DE OLIVEIRA | 2642-5 | ACE |
| ROSANE BORGES DE MOURA | 2897-5 | TCE |
| ROSÂNGELA DOS SANTOS FERREIRA | 2105-9 | TCE |
| TEREZINHA DA LUZ SILVA DE REZENDE | 2523-2 | TCE |
| VAGNER AURÉLIO CARNEIRO | 6259-6 | TCE |
| WESLEY NEWTON MARTINS FRANCO | 6261-8 | TCE |
| **SEREC/SEGEDAM** | | |
| ALEXANDRE FRANÇA DE ARAÚJO | 3382-0 | TCE |
| ANA CRISTINA SOARES | 1558-0 | TCE |
| ANNA ROSA OCTAVIANO ANDRADE | 1071-5 | TCE |
| ANTONIA RODRIGUES DA SILVA | 1572-5 | TCE |
| AUXILÂNDIA PEMENTA | 5621-9 | ACE |
| CARLOS ROBERTO CAIXETA | 3095-3 | ACE |
| CÉZAR TADEU CALDEIRA | 2371-0 | ACE |
| CLÁUDIA GUIMARÃES PEDRO GODOY | 2961-0 | ACE |
| CLÁUDIA PATRÍCIA DE AZEVEDO PAIVA | 2471-6 | TCE |
| DESIREÈ DIAS DANTAS | 4141-6 | TCE |
| EDNALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA | 1692-6 | TCE |
| EMANUEL MAZZA DE CASTRO | 2969-6 | ACE |
| ELIZA APARECIDA SALGADO | 3362-6 | TCE |
| FÁBIO GOMES FRANÇA | 6192-1 | TCE |
| FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA | 2685-9 | ACE |
| FRANCISCO SERGIO NOBRE MAIA | 2291-8 | TCE |
| GERLANE GALDINO FERNANDES DO CARMO | 1080-4 | TCE |
| GISÉLIA LÚCIA GONÇALVES PIRES | 1081-2 | TCE |
| HÉLIO GERALDO DE CARVALHO | 1770-1 | TCE |
| HUMBERTO DURÃES VERSIANI | 3118-6 | ACE |
| ILAN ÁLISSON FERREIRA PINHEIRO | 6721-0 | TCE |
| IVONER MONTEIRO DA SILVA | 2300-0 | TCE |
| JOÃO DE DEUS F. DA SILVA FILHO | 3020-1 | TCE |
| JUBAL LIVINGSTONE DOS SANTOS | 3602-1 | TCE |
| LUCIMAR VIEIRA DE PONTES LIMA | 2359-0 | TCE |
| MÁRCIA CRISTINA MONTEIRO RIBEIRO | 2319-1 | TCE |
| MARIA CRISTINA DE LIMA ARAÚJO | 1961-5 | TCE |
| MARIA VANDA LIMA PINTO | 1094-4 | TCE |
| MARIA DE LOURDES LUCIANO DO AMARAL | 2916-5 | TCE |
| MARIA DAS DORES BARBOSA DE SOUSA | 2414-7 | TCE |
| MARLENE FEIJÓ MONTENEGRO | 2014-1 | TCE |
| MARTINHO LARA GAIA | 2020-6 | TCE |
| MÔNICA CRISTINA KARL MASCARENHAS | 3187-9 | ACE |
| OTÍLIA RIBEIRO PONTES FERREIRA | 2307-8 | TCE |
| PATRICIA LUQUE CARREIRO | 6018-6 | TCE |
| PEDRO PAULO ALVES DE FREITAS | 3376-6 | TCE |
| RAIMUNDO CELSO ALVES DE ARAÚJO | 3535-1 | TCE |
| RAQUEL MOREIRA DE SOUSA | 2085-0 | TCE |
| RENATA DIAS VILARINHO RIBEIRO | 3676-5 | TCE |
| RENATO LEMOS ARROCHELLA LOBO | 2787-1 | TCE |
| RITA DE CÁSSIA IBARRA PELANDA | 3532-7 | TCE |
| ROSA MARIA NUNES DO AMARAL | 291-7 | ACE |
| ROSANA MARIA SILVA DE OLIVEIRA | 2974-2 | ACE |
| ROSELY ROLIM NOBRE MAIA | 2108-3 | TCE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| SIDINEY LUCAS BARBOSA | 2133-4 | TCE |
| SIMONE ALVES SALIBA REBOUÇAS | 2898-3 | TCE |
| SÔNIA MARIA SIQUEIRA SOUSA | 2144-0 | TCE |
| VANDIRA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO LIMA | 1099-5 | TCE |
| WALLECE CLEBER DOS SANTOS FARIA | 2297-7 | TCE |
| WERANICE BATISTA MENDES BRASIL | 2756-1 | TCE |
| WERGÍNIA CAMARGO FÉLIX MONTEIRO | 2524-0 | TCE |
| **SEMAT/SEGEDAM** | | |
| CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA SERRA | 868 | TCE |
| JOÃO CORRÊIA DA SILVA | 137-6 | ACE |
| MARCELO ALVIM FERREIRA | 6719-9 | TCE |
| HUGO GARCIA PINTO VIDAL DE OLIVEIRA | 6717-2 | TCE |
| **SESEG/SEGEDAM** | | |
| ALDOMIR RODRIGUES SANTANA | 1070-7 | TCE |
| ALMIR CAETANO DE OLIVEIRA | 3619-6 | TCE |
| ANDRÉ LUIZ MENDES | 3086-4 | ACE |
| ANDRÉ PACHIONI BAETA | 5615-4 | ACE |
| ANDRELINO RIBEIRO DE ARAÚJO | 1566-0 | TCE |
| ANTÔNIO DE PÁDUA MESQUITA | 2530-5 | TCE |
| CIBELE CARDOSO BURLAMAQUI | 1645-4 | ACE |
| CLEIBER GOMES SIQUEIRA | 2790-1 | TCE |
| CLEITON DONIZETE GOMES DA PAZ | 1655-1 | TCE |
| CLOVES MAGALHÃES DE SOUZA | 6262-6 | TCE |
| DIOGO HIDEKI KOTANI | 6012-7 | TCE |
| DOMERINA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS | 2521-6 | TCE |
| EDMILSON FERREIRA SEREJO | 1690-0 | TCE |
| ELIAS MALAQUIAS NUNES | 2469-4 | TCE |
| ELTON WAGNER OLEGÁRIO TORRES | 1704-3 | TCE |
| FRANCISCO BASÍLIO DE AGUIAR | 2966-1 | TCE |
| GERALDO CAVALCANTE DE LIMA FILHO | 3383-9 | TCE |
| HÉLIO PEREIRA DE NOVAIS | 1772-8 | TCE |
| JAIR FRANCISCO CORRÊA | 1796-5 | TCE |
| JAIR LENGO LOPES | 1797-3 | TCE |
| JOÃO VIEIRA DE SANT'ANNA | 1821-0 | TCE |
| JOSÉ DOMINGOS PEREIRA | 1847-3 | TCE |
| JOSÉ PEREIRA ROCHA | 2531-3 | TCE |
| JOSÉ ROCHA DE CARVALHO FILHO | 6063-1 | TCE |
| JUVENAL PEREIRA DE JESUS | 1883-0 | TCE |
| LUCIANO ALVES DE SIQUEIRA | 3581-5 | TCE |
| LUIZ RONALDO DE OLIVEIRA MELO | 2907-6 | TCE |
| MANOEL PEREIRA DE NOVAIS | 1936-4 | TCE |
| MARCOS GONÇALVES | 3399-5 | TCE |
| MARCUS VINÍCIUS COLOMBINI | 2347-7 | TCE |
| MARIA NELSA MELO MENDES | 2000-1 | TCE |
| MAURÍCIO Y. T. BARBOSA | 2458-9 | TCE |
| RODRIGO MENDONÇA DE BRITO | 3178-0 | ACE |
| SÉRGIO ROBERTO COSTA | 2127-0 | TCE |
| SÍLVIO CARACAS DE M. NETO | 6577-3 | ACE |
| SUELY SOARES VIEIRA CAMPOS | 1000-6 | TCE |
| TIAGO TOLENTINO DE OLIVEIRA | 6716-4 | TCE |
| UILIAM CARVALHO GUEDES | 2877-0 | TCE |
| VALÉRIA CONRADO QUINTANEIRO | 2162-8 | TCE |
| VALTER RODRIGUES SILVINO | 3405-3 | TCE |
| VIRGINIA MARIA DAS G. OLIVEIRA | 2179-2 | TCE |
| WESLEY BRITO DE MOURA | 2999-8 | TCE |
| WILSON F. DOS SANTOS | 2280-2 | TCE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| **SEFTI/SEGECEX** | | |
| EDWARD LÚCIO VIEIRA BORBA | 2433-3 | TCE |
| HARLEY ALVES FERREIRA | 5666-9 | ACE |
| **ADCON/SEGECEX** | | |
| CLEUVES OLIVEIRA DE ALMEIDA SANTOS | 3432-0 | TCE |
| FELÍCIO RIBAS TORRES | 5651-0 | ACE |
| **SERUR/SEGECEX** | | |
| ANDRÉ NOGUEIRA SIQUEIRA | 5718-5 | ACE |
| ANGERICO ALVES BARROSO FILHO | 2884-3 | ACE |
| EDIMAR TEIXEIRA DA SILVA | 3106-2 | ACE |
| ELMITHO FERREIRA DOS SANTOS FILHO | 3438-0 | ACE |
| GENUÍNA ELINA PEREIRA | 3386-3 | TCE |
| KÁTIA MARIA ALENCAR FERNANDES | 2318-3 | ACE |
| MARCELO JOSÉ CRUZ PAIVA | 3615-3 | TCE |
| SÉRGIO DA SILVA MENDES | 2857-6 | ACE |
| **SEPROG/SEGECEX** | | |
| ANTONIO JOSÉ PASSOS PINHEIRO | 340-9 | TCE |
| BERNARDA EULÁLIA DA SILVA | 1623-3 | TCE |
| MARIA DE NAZARÉ QUEIROZ | 2309-4 | TCE |
| PAULO GOMES GONÇALVES | 4553-5 | ACE |
| SELMA MARIA. H. CUNHA SERPA | 756-0 | ACE |
| **ADFIS/SEGECEX** | | |
| CARLOS CÉSAR MODENA | 2678-6 | ACE |
| CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO | 2489-9 | ACE |
| MARCO ANTÔNIO MAGALHÃES CAVALCANTI | 2946-7 | ACE |
| MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA MORAES | 2452-0 | TCE |
| **SEFID/SEGECEX** | | |
| ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS | 3453-3 | ACE |
| GILBERTO ALVES DE SOUZA | 2295-0 | TCE |
| JOSIANNE DE MENEZES LIMA | 3122-4 | ACE |
| MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY | 3433-9 | ACE |
| MARCELO BARROS GOMES | 3126-7 | ACE |
| MARCELO BEMERGURY | 3848-2 | ACE |
| **SEFIP/SEGECEX** | | |
| DELVAN FERREIRA TAVARES | 2479-1 | TCE |
| DENISE ALMEIDA DA SILVA DE OLIVEIRA | 1669-1 | TCE |
| JOSÉ SPINOSA JÚNIOR | 2460-0 | TCE |
| MARCO AURÉLIO PEREIRA DE SOUZA | 3132-1 | ACE |
| **1ª SECEX/SEGECEX** | | |
| CARMEN LÚCIA SOBREIRA MELO | 1639-0 | TCE |
| MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO TEIXEIRA ROSA | 0220-8 | ACE |
| LUCIANE VALENÇA MIZUNO | 3123-2 | ACE |
| ROGÉRIO BLASS STAUB | 5053-9 | ACE |
| **2ª SECEX/SEGECEX** | | |
| AGOSTINHO GARRIDO TEIXEIRA DE CARVALHO | 6462-9 | ACE |
| ARSENIO JOSÉ DA COSTA DANTAS | 3090-2 | ACE |
| CARLOS ANTONIO SOARES DE ARAÚJO | 4217-0 | ACE |
| JERÔNIMO MARIZ DE MEDEIROS | 3865-2 | ACE |
| JORGE PEREIRA DE MACEDO | 0147-3 | ACE |
| LUIZ GUILHERME DA BOAMORTE SILVEIRA | 2650-6 | ACE |
| MAURO ANTONIO TOLEDO | 3949-7 | ACE |
| WILSON CARLOS FERREIRA VALENTE | 1100-2 | TCE |
| **3ª SECEX/SEGECEX** | | |
| ANTONIO CARLOS PEREIRA DE ATAÍDE | 3024-4 | TCE |
| CLAYTTON LOURENÇO DE OLIVEIRA | 3625-0 | ACE |
| EDMAR RIBEIRO BARBOSA | 2451-1 | ACE |
| JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO | 2733-2 | ACE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| LUZINON VALE LIMA FILHO | 578-9 | ACE |
| MARIA DA GRAÇA PINHEIRO ROCHA | 204-6 | ACE |
| PAULO ALEXANDER HADELICH DE FERREIRA | 3825-3 | ACE |
| SUELI APARECIDA VIEIRA BARBOSA DA SILVA | 780-3 | ACE |
| TERESINHA RIBEIRO DE SOUZA | 2372-8 | ACE |
| VERIDIANA ALVES DE SIQUEIRA LABARRÈRE | 1023-5 | ACE |
| **4ª SECEX/SEGECEX** | | |
| ALBA ALBUQUERQUE VITORINO | 2474-0 | TCE |
| ISMAR BARBOSA CRUZ | 2863-0 | ACE |
| MARCELO KLIMKIEVICZ MOREIRA | 5711-8 | ACE |
| RICARDO LUIZ ROCHA CUBAS | 3149-6 | ACE |
| VALÉRIA REGINA DE O. LIMA | 2163-6 | TCE |
| **5ª SECEX/SEGECEX** | | |
| AFONSO FRANKLIN MEIRELES DE ARAÚJO | 3861-0 | ACE |
| FRANCISCO JOSÉ DE SENA LIMA | 1079-0 | TCE |
| JOSÉ MOACIR CARDOSO DA COSTA | 0158-9 | ACE |
| **6ª SECEX/SEGECEX** | | |
| MÁRCIO GLEIDSON CHAVES DE SALES | 4211-0 | ACE |
| MÔNICA MARIA TORQUATO VILLAR | 6468-8 | ACE |
| VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA | 3194-1 | ACE |
| JULIANE MADEIRA LEITÃO | 6539-0 | ACE |
| MARCOS DE QUEIROZ JANSEN PEREIRA | 2504-2 | TCE |
| **SECOB/SEGECEX** | | |
| ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM | 5628-6 | ACE |
| CARLOS SEBASTIÃO DA COSTA | 4552-7 | ACE |
| CLÁUDIO SARIAN ALTOUNIAN | 2813-4 | ACE |
| **SEMAG/SEGECEX** | | |
| JUDSON DOS SANTOS | 5677-4 | ACE |
| CHARLES MATHUSALÉM SOARES EVANGELHISTA | 2646-8 | ACE |
| LAURITA NEPOMUCENO SIPAÚBA | 1888-0 | TCE |
| MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA | 3127-5 | ACE |
| **SECEX-AC/SEGECEX** | | |
| ANTONIO JOSÉ BEZERRA DE LIMA | 3787-7 | TCE |
| CLAUDIO FERNANDES DE ALMEIDA | 2812-6 | ACE |
| JEFF CHANDLE DA SILVA TAVEIRA | 3417-7 | TCE |
| JORGE LUIZ DE MORAES FONSECA | 3502-5 | ACE |
| JOSÉ MAURO DINIZ LIMA | 3423-1 | TCE |
| LEOMAR LUSTOSA DE OLIVEIRA | 3415-0 | AUX |
| MARIANA DELGADO TORRES | 5075-0 | ACE |
| **SECEX-AL/SEGECEX** | | |
| JOÃO WALRAVEN JÚNIOR | 3514-9 | ACE |
| MANOEL JOSÉ DOS PASSOS FERNANDES | 2379-5 | ACE |
| MÁRCIA DIAS CARDOSO CARVALHO ALFAMA | 1091-0 | TCE |
| **SECEX-AP/SEGECEX** | | |
| ADRIANO DE BARROS VERINO | 3380-4 | TCE |
| IDEUSANA DE VASCONCELOS SEPEDA LIMA | 3492-4 | ACE |
| RAIMUNDO NONATO DEMÉTRIO GAIA | 3462-2 | ACE |
| **SECEX-AM/SEGECEX** | | |
| CLENIR VIANA GUIMARÃES | 1657-8 | TCE |
| EVANDRO ALBINO SIMPSON | 3568-8 | TCE |
| JANETE SARAIVA DE AZEVEDO | 891-5 | ACE |
| NATÁLIA CÉSAR ALECRIM | 687-4 | ACE |
| ZENAIDE FERNANDES DA SILVA | 1063-4 | ACE |
| **SECEX-BA/SEGECEX** | | |
| AMAURI PEREIRA DOS SANTOS | 1554-7 | TCE |
| EDMUR BAIDA | 3452-5 | ACE |
| MARCUS VINÍCIUS DE CASTRO REIS | 3849-0 | ACE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| NEUZA MARIA AMORIM NOBLAT | 2039-7 | TCE |
| SANDRA CAVALCANTE LINS DE OLIVEIRA | 2467-8 | TCE |
| VIVALDO MENEZES | 2181-4 | TCE |
| **SECEX-CE/SEGECEX** | | |
| ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA | 826-5 | ACE |
| EDUARDO AMORIM STUDART GURGEL | 1695-0 | TCE |
| JOSÉ ALBERTO DE ANDRADE | 905-9 | TCE |
| MIGUEL OFIR LEITÃO JÚNIOR | 674-2 | ACE |
| MIRIAN BENICIO PINHEIRO | 2025-7 | TCE |
| ROBERTO JOSÉ FERREIRA DE CASTRO | 733-1 | ACE |
| TICIANA GOMES COÊLHO DE ALBUQUERQUE | 806-0 | ACE |
| **SECEX-ES/SEGECEX** | | |
| CELSO JOSÉ LOPES DE CARVALHO | 1641-1 | TCE |
| DORIVAL IZIDORO ÂNGELO | 3066-0 | ACE |
| HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA | 493-6 | ACE |
| ISAURINO GOMES DA SILVA | 1782-5 | TCE |
| LEONARDO FELIPPE FERREIRA | 4216-1 | ACE |
| MARILENE NASCIMENTO PITANGUI | 2007-9 | TCE |
| SIMONE MARIA BARBOSA FERREIRA | 4069-0 | TCE |
| **SECEX-GO/SEGECEX** | | |
| ALEXANDRE DE ANDRADE CARDOSO | 1552-0 | TCE |
| ADRIANO XAVIER CABRAL | 3570-0 | TCE |
| CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA | 2051-6 | TCE |
| DAVID LEVISTONE DA SILVA E SOUZA | 1664-0 | TCE |
| EPAMINONDAS CARLOS FERREIRA | 437-5 | ACE |
| JOSIR ALVES DE OLIVEIRA | 2939-4 | ACE |
| MARIA ELIZABETH DE MELO PONTES FRASCINO | 627-0 | ACE |
| VALDIR FIGUEREDO CHAVES | 1007-3 | TCE |
| SILVANIR PEREIRA DOS SANTOS | 2136-9 | TCE |
| **SECEX-MA/SEGECEX** | | |
| FERNANDO JOSÉ MARQUES FERREIRA | 451-0 | TCE |
| FRANCISCO DE ASSIS MARTINS LIMA | 3074-0 | ACE |
| JOSÉ DE RIBAMAR RODRIGUES SIQUEIRA JÚNIOR | 4234-0 | ACE |
| RAIMUNDO NONATO SOUSA CORRÊA | 2081-8 | TCE |
| ROSA MARIA BARROS DE MIRANDA | 737-4 | ACE |
| ROSÉLIA PENHA MENDONÇA DE SOUZA | 2522-4 | TCE |
| VAGNA MARIA MELO ARAÚJO | 2153-9 | TCE |
| **SECEX-MT/SEGECEX** | | |
| GETUMIL DOS SANTOS LISBOA FILHO | 1754-0 | TCE |
| ROBERTO EIJI SAKAGUTI | 2928-9 | ACE |
| **SECEX-MS/SEGECEX** | | |
| MARIA JOSÉ PEDROLI | 3059-7 | ACE |
| ABENATHAR LOPES DE ARAÚJO JÚNIOR | 3063-5 | ACE |
| ARNALDO TREGILIO DA SILVA | 4155-6 | TCE |
| **SECEX-MG/SEGECEX** | | |
| CESÁRIO FERREIRA DA SILVA | 1643-8 | TCE |
| FLÁVIA DINELLI PONTES LEITE | 0452-9 | ACE |
| LUIZ MARTIM PEREIRA | 3823-7 | ACE |
| LUIZ SOUZA DE ARAÚJO | 2330-2 | TCE |
| MARCO ANTÔNIO BONTEMPO DE MORAES | 1941-0 | TCE |
| MARIA CRISTINA RIELLE DA SILVEIRA | 1963-1 | TCE |
| NEUSA COUTINHO AFFONSO | 0698-0 | ACE |
| PATRÍCIA DE OLIVEIRA COELHO | 2060-5 | TCE |
| PAULO CÉSAR CINTRA | 3497-5 | ACE |
| ROSÂNGELA FERREIRA DA CUNHA OLIVEIRA | 0741-2 | ACE |
| **SECEX-PA/SEGECEX** | | |
| ARILDO DA SILVA OLIVEIRA | 3072-4 | ACE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| FRANCISCO FURTADO COSTA | 3191-7 | ACE |
| PAULO SÉRGIO DE BITTENCOURT AMARANTE | 2070-2 | TCE |
| PEDRO LIMA DOS SANTOS | 2077-0 | TCE |
| SILVIO CARLOS PEREIRA MORAES | 2139-3 | TCE |
| **SECEX-PB/SEGECEX** | | |
| FERNANDO CASTELO BRANCO CRAVEIRO | 3435-5 | ACE |
| MAGALY CARDOSO PEIXOTO | 4072-0 | TCE |
| MARIONE DE ALMEIDA NOBREGA | 2009-5 | TCE |
| RAINÉRIO RODRIGUES LEITE | 2855-0 | ACE |
| WILLIAM AGUIAR DA SILVA | 3416-9 | AUX |
| **SECEX-PR/SEGECEX** | | |
| FRANCISCO GIOVANI SILVA FEITOSA | 1737-0 | TCE |
| JOÃO BATISTA DO ROSÁRIO | 1806-6 | TCE |
| SANDRA ROSANE CLAUSEN SIGWALT | 2641-7 | ACE |
| **SECEX-PE/SEGECEX** | | |
| EVALDO JOSÉ DA SILVA ARAÚJO | 2817-7 | ACE |
| MARTA FABIANA DE MELO ARAGÃO | 0668-8 | ACE |
| CELTON MENOR VASCONCELOS | 4074-6 | TCE |
| JAIME VALENTE GODINHO FILHO | 1795-7 | TCE |
| MARCOS CAMPO DA SILVA | 1945-3 | TCE |
| **SECEX-PI/SEGECEX** | | |
| JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO FILHO | 3018-0 | TCE |
| JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS | 2834-7 | ACE |
| JURANDI MACHADO DO NASCIMENTO | 1881-3 | TCE |
| JOÃO LEOPOLDINO FERREIRA NETO | 1812-0 | TCE |
| MARTINHO FERREIRA DE MORAES | 2019-2 | TCE |
| **SECEX-RJ/SEGECEX** | | |
| ADILSON SOUZA GAMBATI | 3050-3 | ACE |
| COSME HENRIQUE GALIAÇO REIS | 2752-9 | TCE |
| JOSE ANTONIO DESIMONE | 537-1 | ACE |
| MARTHA DE SOUZA LANDIN ASSUMPÇÃO | 669-6 | TCE |
| MICHELLE GLÓRIA COELHO PINTO | 4235-8 | ACE |
| MARIA CRISTINA FARIA DE CARVALHO | 1962-3 | TCE |
| RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES BARBOZA | 2388-4 | ACE |
| ROBSON DA SILVA CHAGAS | 3494-0 | ACE |
| SÔNIA MARIA SILVA E SOUSA | 2301-9 | TCE |
| VIRGILIUS DE ALBUQUERQUE | 3189-5 | ACE |
| MARCIO EMMANUEL PACHECO | 3037-6 | ACE |
| VIVIANE CRISTINE C. BALTAR DUARTE SOMOGYI | 2182-2 | TCE |
| **SECEX-RN/SEGECEX** | | |
| ALEXANDRE JOSÉ C. WALRAVEN | 3463-0 | ACE |
| JOEL MARTINS BRASIL | 2627-1 | ACE |
| OLGA AGUIAR DE MELO | 2338-8 | TCE |
| ROSÂNGELA CÉLIA B. DE A SOUZA | 2104-0 | TCE |
| JOÃO BATISTA FRANÇA DE OLIVEIRA | 895-8 | TCE |
| JONAS PAIVA DE OLIVEIRA FILHO | 2327-2 | TCE |
| **SECEX-RS/SEGECEX** | | |
| ANDRÉ PINTO RODRIGUES | 324-7 | ACE |
| CARLOS FERNANDO DE SOUZA FAGUNDES | 336-2 | ACE |
| CLÁUDIO AUGUSTO PRATES THOMAS | 2681-6 | ACE |
| FERNANDO SIMÕES DOS REIS | 3608-0 | ACE |
| GELSON CELISTRE | 3424-0 | TCE |
| LEANDRO SANTOS DE BRUM | 3582-3 | ACE |
| LÍDIA FERNANDES DE MELLO | 2541-0 | TCE |
| MARIA DE LOURDES PORTELLA DEROZA | 621-1 | ACE |
| RICARDO CAMPOS DE AVELLAR | 728-5 | ACE |
| SAMUEL VIEIRA CORRÊA | 2369-8 | TCE |

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| **SECEX-RO/SEGECEX** | | |
| EDUARDO CHOI | 3589-0 | ACE |
| JERSON LIMA DE BRITO | 3418-5 | TCE |
| **SECEX-RR/SEGECEX** | | |
| JOEL DA CUNHA SILVA | 3421-5 | AUX |
| RICARDO FAHR PESSOA | 4222-6 | ACE |
| **SECEX-SC/SEGECEX** | | |
| CARLOS ALBERTO LELLIS | 3092-9 | ACE |
| CLAUDESI VIEIRA NUNES | 1649-7 | TCE |
| JOÃO MANOEL DA SILVA DIONÍSIO | 2872-0 | ACE |
| LÍNIA LINÉIA LOUREIRO DE VARGAS | 1897-0 | TCE |
| **SECEX-SP/SEGECEX** | | |
| AVANETE FERNANDES DE OLIVEIRA | 1609-8 | TCE |
| ELOI CARNOVALI | 428-6 | ACE |
| HELDER WANDERLEY SASAKI IKEDA | 3084-8 | ACE |
| LUIZ AKUTSU | 2859-2 | ACE |
| MARCIO ALEXANDRE PIMENTA LA GRECA | 4571-3 | ACE |
| MARCOS SHINJI KINPARA | 2854-1 | ACE |
| MARIA APARECIDA DE AZEVEDO | 2608-5 | TCE |
| NORMA WATANABE | 2611-5 | ACE |
| **SECEX-SE/SEGECEX** | | |
| RAIMUNDO JOSÉ GUANABARA CAMPOS | 2785-5 | TCE |
| MARIA SALETE FRAGA SILVA PALMA | 975-0 | ACE |
| **SECEX-TO/SEGECEX** | | |
| ADELINO ALVES DA SILVA | 3427-4 | AUX |
| DEUZELINA PEREIRA VEIGA | 1671-3 | TCE |
| EDUARDO CARNEIRO FERREIRA | 3425-8 | TCE |
| RICARDO EUSTÁQUIO DE SOUZA | 3459-2 | ACE |

# RELAÇÃO DE PEDIDOS DE LICENÇAS POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DEFERIDOS PELO DIRETOR DA DIBES

## Em 8 de dezembro de 2006

| NOME | CARGO | MATR | LICENÇA | INICIO | FIM | FUNDAMENTO LEGAL Lei n.º 8.112/1990 | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ADAUTO FELIX DA HORA | ACE | 5647-2 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 14/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.945/2006-0 |
| ADRIANA DE PENNAFORT CALDAS | ACE | 2835-5 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 27/11/2006 | 27/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.541/2006-9 |
| ADRIANA VILLELA DE SOUZA ARAUJO | ACE | 6276-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 9/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.387/2006-2 |
| ADRIANA VILLELA DE SOUZA ARAUJO | ACE | 6276-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 11/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.388/2006-0 |
| ADRIANO DE SOUSA MALTAROLLO | ACE | 3391-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 20/11/2006 | 20/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.007/2006-0 |
| ALESSANDRA ROMERO MERÇON | TCE | 3355-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 8/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.070/2006-9 |
| ALESSANDRA ROMERO MERÇON | TCE | 3355-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 5/12/2006 | 5/12/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.937/2006-8 |
| ALESSANDRA VIEIRA MAGALHÃES | ACE | 4254-4 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 23/11/2006 | 24/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.237/2006-0 |
| ANA CLAUDIA DE CARVALHO CABRAL LOPES | TCE | 3356-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 23/10/2006 | 25/10/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 024.872/2006-8 |
| ANA CLAUDIA DE CARVALHO CABRAL LOPES | TCE | 3356-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 17/11/2006 | 17/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.104/2006-3 |
| ANA CLAUDIA DE CARVALHO CABRAL LOPES | TCE | 3356-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 18/11/2006 | 22/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.105/2006-0 |
| ANA CLAUDIA DE CARVALHO CABRAL LOPES | TCE | 3356-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 23/11/2006 | 24/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.312/2006-6 |
| ANA CRISTINA MELO DE PONTES | ACE | 3489-4 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 16/10/2006 | 16/10/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.479/2006-0 |
| AUGUSTO ORLEANS VENANCIO FERREIRA | ACE | 357-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 21/11/2006 | 22/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.175/2006-5 |
| CARLOS RAIMUNDO BARBOSA MACIEL | TCE | 2364-7 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa | 29/11/2006 | 29/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.672/2006-0 |

| NOME | CARGO | MATR | LICENÇA | INICIO | FIM | FUNDAMENTO LEGAL Lei n.º 8.112/1990 | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | da Família | | | | |
| CLAUDIA GONÇALVES MANCEBO | ACE | 5640-5 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 27/11/2006 | 28/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.431/2006-7 |
| CLEONICE DE MELO RIBEIRO | TCE | 1658-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 1/12/2006 | 1/12/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.891/2006-7 |
| EDNA MARIA DE LIMA SANTOS | TCE | 1691-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 22/11/2006 | 22/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.762/2006-0 |
| EDNA MARIA DE LIMA SANTOS | TCE | 1691-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 23/11/2006 | 26/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.910/2006-4 |
| FRANCISCO JOSE SOBRINHO | TCE | 1738-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 9/10/2006 | 9/10/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 024.943/2006-1 |
| GERARDA FARIAS ROSA | ACE | 480-4 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 6/11/2006 | 7/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.845/2006-4 |
| GLEDSON POMPEU CORREA DA COSTA | ACE | 3165-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 25/10/2006 | 23/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.032/2006-3 |
| HELIO GERALDO DE CARVALHO | TCE | 1770-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 17/11/2006 | 20/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.993/2006-2 |
| HIRAM CARVALHO LEITE | ACE | 3876-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 27/11/2006 | 29/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.847/2006-9 |
| ILDENOR JOSÉ FERREIRA | TCE | 3554-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 16/11/2006 | 17/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.962/2006-6 |
| IVONER MONTEIRO DA SILVA | TCE | 2300-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 6/11/2006 | 6/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.844/2006-8 |
| JAILTON ALEXANDRE DE ANDRADE | TCE | 2921-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 9/11/2006 | 9/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.101/2006-7 |
| JOAO AUGUSTO DA SILVA NETO | TCE | 1804-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 17/11/2006 | 17/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.252/2006-6 |
| JOAO AUGUSTO DA SILVA NETO | TCE | 1804-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 21/11/2006 | 21/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.176/2006-2 |
| JOAO LUIZ RUAS FILHO | ACE | 529-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 26/10/2006 | 27/10/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.406/2006-5 |
| JOSEMAR VELOSO GOMES | TCE | 2350-7 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 10/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.798/2006-8 |
| KATIA DULCINEA COELHO DA SILVA | TCE | 1884-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 11/10/2006 | 20/10/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 024.170/2006-5 |

| NOME | CARGO | MATR | LICENÇA | INICIO | FIM | FUNDAMENTO LEGAL Lei n.º 8.112/1990 | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| KHENYA RODRIGUES DO CARMO OLIVEIRA | AUX | 3411-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 24/11/2006 | 24/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.846/2006-1 |
| LARISSA BEATRIZ DE SOUZA MAIA | ACE | 5244-2 | Lic Méd. Pes. Fam. - prorrog. com rem. | 9/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81,I, c/c arts. 83, § 2º, e 82 | 026.180/2006-0 |
| LUCIANNA CARLLA DOS SANTOS SOUSA | AUX | 2776-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 10/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.102/2006-9 |
| LUCIANNA CARLLA DOS SANTOS SOUSA | AUX | 2776-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 14/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.795/2006-6 |
| LUCIANNA CARLLA DOS SANTOS SOUSA | AUX | 2776-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 20/11/2006 | 24/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.960/2006-1 |
| MARCELO MEIRELES DE SOUSA | TCE | 5858-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 26/9/2006 | 29/9/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 022.527/2006-7 |
| MARCIO HENRIQUE CARVALHO DE OLIVEIRA | TCE | 2766-9 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 6/11/2006 | 6/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.837/2006-3 |
| MARCONE CÂMARA BRASILEIRO | ACE | 3490-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 20/11/2006 | 21/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.174/2006-8 |
| MARCOS FERNANDES DE ALMEIDA | ACE | 2975-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 13/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.728/2006-3 |
| MARIA ADELAIDE DOS SANTOS DO BOMFIM | TCE | 1949-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 14/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 022.683/2006-1 |
| MARIA APARECIDA ARAUJO VITALINO MACHADO | TCE | 2465-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 6/11/2006 | 7/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.571/2006-9 |
| MARIA DA GRACA SILVA DEUNER | TCE | 2333-7 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 25/8/2006 | 25/8/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 020.117/2006-0 |
| MARIA DO CARMO MILHOMEM BASTOS | TCE | 2525-9 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 7/12/2006 | 7/12/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 028.226/2006-0 |
| MARIA LUCIA DE OLIVEIRA F. DE LIMA | ACE | 3135-6 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 9/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.992/2006-5 |
| MONICA DA SILVA CORREA DE QUEIROZ | TCE | 2483-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 1/11/2006 | 1/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.581/2006-5 |
| MONICA DE LIMA MACEDO | ACE | 679-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 4/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.736/2006-1 |
| MONICA DE LIMA MACEDO | ACE | 679-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 11/11/2006 | 17/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.254/2006-6 |
| MONICA DE LIMA MACEDO | ACE | 679-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa | 18/11/2006 | 24/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.948/2006-7 |

| NOME | CARGO | MATR | LICENÇA | INICIO | FIM | FUNDAMENTO LEGAL Lei n.º 8.112/1990 | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | da Família | | | | |
| PAULO ANDRE MATTOS DE CARVALHO | ACE | 2439-2 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 27/11/2006 | 28/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.610/2006-8 |
| REGINA LUCIA DE OLIVEIRA DE ARAUJO | TCE | 2086-9 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 13/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.991/2006-8 |
| RENATA DIAS VILARINHO RIBEIRO | TCE | 3676-5 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 16/11/2006 | 16/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.800/2006-8 |
| RENATO JUNQUEIRA MAIA | ACE | 5057-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 9/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 023.555/2006-6 |
| ROMUALDO CEZAR FERREIRA | AUX | 3422-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 27/10/2006 | 2/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.848/2006-6 |
| SANDRA DE OLIVEIRA | TCE | 2112-1 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 14/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.717/2006-0 |
| SANDRA DE OLIVEIRA | TCE | 2112-1 | Lic Méd. Pes. Fam. - prorrog. com rem. | 20/11/2006 | 19/12/2006 | art. 81,I, c/c arts. 83, § 2º, e 82 | 026.994/2006-0 |
| SIMONE BAMBINI DOS SANTOS | ACE | 6251-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 30/11/2006 | 1/12/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.892/2006-4 |
| SIMONE VALÉRIA ANTUNES DE SOUSA SALAZAR | ACE | 4232-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 8/11/2006 | 9/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.114/2006-5 |
| SIMONE VALÉRIA ANTUNES DE SOUSA SALAZAR | ACE | 4232-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 10/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.115/2006-2 |
| SIMONE VALÉRIA ANTUNES DE SOUSA SALAZAR | ACE | 4232-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 20/11/2006 | 20/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.117/2006-1 |
| SUELI MARIA DA SILVA COSTA | TCE | 2411-2 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 29/11/2006 | 1/12/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.944/2006-2 |
| SUELI MARIA DA SILVA COSTA | TCE | 2411-2 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 8/12/2006 | 8/12/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 028.270/2006-9 |
| SUZANA PANTOJA DA ROCHA | TCE | 2345-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 8/11/2006 | 8/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.025/2006-3 |
| SUZANA PANTOJA DA ROCHA | TCE | 2345-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 10/11/2006 | 10/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.112/2006-0 |
| SUZANA PANTOJA DA ROCHA | TCE | 2345-0 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 11/11/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.796/2006-3 |
| TEREZA DALVA DE ALMEIDA AMARAL | ACE | 797-8 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa | 23/10/2006 | 27/10/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 027.596/2006-7 |

| NOME | CARGO | MATR | LICENÇA | INICIO | FIM | FUNDAMENTO LEGAL Lei n.º 8.112/1990 | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | da Família | | | | |
| THADEU FELISMINO TAIRA | ACE | 6607-9 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 31/10/2006 | 14/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 025.299/2006-3 |
| WANESSA APARECIDA BOAVENTURA PENCHEL | TCE | 2190-3 | Lic. Méd. - Doença em Pessoa da Família | 13/11/2006 | 13/11/2006 | art. 81, I, c/c art. 83, § 2º | 026.729/2006-0 |

SÉRGIO DE BRITO LIMA
Diretor

SERVIDOR AUTORIZADO A CONDUZIR
VIATURA DO TCU NA SECEX-RS
(Portaria-TCU nº 83/1997)

| NOME / MATRÍCULA |
| --- |
| LEANDRO SANTOS DE BRUM / 3582-3 |

Secretaria-Geral de Administração, em 27 de dezembro de 2006.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **ATOS DO PODER LEGISLATIVO** | | | |
| **Leis** | | | |
| 11383 | 11/12/2006 | 48 | 1 |
| **ATOS DO TRIBUNAL** | | | |
| **Instrução Normativa** | | | |
| 49 | 13/12/2005 | 1 | 1 |
| 50 | 1/11/2006 | 43 | 1 |
| 51 | 6/12/2006 | 48 | 1 |
| **Resolução** | | | |
| 155 | 4/12/2002 | 4 Especial | 3 |
| 185 | 13/12/2005 | 1 | 1 |
| 187 | 5/4/2006 | 13 | 1 |
| 188 | 12/4/2006 | 15 | 1 |
| 189 | 19/4/2006 | 15 | 1 |
| 190 | 3/5/2006 | 17 | 1 |
| 191 | 21/6/2006 | 25 | 1 |
| 192 | 10/7/2006 | 25 | 1 |
| 193 | 9/8/2006 | 31 | 1 |
| 194 | 8/11/2006 | 46 | 1 |
| 195 e 196 | 6/12/2006 | 48 | 2 e 4 |
| 197 e 198 | 12/12/2006 | 49 | 1 e 2 |
| 199 | 28/12/2006 | 49 | 2 |
| **Decisão Normativa** | | | |
| 73 | 14/2/2006 | 5 | 1 |
| 74 | 15/2/2006 | 8 | 1 |
| 75 | 22/2/2006 | 8 | 1 |
| 80 | 29/11/2006 | 47 | 1 |
| 81 | 6/12/2006 | 48 | 4 |
| **Acórdão do Plenário** | | | |
| 2178 | 7/12/2005 | 2 | 1 |
| 2294 | 13/12/2005 | 1 | 1 |
| 14 | 18/1/2006 | 2 | 4 |
| 125 | 14/2/2006 | 5 | 1 |
| 174 | 15/2/2006 | 8 | 1 |
| 219 | 22/2/2006 | 8 | 7 |
| 314 | 15/3/2006 | 11 | 1 |
| 319 | 15/3/2006 | 11 | 7 |
| 414 | 29/3/2006 | 14 | 2 |
| 489 | 5/4/2006 | 14 | 12 |
| 521 | 12/4/2006 | 15 | 1 |
| 565 | 19/4/2006 | 15 | 7 |
| 568 | 19/4/2006 | 15 | 11 |
| 572 | 19/4/2006 | 15 | 17 |
| 632 | 3/5/2006 | 17 | 2 |
| 649 | 3/5/2006 | 17 | 24 |
| 989 | 21/6/2006 | 25 | 1 |
| 1404 | 9/8/2006 | 31 | 1 |
| 1674 | 13/9/2006 | 36 | 1 |
| 1896 | 11/10/2006 | 40 | 1 |
| 2026 | 1/11/2006 | 43 | 5 |
| 2072 | 8/11/2006 | 46 | 1 |
| 2373 | 6/12/2006 | 48 | 5 |
| 2379 | 6/12/2006 | 48 | 14 |
| 2383 | 6/12/2006 | 48 | 28 |
| **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 551 | 23/12/1998 | 96/1998 | 3001 |
| | | 20/2006 Republicação | 1 |
| 94 | ¼/2002 | 14 Retificação | 23 |
| 236 | 11/10/2005 | 41 | 1 |
| | | 1 Retificação | 20 |
| 237 | 11/10/2005 | 41 | 1 |
| | | 1 Retificação | 20 |
| 238 | 11/10/2005 | 41 | 1 |
| | | 1 Retificação | 20 |
| 295 | 29/12/2005 | 1 | 16 |
| 1 e 2 | 5/1/2006 | 1 | 16 e 17 |
| 3 a 6 | 17/1/2006 | 1 | 17 |
| 8 a 12 | 18/1/2006 | 1 | 17 e 18 |
| 13 a 16 | 23/1/2006 | 2 | 7 e 8 |
| 17 | 25/1/2006 | 2 | 8 |
| 18 | 26/1/2006 | 2 | 8 |
| 19 | 26/1/2006 | 3 | 1 |
| | | 13 Republicação | 12 |
| 20 a 22 | 30/1/2006 | 3 | 1 |
| 23 | 30/1/2006 | 3 | 2 |
| | | 5 Retificação | 10 |
| 24 a 27 | 31/1/2006 | 3 | 2 |
| 28 e 29 | 6/2/2006 | 4 | 1 |
| 30 | 8/2/2006 | 4 | 1 |
| 31 | 9/2/2006 | 5 | 6 |
| 32 | 10/2/2006 | 5 | 7 |
| 33 | 13/2/2006 | 5 | 7 |
| | | 6 Retificação | 2 |
| 34 | 13/2/2006 | 5 | 7 |
| | | 6 Retificação | 2 |
| 35 e 36 | 13/2/2006 | 5 | 7 |
| 37 e 38 | 14/2/2006 | 5 | 8 |
| 39 | 15/2/2006 | 5 | 8 |
| 40 | 16/2/2006 | 5 | 8 |
| 41 | 22/2/2006 | 7 | 1 |
| | | 15 Retificação | 25 |
| 42 | 22/2/2006 | 6 | 1 |
| 43 e 44 | 24/2/2006 | 7 | 1 |
| 45 e 46 | 2/2/2006 | 8 | 14 |
| 47 e 48 | 6/3/2006 | 8 | 14 e15 |
| 49 | 9/3/2006 | 9 | 1 |
| | | 13 Retificação | 14 |
| 50 e 51 | 13/3/2006 | 9 | 1 e 2 |
| 52 | 14/3/2006 | 9 | 2 |
| 53 | 15/3/2006 | 9 | 2 |
| 54 e 55 | 17/3/2006 | 10 | 1 |
| 56 | 21/3/2006 | 10 | 1 |
| 57 | 22/3/2006 | 10 | 1 |
| 58 | 22/3/2006 | 11 | 59 |
| 59 e 60 | 24/3/2006 | 11 | 60 |
| 61 e 62 | 29/3/2006 | 12 | 1 |
| 63 a 65 | 10/4/2006 | 13 | 12 e 13 |
| 66 | 18/4/2006 | 14 | 21 |

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 67 e 68 | 19/4/2006 | 14 | 21 e 22 |
| 69 a 71 | 20/4/2006 | 14 | 22 |
| 72 | 24/4/2006 | 15 | 22 |
| 73 a 81 | 27/4/2006 | 15 | 22 a 24 |
| 82 a 84 | 28/4/2006 | 16 | 1 a 6 |
| 85 | 5/5/2006 | 17 | 28 |
| 86 | 8/5/2006 | 17 | 29 |
| 87 e 88 | 10/5/2006 | 17 | 29 e 30 |
| 89 | 10/5/2006 | 18 | 1 |
| 90 | 11/5/2006 | 17 | 30 |
| 91 | 16/5/2006 | 18 | 1 |
| 92 | 18/5/2006 | 19 | 1 |
| 93 | 19/5/2006 | 19 | 1 |
| 94 e 95 | 22/5/2006 | 19 | 1 |
| 96 | 24/5/2006 | 19 | 2 |
| 97 | 26/5/2006 | 20 | 1 |
| 98 e 99 | 26/5/2006 | 20 | 1 |
| 100 a 106 | 29/5/2006 | 20 | 2 e 3 |
| 107 | 30/5/2006 | 20 | 3 |
| 108 | 30/5/2006 | 20 | 3 |
| | | 24 Retificação | 5 |
| 109 | 30/5/2006 | 20 | 4 |
| 110 | 30/5/2006 | 20 | 4 |
| | | 24 Retificação | 5 |
| 111 a 115 | 30/5/2006 | 20 | 4 e 5 |
| 116 | 30/5/2006 | 20 | 6 |
| | | 21 Retificação | 2 |
| 117 e 118 | 31/5/2006 | 21 | 1 |
| 119 | 31/5/2006 | 22 | 1 |
| 121 | 5/6/2006 | 21 | 1 |
| 122 a 124 | 6/6/2006 | 21 | 1 e 2 |
| 126 | 13/6/2006 | 22 | 1 |
| | | 24 Retificação | 5 |
| 127 | 13/6/2006 | 22 | 1 |
| 128 e 129 | 19/6/2006 | 23 | 1 |
| 130 | 22/6/2006 | 24 | 3 |
| 131 | 23/6/2006 | 24 | 3 |
| 132 | 26/6/2006 | 24 | 3 |
| 133 e 134 | 27/6/2006 | 24 | 4 |
| 135 | 28/6/2006 | 25 | 35 |
| 136 | 3/7/2006 | 25 | 36 |
| 137 | 5/7/2006 | 25 | 36 |
| 138 | 5/7/2006 | 26 | 1 |
| 139 a141 | 6/7/2006 | 26 | 1 e 2 |
| 142 e 143 | 7/7/2006 | 26 | 2 |
| 144 | 10/7/2006 | 26 | 3 |
| 145 | 13/7/2006 | 27 | 1 |
| 146 a 152 | 17/7/2006 | 27 | 1 e 2 |
| 153 | 18/7/2006 | 27 | 3 |
| 154 | 20/7/2006 | 27 | 3 |
| 155 a 156 | 20/7/2006 | 28 | 1 |
| 157 | 24/7/2006 | 28 | 1 |
| 158 | 25/7/2006 | 28 | 2 |
| 159 e 160 | 26/7/2006 | 28 | 2 e 3 |
| 161 a 164 | 27/7/2006 | 28 | 4 e 5 |
| 165 | 28/7/2006 | 28 | 5 |
| 166 a 168 | 28/7/2006 | 29 | 1 e 2 |
| 169 e 170 | 31/7/2006 | 29 | 2 a 4 |
| 171 | 3/8/2006 | 30 | 1 |
| | | 30 Retificação | 3 |
| 172 a 174 | 3/8/2006 | 30 | 1 |
| 175 e 176 | 7/8/2006 | 30 | 1 |
| 177 e 178 | 9/8/2006 | 30 | 2 |
| 179/ a 184 | 11/8/2006 | 31 | 7 e 8 |
| 185 e 186 | 15/8/2006 | 31 | 8 |
| 187 | 16/8/2006 | 31 | 9 |
| 188 a 191 | 17/8/2006 | 32 | 1 |
| 192 | 21/8/2006 | 32 | 1 |
| 193 | 21/8/2006 | 31 | 9 |
| 194 e 195 | 21/8/2006 | 32 | 2 |
| 196 a 198 | 22/8/2006 | 32 | 2 |
| 199 e 200 | 23/8/2006 | 32 | 3 e 4 |
| 201 a 203 | 24/8/2006 | 32 | 5 |
| 204 | 25/8/2006 | 32 | 5 |
| 205 | 24/8/2006 | 32 | 6 |
| 206 | 24/8/2006 | 32 | 6 |
| | | 33 Republicação | 1 |
| 207 | 24/8/2006 | 32 | 11 |
| 208 a 212 | 28/8/2006 | 33 | 5 a 7 |
| 213 a 215 | 29/8/2006 | 33 | 8 |
| 216 e 217 | 31/8/2006 | 34 | 1 |
| 218 | 1/9/2006 | 34 | 1 |
| 219 e 220 | 4/9/2006 | 34 | 2 |
| 224 | 5/9/2006 | 35 | 1 |
| 221 a 223 | 5/9/2006 | 34 | 2 e 3 |
| 224 | 5/9/2006 | 35 | 1 |
| 225 a 230 | 6/9/2006 | 35 | 1 a 4 |
| 231 e 232 | 8/9/2006 | 35 | 4 a 8 |
| 233 e 234 | 8/9/2006 | 34 | 3 |
| | | 35 | 9 |
| 235 a 237 | 11/9/2006 | 35 | 9 e 10 |
| 238 | 18/9/2006 | 36 | 67 |
| 239 e 240 | 19/9/2006 | 36 | 68 |
| 242 | 20/9/2006 | 36 | 69 |
| | | 37 | 11 |
| 243 a 246 | 22/9/2006 | 37 | 11 e 12 |
| 247 a 256 | 26/9/2006 | 37 | 12 a 14 |
| 257 a 268 | 27/9/2006 | 38 | 1 a 3 |
| 269 | 29/9/2006 | 38 | 3 |
| 270 a 272 | 4/10/2006 | 38 | 4 a 10 |
| 273 | 4/10/2006 | 38 | 10 |
| | | 44 Retificação | 3 |
| 274 e 275 | 4/10/2006 | 38 | 10 e 11 |
| 276 a 279 | 5/10/2006 | 39 | 1 |
| 280 e 281 | 9/10/2006 | 39 | 2 |
| 282 e 283 | 10/10/2006 | 39 | 2 e 3 |
| 284 | 11/10/2006 | 39 | 3 |
| | | 43 Retificação | 10 |

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006


| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 285 e 286 | 11/10/2006 | 40 | 11 e 12 |
| 287 e 288 | 16/10/2006 | 40 | 12 e 13 |
| 289 e 290 | 17/10/2006 | 40 | 13 e 14 |
| 292 | 20/10/2006 | 40 | 14 |
| 293 | 25/10/2006 | 41 | 1 |
| 294 | 30/10/2006 | 42 | 1 |
| 295 | 1/11/2006 | 42 | 1 |
| 296 a 298 | 6/11/2006 | 43 | 7 e 8 |
| 299 | 7/11/2006 | 43 | 8 |
| 300 | 8/11/2006 | 43 | 10 |
| 301 a 303 | 10/11/2006 | 44 | 1 |
| 304 | 13/11/2006 | 44 | 2 |
| 305 a 307 | 20/11/2006 | 45 | 1 |
| 308 e 309 | 23/11/2006 | 45 | 2 |
| 310 | 27/11/2006 | 46 | 9 |
| 311 | 28/11/2006 | 46 | 9 |
| 312 | 1/12/2006 | 47 | 1 |
| 313 e 314 | 5/12/2006 | 47 | 2 e 3 |
| 315 | 8/12/2006 | 48 | 34 |
| 316 | 11/12/2006 | 48 | 35 |
| 317 a 325 | 12/12/2006 | 48 | 35 a 37 |
| 326 | 15/12/2006 | 49 | 3 |
| 327 | 18/12/2006 | 49 | 3 |
| 328 | 19/12/2006 | 49 | 3 |
| 329 e 330 | 20/12/2006 | 49 | 3 e 4 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 10/2/2006 | 5 | 8 |
| 2 | 17/3/2006 | 10 | 2 |
| 3 | 29/3/2006 | 11 | 60 |
| 4 | 20/4/2006 | 15 | 24 |
| 5 | 5/7/2006 | 25 | 36 |
| 6 | 20/6/2006 | 28 | 8 |
| 7 | 28/8/2006 | 34 | 3 |
| 8 | 30/11/2006 | 47 | 2 |

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **Apostila** | | | |
| 2 | 23/10/2006 | 41 | 1 |
| **MINISTROS E AUDITORES DO TRIBUNAL** | | | |
| **GABINETE DO MINISTRO AUGUSTO NARDES** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 25/9/2006 | 38 | 15 |
| **UNIDADES DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS AUTORIDADES** | | | |
| **SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA** | | | |
| **Apostila** | | | |
| 1 | 28/8/2006 | 33 | 9 |
| **UNIDADES DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS AUTORIDADES** | | | |
| **GABINETE DO MINISTRO CORREGEDOR WALTON ALENCAR RODRIGUES** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 18/1/2006 | 13 | 14 |
| 2 | 27/1/2006 | 2 | 9 |
| 3 | 2/3/2006 | 7 | 2 |
| 5 | 29/3/2006 | 11 | 61 |
| 6 | 3/5/2006 | 16 | 8 |
| 8 | 12/7/2006 | 26 | 4 |
| 9 | 19/7/2006 | 27 | 3 |
| 10 | 1/8/2006 | 29 | 6 |
| 11 | 23/8/2006 | 32 | 12 |
| 12 | 27/9/2006 | 38 | 17 |
| 13 | 23/10/2006 | 42 | 3 |
| 14 | 24/10/2006 | 41 | 1 |
| 15 | 1/11/2006 | 42 | 3 |
| **COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL** | | | |
| 1 | 5/7/2006 | 28 | 9 |
| **UNIDADES DE APOIO E ESTRATÉGICO** | | | |
| **INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 a 3 | 10/2/2006 | 5 | 11 |
| 4 | 24/2/2006 | 9 | 3 |

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 12 | 11/10/2006 | 40 | 14 |
| 5 | 2/3/2006 | 7 | 2 |
| 6 | 22/3/2006 | 11 | 62 |
| 8 | 6/4/2006 | 13 | 15 |
| 9 | 25/4/2006 | 15 | 25 |
| 10 | 15/5/2006 | 18 | 2 |
| 11 | 25/5/2006 | 20 | 6 |
| 12 | 31/5/2006 | 21 | 3 |
| 13 | 8/6/2006 | 22 | 2 |
| 14 | 12/6/2006 | 22 | 2 |
| 15 | 21/7/2006 | 28 | 10 |
| 16 | 7/8/2006 | 30 | 4 |
| 18 | 16/11/2006 | 45 | 3 |
| 20 e 21 | 11/12/2006 | 48 | 42 e 43 |
| 23 | 14/12/2006 | 49 | 5 |
| **Edital** | | | |
| 2 | 6/12/2006 | 47 | 4 |
| **INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA E SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria Conjunta** | | | |
| 19 | 20/11/2006 | 46 | 14 |
| **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 9/3/2006 | 9 | 5 |
| 2 | 16/4/2006 | 14 | 23 |
| 3 | 11/8/2006 | 31 | 19 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 8/3/2006 | 8 | 15 |
| **UNIDADES DE ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO** | | | |
| **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 21 | 30/1/2006 | 3 | 39 |
| | | 5 | 12 |
| 159 | 22/2/2006 | 12 | 4 |
| 369 | 6/4/2006 | 15 | 27 |
| 750 | 7/6/2006 | 22 | 3 |
| 918 | 4/7/206 | 25 | 38 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **UNIDADES DE ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO** | | | |
| **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização (cont.)** | | | |
| 984 | 18/7/2006 | 28 | 12 |
| 1057 | 14/8/2006 | 31 | 20 |
| 1384 | 25/10/2006 | 42 | 7 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 326 | 30/3/2006 | 12 | 5 |
| 571 | 16/5/2006 | 19 | 4 |
| | | 22 Republicação | 4 |
| 680 | 30/5/2006 | 20 | 8 |
| 1087 | 23/8/2006 | 33 | 11 |
| 1312 | 11/10/2006 | 39 | 7 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 142 | 17/2/2006 | 6 | 2 |
| 574 | 16/5/2006 | 19 | 5 |
| 622 | 22/5/2006 | 19 | 5 |
| 681 | 30/5/2006 | 20 | 9 |
| 1088 | 23/8/2006 | 33 | 11 |
| 1457 | 1/11/2006 | 43 | 11 |
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 92 | 24/1/2001 | 18/2001 | 4 |
| | | 28/2006 Republicação | 13 |
| | | 29/2006 Republicação | 8 |
| | | 30/2006 Republicação | 5 |
| 1 e 2 | 26/1/2006 | 2 | 10 |
| 3 | 31/1/2006 | 3 | 39 |
| 4 | 7/2/2006 | 4 | 3 |
| 5 | 8/2/2006 | 4 | 3 |
| 6 | 13/2/2006 | 5 | 13 |
| 7 | 14/2/2006 | 5 | 13 |
| | | 8 Republicação | 15 |
| 8 e 9 | 16/2/2006 | 5 | 13 |
| 10 | 17/2/2006 | 8 | 16 |
| 11 | 7/3/2006 | 8 | 16 |
| 12 | 28/3/2006 | 11 | 65 |
| 13 | 28/3/2006 | 11 | 65 |
| 14 | ¾/2006 | 12 | 5 |
| 15 | 5/4/2006 | 13 | 16 |
| 17 | 24/4/2006 | 15 | 28 |
| 18 | 2/5/2006 | 16 | 9 |
| 19 | 12/5/2006 | 18 | 4 |
| 20 | 7/6/2006 | 21 | 4 |
| 21 | 9/6/2006 | 21 | 5 |
| 22 | 17/7/2006 | 27 | 6 |
| 23 | 20/7/2006 | 28 | 12 |
| 24 | 31/7/2006 | 29 | 8 |
| 25 | 8/8/2006 | 30 | 6 |
| 26 | 9/8/2006 | 30 | 6 |
| 27 | 22/8/2006 | 7 Especial | 1 |
| 28 a 30 | 24/8/2006 | 32 | 16 e17 |
| 31 | 28/8/2006 | 33 | 12 |
| 32 a 35 | 28/8/2006 | 33 | 15 a 18 |
| 36 | 6/9/2006 | 35 | 14 |
| 37 a 44 | 8/9/2006 | 35 | 15 a 22 |
| 45 | 13/9/2006 | 35 | 22 |
| 46 | 14/9/2006 | 35 | 23 |
| 47 | 27/9/2006 | 37 | 17 |
| 48 | 2/10/2006 | 38 | 19 |
| 49 | 9/10/2006 | 39 | 8 |
| 50 | 13/10/2006 | 40 | 16 |
| 51 | 26/10/2006 | 41 | 5 |
| 52 | 6/11/2006 | 43 | 12 |
| 53 | 10/11/2006 | 44 | 4 |
| 54 | 22/11/2006 | 45 | 6 |
| 55 | 29/11/2006 | 46 | 18 |
| 56 | 4/12/2006 | 47 | 7 |
| 57 | 21/12/2006 | 49 | 5 |
| 59 | 29/12/2006 | 49 | 6 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 9/1/2006 | 1 | 21 |
| 2 | 18/1/2006 | 1 | 21 |
| | | 2 Retificação | 12 |
| 3 | 18/1/2006 | 1 | 21 |
| | | 5 Retificação | 17 |
| 4 | 20/1/2006 | 2 | 10 |
| 5 e 6 | 24/1/2006 | 2 | 11 |
| 7 | 27/1/2006 | 2 | 11 |
| 8 e 9 | 27/1/2006 | 3 | 40 |
| 10 e 11 | 30/1/2006 | 3 | 40 |
| 12 e 13 | 31/1/2006 | 3 | 40 e 41 |
| 14 | 6/2/2006 | 4 | 3 |
| 15 | 7/2/2006 | 4 | 3 |
| 16 | 8/2/2006 | 4 | 4 |
| 17 e 18 | 10/2/2006 | 4 | 6 |
| 19 | 14/2/2006 | 5 | 13 |
| 20 | 15/2/2006 | 5 | 14 |
| 21 | 16/2/2006 | 5 | 14 |
| 22 a 26 | 17/2/2006 | 5 | 14 e 15 |
| 27 a 30 | 21/2/2006 | 6 | 3 e 4 |
| 31 | 24/2/2006 | 7 | 3 |
| 32 | 2/3/2006 | 7 | 3 |
| | | 8 Retificação | 23 |
| 33 e 34 | 2/3/2006 | 7 | 3 |
| 35 | 3/3/2006 | 7 | 4 |
| 36 | 3/3/2006 | 8 | 16 |
| 37 a 40 | 6/3/2006 | 8 | 16 e 17 |
| 41 a 44 | 7/3/2006 | 8 | 17 |
| 45 | 7/3/2006 | 8 | 18 |
| | | 9 Retificação | 9 |
| 46 | 9/3/2006 | 8 | 18 |
| 47 a 52 | 10/3/2006 | 9 | 5 e 6 |
| 53 a 55 | 13/3/2006 | 9 | 6 |
| 56 | 14/3/2006 | 9 | 6 |
| 57 e 58 | 15/3/2006 | 9 | 6 |
| 59 | 17/3/2006 | 10 | 7 |

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO** | | | |
| **Ordem de Serviço (cont.)** | | | |
| 60 e 61 | 20/3/2006 | 10 | 7 e 8 |
| 62 | 28/3/2006 | 11 | 66 |
| 63 | 29/3/2006 | 11 | 67 |
| 64 | ¾/2006 | 12 | 6 |
| 65 e 66 | 6/4/2006 | 12 | 6 e 7 |
| 67 | 7/4/2006 | 13 | 17 |
| 68 | 17/4/2006 | 14 | 23 |
| 69 a 71 | 18/4/2006 | 14 | 24 |
| 72 a 76 | 20/4/2006 | 14 | 24 e 25 |
| 77 | 26/4/2006 | 15 | 28 |
| 78 | 24/4/2006 | 15 | 29 |
| 79 | 2/5/2006 | 16 | 10 |
| 80 | 3/5/2006 | 16 | 10 |
| 81 | 4/5/2006 | 16 | 11 |
| 82 | 5/5/2006 | 17 | 34 |
| 83 | 9/5/2006 | 17 | 34 |
| 84 | 11/5/2006 | 17 | 34 |
| 85 | 12/5/2006 | 18 | 5 |
| 86 | 17/5/2006 | 18 | 5 |
| 87 e 88 | 19/5/2006 | 19 | 6 |
| 89 | 29/5/2006 | 20 | 9 |
| 90 a 100 | 31/5/2006 | 20 | 10 e 11 |
| 101 a 114 | 1/6/2006 | 21 | 5 a 9 |
| 115 | 5/6/2006 | 21 | 9 |
| 116 | 7/6/2006 | 21 | 9 |
| 117 e 118 | 9/6/2006 | 22 | 5 |
| 119 a 121 | 12/6/2006 | 22 | 5 |
| 122 | 13/6/2006 | 22 | 6 |
| 123 | 19/6/2006 | 23 | 2 |
| 124 e 125 | 20/6/2006 | 23 | 2 |
| 126 | 21/6/2006 | 23 | 2 |
| 127 | 21/6/2006 | 23 | 3 |
| | | 24 Republicação | 8 |
| 128 | 21/6/2006 | 23 | 3 |
| 129 a 131 | 26/6/2006 | 24 | 8 |
| 132 | 29/6/2006 | 24 | 8 |
| | | 27 Retificação | 13 |
| 133 a 142 | 29/6/2006 | 24 | 9 a 11 |
| 143 | 3/7/2006 | 25 | 39 |
| 144 e 145 | 4/7/2006 | 25 | 39 |
| 146 | 6/7/2006 | 25 | 39 |
| 147 a 150 | 7/7/2006 | 25 | 40 |
| 151 | 10/7/2006 | 25 | 40 |
| 152 | 10/7/2006 | 26 | 5 |
| 153 a 155 | 11/7/2006 | 26 | 6 |
| 156 | 14/7/2006 | 27 | 7 |
| 157 e 158 | 17/7/2006 | 27 | 7 |
| 159 | 18/7/2006 | 27 | 7 |
| 160 a 181 | 19/7/2006 | 27 | 8 a 10 |
| 182 | 21/7/2006 | 27 | 10 |
| 183 a 186 | 25/7/2006 | 28 | 13 e 14 |
| 187 | 26/7/2006 | 28 | 14 |
| 188 | 28/7/2006 | 29 | 8 |
| 189 | 31/7/2006 | 29 | 8 |
| 190 a 192 | 1/8/2006 | 29 | 9 |
| 193 | 2/8/2006 | 29 | 10 |
| 194 | 2/8/2006 | 29 | 10 |
| | | 31 Retificação | 27 |
| 195 | 3/8/2006 | 30 | 6 |
| 196 | 8/8/2006 | 32 | 17 |
| | | 33 Retificação | 29 |
| 197 | 8/8/2006 | 30 | 7 |
| 198 a 201 | 9/8/2006 | 30 | 7 |
| 202 a 204 | 11/8/2006 | 30 | 7 e 8 |
| 205 a 212 | 14/8/2006 | 31 | 21 |
| 213 | 15/8/2006 | 31 | 22 |
| 214 e 215 | 24/8/2006 | 33 | 19 |
| 216 | 25/8/2006 | 33 | 19 |
| 217 | 28/8/2006 | 33 | 20 |
| 218 e 219 | 1/9/2006 | 34 | 7 a 10 |
| 220 | 4/9/2006 | 34 | 10 |
| 221 | 5/9/2006 | 34 | 11 |
| 222 a 224 | 6/9/2006 | 35 | 23 e 24 |
| 225 e 226 | 8/9/2006 | 35 | 24 |
| 227 | 11/9/2006 | 35 | 24 |
| 228 | 13/9/2006 | 35 | 25 |
| 229 | 15/9/2006 | 35 | 25 |
| 230 e 231 | 15/9/2006 | 36 | 72 e 73 |
| 232 a 234 | 19/9/2006 | 36 | 73 e 74 |
| 235 | 20/9/2006 | 36 | 74 |
| 236 e 237 | 21/9/2006 | 36 | 74 |
| 238 a 241 | 22/9/2006 | 37 | 17 e 18 |
| 242 | 25/9/2006 | 37 | 18 |
| 243 a 245 | 26/9/2006 | 37 | 19 |
| 246 | 28/9/2006 | 37 | 19 |
| 247 | 2/10/2006 | 38 | 19 |
| 248 e 249 | 3/10/2006 | 38 | 19 |
| 250 a 254 | 4/10/2006 | 38 | 19 a 21 |
| 255 | 5/10/2006 | 39 | 8 |
| 256 a 260 | 6/10/2006 | 39 | 8 e 9 |
| 261 e 262 | 10/10/2006 | 39 | 9 |
| 263 a 265 | 16/10/2006 | 40 | 16 e 17 |
| 266 | 17/10/2006 | 40 | 17 |
| 267 a 269 | 18/10/2006 | 40 | 17 e 18 |
| 270 | 19/10/2006 | 40 | 18 |
| 271 a 273 | 20/10/2006 | 40 | 18 e 19 |
| 274 | 23/10/2006 | 41 | 5 |
| 275 | 24/10/2006 | 41 | 6 |
| 276 | 27/10/2006 | 42 | 7 |
| 277 | 31/10/2006 | 42 | 7 |
| 278 e 279 | 1/11/2006 | 42 | 8 |
| 280 | 3/11/2006 | 43 | 12 |
| 281 | 8/11/2006 | 43 | 12 |
| 283 a 286 | 13/112006 | 44 | 4 |
| 287 | 14/11/2006 | 44 | 5 |
| 288 | 27/11/2006 | 46 | 18 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO** | | | |
| **Ordem de Serviço (cont.)** | | | |
| 289 | 28/11/2006 | 46 | 18 |
| 290 | 30/11/2006 | 46 | 18 |
| 291 | 4/12/2006 | 47 | 7 |
| 292 | 6/12/2006 | 47 | 7 |
| 293 | 20/12/2006 | 49 | 6 |
| 294 a 296 | 19/12/2006 | 49 | 6 e 7 |
| 297 a 313 | 20/12/2006 | 49 | 7 a 12 |
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA** | | | |
| **Portaria Conjunta** | | | |
| 1 | 23/8/2006 | 33 | 30 |
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** | | | |
| **Portaria Conjunta** | | | |
| 1 | 18/9/2006 | 36 | 86 |
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA JURÍDICA** | | | |
| **Portaria Conjunta** | | | |
| 1 | 26/6/2006 | 10 Especial | 1 |
| **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO** | | | |
| **Portaria Conjunta** | | | |
| 1 | 1/6/2006 | 20 | 17 |
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1125 | 5/12/2005 | 48 | 26 |
| | | 1 Retificação | 42 |
| 1142 | 6/12/2005 | 49 | 16 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 1191 | 9/12/2005 | 49 | 23 |
| | | 1 Retificação | 42 |
| 1228 | 14/12/2005 | 50 | 58 |
| | | 3 Retificação | 56 |
| 1250 | 15/12/2005 | 50 | 64 |
| | | 5 Retificação | 29 |
| 1259 | 16/12/2005 | 50 | 66 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 1283 | 19/12/2005 | 50 | 69 |
| | | 1 Retificação | 42 |
| 1 a 7 | 3/1/2006 | 1 | 28 e 29 |
| 8 | 5/1/2006 | 1 | 29 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 9 a 11 | 5/1/2006 | 1 | 29 |
| 12 e 13 | 6/1/2006 | 1 | 29 e 30 |
| 14 a 16 | 9/1/2006 | 1 | 30 |
| 17 | 10/12/2006 | 1 | 30 |
| | | 3 Retificação | 56 |
| 18 a 22 | 11/1/2006 | 1 | 30 e 31 |
| 23 a 26 | 12/1/2006 | 1 | 31 e 32 |
| 27 | 13/1/2006 | 1 | 32 |
| | | 3 Retificação | 56 |
| 28 a 33 | 13/1/2006 | 1 | 32 e 33 |
| 34 | 16/1/2006 | 1 | 33 |
| | | 3 Retificação | 56 |
| 35 | 16/1/2006 | 1 | 33 |
| | | 3 Retificação | 56 |
| 36 a 46 | 16/1/2006 | 1 | 33 a 35 |
| 47 | 17/1/2006 | 1 | 35 |
| 48 a 50 | 17/1/2006 | 2 | 13 |
| 51 | 17/1/2006 | 2 | 13 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 52 | 17/1/2006 | 2 | 13 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 53 a 64 | 17/1/2006 | 2 | 13 a 15 |
| 65 a 67 | 18/1/2006 | 2 | 15 |
| 68 | 18/1/2006 | 2 | 15 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 69 a 81 | 18/1/2006 | 2 | 15 a 17 |
| 82 | 18/1/2006 | 2 | 17 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| | | 14 Retificação | 42 |
| 83 a 88 | 19/1/2006 | 2 | 17 e 18 |
| 89 | 19/1/2006 | 2 | 18 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 90 a 93 | 19/1/2006 | 2 | 18 |
| 94 a 105 | 20/1/2006 | 2 | 19 e 20 |
| 106 a 119 | 23/1/2006 | 3 | 44 e 45 |
| 120 a 129 | 24/1/2006 | 3 | 46 e 47 |
| 130 | 24/1/2006 | 3 | 47 |
| | | 6 Retificação | 17 |
| | | 9 Retificação | 20 |
| 131 e 132 | 24/1/2006 | 3 | 47 |
| 133 e 134 | 25/1/2006 | 3 | 47 a 48 |
| 135 | 25/1/2006 | 3 | 48 |
| | | 5 Retificação | 29 |
| 136 a 141 | 25/1/2006 | 3 | 48 e 49 |
| 142 a 146 | 26/1/2006 | 3 | 49 |
| 147 | 26/1/2006 | 3 | 50 |
| | | 6 Retificação | 17 |
| 148 e 149 | 26/1/2006 | 3 | 50 |
| 150 | 26/1/2006 | 3 | 50 |
| | | 6 Retificação | 17 |
| 151 | 26/1/2006 | 3 | 50 |
| 152 | 26/1/2006 | 3 | 50 |
| | | 4 Retificação | 24 |
| 153 a 164 | 26/1/2006 | 3 | 51 a 53 |
| 165 a 171 | 27/1/2006 | 3 | 53 e 54 |
| 172 a 187 | 30/1/2006 | 4 | 10 a 13 |
| 188 e 189 | 31/1/2006 | 4 | 13 |
| 190 | 31/1/2006 | 4 | 13 |
| | | 9 Retificação | 20 |
| 191 a 196 | 31/1/2006 | 4 | 13 e 14 |
| 197 a 207 | ½/2006 | 4 | 14 e 15 |
| 208 a 218 | 2/2/2006 | 4 | 15 a 17 |
| 219 | 2/2/2006 | 4 | 17 |
| | | 11 Retificação | 82 |
| 220 e 221 | 2/2/2006 | 4 | 17 e 18 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 222 | 2/2/2006 | 4 | 18 |
| | | 6 Retificação | 17 |
| 223 e 224 | 2/2/2006 | 4 | 18 |
| 225 a 237 | 3/2/2006 | 4 | 18 a 20 |
| 238 e 239 | 6/2/2006 | 4 | 20 |
| | | 12 Retificação | 34 |
| 240 | 6/2/2006 | 4 | 20 |
| 241 a 248 | 6/2/2006 | 4 | 20 e 21 |
| 249 a 261 | 7/2/2006 | 5 | 17 a 19 |
| 262 a 269 | 8/2/2006 | 5 | 20 e 21 |
| 270 | 8/2/2006 | 5 | 21 |
| | | 8 Retificação | 43 |
| 271 a 274 | 8/2/2006 | 5 | 21 |
| 275 e 276 | 9/2/2006 | 5 | 21 e 22 |
| 277 a 279 | 10/2/2006 | 5 | 22 |
| 280 a 289 | 10/2/2006 | 6 | 7 e 8 |
| 290 a 292 | 13/2/2006 | 6 | 8 |
| 293 | 14/2/2006 | 6 | 9 |
| | | 9 Retificação | 20 |
| 294 a 298 | 14/2/2006 | 6 | 9 e 10 |
| 299 | 14/2/2006 | 6 | 10 |
| | | 9 Retificação | 20 |
| 300 a 307 | 14/2/2006 | 6 | 10 |
| 308 a 311 | 15/2/2006 | 6 | 11 |
| 312 e 313 | 16/2/2006 | 6 | 12 |
| 314 a 321 | 17/2/2006 | 6 | 12 a 14 |
| 322 a 337 | 20/2/2006 | 7 | 5 a 8 |
| 338 a 344 | 21/2/2006 | 8 | 23 e 24 |
| 345 a 355 | 22/2/2006 | 8 | 24 a 26 |
| 356 a 366 | 23/2/2006 | 8 | 26 a 28 |
| 367 | 23/2/2006 | 8 | 28 |
| | | 10 Retificação | 17 |
| 368 a 371 | 23/2/2006 | 8 | 28 |
| 372 a 387 | 24/2/2006 | 8 | 28 a 32 |
| 388 a 400 | 2/3/2006 | 8 | 32 e 33 |
| 401 a 412 | 3/3/2006 | 8 | 34 a 36 |
| 413 a 418 | 6/362006 | 8 | 36 e 37 |
| 419 | 7/3/2006 | 8 | 37 |
| | | 11 Retificação | 82 |
| 420 a 423 | 8/3/2006 | 9 | 9 e 10 |
| 424 a 429 | 9/3/2006 | 9 | 10 e 11 |
| 430 a 436 | 10/3/2006 | 9 | 11 e 12 |
| 437 | 10/3/2006 | 9 | 12 |
| | | 18 Retificação | 22 |
| 438 a 443 | 13/3/2006 | 9 | 13 e 14 |
| 444 | 13/3/2006 | 9 | 14 |
| | | 11 Retificação | 82 |
| 445 | 13/3/2006 | 9 | 14 |
| | | 17 Retificação | 52 |
| 446 a 449 | 13/3/2006 | 9 | 14 e 15 |
| 450 a 460 | 14/3/2006 | 10 | 12 e 13 |
| 461 a 464 | 15/3/2006 | 10 | 14 |
| 465 a 468 | 16/3/2006 | 10 | 14 e 15 |
| 469 a 474 | 17/3/2006 | 11 | 69 |
| 475 a 479 | 20/3/2006 | 11 | 69 e 70 |
| 480 a 483 | 21/3/2006 | 11 | 70 e 71 |
| 484 a 486 | 22/3/2006 | 11 | 71 |
| 487 e 488 | 23/3/2006 | 11 | 71 e 72 |
| 489 a 496 | 24/3/2006 | 11 | 72 e 73 |
| 497 e 498 | 27/3/2006 | 11 | 73 |
| 499 a 501 | 28/3/2006 | 12 | 10 e 11 |
| 502 a 504 | 29/3/2006 | 12 | 11 |
| 505 | 29/3/2006 | 12 | 11 |
| | | 17 Retificação | 52 |
| 506 a 508 | 29/3/2006 | 12 | 11 e 12 |
| 509 a 514 | 30/3/2006 | 12 | 12 e 13 |
| 515 | 30/3/2006 | 12 | 13 |
| | | 22 Retificação | 26 |
| 516 a 518 | 30/3/2006 | 12 | 13 |
| 519 a 532 | 31/3/2006 | 12 | 13 a 16 |
| 533 | 3/42006 | 12 | 17 a 20 |
| 534 | ¾/2006 | 12 | 17 |
| | | 15 Retificação | 38 |
| 535 a 552 | ¾/2006 | 12 | 17 a 20 |
| 553 a 556 | 4/4/2006 | 12 | 20 e 21 |
| 557 a 560 | 5/4/2006 | 13 | 20 |
| 561 | 6/4/2006 | 13 | 20 |
| 562 | 6/4/2006 | 13 | 20 |
| | | 17 Retificação | 52 |
| 563 a 571 | 6/4/2006 | 13 | 21 a 22 |
| 572 | 7/4/2006 | 13 | 22 |
| 573 a 576 | 10/4/2006 | 14 | 31 e 32 |
| 577 a 582 | 11/4/2006 | 14 | 32 e 33 |
| 583 a 588 | 12/4/2006 | 14 | 33 e 34 |
| 589 a 593 | 17/4/2006 | 14 | 34 |
| 594 | 17/4/2006 | 14 | 35 |
| | | 15 Republicação | 32 |
| 595 a 596 | 17/4/2006 | 14 | 35 |
| 597 a 602 | 18/4/2006 | 15 | 33 |
| 603 a 606 | 19/4/2006 | 15 | 33 e 34 |
| 607 e 608 | 20/4/2006 | 15 | 34 e 35 |
| 609 a 617 | 20/4/2006 | 16 | 17 e 18 |
| 618 a 623 | 24/4/2006 | 16 | 18 |
| 624 a 625 | 25/4/2006 | 16 | 19 |
| 626 | 25/4/2006 | 16 | 19 |
| | | 18 Retificação | 22 |
| | | 20 Retificação | 29 |
| 627 e 628 | 25/4/2006 | 16 | 19 |
| 629 | 25/4/2006 | 16 | 20 |
| | | 26 Retificação | 29 |
| 630 a 637 | 26/4/2006 | 1629 | 20 e 21 |
| 638 a 640 | 27/4/2006 | 16 | 21 |
| 641 a 643 | 28/4/2006 | 16 | 21 e 22 |
| 644 a 647 | 2/5/2006 | 16 | 22 e 23 |
| 648 | 2/5/2006 | 16 | 23 |
| | | 18 Retificação | 22 |
| 649 | 2/5/2006 | 16 | 23 |
| 650 a 660 | 3/5/2006 | 17 | 39 a 41 |
| 661 a 669 | 4/5/2006 | 17 | 41 a 43 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 670 a 678 | 5/5/2006 | 17 | 43 a 45 |
| 679 | 5/5/2006 | 17 | 45 |
| | | 23 Retificação | 16 |
| 680 e 681 | 8/5/2006 | 17 | 45 |
| 682 a 684 | 8/5/2006 | 18 | 10 |
| 685 a 691 | 9/5/2006 | 18 | 10 e 11 |
| 692 a 699 | 10/5/2006 | 18 | 11 a 13 |
| 700 e 701 | 12/5/2006 | 18 | 13 |
| 702 | 12/5/2006 | 18 | 13 |
| | | 19 Republicação | 11 |
| 703 a 706 | 12/5/2006 | 18 | 13 e 14 |
| 707 a 712 | 15/5/2006 | 18 | 14 e 15 |
| 713 | 16/5/2006 | 18 | 15 |
| 714 e 715 | 16/5/2006 | 19 | 12 |
| 716 a 720 | 17/5/2006 | 19 | 12 |
| 721 a 726 | 18/5/2006 | 19 | 13 |
| 727 | 19/5/2006 | 19 | 13 |
| 728 a 734 | 22/5/2006 | 19 | 14 e 15 |
| 735 a 738 | 23/5/2006 | 19 | 15 e 16 |
| 739 | 24/5/2006 | 20 | 17 |
| | | 30 Retificação | 29 |
| 740 | 24/5/2006 | 20 | 18 |
| | | 21 Retificação | 17 |
| | | 30 Retificação | 29 |
| 741 a 753 | 24/5/2006 | 20 | 18 e 19 |
| 754 e 755 | 25/5/2006 | 20 | 19 |
| 756 | 25/5/2006 | 20 | 20 |
| | | 22 Retificação | 25 |
| 757 | 25/5/2006 | 20 | 20 |
| 758 a 760 | 29/5/2006 | 20 | 20 |
| 761 | 29/5/2006 | 20 | 20 |
| | | 20 Retificação | 29 |
| 762 | 29/5/2006 | 20 | 21 |
| | | 20 Retificação | 29 |
| 763 | 29/5/2006 | 20 | 21 |
| | | 20 Retificação | 29 |
| 764 a 766 | 29/5/2006 | 20 | 21 |
| 767 a 776 | 30/5/2006 | 20 | 22 e 23 |
| 777 a 782 | 31/5/2006 | 21 | 13 |
| 783 a 787 | 1/6/2006 | 21 | 13 e 14 |
| 788 | 1/6/2006 | 21 | 15 |
| | | 22 Retificação | 25 |
| 789 a 791 | 2/6/2006 | 21 | 15 |
| 792 a 800 | 5/6/2006 | 22 | 10 a 12 |
| 801 a 803 | 6/6/2006 | 22 | 12 |
| 804 | 6/6/2006 | 22 | 13 |
| | | 27 Retificação | 28 |
| 805 a 813 | 6/6/2006 | 22 | 13 e 14 |
| 814 a 818 | 7/6/2006 | 22 | 14 e 15 |
| 819 a 821 | 8/6/2006 | 22 | 15 |
| 822 a 825 | 9/6/2006 | 22 | 15 e 16 |
| 826 a 837 | 12/6/2006 | 22 | 16 e 17 |
| 838 a 840 | 13/6/2006 | 22 | 17 e 18 |
| 841 | 14/6/2006 | 23 | 4 |
| 842 | 14/6/2006 | 23 | 4 |
| | | 24 Retificação | 25 |
| 843 a 856 | 14/6/2006 | 23 | 5 e 6 |
| 857 a 859 | 16/6/2006 | 23 | 6 e 7 |
| 860 | 19/6/2006 | 23 | 7 |
| | | 27 Retificação | 28 |
| | | 38 Retificação | 39 |
| 861 e 862 | 19/6/2006 | 23 | 8 |
| 863 | 19/6/2006 | 23 | 8 |
| | | 27 Retificação | 28 |
| 864 a 871 | 19/6/2006 | 23 | 8 e 9 |
| 872 | 19/6/2006 | 23 | 9 |
| | | 28 Retificação | 29 |
| 873 a 878 | 20/6/2006 | 23 | 9 a 11 |
| 879 a 881 | 21/6/2006 | 24 | 18 |
| 882 a 890 | 22/6/2006 | 24 | 18 a 20 |
| 891 a 896 | 23/6/2006 | 24 | 20 e 21 |
| 897 a 906 | 26/6/2006 | 24 | 21 e 22 |
| 907 a 911 | 27/6/2006 | 25 | 47 e 48 |
| 912 a 932 | 29/6/2006 | 25 | 48 a 51 |
| 933 | 30/6/2006 | 25 | 51 |
| 934 e 935 | 30/6/2006 | 25 | 51 |
| | | 30 Retificação | 29 |
| 936 a 952 | 3/7/2006 | 25 | 51 a 53 |
| 953 | 3/7/2006 | 25 | 53 |
| | | 28 Retificação | 29 |
| | | 38 Retificação | 34 |
| 954 a 962 | 3/7/2006 | 25 | 53 e 55 |
| 963 | 3/7/2006 | 25 | 55 |
| | | 27 Retificação | 28 |
| 964 a 967 | 3/7/2006 | 25 | 55 |
| 968 | 4/7/2006 | 26 | 13 |
| | | 30 Retificação | 29 |
| 970 e 971 | 4/7/2006 | 26 | 13 |
| 972 | 4/7/2006 | 26 | 13 |
| | | 29 Retificação | 23 |
| 973 | 4/7/2006 | 26 | 14 |
| | | 29 Retificação | 23 |
| 974 a 986 | 4/7/2006 | 26 | 14 e 15 |
| 987 e 996 | 5/7/2006 | 26 | 15 a 17 |
| 997 a 1028 | 6/7/2006 | 26 | 17 a 21 |
| 1029 a 1043 | 10/7/2006 | 26 | 21 a 23 |
| 1044 a 1049 | 11/7/2006 | 27 | 14 |
| 1050 | 11/7/2006 | 27 | 14 |
| | | 37 Retificação | 34 |
| 1051 a 1053 | 11/7/2006 | 27 | 15 |
| 1054 | 11/7/2006 | 27 | 15 |
| | | 28 Retificação | 29 |
| 1055 a 1059 | 11/7/2006 | 27 | 15 e 16 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 1060 a 1075 | 12/7/2006 | 27 | 16 a 18 |
| 1076 a 1090 | 13/7/2006 | 27 | 18 a 20 |
| 1091 a 1104 | 14/7/2006 | 27 | 20 a 22 |
| 1105 a 1111 | 17/7/2006 | 27 | 22 e 23 |
| 1112 a 1114 | 18/7/2006 | 27 | 23 e 24 |
| 1115 | 18/7/2006 | 27 | 24 |
| | | 30 Retificação | 30 |
| 1116 a 1123 | 18/7/2006 | 27 | 24 e 25 |
| 1124 a 1131 | 19/7/2006 | 28 | 19 e 20 |
| 1132 a 1143 | 20/7/2006 | 28 | 20 a 22 |
| 1144 a 1148 | 21/7/2006 | 28 | 22 e 23 |
| 1149 | 21/7/2006 | 28 | 23 |
| | | 30 Retificação | 29 |
| 1150 | 21/7/2006 | 28 | 23 |
| 1151 a 1154 | 24/7/2006 | 28 | 23 e 24 |
| 1155 a 1161 | 25/7/2006 | 29 | 13 e 14 |
| 1162 a 1167 | 26/7/2006 | 29 | 14 e 15 |
| 1168 a 1177 | 27/7/2006 | 29 | 15 e 16 |
| 1178 a 1188 | 28/7/2006 | 29 | 17 e 18 |
| 1189 | 28/7/2006 | 29 | 18 |
| | | 30 Retificação | 29 |
| 1190 a 1201 | 31/7/2006 | 30 | 12 a 14 |
| 1202 a 1214 | 1/8/2006 | 30 | 14 a 16 |
| 1215 a 1219 | 2/8/2003 | 30 | 16 e 17 |
| 1220 e | 2/8/2006 | 30 | 17 |
| | | 32 Retificação | 36 |
| 1222 a 1230 | 3/8/2006 | 30 | 17 a 19 |
| 1231 a 1234 | 4/8/2006 | 30 | 19 |
| 1235 | 4/8/2006 | 30 | 19 |
| | | 32 Retificação | 36 |
| 1236 e 1237 | 4/8/2006 | 30 | 19 e 20 |
| 1238 | 4/8/2006 | 30 | 20 |
| | | 32 Retificação | 36 |
| 1239 a 1252 | 7/8/2006 | 30 | 20 a 23 |
| 1253 a 1259 | 8/8/2006 | 30 | 23 e 24 |
| 1260 a 1268 | 9/8/2006 | 31 | 27 e 28 |
| 1269 a 1276 | 10/8/2006 | 31 | 28 a 30 |
| 1277 a 1283 | 11/8/2006 | 31 | 30 e 31 |
| 1284 a 1294 | 14/8/2006 | 31 | 31 e 32 |
| 1295 a 1297 | 15/8/2006 | 32 | 28 |
| 1298 | 16/8/2006 | 32 | 28 |
| 1299 | 16/8/2006 | 32 | 28 |
| | | 39 Retificação | 28 |
| 1300 | 16/8/2006 | 32 | 28 |
| | | 35 Retificação | 61 |
| 1301 a 1305 | 16/8/2006 | 32 | 29 |
| 1306 a 1309 | 17/8/2006 | 32 | 29 e 30 |
| 1310 a 1313 | 18/08/2006 | 32 | 30 |
| 1314 a 1321 | 21/8/2006 | 32 | 31 |
| 1322 a 1328 | 22/8/2006 | 33 | 30 e 31 |
| 1329 | 22/8/2006 | 33 | 31 |
| | | 40 Retificação | 39 |
| 1330 a 1331 | 22/8/2006 | 33 | 31 |
| 1332 a 1341 | 23/8/2006 | 33 | 31 a 33 |
| 1342 a 1345 | 24/8/2006 | 33 | 33 e 34 |
| 1346 a 1351 | 25/8/2006 | 33 | 34 e 35 |
| 1352 a 1357 | 28/8/2006 | 33 | 35 |
| 1358 a 1361 | 29/8/2006 | 34 | 15 e 16 |
| 1362 | 29/8/2006 | 34 | 16 |
| | | 35 Republicação | 32 |
| 1363 | 29/8/2006 | 34 | 16 |
| 1364 a 1370 | 30/8/2006 | 34 | 16 e 17 |
| 1371 a 1376 | 31/8/2006 | 34 | 17 e 18 |
| 1377 | 1/9/2006 | 34 | 19 |
| | | 37 Retificação | 35 |
| 1378 a 1399 | 1/9/2006 | 34 | 19 a 22 |
| 1400 a 1407 | 4/9/2006 | 35 | 33 e 34 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 1408 a 1413 | 5/9/2006 | 35 | 34 e 35 |
| 1414 a 1419 | 8/9/2006 | 35 | 35 |
| 1420 | 8/9/2006 | 35 | 36 |
| | | 43 Retificação | 25 |
| 1421 | 8/9/2006 | 35 | 36 |
| | | 43 Retificação | 25 |
| 1422 a 1431 | 8/9/2006 | 35 | 36 e 37 |
| 1432 | 8/9/2006 | 35 | 37 |
| | | 37 Retificação | 35 |
| 1433 | 8/9/2006 | 34 | 22 |
| | | 37 Retificação | 35 |
| 1434 | 11/9/2006 | 35 | 37 |
| | | 38 Retificação | 39 |
| 1435 a 1440 | 11/9/2006 | 35 | 37 a 51 |
| 1441 | 12/9/2006 | 35 | 51 |
| 1442 | 12/9/2006 | 35 | 52 |
| | | 37 Retificação | 35 |
| 1443 a 1446 | 12/9/2006 | 35 | 52 |
| 1447 | 12/9/2006 | 35 | 52 |
| | | 43 Retificação | 25 |
| 1448 | 12/9/2006 | 35 | 52 |
| 1449 | 13/9/2006 | 36 | 87 |
| 1450 | 13/9/2006 | 36 | 87 |
| | | 37 Retificação | 35 |
| 1451 a 1547 | 13/9/2006 | 36 | 87 e 88 |
| 1458 a 1463 | 15/9/2006 | 36 | 88 |
| 1464 | 15/9/2006 | 36 | 89 |
| | | 41 Retificação | 18 |
| 1465 s 1485 | 18/9/2006 | 36 | 89 s 92 |
| 1486 s 1491 | 19/9/2006 | 36 | 92 e 93 |
| 1492 a 1515 | 20/9/2006 | 37 | 25 a 30 |
| 1516 a 1519 | 21/9/2006 | 37 | 30 e 31 |
| 1520 e 1521 | 22/9/2006 | 37 | 31 |
| 1522 a 1524 | 25/9/2006 | 37 | 32 |
| 1525 a 1530 | 36/9/2006 | 37 | 32 e 33 |
| 1531 | 27/9/2006 | 38 | 25 |
| | | 40 Retificação | 39 |
| 1532 a 1545 | 27/9/2006 | 38 | 24 a 27 |
| 1546 | 27/9/2006 | 38 | 27 |
| | | 46 Retificação | 40 |
| 1547 a 1552 | 29/9/2006 | 38 | 28 e 29 |
| 1553 | 29/9/2006 | 38 | 29 |
| | | 43 Retificação | 25 |
| 1554 a 1559 | 29/9/2006 | 38 | 29 e 30 |
| 1560 a 1562 | 2/10/2006 | 38 | 30 e 31 |
| 1563 | 2/10/2006 | 38 | 31 |
| | | 40 Retificação | 39 |
| 1564 a 1566 | 2/10/2006 | 38 | 31 |
| 1567 a 1582 | 3/10/2006 | 38 | 31 a 33 |
| 1583 a 1595 | 4/10/2006 | 39 | 15 e 16 |
| 1596 a 1615 | 5/10/2006 | 39 | 17 a 19 |
| 1616 a 1621 | 6/10/2006 | 39 | 19 e 20 |
| 1622 a 1626 | 9/10/2006 | 39 | 21 |
| 1627 a 1634 | 10/10/2006 | 39 | 21 e 22 |
| 1635 a 1642 | 11/10/2006 | 40 | 25 a 27 |
| 1643 | 11/10/2006 | 40 | 27 |
| | | 41 Retificação | 18 |
| 1644 | 11/10/2006 | 40 | 27 |
| 1645 a 1654 | 13/10/2006 | 40 | 27 e 28 |
| 1655 a 1664 | 17/10/2006 | 40 | 28 a 30 |
| 1665 a 1674 | 17/10/2006 | 40 | 30 e 31 |
| 1675 a 1683 | 18/10/2006 | 41 | 8 e 9 |
| 1684 a 1687 | 19/10/2006 | 41 | 9 e 10 |
| 1688 | 19/10/2006 | 41 | 10 |
| | | 43 Retificação | 25 |
| 1689 e 1690 | 19/10/2006 | 41 | 10 |
| 1691 | 20/10/2006 | 41 | 11 |
| | | 46 Retificação | 40 |
| 1692 a 1696 | 20/10/2006 | 41 | 11 |
| 1697 a 1711 | 23/10/2006 | 41 | 12 a 14 |
| 1712 a 1716 | 24/10/2006 | 41 | 14 e 15 |
| 1717 a 1726 | 25/10/2006 | 42 | 13 a 15 |
| 1727 e 1728 | 26/10/2006 | 42 | 15 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 1729 | 26/10/2006 | 42 | 15 |
| | | 46 Republicação | 26 |
| 1730 a 1734 | 26/10/2006 | 42 | 16 |
| 1735 | 26/10/2006 | 42 | 15 a 16 |
| | | 47 Retificação | 25 |
| 1736 a | 26/10/2006 | 42 | 16 |
| 1737 a 1739 | 27/10/2006 | 42 | 17 |
| 1740 a 1742 | 30/10/2006 | 42 | 17 |
| 1743 a 1752 | 31/10/2006 | 42 | 18 e 19 |
| 1753 a 1761 | 1/11/2006 | 43 | 18 e 19 |
| 1762 a 1764 | 3/11/2006 | 43 | 19 e 20 |
| 1765 | 3/11/2006 | 43 | 19 e 20 |
| | | 47 Retificação | 25 |
| 1766 a 1768 | 3/11/2006 | 43 | 19 e 20 |
| 1169 a 1778 | 6/11/2006 | 43 | 20 e 21 |
| 1779 a 1789 | 7/11/2006 | 43 | 22 e 23 |
| 1790 a 1796 | 8/11/2006 | 44 | 13 e 14 |
| 1797 | 8/11/2006 | 44 | 14 |
| | | 48 Retificação | 70 |
| 1798 e 1799 | 8/11/2006 | 44 | 14 |
| 1800 a 1805 | 9/11/2006 | 44 | 14 e 15 |
| 1806 | 9/11/2006 | 44 | 15 |
| | | 47 Retificação | 25 |
| 1807 e 1808 | 10/11/2006 | 44 | 15 e 16 |
| 1809 | 10/11/2006 | 44 | 16 |
| | | 46 Retificação | 40 |
| 1810 | 10/11/2006 | 44 | 16 |
| 1811 a 1820 | 13/11/2006 | 45 | 15 e 19 |
| 1821 a 1830 | 14/11/2006 | 45 | 16 a 18 |
| 1831 | 16/11/2006 | 45 | 18 |
| 1832 | 16/11/2006 | 45 | 18 |
| | | 47 Retificação | 25 |
| 1833 a 1835 | 16/11/2006 | 45 | 18 e 19 |
| 1836 | 16/11/2006 | 45 | 19 |
| | | 46 Retificação | 40 |
| 1837 a 1840 | 16/11/2006 | 45 | 19 |
| 1841 a 1850 | 17/11/2006 | 45 | 19 a 21 |
| 1851 a 1865 | 20/11/2006 | 45 | 21 a 23 |
| 1866 a 1880 | 21/11/2006 | 45 | 24 a 26 |
| 1881 a 1895 | 22/11/2006 | 46 | 26 a 28 |
| 1896 a 1910 | 23/11/2006 | 46 | 28 a 30 |
| 1911 a 1919 | 24/11/2006 | 46 | 30 e 31 |
| 1920 | 24/11/2006 | 45 | 26 |
| 1921 a 1925 | 24/11/2006 | 46 | 31 e 32 |
| 1926 a 1937 | 27/11/2006 | 46 | 32 a 34 |
| 1938 a 1953 | 28/11/2006 | 46 | 34 a 36 |
| 1954 a 1960 | 29/11/2006 | 47 | 11 e 12 |
| 1961 a 1972 | 30/11/2006 | 47 | 12 e 13 |
| 1973 a 1979 | 1/12/2006 | 47 | 13 e 14 |
| 1980 | 1/12/2006 | 47 | 14 |
| | | 49 Retificação | 48 |
| 1981 a 1990 | 1/12/2006 | 47 | 15 e 16 |
| 1991 a 2018 | 4/12/2006 | 47 | 16 a 19 |
| 2019 a 2029 | 5/12/2006 | 47 | 19 a 21 |
| 2030 a 2069 | 6/12/2006 | 48 | 53 a 58 |
| 2070 a 2086 | 7/12/2006 | 48 | 58 a 60 |
| 2087 e 2096 | 8/12/2006 | 48 | 60 a 62 |
| 2097 a 2106 | 11/12/2006 | 48 | 62 e 63 |
| 2107 a 2131 | 12/12/2006 | 49 | 27 a 30 |
| 2132 a 2157 | 13/12/2006 | 49 | 31 a 34 |
| 2158 a 2182 | 14/12/2006 | 49 | 35 a 38 |
| 2183 | 15/12/2006 | 49 | 38 |
| 2184 a 2186 | 18/12/2006 | 49 | 38 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 24/2/2006 | 6 | 14 |
| 2 | 27/3/2006 | 11 | 73 |
| 3 | 5/10/2006 | 38 | 34 |
| | | 40 Republicação | 31 |
| 4 | 19/10/2006 | 40 | 32 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS (cont.)** | | | |
| **Apostila** | | | |
| 14 | 2/12/2005 | 25 Retificação | 58 |
| 15 | 2/12/2005 | 25 Retificação | 58 |
| 1 | 10/1/2006 | 1 | 35 |
| 2 | 23/1/2006 | 2 | 20 |
| 3 | 9/2/2006 | 5 | 22 |
| 4 | 13/2/2006 | 5 | 23 |
| 5 | 2/3/2006 | 8 | 37 |
| 6 | 3/3/2006 | 8 | 38 |
| 7 | 13/3/2006 | 9 | 15 |
| 8 | 16/3/2006 | 12 | 21 |
| 9 | 17/3/2006 | 12 | 21 |
| 10 | 12/4/2006 | 14 | 35 |
| 11 a 13 | 18/4/2006 | 14 | 35 e 36 |
| 14 a 18 | 6/6/2006 | 21 | 15 e 16 |
| 19 | 23/6/2006 | 24 | 22 |
| 20 | 26/6/2006 | 24 | 22 |
| 21 | 10/7/2006 | 26 | 23 |
| 22 | 1/8/2006 | 30 | 24 |
| 23 | 4/8/2006 | 30 | 25 |
| 24 e 25 | 8/8/2006 | 30 | 25 |
| 26 | 10/8/2006 | 31 | 33 |
| 27 | 16/8/2006 | 32 | 32 |
| 28 | 9/9/2006 | 35 | 53 |
| 29 | 12/9/2006 | 36 | 93 |
| 30 | 28/9/2006 | 38 | 34 |
| 31 | 5/10/2006 | 38 | 34 |
| 32 | 19/10/2006 | 41 | 15 |
| 33 | 19/10/2006 | 40 | 32 |
| 34 | 3/11/2006 | 43 | 23 |
| 35 | 13/11/2006 | 45 | 26 |
| 36 | 21/11/2006 | 46 | 36 |
| 37 | 4/12/2006 | 48 | 63 |
| 38 | 11/12/2006 | 48 | 64 |
| 39 | 19/12/2006 | 49 | |
| **Edital** | | | |
| 10 | 2/10/2006 | 37 | 33 |
| 11 | 11/10/2006 | 39 | 24 |
| 13 | 11/10/2006 | 39 | 24 |
| **SECRETARIA DE ORÇAMENTO , FINANÇAS E CONTABILIDADES** | | | |
| 1 | 11/12/2006 | 49 | 50 |
| **SECRETARIA DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 13/1/2006 | 1 | 54 |
| 2 | 24/1/2006 | 2 | 24 |
| | 30/3/2006 | 12 | 38 |
| 3 | 27/4/2006 | 17 | 56 |
| 4 | 21/6/2006 | 24 | 27 |
| 5 | 23/6/2006 | 24 | 27 |
| 6 | 29/6/2006 | 26 | 34 |
| 7 e 8 | 6/7/2006 | 26 | 34 e 35 |
| 9 | 31/7/2006 | 29 | 25 |
| 11 | 25/8/2006 | 33 | 44 |
| **SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 14/3/2006 | 9 | 24 |
| 2 | 21/3/2006 | 10 | 21 |
| 8 | 27/11/2006 | 47 | 28 |
| **SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 13/2/2006 | 5 | 32 |
| 2 | 16/2/2006 | 5 | 32 |
| 4 | 18/4/2006 | 14 | 48 |
| 5 | 5/6/2006 | 5 | 3 |
| 6 | 27/6/2006 | 25 | 63 |
| 7 | 25/7/2006 | 28 | 33 |
| 8 | 25/7/2006 | 28 | 34 |
| 9 | 18/8/2006 | 8 Especial | 1 |
| 10 a 13 | 22/8/2006 | 32 | 40 e 41 |
| 14 | 22/8/2006 | 31 | 41 |
| 15 | 29/8/2006 | 34 | 31 |
| 16 | 12/9/2006 | 35 | 65 |
| 18 | 19/10/2006 | 41 | 21 |
| 19 | 1/9/2006 | 46 | 43 |
| 20 | 8/11/2006 | 43 | 29 |
| 21 | 20/11/2006 | 45 | 37 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 24/1/2006 | 3 | 60 |
| 2 | 3/2/2006 | 4 | 27 |
| 3 | 14/2/2006 | 8 | 47 |
| 5 | 2/3/2006 | 8 | 48 |
| 6 | 16/3/2006 | 10 | 21 |
| 7 | 20/3/2006 | 10 | 22 |
| 8 | 13/6/2006 | 22 | 29 |
| 9 e 10 | 3/72006 | 25 | 63 e 64 |
| 11 | 13/7/2006 | 27 | 32 |
| 12 | 3/8/2006 | 32 | 41 |
| 13 e 14 | 18/8/2006 | 32 | 41 e 42 |
| 15 | 22/8/2006 | 32 | 42 |
| 16 | 22/8/2006 | 33 | 45 |
| 17 | 25/8/2006 | 33 | 46 |
| 18 e 19 | 31/8/2006 | 34 | 31 e 32 |
| 20 | 14/9/2006 | 40 | 43 |
| 21 | 11/10/2006 | 40 | 44 |
| 22 | 23/10/2006 | 42 | 30 |
| 23 | 23/10/2006 | 41 | 21 |
| 24 | 1/11/2006 | 43 | 29 |
| 25 | 6/11/2006 | 43 | 30 |
| 26 | 9/11/2006 | 44 | 23 |
| **Portaria Conjunta** | | | |
| **Segecex/Seplan/Setec** | | | |
| 4 | 2/3/2006 | 8 | 48 |
| **Segecex/Setec** | | | |
| 1 | 31/7/2006 | 29 | 26 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO (cont.)** | | | |
| **Ordem de Serviço Conjunta** | | | |
| **Segecex/Setec/Seplan** | | | |
| 1 | 3/10/2006 | 38 | 44 |
| **Segecex/Segedam** | | | |
| 1 | 3/10/2006 | 39 | 31 |
| **Comissão de Sindicância** | | | |
| 1 | 24/7/2006 | 28 | 34 |
| **SECRETARIA ADJUNTA DE CONTAS** | | | |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 14/8/2006 | 31 | 41 |
| **SECRETARIA ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 13/6/2006 | 23 | 19 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1823 | 24/11/2005 | 5 | 33 |
| 1831 | 25/11/2005 | 5 | 33 |
| 1847 | 2/12/2005 | 5 | 34 |
| 1870 | 9/12/2005 | 5 | 35 |
| 22 | 30/1/2006 | 8 | 49 |
| 23, 33 a 37 | 31/1/2006 | 8 | 49 a 52 |
| 42 | ½/2006 | 8 | 52 |
| 43 | 8/2/2006 | 8 | 53 |
| 44 a 58 | ½/2006 | 8 | 53 a 60 |
| 59 a 64 | ½/2006 | 9 | 24 a 26 |
| 111 a 113 | 9/2/2006 | 9 | 27 |
| 120 e 121 | 10/2/2006 | 9 | 29 |
| 127 | 16/2/2006 | 9 | 30 |
| 155 e 156 | 21/2/2006 | 10 | 22 e 23 |
| 176 e 178 | 23/2/2006 | 10 | 23 e 24 |
| 190 e 191 | 2/3/2006 | 10 | 25 |
| 217 | 8/3/2006 | 10 | 26 |
| 229 | 9/3/2006 | 10 | 26 |
| 230 | 9/3/2006 | 10 | 27 |
| | | 12 Republicação | 38 |
| 237 | 13/3/2006 | 12 | 39 |
| 255, 256 e 261 | 15/3/2006 | 12 | 40 e 41 |
| 270 e 271 | 17/3/2006 | 12 | 40 e 41 |
| 328 | 30/3/2006 | 16 | 33 |
| 341, 345, 352 e 354 | 4/4/2006 | 16 | 33 a 35 |
| 382 a 385 | 11/4/2006 | 16 | 36 e 37 |
| 396 a 398 | 12/4/2006 | 16 | 38 e 39 |
| 408 | 17/4/2006 | 16 | 39 |
| 432 | 20/4/2006 | 16 | 40 |
| 438 a 441 | 24/4/2006 | 20 | 32 e 33 |
| 452 | 26/4/2006 | 20 | 34 |
| 464 e 465 | 27/4/2006 | 20 | 35 |
| 486 e 489 | 2/5/2006 | 20 | 36 |
| 491, 496, 497 e 498 | 3/5/2006 | 20 | 37 e 38 |
| 507 e 508 | 4/5/2006 | 20 | 39 |
| 511, 513, 515 e 516 | 5/5/2006 | 20 | 40 a 42 |
| 535 | 9/5/2006 | 20 | 42 |
| 542 | 10/5/2006 | 20 | 43 |
| 547 | 11/5/2006 | 20 | 44 |
| 563 | 15/5/2006 | 20 | 44 |
| 597 | 19/5/2006 | 20 | 45 |
| 601 a 605, 609, 613 e 614 | 19/5/2006 | 22 | 30 a 33 |
| 623, 624 e 626 | 22/5/2006 | 22 | 34 e 35 |
| 1130 | 4/9/2006 | 37 | 38 |
| 1169 | 18/9/2006 | 37 | 39 |
| 637 e 638 | 23/5/2006 | 22 | 35 e 36 |
| 650 e 651 | 24/5/2006 | 22 | 36 e 37 |
| 662 | 25/5/2006 | 22 | 38 |
| 677 e 678 | 29/5/2006 | 22 | 38 e 39 |
| 686, 688, 689 e 693 | 30/5/2006 | 23 | 19 a 21 |
| 700 | 31/5/2006 | 23 | 22 |
| 705 e 706, 716 e 718 | 1/6/2006 | 23 | 22 a 24 |
| 707 | 1/6/2006 | 23 | 23 |
| | | 31 | 42 |
| 722, 725, 727, 728 e 730 | 2/6/2006 | 23 | 25 a 27 |
| 732, 736 e 740 | 5/6/2006 | 23 | 28 e 29 |
| 770, 772 e 773 | 9/6/2006 | 25 | 65 a 67 |
| 776 | 12/6/2006 | 25 | 67 |
| 796 | 14/6/2006 | 25 | 68 |
| 799, 802, 803 e 805 | 16/6/2006 | 25 | 68 a 70 |
| 809 e 814 | 19/6/2006 | 25 | 70 e 71 |
| 822 | 20/6/2006 | 27 | 32 |
| 848; 850 a 852 e 855 | 26/6/2006 | 27 | 32 a 35 |
| 859 a 861 e 863 | 28/6/2006 | 27 | 36 a 38 |
| 875, 881 882, 885 e 886 | 29/6/2006 | 27 | 38 a 41 |
| 888 e 896 | 29/6/2006 | 28 | 35 |
| 897 e 899 | 30/6/2006 | 28 | 36 e 37 |
| 913 e 914 | 3/7/2006 | 28 | 37 e 38 |
| 920 | 4/7/2006 | 28 | 39 |
| 932 | 5/7/2006 | 28 | 39 |
| 939, 940 e 942 | 7/7/2006 | 28 | 41 e 42 |
| 943 e 944 | 19/7/2006 | 28 | 42 e 43 |

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006


| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização (cont.)** | | | |
| 948, 952, 953 e 954 | 7/7/2006 | 29 | 26 a 28 |
| 958 e 964 | 10/7/2006 | 29 | 29 |
| 970 a 972 | 12/7/2006 | 29 | 30 e 31 |
| 979 | 14/7/2006 | 29 | 31 |
| 982 | 17/7/2006 | 29 | 32 |
| 986 | 18/7/2006 | 29 | 33 |
| 988 | 19/7/2006 | 31 | 43 |
| 1000 e 1003 | 26/7/2006 | 31 | 44 e 45 |
| 1110 a 1112 e 1115 | 1/8/2006 | 31 | 46 a 48 |
| 1116 e 1117 | 2/8/2006 | 31 | 48 e 49 |
| 1022 e 1023 | 4/8/2006 | 31 | 49 e 50 |
| 1031 | 7/8/2006 | 33 | 46 |
| 1038 | 9/8/2006 | 33 | 47 |
| 1041 | 10/8/2006 | 31 | 50 |
| | | 33 | 47 |
| 1048 | 11/8/2006 | 33 | 48 |
| 1060 e 1062 | 14/8/2006 | 33 | 49 |
| 1069, 1070 e 1072 | 16/8/2006 | 33 | 50 e 51 |
| 1074 | 17/8/2006 | 33 | 51 |
| 1080 | 18/8/2006 | 34 | 32 |
| 1086 | 22/8/2006 | 34 | 33 |
| 1112 | 29/8/2006 | 34 | 34 |
| 1175 | 20/9/2006 | 48 | 75 |
| 1373 | 9/11/2006 | 48 | 76 |
| 1405 e 1406 | 26/10/2006 | 48 | 77 |
| 1439 | 1/11/2006 | 48 | 78 |
| 1461 | 6/11/2006 | 48 | 78 |
| 1512 | 8/11/2006 | 48 | 79 |
| 1527 | 14/11/2006 | 48 | 79 |
| 1583 | 4/12/2006 | 48 | 80 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1874 e 1875 | 13/12/2005 | 5 | 36 |
| 1880 | 14/12/2005 | 5 | 37 |
| 1888 | 16/12/2005 | 5 | 37 |
| 129 | 15/2/2006 | 9 | 30 |
| 150 | 20/2/2006 | 9 | 31 |
| 154 | 21/2/2006 | 10 | 28 |
| 234 | 10/3/2006 | 10 | 28 |
| 347 | 4/4/2006 | 16 | 40 |
| 422 | 19/4/2006 | 16 | 41 |
| 461 | 27/4/2006 | 20 | 45 |
| 565 | 15/5/2006 | 20 | 46 |
| 576 | 16/5/2006 | 20 | 46 |
| 759 | 7/6/2006 | 25 | 72 |
| 830 | 20/6/2006 | 27 | 41 |
| 1065 | 15/8/2006 | 33 | 52 |
| 1081 | 18/8/2006 | 34 | 34 |
| 1365 | 16/10/2006 | 48 | 81 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 104 | 8/2/2006 | 9 | 31 |
| 151 | 20/2/2006 | 9 | 32 |
| 189 | 2/3/2006 | 10 | 29 |
| 194 | 3/3/2006 | 10 | 29 |
| 252 | 14/3/2006 | 12 | 43 |
| 349 | 4/4/2006 | 16 | 42 |
| 423 | 19/4/2006 | 16 | 41 |
| 553 | 12/5/2006 | 20 | 47 |
| 566 | 15/5/2006 | 20 | 47 |
| 577 | 16/5/2006 | 20 | 48 |
| 591 | 18/5/2006 | 20 | 48 |
| 660 | 25/5/2006 | 22 | 39 |
| 839 | 22/6/2006 | 27 | 42 |
| 874 | 29/6/2006 | 27 | 42 |
| 1040 | 7/8/2006 | 33 | 52 |
| 1123 | 30/8/2006 | 34 | 35 |
| 1134 | 5/9/2006 | 37 | 39 |
| 1367 | 16/10/2006 | 48 | 81 |
| **SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 12 | 26/1/2006 | 3 | 60 |
| 13 | 27/1/2006 | 3 | 61 |
| 24 e 25 | 31/1/2006 | 4 | 28 |
| 82 e 88 | 6/2/2006 | 4 | 29 |
| 133 | 15/2/2006 | 6 | 21 |
| 183 | 24/2/2006 | 12 | 43 |
| 210 e 214 | 7/3/2006 | 12 | 44 |
| 264 a 266 | 16/3/2006 | 13 | 32 e 33 |
| 267 a 269, 272 e 273 | 17/3/2006 | 13 | 33 a 35 |
| 407 | 17/4/2006 | 16 | 43 |
| 500 e 503 | 3/5/2006 | 17 | 57 |
| 517 e 518, 520 a 523 | 5/5/2006 | 17 | 58 a 60 |
| 649 | 24/5/2006 | 20 | 49 |
| 663 | 25/5/2006 | 23 | 30 |
| 760 | 7/6/2006 | 23 | 30 |
| 853 | 26/6/2006 | 25 | 72 |
| 870 | 28/6/2006 | 25 | 73 |
| 1101 | 28/8/2006 | 33 | 53 |
| 1172 | 19/9/2006 | 40 | 44 |
| 1187 e 1191 | 25/9/2006 | 40 | 45 |
| 1328 | 11/10/2006 | 40 | 45 |
| 1347 | 16/10/2006 | 45 | 38 |
| 1381 | 19/10/2006 | 45 | 38 |
| 1522 | 13/11/2006 | 45 | 39 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 1555 | 20/11/2006 | 48 | 82 |
| **SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (cont.)** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 11 | 26/1/2006 | 3 | 61 |
| 246 | 14/3/2006 | 40 | 46 |
| 351 e 353 | 4/4/2006 | 13 | 36 |
| 1006 | 28/7/2006 | 33 | 53 |
| 1025 e 1026 | 4/8/2006 | 33 | 54 e 55 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1875 e 1877 | 13/12/2005 | 5 | 37 e 38 |
| 1882 | 14/12/2005 | 5 | 38 |
| 1889 | 16/12/2005 | 5 | 39 |
| 277 | 17/3/2006 | 13 | 37 |
| 652 | 24/5/2006 | 20 | 50 |
| 675 | 26/5/2006 | 23 | 31 |
| 1198 | 26/9/2006 | 40 | 47 |
| 1225,1227 e 1230 | 5/10/2006 | 40 | 47 e 48 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 10/8/2006 | 33 | 55 |
| **SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE DESESTATIZAÇÃO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1892 | 16/12/2005 | 1 | 54 |
| 211 | 7/3/2006 | 9 | 32 |
| 792 | 14/6/2006 | 24 | 28 |
| 832 | 20/6/2006 | 24 | 29 |
| 840 | 22/6/2006 | 24 | 29 |
| 1002 | 26/7/2006 | 31 | 52 |
| 1019 | 3/8/2006 | 31 | 52 |
| 1089 | 23/8/2006 | 33 | 56 |
| 1109 | 29/8/2006 | 33 | 57 |
| 1210 | 2/10/2006 | 41 | 21 |
| 1456 | 3/11/2006 | 43 | 30 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 107 | 9/2/2006 | 5 | 40 |
| 815 | 19/6/2006 | 24 | 30 |
| 1536 | 16/11/2006 | 47 | 29 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 110 | 9/2/2006 | 5 | 40 |
| 1135 | 5/9/2006 | 35 | 66 |
| **SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO DA UNIÃO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 15/2/2006 | 10 | 30 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 2 a 4 | 23/1/2006 | 4 | 30 e 31 |
| 75, 76 e 79 | 3/2/2006 | 6 | 22 e 23 |
| 539 | 10/5/2006 | 18 | 27 |
| 956 | 11/7/2006 | 26 | 35 |
| 990 | 22/7/2006 | 28 | 43 |
| 1009 | 31/7/2006 | 29 | 33 |
| 1193 | 25/9/2006 | 39 | 32 |
| 1215 | 3/10/2006 | 39 | 32 |
| 1303 | 11/10/2006 | 39 | 33 |
| 1419 | 30/10/2006 | 42 | 31 |
| 1435 | 31/10/2006 | 42 | 32 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 929 | 6/7/2006 | 26 | 36 |
| 1216 | 3/10/2006 | 39 | 34 |
| 1358 | 17/10/2006 | 41 | 22 |
| 1418 | 30/10/2006 | 42 | 33 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 921 | 5/7/2006 | 26 | 36 |
| 974 | 14/7/2006 | 27 | 43 |
| 1194 | 25/9/2006 | 39 | 34 |
| 1212 | 2/10/2006 | 39 | 34 |
| 1377 | 19/10/2006 | 41 | 23 |
| 1462 | 6/11/2006 | 43 | 31 |
| 1503 | 9/11/2006 | 44 | 24 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 13/3/2006 | 9 | 33 |
| 2 | 2/10/2006 | 39 | 35 |
| 3 | 4/10/2006 | 39 | 36 |
| 4 e 5 | 20/11/2006 | 45 | 39 e 40 |
| **SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 15/9/2006 | 36 | 105 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 65 e 66 | 3/2/2006 | 4 | 31 e 32 |
| 238 | 13/3/2006 | 9 | 34 |
| 366 | 6/4/2006 | 13 | 37 |
| 377 | 10/4/2006 | 13 | 38 |
| 572 | 16/5/2006 | 18 | 27 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 5 | 23/1/2005 | 2 | 26 |
| 38 | ½/2006 | 3 | 62 |
| 123 | 14/2/2006 | 5 | 41 |
| 179 | 23/2/2006 | 7 | 12 |
| 367 | 6/4/2006 | 13 | 38 |
| 402 | 17/4/2006 | 14 | 48 |
| 483 | 2/5/2006 | 16 | 43 |
| 1102 e 1103 | 28/8/2006 | 33 | 57 e 58 |
| 1440 a 1442 | 1/11/2006 | 42 | 33 e 34 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 6 | 23/1/2006 | 2 | 27 |
| 39 | ½/2006 | 3 | 62 |
| 125 | 14/2/2006 | 5 | 41 |
| 181 | 23/2/2006 | 7 | 13 |
| 368 | 6/4/2006 | 13 | 39 |
| 403 | 17/4/2006 | 14 | 49 |
| 485 | 2/5/2006 | 16 | 44 |

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006


| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1586 | 4/12/2006 | 47 | 30 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1218 | 3/10/2006 | 40 | 49 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1219 | 3/10/2006 | 40 | 49 |
| **SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO GOVERNAMENTAL** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 16/10/2006 | 41 | 23 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1762 | 25/1/2006 | 3 | 63 |
| 139 e 144 | 17/2/2006 | 9 | 34 e 35 |
| 192 | 3/3/2006 | 9 | 36 |
| 1488 | 8/2/2006 | 9 | 36 |
| 183 | 24/2/2006 | 10 | 30 |
| 210 e 214 | 7/3/2006 | 10 | 31 |
| 283 | 20/3/2006 | 26 | 37 |
| | | 35 | 67 |
| 301 | 27/3/2006 | 26 | 38 |
| | | 35 | 67 |
| 321 | 29/3/2006 | 26 | 38 |
| | | 35 | 68 |
| 696 | 305/2006 | 26 | 39 |
| | | 35 | 69 |
| 739 | 5/6/2006 | 26 | 39 |
| | | 35 | 69 |
| 749 | 7/6/2006 | 26 | 40 |
| | | 35 | 70 |
| 786 | 12/6/2006 | 26 | 40 |
| | | 35 | 70 |
| 820 | 19/6/2006 | 42 | 34 |
| 823 | 20/6/2006 | 42 | 35 |
| 856 | 26/6/2006 | 42 | 36 |
| 867 | 28/6/2006 | 42 | 36 |
| 890 e 893 | 30/6/2006 | 42 | 37 |
| 977 | 14/7/2006 | 42 | 38 |
| 1001 | 26/7/2006 | 42 | 38 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 685 | 30/5/2006 | 26 | 41 |
| | | 35 | 71 |
| 738 | 5/6/2006 | 26 | 41 |
| | | 35 | 71 |
| **SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO GOVERNAMENTAL** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 748 | 6/6/2006 | 26 | 42 |
| | | 35 | 72 |
| 811 e 821 | 19/6/2006 | 42 | 39 e 40 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 141 | 20/2/2006 | 9 | 37 |
| 737 | 5/6/2006 | 26 | 42 |
| | | 335 | 72 |
| 847 | 26/6/2006 | 42 | 40 |
| 891 e 892 | 30/6/2006 | 42 | 41 |
| 962 | 13/7/2006 | 42 | 42 |
| **SECRETARIA DE RECURSOS** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 2/8/2004 | 30 | 48 |
| **SECRETARIAS DE CONTROLE EXTERNO** | | | |
| **1ª SECEX** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 30/3/2006 | 13 | 39 |
| 2 | 3/11/2006 | 43 | 31 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1859 | 5/12/2005 | 1 | 55 |
| 1869 | 9/12/2005 | 1 | 55 |
| 1883 | 14/12/2005 | 1 | 56 |
| 7 | 23/1/2006 | 2 | 27 |
| 9 | 24/1/2006 | 2 | 28 |
| 87 | 6/2/2006 | 6 | 24 |
| 180 | 23/2/2006 | 9 | 38 |
| 360 e 361 | 5/4/2006 | 13 | 40 |
| 476 | 28/4/2006 | 17 | 60 |
| 512 | 5/5/2006 | 17 | 61 |
| 619 | 30/5/2006 | 27 | 43 |
| 620 | 22/5/2006 | 27 | 44 |
| 836 e 837 | 21/6/2006 | 27 | 44 e 45 |
| 916 | 4/7/2006 | 27 | 45 |
| 937 | 30/6/2006 | 27 | 46 |
| 1039 | 10/8/2006 | 31 | 53 |
| 1078 | 18/8/2006 | 36 | 106 |
| 1163 a 1165 | 18/9/2006 | 36 | 106 e 107 |
| 1188 | 25/9/2006 | 38 | 45 |
| 1196 e 1197 | 26/9/2006 | 38 | 46 |
| 1206 | 28/9/2006 | 38 | 47 |
| 1213 | 2/10/2006 | 38 | 47 |
| 1315 | 10/10/2006 | 41 | 23 |
| 1349 | 16/10/2006 | 41 | 24 |
| 1395 | 25/10/2006 | 47 | 31 |
| 1443 | 1/11/2006 | 47 | 31 |
| 1545 | 20/11/2006 | 47 | 32 |
| 1560 | 24/11/2006 | 47 | 33 |
| 1576 | 30/11/2006 | 47 | 33 |
| 1594 | 5/12/2006 | 47 | 34 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1866 | 5/12/2005 | 1 | 57 |
| 1110 | 29/8/2006 | 36 | 108 |
| 1403 e 1404 | 26/10/2006 | 47 | 34 e 35 |
| 1578 | 30/11/2006 | 47 | 35 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 795 | 14/6/2006 | 27 | 46 |
| 1111 | 29/8/2006 | 36 | 108 |
| **2ª SECEX** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | ½//2006 | 4 | 32 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 2 | 13/9/2006 | 335 | 73 |
| **2ª SECEX (cont.)** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 242 | 13/3/2006 | 9 | 38 |
| 348 e 350 | 4/4/2006 | 12 | 45 |
| 429 e 456 | 26/4/2006 | 16 | 44 e 45 |
| 287 | 21/3/2006 | 20 | 50 |
| 346 | 31/5/2006 | 20 | 51 |
| 755 | 7/6/2006 | 23 | 31 |
| 895 | 30/6/2006 | 25 | 74 |
| 1027 | 7/8/2006 | 32 | 43 |
| 1006 | 15/8/2006 | 32 | 44 |
| 1199 | 26/9/2006 | 37 | 40 |
| 1329 | 13/10/2006 | 40 | 50 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 188 | 2/3/2006 | 8 | 61 |
| 474 | 28/4/2006 | 16 | 45 |
| 475 | 28/4/2006 | 20 | 52 |
| 816 | 19/6/2006 | 23 | 32 |
| 976 | 14/7/2006 | 27 | 47 |
| 1596 | 5/12/2006 | 49 | 51 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 477 | 28/4/2006 | 18 | 28 |
| 818 | 19/6/2006 | 23 | 32 |
| 871 | 28/6/2006 | 25 | 74 |
| 994 | 24/7/2006 | 28 | 44 |
| 1517 | 10/11/2006 | 44 | 24 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 1/11/2006 | 44 | 25 |
| **3ª SECEX** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 122 | 14/2/2006 | 5 | 42 |
| 157 | 21/2/2006 | 6 | 25 |
| 207 e 208 | 7/3/2006 | 9 | 39 |
| 386 | 11/4/2006 | 14 | 49 |
| 470 | 28/4/2006 | 16 | 46 |
| 484 | 2/5/2006 | 16 | 46 |
| 579 e 580 | 17/5/2006 | 19 | 22 e 23 |
| 603 | 19/5/2006 | 19 | 23 |
| 653 e 661 | 25/5/2006 | 20 | 52 e 53 |
| 694 | 31/5/2006 | 20 | 53 |
| 697 | 1/6/2006 | 21 | 22 |
| 724 | 2/6/2006 | 21 | 23 |
| 824 | 20/6/2006 | 23 | 33 |
| 872 | 28/6/2006 | 26 | 43 |
| 889 | 30/6/2006 | 26 | 43 |
| | 1/8/2006 | 29 | 34 |
| 965 | 11/7/2006 | 26 | 44 |
| 1045 | 10/8/2006 | 31 | 53 |
| 1161 | 15/9/2006 | 36 | 109 |
| 1308 | 11/10/2006 | 39 | 36 |
| 1346 | 16/10/2006 | 40 | 51 |
| 1502 | 9/11/2006 | 45 | 40 |
| 1518 | 10/11/2006 | 45 | 41 |
| 1539 e 1541 | 17/11/2006 | 45 | 41 e 42 |
| 1561 | 24/11/2006 | 46 | 44 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 311 | 18/4/2006 | 14 | 50 |
| 568 | 16/5/2006 | 19 | 24 |
| 698, 699 e 701 | 1/6/2006 | 21 | 24 |
| 1221 | 4/10/2006 | 38 | 48 |
| 1232 | 6/10/2006 | 39 | 37 |
| 787 | 14/6/2006 | 22 | 40 |
| 801 | 16/6/2006 | 23 | 33 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 414 | 18/4/2006 | 14 | 50 |
| 712 | 1/6/2006 | 21 | 25 |
| 1021 | 4/8/2006 | 30 | 37 |
| 1222 | 4/10/2006 | 38 | 48 |
| 1233 | 6/10/2006 | 39 | 37 |
| **4ª SECEX** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 2/2/2006 | 3 | 64 |
| 4 | 19/10/2006 | 41 | 25 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 148 | 20/2/2006 | 9 | 40 |
| 235 | 10/3/2006 | 9 | 40 |
| 286 | 21/3/2006 | 10 | 32 |
| 344 | 4/4/2006 | 12 | 46 |
| 524 | 11/5/2006 | 18 | 29 |
| 552 | 12/5/2006 | 18 | 29 |
| 567 | 16/5/2006 | 18 | 30 |
| 743 | 6/6/2006 | 22 | 40 |
| | | 29 | 35 |
| 769 | 9/6/2006 | 29 | 35 |
| | | 36 | 110 |
| 963 | 11/7/2006 | 29 | 36 |
| | | 31 | 54 |
| 987 | 19/7/2006 | 29 | 36 |
| 1067 e 1068 | 16/8/2006 | 34 | 36 |
| 1114 | 30/8/2006 | 34 | 37 |
| | 12/9/2006 | 35 | 74 |
| 1127 | 1/9/2006 | 34 | 37 |
| 1153 | 12/9/2006 | 36 | 110 |
| 1211 | 2/10/2006 | 38 | 49 |
| 1223 e 1224 | 4/10/2006 | 39 | 38 e 39 |
| 1234 | 6/10/2006 | 39 | 39 |
| | | 40 | 51 |
| 1368 | 17/10/2006 | 40 | 52 |
| 1544 | 20/11/2006 | 4543 | |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 358 | 5/4/2006 | 14 | 51 |
| 556 | 12/5/2006 | 18 | 30 |
| 665 | 25/5/2006 | 20 | 54 |
| | | 36 | 111 |
| 1121 | 31/8/2006 | 34 | 38 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 1833 | 28/11/2005 | 2 | 28 |
| 359 | 5/4/2006 | 14 | 51 |
| **4ª SECEX** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório (cont.)** | | | |
| 418 | 18/4/2006 | 14 | 52 |
| 666 | 25/5/2006 | 20 | 54 |
| | | 36 | 111 |
| 783 | 13/6/2006 | 24 | 30 |
| 1122 | 31/8/2006 | 34 | 38 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 2 | 13/2/2006 | 5 | 42 |
| 3 | 15/2/2006 | 5 | 43 |
| **5ª SECEX** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 e 2 | 26/10/2006 | 42 | 42 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 399 | 12/4/2006 | 14 | 53 |
| 454 | 26/4/2006 | 16 | 47 |
| 641 | 24/5/2006 | 20 | 55 |
| 658 e 659 | 25/5/2006 | 20 | 55 e 56 |
| 752 e 758 | 7/6/2006 | 22 | 41 |
| 831 | 20/6/2006 | 23 | 34 |
| 869 | 28/6/2006 | 25 | 75 |
| 912 | 3/7/2006 | 25 | 75 |
| 949 | 10/7/2006 | 26 | 45 |
| 998 | 26/7/2006 | 29 | 37 |
| 1030 | 7/8/2006 | 30 | 38 |
| 1043 | 10/8/2006 | 31 | 54 |
| 1079 | 18/8/2006 | 32 | 45 |
| 1100 | 25/8/2006 | 33 | 58 |
| 1113 | 30/8/2006 | 34 | 39 |
| 1131 | 4/9/2006 | 34 | 39 |
| 1402 | 25/10/2006 | 42 | 43 |
| 1479,1482, 1484 e 1485 | 7/11/2006 | 44 | 26 e 27 |
| 1488, | 8/11/2006 | 44 | 27 a 29 |
| 1490,1491, 1493 e 1500 | | | |
| 1582 | 1/12/2006 | 48 | 83 |
| 1598 | 6/12/2006 | 48 | 83 |
| 1606 | 13/12/2006 | 49 | 52 |
| 1612 | 15/12/2006 | 49 | 52 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 297 | 3/4/2006 | 13 | 41 |
| 375 | 7/4/2006 | 14 | 53 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 298 | ¾/2006 | 13 | 41 |
| 1574 | 29/11/2006 | 47 | 36 |
| | | 49 | 53 |
| **6ª SECEX** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 276 | 17/3/2006 | 11 | 86 |
| 289 | 22/3/2006 | 15 | 43 |
| 561 | 12/5/2006 | 20 | 56 |
| 717 | 1/6/2006 | 23 | 34 |
| 909 | 30/6/2006 | 36 | 112 |
| 959 | 11/7/2006 | 26 | 45 |
| 1150 e 1157 | 13/9/2006 | 36 | 112 e 113 |
| 1183 | 21/9/2006 | 42 | 44 |
| 1204 | 28/9/2006 | 42 | 44 |
| 1344 | 16/10/2006 | 42 | 45 |
| 1383 | 20/10/2006 | 42 | 45 |
| **6ª SECEX** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 284 | 20/3/2006 | 11 | 86 |
| 317 | 29/3/2006 | 15 | 43 |
| 371 | 6/4/2006 | 15 | 44 |
| 373 | 7/4/2006 | 15 | 45 |
| 713 e 714 | 1/6/2006 | 23 | 35 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 374 | 7/4/2006 | 15 | 45 |
| 504 | ¾/2006 | 18 | 31 |
| 785 | 14/6/2006 | 23 | 36 |
| 930 | 6/7/2006 | 26 | 46 |
| 1385 | 20/10/2006 | 42 | 46 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Execução** | | | |
| 153 | 20/2/2006 | 11 | 87 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 6/2/2006 | 4 | 33 |
| 2 | 7/2/2006 | 4 | 33 |
| **SECEX-AC** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 9/1/2006 | 2 | 29 |
| 3 | 20/2/2006 | 9 | 41 |
| 4 | 17/3/2006 | 11 | 87 |
| 5 | 24/3/2006 | 11 | 88 |
| 6 | 3/3/2006 | 13 | 42 |
| 7 | 6/4/2006 | 13 | 42 |
| 8 | 18/4/2006 | 17 | 62 |
| 10 | 18/5/2006 | 21 | 25 |
| 11 | 23/5/2006 | 21 | 26 |
| 12 | 19/6/2006 | 24 | 31 |
| 13 | 29/6/2006 | 26 | 46 |
| 14 | 26/7/2006 | 30 | 38 |
| 15 | 28/8/2006 | 35 | 74 |
| 16 | 14/9/2006 | 37 | 41 |
| 17 | 20/9/2006 | 37 | 41 |
| 18 | 10/10/2006 | 41 | 25 |
| 19 | 6/10/2006 | 41 | 26 |
| 20 | 17/10/2006 | 41 | 26 |
| 21 | 18/10/2006 | 41 | 27 |
| 22 | 30/10/2006 | 44 | 30 |
| 23 a 25 | 06/11/2006 | 44 | 30 e 31 |
| 26 | 9/11/2006 | 44 | 31 |
| 27 | 12/12/2006 | 49 | 53 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 248 | 13/3/2006 | 11 | 88 |
| 307, 308 e 312 | 28/3/2006 | 13 | 43 e 44 |
| **SECEX-AC** | | | |
| **Portaria de Fiscalização (cont.)** | | | |
| 555 | 15/5/2006 | 21 | 26 |
| 734 | 5/6/2006 | 30 | 39 |
| 734 | 5/6/2006 | 24 | 31 |
| 934 | 6/7/2006 | 26 | 47 |
| 1285 | 10/10/2006 | 41 | 27 |
| 1463 | 6/11/2006 | 44 | 32 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 137 | 17/2/2006 | 9 | 41 |
| 1299 | 10/10/2006 | 41 | 28 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 140 | 17/2/2006 | 9 | 42 |
| 1300 | 13/10/2006 | 41 | 28 |
| **SECEX-AL** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 5 | ¾/2006 | 16 | 48 |
| 6 | 20/6/2006 | 24 | 33 |
| 8 | 11/8/2006 | 31 | 55 |
| 9 | 14/8/2006 | 31 | 55 |
| 12 | 9/11/2006 | 44 | 32 |
| 13 | 29/11/2006 | 47 | 37 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 68 e 69 | 3/2/2006 | 4 | 34 |
| 170 e 171 | 21/2/2006 | 8 | 61 e 62 |
| 236 | 10/3/2006 | 9 | 42 |
| 325 | 30/3/2006 | 12 | 46 |
| 325 | 13/3/2006 | 13 | 44 |
| 357 | 5/4/2006 | 13 | 45 |
| 451 | 25/4/2006 | 15 | 45 |
| 509 | 4/5/2006 | 17 | 62 |
| 784 | 13/6/2006 | 22 | 42 |
| 812 | 19/6/2006 | 23 | 36 |
| 911 | 3/7/2006 | 26 | 47 |
| 1231 | 6/10/2006 | 39 | 40 |
| 1298 | 10/10/2006 | 40 | 52 |
| 1337 e 1338 | 13/10/2006 | 40 | 53 e 54 |
| 1390 | 23/10/2006 | 41 | 29 |
| 1424 e 1425 | 27/10/2006 | 42 | 46 e 47 |
| 1476 | 7/11/2006 | 43 | 32 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 2 | ½/2006 | 4 | 35 |
| **SECEX-AM** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 30 e 31 | 8/11/2005 | 1 | 57 e 58 |
| 32 e 33 | 23/11/2005 | 1 | 58 |
| 34 | 30/11/2005 | 1 | 58 |
| 35 | 13/12/2005 | 1 | 59 |
| 36 | 15/12/2005 | 1 | 59 |
| 1 | 12/1/2006 | 19 | 24 |
| 2 | 13/1/2006 | 19 | 24 |
| 3 | 20/1/2006 | 19 | 25 |
| 4 | 8/2/2006 | 19 | 25 |
| 5 | 14/2/2006 | 19 | 26 |
| 6 e 7 | 8/3/2006 | 19 | 26 |
| 9 | 27/3/2006 | 19 | 27 |
| 10 e 11 | 10/4/2006 | 19 | 27 |
| 12 | 17/4/2006 | 19 | 28 |
| 13 | 20/4/2006 | 38 | 50 |
| 14 | 15/5/2006 | 38 | 50 |
| 16 e 17 | 17/5/2006 | 38 | 50 |
| 18 e 19 | 1/6/2006 | 38 | 51 |
| 20 | 16/6/2006 | 38 | 51 |
| 21 e 22 | 24/7/2006 | 38 | 51 e 52 |
| 23 | 3/8/2006 | 38 | 52 |
| 24 | 25/8/2006 | 38 | 52 |
| 25 | 12/9/2006 | 38 | 52 |
| 26 | 28/9/2006 | 44 | 33 |
| 27 a 29 | 3/11/2006 | 44 | 34 e 35 |
| 30 | 10/11/2006 | 44 | 35 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1839 | 30/11/2005 | 1 | 60 |
| 14 | 27/1/2006 | 19 | 29 |
| 89 | 6/2/2006 | 19 | 29 |
| 97 | 7/2/2006 | 19 | 30 |
| 313 | 27/3/2006 | 19 | 31 |
| 314 | 28/3/2006 | 19 | 32 |
| 364 | 5/4/2006 | 19 | 32 |
| 445 | 24/4/2006 | 19 | 33 |
| 633 | 22/5/2006 | 19 | 34 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 100 a 102 | 8/2/2006 | 19 | 34 e 35 |
| 631 | 22/5/2006 | 19 | 35 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 218, 223 e 224 | 8/3/2006 | 19 | 36 e 37 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 1/3/2006 | 19 | 38 |
| 3 | 12/9/2006 | 37 | 41 |
| **SECEX-AP** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 6 | 28/12/2005 | 1 | 60 |
| 1 e 2 | 17/1/2006 | 2 | 30 |
| 4 | 21/9/2006 | 37 | 45 |
| 5 | 10/11/2006 | 44 | 35 |
| 6 | 16/11/2006 | 45 | 44 |
| 7 | 29/11/2006 | 47 | 37 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 296 | 24/3/2006 | 12 | 47 |
| 460 | 27/4/2006 | 16 | 48 |
| 857 | 27/6/2006 | 24 | 33 |
| 966 | 11/7/2006 | 26 | 48 |
| 1214 | 2/10/2006 | 38 | 53 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 1398 | 24/10/2006 | 41 | 32 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 753 | 7/6/2006 | 22 | 43 |
| 1258 | 9/10/2006 | 40 | 55 |
| **SECEX-AP (cont.)** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1261 | 9/10/2006 | 40 | 55 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 2 | 1/11/2006 | 43 | 33 |
| **SECEX-BA** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 5/1/2006 | 18 | 31 |
| 2 | 13/1/2006 | 18 | 32 |
| 3 | 17/1/2006 | 18 | 32 |
| 4 e 5 | 9/2/2006 | 18 | 33 |
| 6 e 7 | 9/2/2006 | 8 | 63 e 64 |
| 8 e 9 | 14/2/2006 | 8 | 64 |
| 10 | 14/3/2006 | 13 | 45 |
| 11 | 4/3/2006 | 13 | 46 |
| 12 | 4/4/2006 | 13 | 46 |
| 13 e 14 | 2/5/2006 | 18 | 33 |
| 15 | 3/5/2006 | 18 | 34 |
| 16 | 8/5/2006 | 18 | 34 |
| 17 | 15/5/2006 | 30 | 40 |
| 18 e 19 | 23/5/2006 | 21 | 28 |
| 20 | 16/6/2006 | 30 | 40 |
| 21 | 17/7/2006 | 28 | 45 |
| 22 e 23 | 24/7/2006 | 28 | 45 e 46 |
| 24 | 29/8/2006 | 37 | 46 |
| 25 | 15/9/2006 | 37 | 46 |
| 27 | 27/9/2006 | 41 | 32 |
| 28 | 2/10/2006 | 41 | 33 |
| 29 e 30 | 9/11/2006 | 45 | 44 e 45 |
| 31 | 16/11/2006 | 45 | 45 |
| 31 | 16/11/2006 | 46 | 45 |
| | | 48 | 84 |
| 32 | 29/11/2006 | 48 | 84 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 447 | 22/4/2005 | 8 | 66 |
| 99 | 8/2/2006 | 8 | 64 |
| 265 | 30/3/2006 | 8 | 65 |
| 291 | 23/3/2006 | 13 | 47 |
| 299 | 27/3/2006 | 13 | 48 |
| 370 | 6/4/2006 | 14 | 54 |
| 389 | 11/4/2006 | 14 | 56 |
| 487 | 28/4/2006 | 18 | 35 |
| 537 | 8/5/2006 | 18 | 35 |
| 544 | 10/5/2006 | 18 | 36 |
| 1170 | 18/9/2006 | 37 | 47 |
| 595 e 600 | 19/5/2006 | 21 | 28 e 29 |
| 616 e 625 | 22/5/2006 | 21 | 30 e 31 |
| 636 | 23/5/2006 | 21 | 32 |
| 639 | 24/5/2006 | 21 | 33 |
| 729 | 30/5/2006 | 21 | 34 |
| 864 | 28/6/2006 | 28 | 46 |
| 1185 e 1195 | 25/9/2006 | 41 | 33 e 34 |
| 1274 e 1275 | 9/10/2006 | 41 | 35 |
| 1343 e 1348 | 16/10/2006 | 41 | 37 |
| 1378 | 19/10/2006 | 43 | 33 |
| 1387 | 20/10/2006 | 43 | 34 |
| 1422 | 30/10/2006 | 43 | 35 |
| 1501 | 9/11/2006 | 45 | 45 |
| 1565 | 26/11/2006 | 48 | 84 |
| 1585 | 4/12/2006 | 48 | 85 |
| 1607 | 13/12/2006 | 49 | 54 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1108 | 29/8/2006 | 37 | 47 |
| 1294 e 1295 | 10/10/2006 | 41 | 37 |
| 1374 | 18/10/2006 | 41 | 38 |
| 1480 e1483 | 7/11/2006 | 43 | 35 e 36 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1145 | 11/9/2006 | 37 | 47 |
| 1296 e 1297 | 10/10/2006 | 41 | 39 |
| 1375 | 18/10/2006 | 41 | 40 |
| 1481 | 7/11/2006 | 43 | 36 |
| 1538 | 17/11/2006 | 45 | 46 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 21/7/2006 | 28 | 47 |
| **SECEX-CE** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 42 a 45 | 28/11/2005 | 1 | 61 |
| 46 | 29/12/2005 | 1 | 62 |
| 1 | 20/1/2006 | 8 | 67 |
| 2 | 30/1/2006 | 8 | 67 |
| 3 | 7/2/2006 | 8 | 68 |
| 4 | 10/2/2006 | 8 | 69 |
| 5 e 6 | 13/2/2006 | 8 | 69 |
| 7 | 10/3/2006 | 11 | 88 |
| 8 e 9 | 13/3/2006 | 11 | 89 |
| 10 | 24/3/2006 | 11 | 90 |
| 11 | 29/3/2006 | 17 | 63 |
| 12 a 14 | 8/5/2006 | 24 | 34 |
| 15 | 5/6/2006 | 24 | 35 |
| 16 | 26/6/2006 | 27 | 48 |
| 17 | 6/7/2006 | 27 | 48 |
| 18 | 20/7/2006 | 37 | 48 |
| 19 | 21/7/2006 | 37 | 48 |
| 20 | 26/7/2006 | 37 | 49 |
| 21 | 25/8/2006 | 37 | 49 |
| 22 | 4/9/2006 | 37 | 49 |
| 23 | 11/9/2006 | 37 | 50 |
| 24 | 12/9/2006 | 37 | 50 |
| 25 | 18/9/2006 | 44 | 36 |
| 26 | 22/9/2006 | 44 | 36 |
| 27 | 16/10/2006 | 44 | 36 |
| 28 | 25/10/2006 | 49 | 55 |
| 29 | 25/10/2006 | 44 | 37 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 30 | 10/11/2006 | 44 | 37 |
| 31 | 16/11/2006 | 49 | 55 |
| 32 | 28/11/2006 | 47 | 37 |
| 33 | 4/12/2006 | 49 | 55 |
| 34 | 11/12/2006 | 49 | 56 |
| **SECEX-CE (cont.)** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1832 | 28/11/2005 | 1 | 62 |
| 1836 | 29/11/2005 | 1 | 63 |
| 1854 | 21/11/2005 | 1 | 63 |
| 1855 | 1/12/2005 | 1 | 64 |
| 1863 | 6/12/2005 | 1 | 65 |
| 1890 | 1/12/2005 | 1 | 65 |
| 206 | 7/3/2006 | 11 | 90 |
| 274 e 275 | 17/3/2006 | 11 | 90 e 91 |
| 280 | 20/3/2006 | 11 | 91 |
| 322 | 29/3/2006 | 17 | 63 |
| 355 | 5/4/2006 | 17 | 64 |
| 378 e 379 | 10/4/2006 | 17 | 65 |
| 410 | 17/4/2006 | 17 | 66 |
| 421 | 19/4/2006 | 17 | 66 |
| 453 | 26/4/2006 | 17 | 67 |
| 480 e 481, 488 | 2/5/2006 | 17 | 67 e 68 |
| 494 e 495 | 3/5/2006 | 17 | 69 e 70 |
| 585 | 16/5/2006 | 24 | 35 |
| 586 | 18/5/2006 | 24 | 36 |
| 599 | 19/5/2006 | 24 | 36 |
| 615 | 22/5/2006 | 24 | 37 |
| 654 e 655 | 23/5/2006 | 24 | 37 e 38 |
| 676 | 26/5/2005 | 24 | 38 |
| 682 | 30/5/2006 | 24 | 39 |
| 690 a 692 | 31/5/2006 | 24 | 39 a 41 |
| 721 | 2/6/2006 | 24 | 41 |
| 767 | 13/6/2006 | 24 | 42 |
| 808 | 19/6/2006 | 24 | 43 |
| 841 | 22/6/2006 | 27 | 48 |
| 845 | 26/6/2006 | 27 | 49 |
| 868 | 28/6/2006 | 27 | 50 |
| 917 e 924 | 3/7/2006 | 27 | 50 e 51 |
| 1098 | 25/8/2006 | 37 | 50 |
| 1132 | 4/9/2006 | 37 | 51 |
| 1146 e 1156 | 11/9/2006 | 37 | 52 |
| 1226 | 5/10/2006 | 44 | 38 |
| 1281 | 10/10/2006 | 44 | 38 |
| 1356 | 17/10/2006 | 44 | 39 |
| 1389 | 23/10/2006 | 44 | 40 |
| 1448 | 31/10/2006 | 44 | 40 |
| 1529, 1531, 1532 e 1533 | 14/11/2006 | 49 | 56 a 58 |
| 1551 | 22/11/2006 | 49 | 58 |
| 1577 | 29/11/2006 | 49 | 59 |
| 1579 | 30/11/2006 | 49 | 59 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1244,1246, 1249,1251 | 9/10/2006 | 44 | 41 e 42 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1245,1253 | 9/10/2006 | 44 | 43 |
| 1330,1331 | 13/10/2006 | 44 | 44 e 45 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 30/10/2006 | 44 | 45 |
| 2 | 9/11/2006 | 49 | 60 |
| 3 | 23/11/2006 | 19 | 60 |
| **SECEX-ES** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 23 | 26/12/2005 | 1 | 66 |
| 2 | 14/3/2006 | 13 | 49 |
| 3 | 15/3/2006 | 13 | 50 |
| 4 | 16/3/2006 | 13 | 51 |
| 5 | 24/3/2006 | 13 | 51 |
| 6 e 7 | 28/3/2006 | 13 | 52 e 53 |
| 8 | 25/5/2006 | 34 | 40 |
| 9 | 7/6/2006 | 34 | 41 |
| 10 | 29/6/2006 | 34 | 41 |
| 11 | 12/7/2006 | 34 | 42 |
| 12 | 9/8/2006 | 36 | 113 |
| 13 | 22/8/2006 | 36 | 114 |
| 14 | 6/10/2006 | 39 | 41 |
| 15 | 10/11/2006 | 44 | 45 |
| | | 47 | 38 |
| 16 e 17 | 30/11/206 | 47 | 38 e 39 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 40 e 41 | ½/2006 | 5 | 43 e 44 |
| 90 | 7/2/2006 | 5 | 45 |
| 173 | 22/2/2006 | 6 | 26 |
| 239 | 13/3/2006 | 10 | 33 |
| 457 | 26/4/2006 | 29 | 37 |
| 596 | 19/5/2006 | 29 | 38 |
| 679 | 30/5/2006 | 29 | 39 |
| 742 | 5/6/2006 | 36 | 115 |
| 989 | 19/7/2006 | 34 | 43 |
| 1007 e 1008 | 28/7/2006 | 34 | 43 e 44 |
| 1033 | 7/8/2006 | 39 | 41 |
| 1054 e 1056 | 14/8/2006 | 39 | 42 |
| 1073 | 17/8/2006 | 39 | 43 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 187 | 3/3/2006 | 34 | 44 |
| 209 | 6/3/2006 | 10 | 33 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 293 | 23/3/2006 | 13 | 54 |
| 372 | 7/4/2006 | 34 | 45 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 715 | 1/6/2006 | 29 | 40 |
| 819 | 19/6/2006 | 34 | 45 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 29/8/2006 | 34 | 46 |
| 2 | 4/10/2006 | 39 | 43 |
| **SECEX-GO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 3/2/2006 | 7 | 13 |
| 2 a 7 | 6/2/2006 | 7 | 14 a 16 |
| 8 | 6/3/2006 | 13 | 54 |
| 9 | 14/3/2006 | 13 | 55 |
| 10 | 18/4/2006 | 16 | 49 |
| 11 | 19/5/2006 | 21 | 35 |
| 12 e 13 | 2/6/2006 | 26 | 49 e 50 |
| 14 | 28/6/2006 | 26 | 50 |
| 15 | 5/6/2006 | 26 | 50 |
| 17 e 18 | 14/8/2006 | 39 | 44 e 45 |
| 16 | 3/8/2006 | 34 | 47 |
| 19 | 17/8/2006 | 34 | 48 |
| 20 | 1/9/2006 | 34 | 48 |
| 21 e 22 | 18/9/2006 | 39 | 46 e 47 |
| 23 e 24 | 25/10/2006 | 42 | 48 e 49 |
| 25 | 3/11/2006 | 47 | 39 |
| 26 e 27 | 10/11/2006 | 47 | 40 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 17 e 18 | 14/8/2006 | 34 | 48 e 49 |
| 26 a 28 | 31/1/2006 | 7 | 16 a 18 |
| 152 | 20/2/2006 | 7 | 19 |
| 172 | 22/2/2006 | 7 | 20 |
| 282 | 20/3/2006 | 13 | 55 |
| 406 | 17/4/2006 | 16 | 49 |
| 443 | 25/4/2006 | 16 | 50 |
| 551 | 12/5/2006 | 21 | 35 |
| 569 | 16/5/2006 | 21 | 36 |
| 683 | 30/5/2006 | 21 | 36 |
| 790 | 14/6/2006 | 26 | 51 |
| 826 | 20/6/2006 | 26 | 51 |
| 1095 | 24/8/2006 | 42 | 49 |
| 1133 | 4/9/2006 | 34 | 50 |
| 1136 | 4/9/2006 | 39 | 47 |
| 1147 e 1148 | 11/9/2006 | 39 | 48 e 49 |
| 1208 | 28/9/2006 | 39 | 49 |
| 1311, 1317 e 1319 | 11/10/2006 | 42 | 50 e 51 |
| 1327 | 4/9/2006 | 42 | 52 |
| 1464 | 6/11/2006 | 47 | 40 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1265 | 9/10/2006 | 42 | 53 |
| 1416 | 23/10/2006 | 47 | 41 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1267 | 9/10/2006 | 42 | 54 |
| 1417 | 30/11/2006 | 47 | 41 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 3 | 30/8/2006 | 34 | 51 |
| **SECEX-MA** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 3 | 6/9/2006 | 36 | 116 |
| 7 | 10/11/2006 | 45 | 47 |
| 8 | 14/11/2006 | 45 | 49 |
| 9 | 16/11/2006 | 45 | 48 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 105 e 106 | 9/2/2006 | 13 | 56 e 57 |
| 108 e 109 | 10/2//2006 | 13 | 58 e 59 |
| 118 e 119 | 13/2/2006 | 13 | 60 |
| 216 | 8/3/2006 | 13 | 60 |
| 310 e 311 | 28/3/2006 | 13 | 61 e 62 |
| 528 | 5/5/2006 | 36 | 117 |
| 531 | 7/3/2006 | 36 | 118 |
| 1166 e 1167 | 18/9/2006 | 45 | 48 e 49 |
| 1313 | 11/10/2006 | 45 | 50 |
| 1420 | 30/10/2006 | 45 | 51 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 330 | 31/3/2006 | 13 | 62 |
| 827 a 829 | 20/6/2006 | 36 | 118 e 119 |
| 1351 | 16/10/2006 | 45 | 52 |
| 1519+ | 13/11/2006 | 45 | 52 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 8 | 23/1/2006 | 13 | 63 |
| 527 | 8/5/2006 | 36 | 120 |
| 985 | 19/7/2006 | 36 | 121 |
| 1117 e 1118 | 31/8/2006 | 36 | 123 |
| 1475 | 7/11/2006 | 45 | 53 |
| 1520 | 13/11/2006 | 45 | 53 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 30/8/2006 | 35 | 75 |
| **SECEX-MG** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 3 e 4 | 3/2/2006 | 5 | 45 e 46 |
| 5 | 7/2/2006 | 5 | 46 |
| 11 | 6/2/2006 | 17 | 70 |
| 13 | 7/3/2006 | 9 | 43 |
| 14 | 7/3/2006 | 9 | 43 |
| 16 e 17 | 4/4/2006 | 13 | 63 e 64 |
| 18 | 11/4/2006 | 17 | 71 |
| 19 | 18/4/2006 | 17 | 71 |
| 20 e 21 | 19/4/2006 | 17 | 72 |
| 22 e 23 | 25/4/2006 | 17 | 72 e 73 |
| 24 e 25 | 3/5/2006 | 18 | 36 e 37 |
| 26 | 9/5/2006 | 24 | 43 |
| 27 | 11/5/2006 | 24 | 44 |
| 28 | 22/5/2006 | 24 | 44 |
| 29 | 5/6/2006 | 24 | 44 |
| 30 | 6/6/2006 | 24 | 45 |
| | | 35 Republicação | 75 |
| 31 | 6/6/2006 | 24 | 45 |
| | | 30 Republicação | 41 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 32 e 33 | 21/6/2006 | 24 | 46 |
| 34 | 24/7/2006 | 35 | 76 |
| 35 | 25/7/2006 | 35 | 76 |
| 36 | 26/7/2006 | 35 | 76 |
| 37 | 3/8/2006 | 35 | 77 |
| 38 e 39 | 20/8/2006 | 35 | 77 e 78 |
| **SECEX-MG (cont.)** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 40 e 41 | 21/8/2006 | 36 | 125 |
| 42 | 6/9/2006 | 36 | 125 |
| 44 e 45 | 20/9/2006 | 44 | 46 |
| 46 | 19/10/2006 | 44 | 47 |
| 47 e 48 | 24/10/2006 | 44 | 47 |
| 49 | 3/11/2006 | 44 | 47 |
| 50 | 10/11/2006 | 45 | 54 |
| 51 e 52 | 24/11/2006 | 47 | 42 |
| 53 | 24/11/2006 | 46 | 45 |
| 54 e 55 | 27/11/2006 | 47 | 43 |
| 57 | 18/12/2006 | 49 | 61 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 74 e 84 | 3/2/2006 | 5 | 46 e 47 |
| 85 | 6/2/2006 | 5 | 48 |
| 247, 250 e 251 | 14/3/2006 | 10 | 35 e 36 |
| 365 | 5/4/2006 | 13 | 64 |
| 419 e 420 | 17/4/2006 | 17 | 73 |
| 425 | 18/4/2006 | 17 | 74 |
| 431 | 19/4/2006 | 17 | 75 |
| 510 | 3/5/2006 | 18 | 37 |
| 532 | 25/4/2006 | 18 | 38 |
| 533 | 8/5/2006 | 24 | 46 |
| 703 | 31/5/2006 | 24 | 47 |
| 708 | 1/6/2006 | 24 | 48 |
| | | 49 Republicada | 61 |
| 720 | 2/6/2006 | 24 | 49 |
| | | 49 Republicada | 62 |
| 975 | 14/7/2006 | 35 | 78 |
| 1369 | 18/10/2006 | 41 | 40 |
| 1426 | 30/10/2006 | 44 | 48 |
| 1428 | 31/10/2006 | 44 | 49 |
| 1429 | 30/10/2006 | 44 | 50 |
| | | 47 | 43 |
| 1431 | 31/10/2006 | 44 | 51 |
| 1530 | 13/11/2006 | 47 | 45 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 20 | 30/1/2006 | 49 | 64 |
| 434 | 24/4/2006 | 17 | 76 |
| 771 | 9/6/2006 | 24 | 50 |
| 1024 | 31/7/2006 | 35 | 79 |
| 1036 | 8/8/2006 | 35 | 79 |
| 1116 | 18/8/2006 | 36 | 126 |
| 1155 | 12/9/2006 | 36 | 126 |
| 1361 | 17/10/2006 | 41 | 41 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 29 | 31/1/2006 | 49 | 64 |
| 203, 204 e 225 | 7/3/2006 | 9 | 44 a 46 |
| 249 | 14/3/2006 | 10 | 37 |
| | | 11 Republicação | 92 |
| 424 | 19/4/2006 | 17 | 76 |
| 473 | 28/4/2006 | 18 | 40 |
| 833 | 20/6/2006 | 24 | 50 |
| 1082 | 18/8/2006 | 35 | 79 |
| 1362 | 17/10/2006 | 41 | 41 |
| 1498 | 8/11/2006 | 44 | 52 |
| 1498 | 8/11/2006 | 47 | 45 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 9 | 28/9/2006 | 39 | 50 |
| **SECEX-MS** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 3/2/2006 | 6 | 27 |
| 1 e 2 | 30/3/2006 | 12 | 48 |
| 36 | 17/5/2006 | 21 | 37 |
| | | 24 | 52 |
| 37 | 25/5/2006 | 21 | 37 |
| | | 24 | 52 |
| 38 | 26/6/2006 | 24 | 52 |
| 39 | 23/6/2006 | 24 | 53 |
| 40 | 21/7/2006 | 28 | 47 |
| 41 | 1/8/2006 | 29 | 43 |
| 42 | 16/8/2006 | 32 | 45 |
| 43 | 18/8/2006 | 33 | 59 |
| 44 | 12/9/2006 | 35 | 80 |
| 45 | 22/9/2006 | 37 | 53 |
| 46 | 20/10/2006 | 41 | 42 |
| 47 | 24/10/2006 | 41 | 43 |
| 48 | 9/11/2006 | 44 | 54 |
| 50 | 7/12/2006 | 48 | 86 |
| 51 | 15/12/2006 | 49 | 65 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 80 | 3/2/2006 | 5 | 49 |
| 80 | 3/2/2006 | 6 | 28 |
| 98 | 7/2/2006 | 6 | 28 |
| 198 | 6/3/2006 | 9 | 46 |
| 258 e 263 | 15/3/2006 | 10 | 47 e 48 |
| 285 | 21/3/2006 | 10 | 48 |
| 499 | 3/5/2006 | 17 | 77 |
| 668 | 25/5/2006 | 21 | 37 |
| 804 | 16/6/2006 | 23 | 37 |
| 668 | 25/5/2006 | 24 | 53 |
| 804 | 16/6/2006 | 28 | 48 |
| 996 | 20/7/2006 | 28 | 48 |
| 1044 | 10/8/2006 | 32 | 45 |
| 1046 | 11/8/2006 | 32 | 46 |
| 1059 | 14/8/2006 | 32 | 47 |
| 1085 | 21/8/2006 | 33 | 60 |
| 1162 | 15/9/2006 | 36 | 127 |
| 1190 | 22/9/2006 | 37 | 53 |
| 1339 | 13/10/2006 | 41 | 43 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 1562 | 4/12/2006 | 46 | 45 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 30 | 31/1/2006 | 3 | 64 |
| 1239 | 6/10/2006 | 39 | 50 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1240 | 6/10/2006 | 39 | 51 |
| **SECEX-MT** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 e 2 | 23/1/2006 | 38 | 53 e 54 |
| 3 | 13/2/2006 | 38 | 54 |
| 4 e 5 | 7/3/2006 | 38 | 54 e 55 |
| 6 | 15/3/2006 | 10 | 38 |
| 7 | 21/3/2006 | 10 | 39 |
| 8 | 6/4/2006 | 13 | 65 |
| 9 | 26/4/2006 | 16 | 51 |
| 10 | 18/5/2006 | 19 | 38 |
| 11 | 22/5/2006 | 19 | 39 |
| 12 | 23/5/2006 | 38 | 55 |
| 13 | 2/6/2006 | 21 | 38 |
| 14 | 9/6/2006 | 23 | 39 |
| 15 | 14/6/2006 | 23 | 39 |
| 16 | 21/6/2006 | 23 | 40 |
| 17 | 22/6/2006 | 25 | 76 |
| 18 | 27/6/2006 | 24 | 54 |
| | | 25 | 76 |
| 19 | 6/7/2006 | 26 | 52 |
| 20 | 10/7/2006 | 26 | 53 |
| 21 | 19/7/2006 | 38 | 55 |
| 22 | 26/7/2006 | 28 | 49 |
| 23 | 10/8/2006 | 32 | 47 |
| 24 | 11/9/2006 | 35 | 81 |
| 25 | 6/10/2006 | 39 | 51 |
| | | 43 | 37 |
| 26 | 18/10/2006 | 42 | 55 |
| 27 e 28 | 6/11/2006 | 44 | 54 |
| 30 | 9/11/2006 | 44 | 55 |
| 31 | 22/11/2006 | 49 | 66 |
| 32 | 1/12/2006 | 49 | 66 |
| 33 | 8/11/2006 | 49 | 66 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 336 e 337 | 31/3/2006 | 12 | 49 e 50 |
| 381 | 10/4/2006 | 13 | 66 |
| 413 | 24/4/2006 | 15 | 46 |
| 417 | 17/4/2006 | 17 | 77 |
| 1301 | 10/10/2006 | 39 | 52 |
| 1316 1318,1321 e 1322 | 11/10/2006 | 40 | 56 a 58 |
| 1324 | 11/10/2006 | 40 | 58 |
| | | 42 | 55 |
| 1397 e 1399 | 24/10/2006 | 42 | 56 e 57 |
| 1427 | 31/10/2006 | 42 | 58 |
| 1458 | 13/11/2006 | 43 | 38 |
| 1549 | 21/11/2006 | 45 | 54 |
| 1584 | 4/12/2006 | 47 | 47 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 27/3/2006 | 11 | 93 |
| 2 | 27/3/2006 | 11 | 95 |
| | | 12 Republicação | 51 |
| 3 | 6/7/2006 | 26 | 54 |
| 4 | 9/10/2006 | 39 | 52 |
| **SECEX-PA** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 18/1/2006 | 20 | 57 |
| 2 e 3 | 26/4/2006 | 20 | 57 e 58 |
| 4 | 5/5/2006 | 20 | 58 |
| 5 | 16/5/2006 | 20 | 59 |
| 6 | 30/5/2006 | 20 | 60 |
| 8 | 19/7/2006 | 30 | 41 |
| | | 33 Republicação | 60 |
| | | 36 Republicação | 128 |
| 9 | 23/8/2006 | 33 | 61 |
| 10 | 5/9/2006 | 34 | 53 |
| 11 | 20/9/2006 | 36 | 128 |
| 12 | 4/10/2006 | 38 | 56 |
| 16 | 31/10/2006 | 46 | 46 |
| 17 e 18 | 8/11/2006 | 46 | 47 |
| 19 | 10/11/2006 | 44 | 55 |
| 20 | 30/11/2006 | 47 | 48 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 231 | 10/3/2006 | 14 | 56 |
| 610 | 22/5/2006 | 22 | 43 |
| 1325 | 11/10/2006 | 46 | 47 |
| 1333 a 1335 | 13/10/2006 | 46 | 48 e 49 |
| 1535 | 14/11/2006 | 46 | 49 |
| 1568 | 27/11/2006 | 46 | 50 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 448 e 449 | 25/4/2006 | 22 | 44 |
| 1336 | 13/10/2006 | 46 | 51 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1725 | 8/11/2005 | 49 | 67 |
| 478 e 479 | 28/4/2006 | 22 | 45 |
| 1459 | 3/11/2006 | 46 | 51 |
| **SECEX-PB** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 18/1/2006 | 4 | 36 |
| 2 | 2/3/2006 | 8 | 70 |
| 3 | 31/5/2006 | 14 | 57 |
| 4 | 10/4/2006 | 14 | 58 |
| 5 | 12/5/2006 | 18 | 41 |
| 6 | 22/5/2006 | 21 | 38 |
| 8 | 19/6/2006 | 23 | 40 |
| 9 | 8/8/2006 | 30 | 42 |
| 10 | 24/8/2006 | 33 | 61 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 11 | 21/9/2006 | 37 | 53 |
| 12 | 2/10/2006 | 38 | 56 |
| 13 | 9/10/2006 | 40 | 58 |
| 14 | 16/10/2006 | 40 | 59 |
| 15 | 30/10/2006 | 43 | 38 |
| 16 | 9/11/2006 | 46 | 52 |
| 17 | 17/11/2006 | 46 | 53 |
| **SECEX-PB** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 18 | 28/11/2006 | 46 | 53 |
| 19 | 29/11/2006 | 47 | 48 |
| 20 | 1/122006 | 47 | 49 |
| 21 | 4/12/200 | 47 | 49 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 31 | 31/1/2006 | 4 | 36 |
| 898 | 30/6/2006 | 26 | 55 |
| 1018 | 3/8/2006 | 30 | 42 |
| 1469 | 6/11/2006 | 43 | 39 |
| 1470 | 7/11/2006 | 43 | 39 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 196 | 6/3/2006 | 9 | 47 |
| 295 | 24/3/2006 | 12 | 52 |
| 846 | 26/6/2006 | 26 | 55 |
| 866 | 28/6/2006 | 26 | 56 |
| 1270 | 9/10/2006 | 40 | 49 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 253 | 14/3/2006 | 10 | 39 |
| 393 | 12/4/2006 | 15 | 48 |
| 505 | 4/5/2006 | 17 | 78 |
| 858 | 27/6/2006 | 26 | 56 |
| 1029 | 7/8/2006 | 30 | 43 |
| 1124 | 28/8/2006 | 36 | 128 |
| 1433 | 18/10/2006 | 43 | 40 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento, Execução e Relatório** | | | |
| 260 e 262 | 15/3/2006 | 10 | 40 a 42 |
| 319 | 29/3/2006 | 13 | 68 e 69 |
| 320 | 29/3/2006 | 13 | 69 |
| | | 15 Republicação | 47 |
| 981 | 17/7/2006 | 28 | 49 |
| 1042 | 7/8/2006 | 31 | 56 |
| 1305 | 11/10/2006 | 40 | 60 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 2 | 19/7/2006 | 27 | 52 |
| **SECEX-PE** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 23 | 15/12/2005 | 1 | 67 |
| 1 | 20/1/2006 | 2 | 31 |
| 2 | 31/1/2006 | 7 | 21 |
| 3 | 20/2/2006 | 9 | 48 |
| 4 | 27/3/2006 | 13 | 70 |
| 5 | 27/4/2006 | 18 | 41 |
| 6 | 2/5/2006 | 18 | 41 |
| 7 | 9/5/2006 | 18 | 42 |
| 8 | 11/5/2006 | 18 | 42 |
| 9 | 18/5/2006 | 20 | 61 |
| 10 | 29/5/2006 | 20 | 62 |
| 11 | 31/5/2006 | 21 | 39 |
| 12 | 2/6/2006 | 21 | 40 |
| 13 | 2/6/2006 | 21 | 40 |
| 14 | 22/6/2006 | 24 | 54 |
| 15 | 26/6/2006 | 24 | 55 |
| 16 | 17/7/2006 | 29 | 45 |
| 17 | 31/7/2006 | 30 | 45 |
| | | 33 | 62 |
| 18 | 3/8/2006 | 30 | 45 |
| | | 33 | 62 |
| 19 | 28/8/2006 | 33 | 62 |
| 20 e 21 | 31/8/2006 | 38 | 57 e 58 |
| 22 | 9/10/2006 | 41 | 44 |
| 23 | 18/10/2006 | 41 | 44 |
| 24 e 25 | 9/11/2006 | 44 | 56 e 56 |
| 26 | 24/11/2006 | 46 | 53 |
| 27 | 15/12/2006 | 49 | 68 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1 | 19/1/2006 | 2 | 31 |
| 77 e 78 | 3/2/2006 | 7 | 21 e 22 |
| 132 | 15/2/2006 | 7 | 23 |
| 300 | 27/3/2006 | 13 | 70 |
| 471 | 28/4/3006 | 18 | 43 |
| 501 | 3/5/2006 | 18 | 44 |
| 548 | 11/5/2006 | 18 | 45 |
| | | 24 Republicação | 55 |
| 667 e 672 | 26/5/2006 | 20 | 62 |
| 754 | 7/6/2006 | 21 | 41 |
| 782 | 13/6/2006 | 24 | 56 |
| 825 | 20/6/2006 | 24 | 57 |
| 854 | 26/6/2006 | 24 | 57 |
| 880 | 29/6/2006 | 26 | 57 |
| 910 | 3/7/2006 | 26 | 58 |
| 941 | 10/7/2006 | 26 | 58 |
| 967 | 12/7/2006 | 26 | 59 |
| 992 | 21/7/2006 | 29 | 45 |
| 1014 | 1/8/2006 | 29 | 46 |
| 1096 | 24/8/2006 | 33 | 63 |
| 1097 | 25/8/2006 | 33 | 63 |
| 1182 | 20/9/2006 | 38 | 58 |
| 1203 | 28/9/2006 | 38 | 59 |
| 1237 e 1241 | 6/10/2006 | 41 | 45 |
| 1352 | 16/10/2006 | 41 | 46 |
| 1401 | 25/10/2006 | 44 | 56 |
| 1468 e 1487 | 7/11/2006 | 44 | 56 e 57 |
| 1523 | 13/11/2006 | 44 | 57 |
| 1563 e 1564 | 24/11/2006 | 49 | 68 e 69 |

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1364 | 17/10/2006 | 41 | 47 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1376 | 19/10/2006 | 41 | 48 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 2 | 31/8/2006 | 38 | 59 |
| **SECEX-PI** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 31/3/2006 | 21 | 44 |
| 2 | 25/4/2006 | 21 | 44 |
| 3 | 16/3/2006 | 21 | 44 |
| 4 | 14/7/2006 | 34 | 53 |
| 5 | 24/8/2006 | 34 | 54 |
| 6 | 1/9/2006 | 34 | 54 |
| 7 | 20/10/2006 | 41 | 48 |
| 9 | 9/11/2006 | 45 | 55 |
| 10 | 30/11/2006 | 49 | 69 |
| 11 | 18/12/2006 | 49 | 70 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 249 | 28/3/2005 | 21 | 42 |
| 692 | 20/5/2005 | 21 | 42 |
| 81 | 3/2/2006 | 6 | 29 |
| 134 | 15/2/2006 | 6 | 30 |
| 135 | 16/2/2006 | 6 | 30 |
| 430 | 18/4/2006 | 21 | 45 |
| 468 | 27/4/2006 | 21 | 45 |
| 584 e 589 | 18/5/2006 | 19 | 40 |
| 719 | 2/6/2006 | 21 | 46 |
| 746 | 6/6/2006 | 21 | 46 |
| | | 36 | 130 |
| 873 | 28/6/2006 | 25 | 77 |
| 1205 | 28/9/2006 | 40 | 60 |
| | | 41 | 49 |
| 1228 | 5/10/2006 | 40 | 61 |
| | | 41 | 49 |
| 1323 | 11/10/2006 | 40 | 62 |
| | | 41 | 51 |
| 1386 | 20/10/2006 | 41 | 51 |
| 1489 | 8/11/2006 | 44 | 58 |
| 1592 e 1593 | 4/12/2006 | 47 | 50 e 51 |
| **SECEX-PI** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 558 | 12/5/2006 | 19 | 41 |
| 564 | 15/5/2006 | 19 | 41 |
| 587 | 18/5/2006 | 19 | 41 |
| 608 | 1/6/2006 | 21 | 47 |
| 628 | 23/5/2006 | 20 | 63 |
| 1444 e 1446 | 1/11/2006 | 44 | 59 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 584 | 9/5/2005 | 21 | 43 |
| 1311 | 1/9/2005 | 21 | 43 |
| 629 | 23/5/2006 | 20 | 64 |
| 702 | 1/6/2006 | 21 | 47 |
| 741 | 5/6/2006 | 21 | 48 |
| 798 | 16/6/2006 | 23 | 40 |
| 995 | 24/7/2006 | 30 | 45 |
| 1525 e 1526 | 13/11/2006 | 45 | 55 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 3/5/2006 | 41 | 52 |
| 3 e 4 e 5 | 9/10/2006 | 41 | 56 |
| 9 | 20/10/2006 | 41 | 58 |
| **SECEX-PR** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 e 2 | ½/2006 | 6 | 31 e 32 |
| 3 | 6/2/2006 | 6 | 32 |
| 4 e 5 | 10/3/2006 | 9 | 49 |
| 6 e 7 | 23/3/2006 | 11 | 95 e 96 |
| 8 e 9 | 10/4/2006 | 14 | 58 |
| 10 | 11/4/2006 | 14 | 59 |
| 11 | 26/4/2006 | 16 | 51 |
| 12 e 13 | 8/5/2006 | 18 | 46 |
| 14 e 15 | 12/6/2006 | 22 | 47 e 48 |
| 16 | 30/6/2006 | 26 | 60 |
| 17 | 6/7/2006 | 26 | 60 |
| 18 | 30/1/2006 | 6 | 32 |
| | 6/8/2006 | 35 | 81 |
| 19 | 30/1/2206 | 6 | 33 |
| | 21/8/2006 | 35 | 82 |
| 20 | 5/9/2006 | 35 | 82 |
| 21 | 5/9/2006 | 38 | 60 |
| 22 | 4/10/2006 | 39 | 54 |
| 23 | 5/10/2006 | 39 | 54 |
| 24 | 6/11/2006 | 43 | 41 |
| 25 a 27 | 7/11/2006 | 43 | 41 |
| 28 | 16/11/2006 | 47 | 52 |
| 29 | 5/12/2006 | 47 | 52 |
| 30 | 18/12/2006 | 49 | 70 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 32 | 31/1/2006 | 6 | 24 |
| 145 | 17/2/2006 | 6 | 35 |
| 174 | 23/2/2006 | 8 | 70 |
| 306, 309, 323 e 329 | 28/3/2006 | 12 | 52 a 54 |
| 362 e 363 | 5/4/2006 | 13 | 71 |
| 426 | 20/4/2006 | 16 | 52 |
| 463 | 27/4/2006 | 17 | 80 |
| 506 | 8/5/2006 | 17 | 80 |
| 575 | 16/5/2006 | 18 | 47 |
| 583 | 17/5/2006 | 19 | 42 |
| 593 | 18/5/2006 | 19 | 43 |
| 606 e 607 | 22/5/2006 | 19 | 43 e 44 |
| 671 | 26/5/2006 | 20 | 64 |
| 735 | 5/6/2006 | 22 | 49 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 780 | 22/6/2006 | 24 | 58 |
| 793 | 19/6/2006 | 24 | 59 |
| 950 | 10/7/2007 | 26 | 60 |
| 1013 | 10/7/2006 | 35 | 83 |
| 1310 | 11/10/2006 | 40 | 63 |
| 1345 | 18/10/2006 | 41 | 58 |
| 1434 | 31/10/2006 | 43 | 42 |
| **SECEX-PR** | | | |
| **Portaria de Fiscalização (cont.)** | | | |
| 1371 | 24/10/2006 | 44 | 60 |
| 1432 e1436 | 31/10/2006 | 44 | 61 e 62 |
| 1499 | 8/11/2006 | 44 | 63 |
| 1543 | 20/11/2006 | 47 | 52 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1004 | 28/7/2006 | 35 | 84 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1128 | 5/9/2006 | 35 | 84 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | Maio/2006 | 17 | 81 |
| 1 | 11/5/2006 | 18 | 48 |
| 2 | 12/6/2006 | 22 | 49 |
| 3 | 19/6/2006 | 24 | 59 |
| 4 | 26/10/2006 | 43 | 43 |
| **SECEX-RJ** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 54 | 26/12/2005 | 1 | 68 |
| 1 | 5/1/2006 | 9 | 49 |
| 2 | 18/1/2006 | 9 | 50 |
| 3 | 19/1/2006 | 9 | 50 |
| 4 | 25/1/2006 | 9 | 50 |
| 5 | 25/1/2006 | 4 | 37 |
| 6 e 7 | ½/2006 | 4 | 38 |
| 8 | 7/2/2006 | 8 | 71 |
| 9 | 21/2/2006 | 8 | 71 |
| 10 e 11 | 6/3/2006 | 8 | 72 |
| 12 | ¾/2006 | 13 | 72 |
| 12-A | 24/3/2006 | 13 | 72 |
| 13 | ¾/2006 | 13 | 73 |
| 14 | 25/4/2006 | 17 | 82 |
| 15 e 16 | 2/5/2006 | 20 | 65 |
| 17 e 18 | 19/5/2006 | 20 | 65 e 66 |
| 19 | 22/5/2006 | 20 | 67 |
| 20 e 21 | 1/6/2006 | 21 | 49 |
| 22 | 30/6/2006 | 26 | 61 |
| 28 | 17/8/2006 | 34 | 55 |
| 29 e 30 | 1/9/2006 | 34 | 55 e 56 |
| 31 | 8/9/2006 | 37 | 54 |
| | | 39 Republicação | 55 |
| 32 | 14/9/2006 | 37 | 55 |
| 33 | 21/9/2006 | 37 | 55 |
| 24 e 35 | 3/10/2006 | 39 | 56 |
| 36 | 24/10/2006 | 41 | 59 |
| 37 | 16/10/2006 | 42 | 58 |
| 38 e 39 | 1/11/2006 | 44 | 65 |
| 40 | 3/11/2006 | 44 | 65 |
| 42 | 17/11/2006 | 47 | 53 |
| 43 | 22/11/2006 | 47 | 54 |
| 44 | 27/11/2006 | 47 | 54 |
| 45 e 46 | 1/12/2006 | 47 | 55 |
| 47 | 7/12/2006 | 49 | 71 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 16 e 17 | 30/1/2006 | 5 | 50 e 51 |
| 16 e 17 | 31/1/2006 | 8 | 72 e 73 |
| 124 | 14/2/2006 | 8 | 74 |
| 126 | 13/2/2006 | 8 | 75 |
| 161 a 169 | 2/2/2006 | 10 | 43 a 47 |
| 288 | 21/3/2006 | 11 | 96 |
| 240 | 10/3/2006 | 13 | 74 |
| 400 e 401 | ¾/2006 | 14 | 59 |
| 412 | 18/4/2006 | 17 | 82 |
| 482 | 10/5/2006 | 21 | 49 |
| 545 | 10/5/2006 | 20 | 67 |
| 627, 630 e | 23/5/2006 | 20 | 68 e 69 |
| 632 | | | |
| 640 | 19/5/2006 | 20 | 70 |
| 657 | 25/5/2006 | 20 | 70 |
| 673 e 674 | 26/5/2006 | 21 | 50 |
| 747 | 5/6/2006 | 26 | 62 |
| 843 | 23/6/2006 | 26 | 62 |
| 876 e 878 | 28/6/2006 | 26 | 63 |
| 879 | 29/6/2006 | 26 | 63 |
| 901 e 906 a 908 | 30/6/2006 | 26 | 64 e 65 |
| 960 e 961 | 11/7/2006 | 30 | 46 e 47 |
| 1050 | 10/8/2006 | 34 | 56 |
| 1058,1064 e 1075 | 14/8/2006 | 34 | 56 e 57 |
| 1077 | 17/8/2006 | 34 | 58 |
| 1105 | 24/8/2006 | 34 | 58 |
| 1137 e 1141 | 4/9/2006 | 37 | 56 |
| 1158 e 1171 | 11/9/2006 | 37 | 57 |
| 1178 | 21/9/2006 | 38 | 60 |
| 1201 e 1202 | 27/9/2006 | 38 | 60 e 61 |
| 1220 | 2/10/2006 | 39 | 56 |
| 1304 | 11/10/2006 | 47 | 55 |
| 1394 | 23/10/2006 | 42 | 59 |
| 1411 | 27/10/2006 | 42 | 59 |
| 1413 | 30/10/2006 | 42 | 60 |
| 1229 | 4/10/2006 | 41 | 59 |
| 1370 | 18/10/2006 | 41 | 60 |
| 1467 | 13/11/2006 | 47 | 56 |
| 1471 a 1474 1486 | 7/11/2006 | 44 | 66 e 67 |
| 1516 e 1521 | 13/11/2006 | 47 | 57 |
| 1542 | 14/11/2006 | 47 | 58 |
| 1552 e | 22/11/2006 | 47 | 59 e 60 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 1553 | | | |
| 1590 | 4/12/2006 | 49 | 71 |
| 1595 | 5/12/2006 | 49 | 71 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 95 | 7/2/2006 | 8 | 75 |
| 447 | 24/4/2006 | 17 | 83 |
| 462 | 27/4/2006 | 20 | 71 |
| 549 | 11/5/2006 | 20 | 71 |
| **SECEX-RJ** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento (cont.)** | | | |
| 643 | 24/5/2006 | 20 | 72 |
| 756 | 5/6/2006 | 26 | 65 |
| 877 | 30/6/2006 | 26 | 66 |
| 900 e 902 | 30/6/2006 | 26 | 66 e 67 |
| 904 | 3/7/2006 | 26 | 67 |
| 14 e 1438 | 31/10/2006 | 44 | 68 e 69 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 96 | 7/2/2006 | 8 | 76 |
| 656 | 25/5/2006 | 20 | 72 |
| 781 | 13/6/2006 | 26 | 68 |
| 838 | 22/6/2006 | 26 | 68 |
| 928 e 935 | 7/7/2006 | 26 | 69 |
| 955 | 11/7/2006 | 30 | 47 |
| 978 e 1028 | 10/7/2006 | 34 | 59 |
| 1477 e 1478 | 7/11/2006 | 44 | 69 e 70 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 9/2/2006 | 8 | 76 |
| 2 | 8/3/2006 | 11 | 97 |
| 3 | ¾/2006 | 14 | 60 |
| 4 e 5 | 1/9/2006 | 37 | 58 |
| 6 | 1/11/2006 | 44 | 70 |
| **SECEX-RN** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 15 | 6/10/2005 | 42/2005 | 57 |
| | | 10/2006 Retificação | 49 |
| 22 | 12/12/2005 | 3/2006 | 64 |
| 23 | 8/12/2005 | 3/2006 | 65 |
| 24 e 25 | 16/12/2005 | 3/2006 | 66 |
| 26 | 29/12/2005 | 3/2006 | 66 |
| 1 | 23/1/2006 | 9 | 51 |
| 2 | 14/3/2006 | 9 | 51 |
| 3 e 4 | 7/4/2006 | 17 | 83 e 84 |
| 5 | ¾/2006 | 17 | 84 |
| 6 | 27/4/2006 | 17 | 85 |
| 7 | 2/5/2006 | 17 | 85 |
| 8 | 8/5/2006 | 17 | 86 |
| 9 | 8/5/2006 | 19 | 44 |
| 10 | 9/5/2006 | 19 | 45 |
| 11 | 10/5/2006 | 19 | 46 |
| 12 | 12//5/2006 | 19 | 46 |
| 13 | 18/5/2006 | 19 | 47 |
| 14 | 29/5/2006 | 26 | 70 |
| 15 | 5/6/2006 | 30 | 49 |
| 16 | 2/5/2006 | 26 | 70 |
| 17 | 28/6/2006 | 26 | 71 |
| 18 e 19 | 31/7/2006 | 30 | 49 e 50 |
| 20 e 21 | 18/8/2006 | 34 | 60 |
| 22 | 24/8/2006 | 34 | 61 |
| 23 e 24 | 13/9/2006 | 41 | 61 |
| 25 | 24/10/2006 | 41 | 62 |
| 27 | 16/11/2006 | 45 | 56 |
| 28 a 31 | 1/12/2006 | 48 | 87 e 88 |
| **SECEX-RN** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1810 | 2/12/2005 | 3 | 67 |
| 70 e 72 | 3/2/2006 | 9 | 52 |
| 114 e 115 | 10/2/2006 | 9 | 52 e 53 |
| 116 | 13/2/2006 | 9 | 54 |
| 193 | 3/3/2006 | 9 | 55 |
| 212 | 7/3/2006 | 9 | 56 |
| 219 e 220 | 8/3/2006 | 9 | 56 e 57 |
| 254 | 15/3/2006 | 17 | 86 |
| 391 | 12/4/2006 | 17 | 87 |
| 392 | 24/4/2006 | 17 | 88 |
| 433 | 20/4/2006 | 17 | 89 |
| 530 | 8/5/2006 | 19 | 47 |
| 554 e 557 | 12/5/2006 | 19 | 48 |
| 726 | 2/6/2006 | 26 | 71 |
| 777 e 779 | 12/6/2006 | 26 | 72 e 73 |
| 925 | 5/7/2006 | 26 | 74 |
| 999 | 31/7/2006 | 30 | 50 |
| 1047 | 11/8/2006 | 34 | 62 |
| 1120 | 5/9/2006 | 34 | 62 |
| 1271,1276 e 1277 | 9/10/2006 | 41 | 62 a 64 |
| 1269 e 1278 | 9/10/2006 | 48 | 88 e 89 |
| 1287 | 10/10/2006 | 48 | 91 |
| 1326 | 11/10/2006 | 48 | 92 |
| **SECEX-RO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 30/1/2006 | 3 | 67 |
| 2 | 21/2/2006 | 7 | 24 |
| | | 10 Retificação | 49 |
| 3 | 26/4/2006 | 16 | 52 |
| | | 17 Retificação | 90 |
| 4 | 18/5/2006 | 20 | 73 |
| 5 | 19/5/2006 | 20 | 73 |
| 6 | 15/8/2006 | 32 | 48 |
| 7 | 28/8/2006 | 33 | 64 |
| 8 | 4/10/2006 | 39 | 57 |
| 9 | 24/11/2006 | 47 | 61 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 73 | 3/2/2006 | 4 | 38 |
| 160 | 21/2/2006 | 6 | 35 |
| 281 | 20/3/2006 | 10 | 49 |
| 536 | 9/5/2006 | 18 | 49 |
| 543 | 10/5/2006 | 18 | 50 |
| 761 a 763 | 8/6/2006 | 22 | 50 e 51 |
| 788 | 14/6/2006 | 23 | 41 |
| 1083 | 18/8/2006 | 32 | 48 |
| 1090 | 23/8/2006 | 33 | 64 |
| **SECEX-RO** | | | |
| **Portaria de Fiscalização (cont.)** | | | |
| 1143 e 1144 | 8/9/2006 | 35 | 86 |
| 1266 | 9/10/2006 | 47 | 62 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 182 | 23/2/2006 | 7 | 24 |
| 428 | 20/4/2006 | 15 | 50 |
| **SECEX-RR** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 9 | 26/12/2005 | 1 | 68 |
| 1 e 2 | 21/2/2006 | 6 | 36 |
| 3 | 1/6/2006 | 22 | 51 |
| 4 | 5/7/2006 | 26 | 75 |
| 5 | 8/9/2006 | 35 | 87 |
| 6 | 20/9/2006 | 37 | 59 |
| 7 | 19/10/2006 | 41 | 65 |
| 9 | 26/12/2006 | 49 | 72 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 71 | 3/2/2006 | 4 | 39 |
| 427 | 20/4/2006 | 15 | 51 |
| 514 e 519 | 5/5/2006 | 17 | 90 e 91 |
| 1260 e 1264 | 9/10/2006 | 39 | 57 |
| 1306 | 11/10/2006 | 41 | 65 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 18/9/2006 | 36 | 130 |
| **SECEX-RS** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 7/3/2006 | 18 | 50 |
| 2 | 7/4/2006 | 18 | 51 |
| 3 | 5/5/2006 | 18 | 51 |
| | | 23 | 42 |
| 4 | 11/5/2006 | 20 | 74 |
| 11 | 22/11/2006 | 46 | 54 |
| 12 | 24/11/2006 | 46 | 54 |
| 13 | 30/11/2006 | 47 | 62 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 1577 | 19/10/2005 | 1 | 69 |
| 1604 | 21/10/2005 | 1 | 69 |
| 1758 | 11/11/2005 | 1 | 70 |
| 91 a 94 | 7/2/2006 | 9 | 57 a 61 |
| 226 e 227 | 9/3/2006 | 9 | 61 e 62 |
| 232 e 233 | 10/3/2006 | 12 | 55 e 56 |
| 243 e 244 | 13/3/2006 | 12 | 57 e 58 |
| 279 | 17/3/2006 | 12 | 59 |
| 327 | 30/3/2006 | 12 | 60 |
| 338 e 339 | ¾/2006 | 16 | 53 e 54 |
| 343 | 7/3/2006 | 16 | 55 |
| 529 | 5/5/2006 | 19 | 49 |
| 590 e 592 | 18/5/2006 | 21 | 51 e 52 |
| 621 | 22/5/2006 | 19 | 49 |
| 642, 644 e 645 | 24/5/2006 | 21 | 52 a 54 |
| 611 | 22/5/2006 | 24 | 60 |
| 645 | 24/5/2006 | 28 | 50 |
| 789 | 16/6/2006 | 28 | 51 |
| 980 | 14/7/2006 | 28 | 52 |
| 997 | 25/7/2006 | 33 | 65 |
| 1255, 1256, 1259 e 2163 | 9/10/2006 | 40 | 64 e 66 |
| 1051 a | 11/8/2006 | 33 | 65 a 67 |
| 1053 | | | |
| 1084 | 22/8/2006 | 33 | 68 |
| 1554 | 23/11/2006 | 46 | 55 |
| 1569 e 1570 | 28/11/2006 | 47 | 63 |
| 1602 | 8/12/2006 | 48 | 93 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 228 | 9/3/2006 | 12 | 61 |
| 388 | 11/4/2006 | 19 | 50 |
| 1184 | 21/9/2006 | 40 | 67 |
| 1176 e | 21/9/2006 | 42 | 61 |
| | | 43 | 43 e 44 |
| 1452 | 1/11/2006 | 44 | 71 |
| 1608 | 13/12/2006 | 49 | 72 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 1703 | 7/11/2005 | 1 | 70 |
| 712 | 24/5/2005 | 3 | 68 |
| 578 | 17/5/2006 | 19 | 50 |
| 1180 | 21/9/2006 | 40 | 67 |
| 1186 | 22/9/2006 | 40 | 68 |
| 1454 | 1/11/2006 | 44 | 71 |
| 1609 | 13/12/2006 | 49 | 73 |
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 1 | 9/3/2006 | 9 | 62 |
| 3 | 6/9/2006 | 35 | 87 |
| 4 | 18/10/2006 | 41 | 66 |
| 5 | 18/11/2006 | 46 | 56 |
| 6 | 19/12/2006 | 49 | 73 |
| **SECEX-SC** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 e 2 | 18/1/2006 | 3 | 68 e 69 |
| 3 e 4 | 7/3/2006 | 9 | 63 |
| 5 | 22/3/2006 | 12 | 61 |
| 6 a 8 | 29/3/2006 | 20 | 74 e 75 |
| 9 | 3/5/2006 | 20 | 75 |
| 10 e 11 | 12/5/2006 | 19 | 51 |
| 12 | 15/5/2006 | 19 | 52 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 14 | 26/5/2006 | 20 | 75 |
| 15 | 1/6/2006 | 23 | 42 |
| 16 | 14/6/2006 | 23 | 42 |
| 17 | 20/6/2006 | 23 | 43 |
| 18 e 19 | 31/7/2006 | 33 | 70 |
| 20 | 30/8/2006 | 34 | 63 |
| 22 a 24 | 12/9/2006 | 35 | 88 e 89 |
| 25 | 13/9/2006 | 35 | 90 |
| 26 | 30/8/2006 | 41 | 66 |
| **SECEX-SC** | | | |
| **Portaria (cont.)** | | | |
| 27 | 10/10/2006 | 41 | 66 |
| 28 a 30 | 23/10/2006 | 41 | 67 |
| 31 | 24/10/2006 | 42 | 62 |
| 32 | 27/10/2006 | 42 | 63 |
| 33 | 27/10/2006 | 43 | 45 |
| 34 | 1/11/2006 | 43 | 45 |
| 35 | 6/11/2006 | 43 | 46 |
| 36 e 37 | 9/11/2006 | 46 | 57 |
| 38 e 39 | 14/11/2006 | 46 | 57 e 58 |
| 40 | 16/11/2006 | 46 | 58 |
| 41 e 42 | 24/11/2006 | 46 | 58 |
| 43 | 15/12/2006 | 49 | 74 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 117 | 13/2/2006 | 5 | 52 |
| 128 | 14/2/2006 | 6 | 37 |
| 130 | 15/2/2006 | 6 | 38 |
| 138 | 16/2/2006 | 6 | 39 |
| 199 | 3/3/2006 | 9 | 53 |
| 201 e 202 | 6/3/2006 | 9 | 63 e 64 |
| 222 | 8/3/2006 | 9 | 65 |
| 245 | 13/3/2006 | 12 | 62 |
| 387 | 11/4/2006 | 14 | 60 |
| 436 | 24/4/2006 | 15 | 51 |
| 546 e 550 | 11/5/2006 | 19 | 52 |
| 617 e 618 | 22/5/2006 | 20 | 76 |
| 648 | 24/5/2006 | 20 | 77 |
| 710 e 711 | 1/6/2006 | 21 | 55 e 56 |
| 751 | 7/6/2006 | 23 | 43 |
| 768 | 9/6/2006 | 23 | 44 |
| 842 | 23/6/2006 | 24 | 61 |
| | | 25 | 77 |
| 844 | 23/6/2006 | 24 | 62 |
| 883 | 29/6/2006 | 25 | 78 |
| 894 | 30/6/2006 | 26 | 75 |
| 903 e 905 | 3/7/2006 | 26 | 76 e 77 |
| 919 | 30/6/2006 | 29 | 47 |
| 951 | 10/7/2006 | 29 | 48 |
| 993 | 21/7/2006 | 29 | 49 |
| 1142 | 8/9/2006 | 35 | 90 |
| 1149 | 11/9/2006 | 35 | 91 |
| 1207 | 29/9/2006 | 39 | 58 |
| 1238 | 6/10/2006 | 41 | 68 |
| 1451 | 16/10/2006 | 43 | 46 |
| 1495 | 6/11/2006 | 46 | 59 |
| 1528 | 14/11/2006 | 46 | 60 |
| 1567 | 27/11/2006 | 46 | 60 |
| 1572 | 29/11/2006 | 49 | 74 |
| 1575 | 30/11/2006 | 49 | 75 |
| 1600 | 7/12/2006 | 49 | 76 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 15 | 30/1/2006 | 3 | 69 |
| 259 | 15/3/2006 | 10 | 50 |
| 534 | 8/5/2006 | 18 | 52 |
| 1257 | 6/10/2006 | 41 | 68 |
| 1408 | 27/10/2006 | 42 | 63 |
| 1414 | 30/10/2006 | 42 | 64 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 221 | 8/3/2006 | 9 | 66 |
| 278 | 17/3/2006 | 10 | 50 |
| 612 | 22/5/2006 | 23 | 44 |
| 1262 | 6/10/2006 | 41 | 69 |
| 1410 | 27/10/2006 | 42 | 64 |
| 1415 | 30/10/2006 | 42 | 65 |
| **SECEX-SE** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 23/3/2006 | 11 | 97 |
| 2 | 23/3/2006 | 11 | 98 |
| | | 24 | 63 |
| 3 e 4 | 7/4/2006 | 14 | 61 e 62 |
| 5 | 24/4/2006 | 18 | 52 |
| 6 | 28/4/2006 | 18 | 53 |
| 7 | 24/5/2006 | 20 | 77 |
| 8 | 30/5/2006 | 22 | 52 |
| 9 | 2/6/2006 | 22 | 52 |
| 10 e 11 | 8/6/2006 | 22 | 53 |
| 12 e 13 | 2/8/2006 | 30 | 50 e 51 |
| 14 | 28/8/2006 | 33 | 70 |
| 15 e 16 | 20/9/2006 | 37 | 59 e 60 |
| 17 | 3/10/2006 | 38 | 62 |
| 18 | 31/10/2006 | 42 | 67 |
| 19 | 8/11/2006 | 44 | 72 |
| 20 e 21 | 13/11/2006 | 45 | 57 |
| 22 | 24/11/2006 | 46 | 61 |
| **SECEX-SE** | | | |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 241 | 13/3/2006 | 11 | 98 |
| 302 | 27/3/2006 | 14 | 62 |
| 315 | 29/3/2006 | 14 | 62 |
| 331 | 31/3/2006 | 14 | 63 |
| 376 | 7/4/2006 | 14 | 64 |
| 450 | 25/4/2006 | 18 | 53 |
| 540 | 10/5/2006 | 18 | 54 |
| 647 | 23/5/2006 | 20 | 77 |
| 695 | 31/5/2006 | 22 | 53 |
| 704 | 30/5/2006 | 22 | 54 |
| 884 | 29/6/2006 | 25 | 79 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| 937 | 7/7/2006 | 26 | 78 |
| 969 | 12/7/2006 | 26 | 79 |
| 1107 | 29/8/2006 | 33 | 70 |
| 1504 | 10/11/2006 | 48 | 94 |
| 1604 | 11/12/2006 | 48 | 95 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 723 | 2/6/2006 | 22 | 55 |
| 862 | 28/6/2006 | 24 | 64 |
| 1279 | 10/10/2006 | 39 | 58 |
| 1291 | 10/10/2006 | 40 | 69 |
| **SECEX-SE (cont.)** | | | |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 765 | 9/6/2006 | 22 | 55 |
| 933 | 6/7/2006 | 26 | 80 |
| 1280 | 10/10/2006 | 39 | 59 |
| 1302 | 11/10/2006 | 40 | 70 |
| **SECEX-SP** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 1 | 17/1/2006 | 2 | 32 |
| 2 | 9/2/2006 | 6 | 39 |
| 3 | 7/3/2006 | 8 | 77 |
| 5 e 6 | 17/4/2006 | 15 | 52 |
| 7 | 11/5/2006 | 18 | 55 |
| 8 | 23/6/2006 | 25 | 80 |
| 12 | 22/8/2006 | 33 | 71 |
| 13 | 28/8/2006 | 34 | 64 |
| 14 | 29/8/2006 | 34 | 64 |
| 15 | 31/8/2006 | 34 | 64 |
| 16 | 13/9/2006 | 36 | 131 |
| 20 | 11/12/2006 | 48 | 96 |
| | | 49 Republicada | 77 |
| 20 a 23 | 10/11/2006 | 47 | 64 a 66 |
| 24 | 22/11/2006 | 47 | 67 |
| 25 | 25/11/2006 | 47 | 67 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 83 | 7/2/2006 | 4 | 40 |
| 103 | 8/2/2006 | 6 | 40 |
| 131 | 15/2/2006 | 6 | 41 |
| 200 | 6/3/2006 | 8 | 77 |
| 444 | 25/4/2006 | 15 | 52 |
| 598 | 19/5/2006 | 25 | 80 |
| 709 | 1/6/2006 | 25 | 81 |
| 775 | 12/6/2006 | 25 | 82 |
| 1139 e 1140 | 8/9/2006 | 36 | 131 |
| 1332 | 13/10/2006 | 47 | 67 |
| 1392 | 23/10/2006 | 47 | 68 |
| 1407 | 27/10/2006 | 47 | 69 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 560 e 562 | 8/5/2006 | 18 | 56 |
| 1363 | 17/10/2006 | 47 | 70 |
| 1379 | 23/10/2006 | 47 | 70 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 304 e 305 | 28/3/2006 | 11 | 99 e 100 |
| 581 e 582 | 17/5/2006 | 19 | 53 e 54 |
| 778 | 13/6/2006 | 25 | 82 |
| 1366 | 17/10/2006 | 47 | 71 |
| 1556 | 23/10/2006 | 47 | 71 |
| **SECEX-TO** | | | |
| **Portaria** | | | |
| 33 | 14/12/2005 | 4 | 41 |
| 34 | 14/12/2005 | 4 | 41 |
| | | 5 | 52 |
| 1 | 13/1/2006 | 3 | 69 |
| 2 | 30/1/2006 | 17 | 92 |
| 3 | 21/2/2006 | 9 | 67 |
| 4 | 14/3/2006 | 10 | 51 |
| 5 | 15/3/2006 | 11 | 101 |
| 6 | 5/4/2006 | 13 | 74 |
| 7 | 26/4/2006 | 16 | 55 |
| 9 | 17/5/2006 | 22 | 56 |
| 8 | 8/5/2006 | 18 | 57 |
| 10 | 11/5/2006 | 21 | 57 |
| 11 | 31/5/2006 | 21 | 57 |
| 12 | 31/5/2006 | 22 | 56 |
| 13 | 6/7/2006 | 26 | 80 |
| 14 e 15 | 14/8/2006 | 31 | 57 |
| 17 | 22/9/2006 | 37 | 60 |
| 18 e 19 | 10/10/2006 | 40 | 70 |
| 20 | 10/11/2006 | 44 | 72 |
| 22 e 23 | 20/11/2006 | 46 | 61 e 62 |
| 24 | 7/12/2006 | 48 | 96 |
| 25 e 26 | 11/12/2006 | 48 | 97 e 98 |
| **Portaria de Fiscalização** | | | |
| 10 | 24/1/2006 | 3 | 70 |
| 147 e 149 | 20/2/2006 | 9 | 67 e 68 |
| 213 | 7/3/2006 | 9 | 69 |
| 342 | 4/4/2006 | 13 | 75 |
| 390 | 11/4/2006 | 17 | 92 |
| 437 | 20/4/2006 | 16 | 56 |
| 669 e 670 | 26/5/2006 | 21 | 58 |
| 757 | 7/6/2006 | 22 | 57 |
| 764 e 766 | 9/6/2006 | 23 | 46 e 47 |
| 835 | 21/6/2006 | 24 | 64 |
| 1159 | 14/9/2006 | 36 | 133 |
| | | 45 Retificação | 58 |
| 1307 | 11/10/2006 | 40 | 71 |
| 1282, 1289, 1290, 1292 e 1293 | 10/10/2006 | 42 | 67 a 69 |
| 1421 e 1423 | 30/10/2006 | 42 | 70 |
| 1547 | 20/11/2006 | 46 | 62 |
| 1589 | 4/12/2006 | 48 | 98 |
| **Portaria de Fiscalização/Fase Planejamento** | | | |
| 1159 | 14/9/2006 | 36 | 133 |
| **Portaria de Fiscalização/Fases Execução e Relatório** | | | |
| 20 | 23/10/2006 | 42 | 71 |
| 1217 | 3/10/2006 | 40 | 72 |
| 1601 | 8/12/2006 | 48 | 99 |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| ATO | DATA DO ATO | BTCU | PÁG. |
|---|---|---|---|
| **Ordem de Serviço** | | | |
| 2 e 3 | 7/8/2006 | 31 | 57 e 58 |
| **Comissão de Sindicância** | | | |
| 1 | 10/4/2006 | 13 | 75 |

**ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS ATOS PUBLICADOS NOS BOLETINS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006**

| DATA | BTCU | ASSUNTO |
|---|---|---|
| 6/2/2006 | 1 | Regimento Interno do Tribunal de Contas da União |
| 6/2/2006 | 2 | Súmulas (nºs 1 a 248) da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União |
| 27/4/2006 | 3 | Plano de Diretrizes do Tribunal de Contas da União para o ano 2006 e Planos Diretores das Unidades Básicas, de apoio Estratégico e de Assessoramento Especializados do TCU para o ano 2006. |
| 22/5/2006 | 4 | Regimento Interno do Tribunal de Contas da União. |
| 22/6/2006 | 5 | PORTARIA-SEGECEX Nº 5, DE 5 DE JUNHO DE 2006 – Aprova modelos de expedientes para comunicações processuais e dá outras providências. |
| 16/8/2006 | 6 | LISTAS DE UNIDADES JURISDICIONADAS EM ORDEM ALFABÉTICA - BIÊNIO: 2007/2008. |
| 23/8/2006 | 7 | PLANO ESTRATÉGICO DA SEGEDAM - 2007-2011 |
| 25/8/2006 | 8 | PORTARIA-SEGECEX Nº 9, DE 18/8/2006 (Aprova o Manual de Cobrança Executiva, Versão 3.1) |
| 31/8/2006 | 9 | SÚMULAS (nºs 1 a 248) da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União |
| 3/11/2006 | 10 | PORTARIA CONJUNTA-SEGEDAM/CONJUR Nº 1, DE 26 DE JUNHO DE 2006 - Aprova as minutas padronizadas de Editais de Licitação e dos respectivos Contratos celebrados pelo Tribunal de Contas da União - TCU. |

## ÍNDICE CRONOLÓGICO DAS PAUTAS DAS SESSÕES PUBLICADAS NOS BTCUs NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

| PLENÁRIO | |
|---|---|
| **SESSÃO ORDINÁRIA** | |
| **BTCU/ DATA** | **PAUTA Nº/ DATA** |
| 1 de 7/8/2006 | 30 de 9/8/2006 |
| **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA** | |
| **BTCU/ DATA** | **PAUTA Nº/ DATA** |
| 1 de 7/8/2006 | 29 de 9/8/2006 |